CLAEC Editora

ORGANIZAÇÃO: TIAGO SATIM KARAS, ANA MARIA SOARES DE OLIVEIRA,
KÁTIA CRISTINA NASCIMENTO FIGUEIRA, KELLY CRISTINY BORGES LARSEN

ARQUIVO VIVO

ACERVO DIGITAL DE JORNAIS COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL NA FRONTEIRA

Apoio

LEI PAULO GUSTAVO
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL
SETESC Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura
GOVERNO DE Mato Grosso do Sul
MINISTÉRIO DA CULTURA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Realização

UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
GEOGRAFIA LICENCIATURA UEMS
CDGeo Centro de Documentação Geo-histórico Arquivo Vivo

Arquivo Vivo:
acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira

ORGANIZAÇÃO
Tiago Satim Karas
Ana Maria Soares de Oliveira
Kátia Cristina Nascimento Figueira
Kelly Cristiny Borges Larsen

CLAEC
Editora

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS EM CULTURA — CLAEC

DIRETORIA EXECUTIVA

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

EDITORA CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Lic. Jéssica Biltches Costa
Editora-Executiva

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana | México

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná | Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia | Brasil

Dr. Daniel Levine
University of Michigan | Estados Unidos da América

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Escola Nacional de Administração Pública | Brasil

Dr. Fábio do Vale
Faculdade Insted | Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense | Brasil

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso | Brasil

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense | Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá | Brasil

Dra. Marie Laure Geoffray
Université Sorbonne Nouvelle — Paris III | França

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso | Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara | México

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | Brasil

Dr. Ronaldo Silva
Universidade Federal do Paraná | Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosário | Argentina

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República | Uruguai

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco | Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolivar | Equador

© 2026 | CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação
Valéria Lago Luzardo

Revisão textual
Valéria Lago Luzardo

Capa
Gloriana Solís Alpízar

Revisão final
Tiago Satim Karas

ISBN
978-65-86746-60-0

DOI
https://doi.org/10.23899/9786586746600

Disponível em
https://publicar.claec.org/editora/pt_BR/catalog/book/173

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Arquivo Vivo [livro eletrônico]: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira / organização Tiago Satim Karas, Ana Maria Soares de Oliveira, Kátia Cristina Nascimento Figueira, Kelly Cristiny Borges Larsen. 1. ed. Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2026. PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-86746-60-0

1. Memória. 2. Acervo de jornais. 3. Digitalização. 4. Fronteira. 5. Fonte empírica. I. Título.

CDD: 900

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Prefácio

Com entusiasmo, conheci o relatório final da pesquisa coordenada pelo professor Dr. Tiago Satim Karas e de seu grupo de pesquisa, que será publicado em breve. Surpreendi-me com o honroso convite para prefaciar o texto e fiquei empolgada com a vigência de um projeto de extrema importância para o primordial trabalho dos historiadores, além dos demais que labutam sobretudo nas ciências humanas.

Minhas palavras aqui evocam memórias de meu trabalho nos primeiros anos da década de 1970, quando iniciei a carreira acadêmica na antiga Universidade Estadual de Mato Grosso, hoje Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No momento em que passei a viver em Corumbá, local de um dos centros universitários da UEMT, apaixonei-me pela paisagem e pela história da remota região da fronteira oeste brasileira.

Testemunho, nesta oportunidade, as dificuldades e sacrifícios que representavam a pesquisa da história regional, começando pela falta de apoio de órgãos de fomento e da universidade no estado de Mato Grosso. Foram tempos de desconhecimento da necessidade de manter arquivos e bibliotecas públicas aptos a receber consultores e, mais do que isso, conservar e preservar as fontes históricas e as memórias imprescindíveis para a identificação de comunidades na fronteira brasileira do Centro Oeste.

Comparando os acervos regionais com os que frequentei no Rio de Janeiro e em São Paulo, pude perceber a grande precariedade existente no território mato-grossense e constatar o descaso e a omissão do poder público que deveria obrigatoriamente, e por força de lei, instalar e cuidar de seus arquivos. Meu percurso nas pesquisas para o Mestrado e Doutorado, ao escolher a história da fronteira Sul de Mato Grosso, obrigou-me a garimpar as fontes documentais escassas e de difícil acesso em todos os sentidos. Tive a especial colaboração e orientação do professor e historiador Valmir Batista Corrêa, experiente nessa empreitada em trabalhos com jornais e demais fontes documentais. Com raríssimas exceções, o que encontrei foram amontoados de papéis velhos, contaminados por cupins e fungos que colocavam em risco a saúde dos pesquisadores. O Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá era desolador e mudava de lugar conforme decisões da presidência do Poder Legislativo. Era visível a falta de comprometimento dos vereadores; contudo, foi por iniciativa de um de seus funcionários que o professor Valmir foi alertado para conhecer a situação deplorável dos “papéis velhos” que contavam a história de Corumbá. A partir de então,

frequentamos por alguns anos este e outros acervos da região mato-grossense e procuramos chamar a atenção da sociedade corumbaense para a riqueza que estava sendo deteriorada.

Ressalta-se que, na impossibilidade de obter cópias dos documentos pesquisados, Valmir e eu copiamos manualmente inúmeros ofícios, processos, cartas, petições, artigos de jornais e outros mais, resgatando tudo o que encontramos de valor histórico, não apenas para nossas pesquisas, mas porque suspeitávamos não mais encontrar os acervos, sendo gradativamente destruídos por insetos e intempéries. É importante lembrar que, nesse tempo, não se contava com as ferramentas tecnológicas amplamente disponíveis a partir do final do século passado, como computadores portáteis, scanners e os diversos instrumentos que facilitam a consulta de arquivos e bibliotecas via internet. Contávamos apenas com a lupa, a máquina fotográfica e, em alguns casos, os microfilmes, cujas reproduções eram caríssimas.

No espaço precário e com grandes marcas de infiltração nas paredes, o Arquivo do Fórum de Corumbá tinha ao menos prateleiras com pacotes de processos dispostos cronologicamente. Em Cuiabá, apesar de apresentar certa organização e contar com funcionários atenciosos, o arquivo situou-se por muito tempo no galpão do almoxarifado da Governadoria, sem janelas e sem climatização minimamente adequada. Ainda assim, foi uma aventura gratificante que aprofundou meu entusiasmo pela história da fronteira meridional de Mato Grosso.

O Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, desfruta hoje de excelente organização e está localizado em área central da cidade, plenamente acessível e adequado às consultas a diversas fontes, como documentos, mapas, imagens e outros. Exemplo disso é a digitalização das fontes desde o século XVIII, mas nem sempre foi assim.

Recordo também que, no ano de 1972, o professor Valmir publicou um artigo em periódico da Universidade, sob o título “A Situação da Pesquisa Histórica em Mato Grosso”, que repercutiu na comunidade de pesquisadores regionais. Nesse mesmo ano, fizemos um curso de Arquivística, Arrolamento e Preservação de Documentos Escritos no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e passamos a divulgar essas informações nos eventos da Universidade e nos encontros com pesquisadores regionais.

Através dos processos de capacitação docente na UFMS, das diversas universidades privadas e do surgimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com a oferta de Mestrados e Doutorados, a pesquisa nas ciências humanas motivou a necessidade de valorizar acervos e apoiar instituições públicas e privadas que a duras

penas mantinham fontes documentais. Algumas iniciativas foram bem-sucedidas nos campi da UFMS, em Dourados e Três Lagoas, sobretudo pelo esforço dos professores Paulo Roberto Cimó e Vitor Vagner Neto. Em Corumbá, pelo empenho do professor Valmir, foi reunida numa pequena sala do CEUC/UFMS uma coleção completa do jornal *A TRIBUNA* (1912–1964). Por decisão política de um diretor do Centro Universitário, que não reconheceu a relevância do projeto de organizar o jornal com auxílio dos alunos do curso de História que faziam a disciplina História Regional, o acervo foi deslocado por diversas vezes, e não se soube mais qual destino tiveram esses preciosos documentos.

Com certeza, esse cenário desolador mudou de forma significativa em instituições públicas e privadas, processo exemplificado pela modernização do Arquivo Público de Mato Grosso, pela criação do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, pelos acervos das universidades públicas e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, como exemplos.

Nesta oportunidade, tivemos a satisfação de conhecer o trabalho dos colegas pesquisadores que participam do Projeto Arquivo Vivo. Trata-se de uma tarefa que contribui com as antigas e corajosas iniciativas dentro e fora do mundo acadêmico, com ou sem recursos e apoio político regionais, e que proporciona a continuidade obrigatória da manutenção de acervos documentais. Na pessoa do professor doutor Tiago Satim Karas, expresso minhas entusiasmadas congratulações a todos os pesquisadores participantes.

Profa. Dra. Lúcia Salsa Corrêa

Campo Grande, 16 de julho de 2026

SUMÁRIO

Apresentação **9**

O guardião do chumbo e do afeto: uma saga jornalística na fronteira **16**
João Carlos Velasquez
10.23899/9786586746600.1

Por onde que eu começo? E agora, o que fazer? Desafios e trajetórias para instituir o Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo **29**
Tiago Satim Karas
10.23899/9786586746600.2

Os periódicos no Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD: notas sobre uma experiência **49**
Paulo Roberto Cimó Queiroz, Carlos Barros Gonçalves
10.23899/9786586746600.3

Hemeroteca Digital do Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo: experiências e práticas para organização, digitalização e difusão do acervo na plataforma *Tainacan* **68**
Tiago Satim Karas, Alan Benites de Souza, Cristina Gerda Nagel, Hudson Lolli Ghetti
10.23899/9786586746600.4

Memória e fontes impressas **86**
Kátia Cristina Nascimento Figueira, Léia Teixeira Lacerda
10.23899/9786586746600.5

Entre a apropriação e uso do território pelo Turismo: as representações da paisagem documentada **101**
Pablo José Henrique Aio, Daiane Alencar da Silva, Gabriel Parente de Aquino
10.23899/9786586746600.6

A imprensa local como espelho interpretativo da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: uma leitura decolonial da fronteira no discurso ambiental do jornal *Tribuna da Fronteira* **123**
Cristiane Dambrós
10.23899/9786586746600.7

Territorialidades, fronteira e representações espaciais: análise de conteúdo a partir dos jornais da Rede Belavistense (1980-1988) **143**
Elis Regina dos Santos Viegas, Alex Torres Domingues
10.23899/9786586746600.8

A Questão Agrária na faixa de fronteira Sudoeste de Mato Grosso do Sul: um estudo a partir do jornal *Tribuna da Fronteira* (1972-1984) – Rede Belavistense de Jornais **159**
Ana Maria Soares de Oliveira, Angela dos Santos Machado
10.23899/9786586746600.9

A produção da soja em Mato Grosso do Sul: a imprensa local como instrumento de leitura do presente **182**
Lorrane Barbosa Alves, Charlei Aparecido da Silva, Patrícia Silva Ferreira
10.23899/9786586746600.10

O livro didático na Rede Belavistense de Jornais (1972-2000) **206**
Carla Villamaina Centeno, Kelly Cristiny Borges Larsen
10.23899/9786586746600.11

Sobre os autores e autoras **223**

Apresentação

A obra que leva em seu título a mesma denominação do projeto que deu sua origem — "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira" —, foi contemplada por edital público da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), Edital nº 011/2023, e financiada pela Lei Paulo Gustavo, Auxílio Emergencial (Lei nº 13.982, de 7 de dezembro de 2020). Criada no período da pandemia da COVID-19, por iniciativa do Grupo/Coletivo "Documentação Geo-histórica do Sudoeste de Mato Grosso do Sul" e sob a coordenação do Professor Dr. Tiago Satim Karas, esta obra se constitui em uma coletânea de capítulos, fruto do trabalho de diferentes sujeitos, colaboradores/pesquisadores deste projeto e convidados externos.

Possuindo uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, autores e autoras de diferentes áreas de atuação profissional e acadêmica coadunam com um dos propósitos deste trabalho: oportunizar o enriquecimento cultural ao promover a difusão do acervo da Rede Belavistense de Jornais por meio da digitalização deste arquivo e da criação do Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo Arquivo Vivo).

Decorrente disso, o presente livro caracteriza-se por reflexões que vão desde aspectos históricos e informativos sobre a criação do jornal *Tribuna da Fronteira*, entre outros, ou ainda sobre a própria Rede Belavistense de Jornais, até a origem e concepção do Projeto Arquivo Vivo. A obra também apresenta contribuições para o debate acadêmico de diferentes campos das ciências, a exemplo da educação, história, geografia, metodologias de pesquisa e tecnologias da informação, além de temáticas que se encontram entrelaçadas, como preservação da memória, imprensa, fronteira, meio ambiente, livro didático, turismo, infraestrutura, monocultivo agrícola e questão agrária, entre outros.

Para tanto, a obra está estruturada sinteticamente a partir de dois eixos: na primeira parte, inicialmente, são apresentadas informações e elementos históricos relativos à origem desses jornais, o Projeto Arquivo Vivo, tal como sua metodologia de trabalho, compreendidos em diálogo com a experiência de criação e organização do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Na segunda parte do livro, a obra transcorre a partir da análise e discussão de diferentes experiências de pesquisa e contribuições para a atuação acadêmica que tomam como fonte empírica, em grande parte, este acervo de jornais. Importante

destacar que a ordem de apresentação dos capítulos não representa necessariamente uma ordem de classificação da importância das contribuições científicas, sendo possível, inclusive, a leitura individual dos capítulos. A primeira parte é destinada aos capítulos que compõem os elementos históricos dessa iniciativa, e a segunda parte é composta por capítulos constituídos pela contribuição de diferentes áreas das ciências e pela atuação de pesquisa dos referidos autores.

Em termos específicos, e sobre a primeira parte do livro, o capítulo intitulado "O guardião do chumbo e do afeto: uma saga jornalística na fronteira", de autoria de João Carlos Velasquez, apresenta os elementos históricos, vivências e ligações emotivas em relação à criação do jornal *Tribuna da Fronteira*, bem como à Rede Belavistense de Jornais. O autor narra esta história enquanto observador e profissional do jornalismo que viu o jornal surgir, crescer e se desenvolver e, por algum tempo, ser um dos únicos — senão o único — meio de comunicação da/na fronteira, criado na cidade de Bela Vista, antes ainda da divisão do estado de Mato Grosso, fronteira entre Brasil e Paraguai. Neste capítulo, o autor, além de sintetizar o legado do empreendimento do fundador desses jornais, Ivaldo Pereira (*in memoriam*), aponta um conjunto de circunstâncias que por ora definiram e por ora modelaram uma rede de jornais, a exemplo das características de acesso e locomoção em uma época em que as estradas desta região eram desprovidas de pavimentação asfáltica, bem como sua relação com a integração regional, situações de censura praticada no período da Ditadura Militar, entre outros aspectos que fizeram desses jornais um meio de comunicação singular.

O capítulo "Por onde que eu começo? E agora, o que fazer? Desafios e trajetórias para instituir o Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo", de autoria de Tiago Satim Karas, discorre sobre os condicionantes que geraram a constituição do referido Centro de Documentação, a intersecção desse repositório com a custódia do acervo da Rede Belavistense de Jornais e o caminho percorrido desde a tomada de conhecimento do arquivo do *Correio Jardinense*, que se encontrava na Biblioteca Pública Municipal de Jardim, Biblioteca Professora Rita Carmem Braga Lima. Aqui, a trajetória empreendida evidencia como o envolvimento do pesquisador e sua preocupação com a preservação das fontes documentais conduziram a ações que envolveram várias etapas, tais como o reconhecimento do acervo, o diálogo honesto e propositivo com a família que possuía a documentação, a captação dos recursos para a operacionalização arquivística de higienização, processamento técnico, catalogação, armazenamento e digitalização, com vistas à preservação dos originais e à consulta

pública. Além disso, várias ações de visibilização do acervo foram realizadas, pois a informação deve ser de amplo acesso e, para tanto, ser tornada pública.

O texto estrutura-se em dois momentos: o primeiro, com toda a surpresa e compreensão de que havia uma preciosidade em fontes sobre a região de fronteira de Mato Grosso do Sul, que desencadeou ações de cunho acadêmico, de sensibilização para a doação do acervo, os passos técnicos de duplicação e o envolvimento de vários sujeitos e instituições com o empreendimento. O segundo volta-se para a trajetória de constituição institucional do Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo, com o aporte de recursos da Lei Paulo Gustavo e o processamento técnico mais sofisticado, com aquisição de equipamentos e utilização de *software free* específico. Sim, "vivo", porque a informação preservada e colocada à disposição para consulta promove capilaridade ao atingir várias pessoas que desejam saber sobre si e seu entorno. Dessa maneira, o conhecimento pulsa, de forma inclusiva, e propõe, por meio da Hemeroteca Digital do CDGeo, que as singularidades da região de fronteira sejam conhecidas e que as fontes preservadas sejam molas que impulsionam a produção do conhecimento.

Na sequência, o capítulo intitulado "Os periódicos no Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD: notas sobre uma experiência", elaborado por Paulo Roberto Cimó Queiroz e Carlos Barros Gonçalves, busca dialogar com o Projeto Arquivo Vivo, a partir das experiências de criação, organização e atuação do Centro de Documentação Regional (CDR) da FCH/UFGD. Partindo do debate sobre a utilização do jornal como fonte de pesquisa empírica, apresentam o CDR em seus mais de quarenta anos de história, sobretudo no que diz respeito à sua estrutura e organização, fazendo deste centro de documentação uma referência na salvaguarda, conservação, digitalização e difusão de acervo histórico no estado de Mato Grosso do Sul. Possuindo um viés local e regional, os autores destacam a importância da universidade pública, bem como do CDR, como instituições essenciais na preservação da memória, sobretudo no que diz respeito ao suporte deste acervo para o desenvolvimento de pesquisas científicas em todos os campos das ciências, especialmente nas Ciências Humanas. Em outras palavras, ao compreender a importância da existência de um centro de documentação no espaço acadêmico, apontam possibilidades para entender a importância do CDGeo para o aperfeiçoamento das pesquisas da UEMS como um todo, especialmente na unidade de Jardim.

Ainda nesta primeira parte do livro, temos o capítulo "Hemeroteca Digital do Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo: experiências e práticas para

organização, digitalização e difusão do acervo na plataforma Tainacan", de autoria de Tiago Satim Karas, Alan Benites de Souza, Cristina Gerda Nagel e Hudson Lolli Ghetti, o qual se constitui em um documento primoroso de registro e memória da criação do acervo de jornais da Rede Belavistense de Jornais, vinculado ao projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de Jornais como patrimônio documental na fronteira". O texto destaca o processo de digitalização do acervo, com a criação da Hemeroteca e do site CDGeo, que concentra o acervo digital da Rede Belavistense de Jornais. Além disso, apresenta ao leitor o trabalho metodológico e sistemático de organização e digitalização dos jornais, o qual requereu a necessidade de seguir as normas técnicas de armazenamento, manuseio e conservação do acervo físico, até a viabilização do compartilhamento do acervo digital com o uso da plataforma Tainacan. A riqueza de detalhes com que essa trajetória é contada no referido capítulo revela como a criação do CDGeo e da ferramenta de armazenamento e de viabilização do acervo digital tem propiciado maior visibilidade ao projeto Arquivo Vivo e ampliado a consulta pública. Isso atribui ao projeto uma função social importante, ao propiciar à comunidade acadêmica e à sociedade em geral a oportunidade de pesquisa sobre variadas temáticas, especialmente vinculadas ao espaço regional e fronteiriço, bem como a consulta documental.

Passando para a segunda parte do livro, na qual transcorrem diferentes contribuições para o debate científico a partir de diferentes experiências de atuação no âmbito acadêmico, inicialmente, o capítulo intitulado "Memória e fontes impressas", elaborado por Kátia Cristina Nascimento Figueira e Léia Teixeira Lacerda, tem o propósito de debater o lugar da memória, o documento como fonte de pesquisa e sua importância para o campo educacional. O ponto de partida é a mitologia grega — Cronos, o deus do tempo, e Mnemosine, a deusa da lembrança —, sobretudo a relação entre a mitologia e a preservação da memória. Nas palavras das autoras, a mitologia caracteriza-se como uma "forma de construir pontes entre o passado e o futuro", práticas que foram apagadas ao longo do tempo e, atualmente, admitidas sem sentido algum na sociedade que se autodenomina moderna. Nesta sociedade, na qual impera o individualismo em prejuízo da coletividade, quais seriam as chances de preservar a memória sem conservar as fontes impressas? Ou, ainda, qual é o lugar que a memória ocupa em nossa sociedade? São questões como essas que fazem refletir sobre a importância da criação do CDGeo Arquivo Vivo.

O segundo capítulo desta segunda parte tem como título "Entre a apropriação e uso do território pelo Turismo: as representações da paisagem documentada", de autoria de Pablo José Henrique Aio, Daiane Alencar da Silva e Gabriel Parente de Aquino.

No texto, os autores, ao proporem uma problematização sobre o processo histórico da formação do espaço local e regional, na fronteira entre Brasil e Paraguai, no estado de Mato Grosso do Sul, buscam compreender o processo de transformação e apropriação da paisagem, bem como sua representação cênica no campo turístico. O texto, além de debater sobre o jornal como fonte de pesquisa, analisa as formas de uso, apropriação e exploração econômica da paisagem em proveito da exploração econômica do turismo.

Na sequência, o capítulo denominado "A imprensa local como espelho interpretativo da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: uma leitura decolonial da fronteira no discurso ambiental do jornal Tribuna da Fronteira", de autoria de Cristiane Dambrós, ao partir da compreensão regional, do espaço territorial e das relações fronteiriças e instigada pelo debate decolonial, busca caracterizar a formação discursiva da temática ambiental presente no jornal *Tribuna da Fronteira*. Além da provocação sobre o discurso jornalístico, como um enunciado que ora cria visibilidades, ora estabelece invisibilidades de práticas espaciais e sociais, para a autora, o jornal se constitui como elemento essencial para a compreensão do espaço regional e fronteiriço. Destaca-se também a metodologia adotada, na qual a ferramenta de busca avançada da Hemeroteca Digital, ao proceder à pesquisa a partir de palavras-chave, a exemplo do termo "ambiental" e suas expressões correlatas, resultou em uma espécie de mapeamento discursivo desta temática que, segundo a autora, permite "situar empiricamente as articulações entre território, fronteira e produção de sentidos no âmbito da imprensa regional".

Nessa mesma direção, partindo do Projeto Arquivo Vivo, do jornal como fonte de pesquisa e voltado para o debate sobre o espaço fronteiriço, especificamente o estudo da dimensão temporal, bem como a análise de conteúdo, o capítulo intitulado "Territorialidades, fronteira e representações espaciais: análise de conteúdo a partir dos jornais da Rede Belavistense (1980-1988)", de autoria de Elis Regina dos Santos Viegas e Alex Torres Domingues, argumenta que o jornal, mais do que um veículo de circulação de informações, é um testemunho da história, em que seu conteúdo não apenas formata, mas também é formatado por sentidos e significados. Assim, ao proporem uma análise de conteúdo a partir de diversas representações, como infraestrutura, integração espacial, relações políticas, entre outras, permitem debater sobre os elementos que constituem este espaço fronteiriço. Nas palavras dos autores, em referência a uma "tríplice dinâmica", são elas: formas de sociabilidade do espaço vivido; poder do Estado para o controle e regulação; e as relações de poder representadas no discurso da imprensa.

Na sequência, o capítulo nomeado “A Questão Agrária na faixa de fronteira sudoeste de Mato Grosso do Sul: um estudo a partir do jornal Tribuna da Fronteira (1972-1984) – Rede Belavistense de Jornais”, de autoria de Ana Maria Soares de Oliveira e Angela dos Santos Machado, apresenta, além de um breve histórico da questão agrária no Brasil e em Mato Grosso do Sul, sobretudo da questão agrária na fronteira, aspectos como a atuação do Estado e das políticas públicas na transferência e concessão de terras públicas, a expropriação dos povos originários, a luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a regularização fundiária. Sobre a luta pela terra, destaca-se que parte dos trabalhadores acampados expulsos da fazenda Santa Idalina, no ano de 1984, depois de serem transferidos para a Vila São Pedro, em Dourados, foram realocados no município de Nioaque, no assentamento Padroeira do Brasil. Sobre a regularização fundiária na faixa de fronteira, foram identificados inúmeros casos no jornal *Tribuna da Fronteira* que, apesar da necessidade de serem melhor compreendidos, suscitam questões quanto à segurança das fronteiras, à segurança jurídica das propriedades, à atuação do INCRA diante dessa situação, à retificação das regularizações relacionada à alteração da área da faixa de fronteira de 66 km^2 para 150 km^2 e à condição desses sujeitos em relação à propriedade.

Com o intuito de debater as características da consolidação e expansão do monocultivo da soja, o capítulo intitulado “A produção da soja em Mato Grosso do Sul: a imprensa local como instrumento de leitura do presente”, de autoria de Lorrane Barbosa Alves, Charlei Aparecido da Silva e Patrícia Silva Ferreira, busca aprofundar a compreensão sobre os aspectos da exploração extensiva do setor primário e da exportação de commodities, sobretudo do monocultivo da soja. Tomando como ponto de partida a importância de estudar o passado para compreender o presente e o jornal como fonte de pesquisa, o texto revela aspectos sobre a função e a prioridade do Estado, do planejamento e das políticas públicas sob a insígnia do desenvolvimento econômico e do progresso.

Por fim, mas não menos importante, o capítulo nomeado “O livro didático na Rede Belavistense de Jornais (1972-2000)”, redigido por Carla Villamaina Centeno e Kelly Cristiny Borges Larsen, objetiva compreender a temática do livro didático verificada no acervo da Rede Belavistense de Jornais, sobretudo nos jornais *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense*. Para tanto, além das questões históricas em torno da imprensa em geral, especificamente desta rede de jornais, bem como sua importância como fonte de memória e a caracterização da temática do livro didático representada nesses jornais, as autoras, ao problematizar a história de implementação da política do livro didático no

Brasil, buscam debater as dificuldades para sua efetivação em escala local e regional a partir das informações levantadas no acervo da Rede Belavistense de Jornais.

Em síntese, esta obra, resultado das práticas e experiências promovidas no âmbito do Projeto Arquivo Vivo, especialmente a partir da conservação de arquivo de jornais e preservação da memória, é uma iniciativa que representa importante marco local e regional sobre as possibilidades de articular diferentes perspectivas de uso dos jornais como fonte de pesquisa. Nesse sentido, o acervo de jornais é dinâmico, é vivo; o arquivo é um dos meios de fazer fluir a relação espaço e tempo, que não se encerra em si mesmo, mas irradia como luz, como valores culturais, como ideias, como conhecimento. O jornal é uma fonte empírica que possibilita jogar luz na compreensão dos processos históricos, e esta obra é um convite para se empenhar nesta jornada que há muito ainda por ser trilhada.

O guardião do chumbo e do afeto: uma saga jornalística na fronteira

João Carlos Velasquez

10.23899/9786586746600.1

Introdução

A história que se desdobra nestas páginas transcende o mero registro de um periódico; ela é um testemunho da resiliência humana, do suor que forjou almas e da paixão que moldou uma região. Narrar a trajetória do jornal *Tribuna da Fronteira* é imergir em uma era em que a notícia não fluía por intrincadas redes de fibra ótica, mas desbravava estradas de terra batida, superando os obstáculos do caminho e as intempéries do destino. É a crônica de um tempo em que a informação era um bem precioso, conquistado com esforço e distribuído com bravura.

Em 1972, Ivaldo Pereira, um visionário incansável, acendeu a chama de um sonho: fincar na fronteira a voz impressa de uma comunidade. Contudo, um jornal não se ergue apenas sobre os ombros de um idealista; ele se sustenta na força inabalável de uma família. Ao lado de Dona Estela Velasquez Pereira, Ivaldo não apenas fundou um veículo de comunicação; ele edificou um *arquivo vivo*, um repositório pulsante da identidade sul-mato-grossense.



Figura 1 – Ivaldo Pereira e sua esposa, Maria Estela Velasquez Pereira, junto com seus filhos, Ivaldo Junior (no colo de Ivaldo) e Victor Hugo (no colo de Estela). Da humildade, a gigante história do Sudoeste de Mato Grosso do Sul e do Brasil

Fonte: Acervo do autor (2026).

Este livro é um tributo a essa resistência, um reconhecimento de que, embora as imponentes máquinas de linotipo hoje repousem em silêncio, as histórias nelas gravadas permanecem vívidas e ressonantes. Ao folhear estas páginas, o leitor é convidado a escutar o compasso solene da máquina plana e a inalar o aroma inconfundível da tinta fresca que, por décadas, teceu laços entre cidades e pessoas, sob o mesmo rastro de esperança.

O despertar de um sonho e a gênese artesanal

A visão de Ivaldo Pereira: ancorando a notícia em Bela Vista

A história da imprensa em Bela Vista não se inicia com a simples aplicação de tinta sobre papel, mas com a profunda visão de Ivaldo Pereira. Jornalista e escritor por vocação, Ivaldo possuía um conhecimento íntimo das paisagens pantaneiras, tendo percorrido Corumbá, Aquidauana, Bonito, Ponta Porã e Jardim antes de eleger Bela Vista como seu porto em 1972.

Embora a cidade já tivesse tido um breve contato com o jornalismo em 1953, com o jornal *O Belavistense*, do Dr. Geraldo de Souza Rosa, foi Ivaldo quem solidificou a notícia em uma estrutura perene. Casado com Dona Estela Velasquez Pereira, ele lançou o jornal *Tribuna da Fronteira* em um cenário de isolamento geográfico, no qual a comunicação era o elo vital que conectava comunidades distantes, transformando-se em um farol de informação e coesão social.

A epopeia da produção artesanal: chumbo, suor e resiliência

Nos anos iniciais, a produção de um jornal era um ato de heroísmo físico e técnico. A ausência de energia elétrica estável transformava a redação, instalada na casa cedida pelos sogros de Ivaldo, Rigoberto e Lidia Velasquez, em um palco de improvisação e tenacidade. Quando o motor a diesel, responsável por alimentar as máquinas, falhava, a equipe, sem hesitar, girava as engrenagens manualmente, “na força do braço”, garantindo que a edição não sofresse atrasos. Essa dedicação exemplar sublinhava o compromisso com a informação e a comunidade.

A evolução técnica do jornalismo na fronteira passou por fases distintas, cada uma marcando um avanço significativo na arte de imprimir a notícia:

Composição Manual: um trabalho meticuloso em que, letra por letra, tipos de chumbo eram pacientemente montados em "compunidores", assemelhando-se a um intrincado quebra-cabeça. Essa fase exigia precisão artesanal e um profundo conhecimento tipográfico.

A Era da Linotipo: a introdução de máquinas "monstruosas" de metal representou uma revolução. Elas fundiam linhas inteiras de texto em chumbo quente, acelerando drasticamente o processo de composição e permitindo uma maior produção de conteúdo.

Fotografia Química: a captura de imagens era um ritual de paciência e precisão. A fotografia era obtida mecanicamente e revelada em câmaras escuras de couro, um processo que combinava arte e química para trazer o mundo visual para as páginas do jornal.

Rastros de tinta e a odisseia da distribuição

A expansão da voz impressa e os desafios logísticos

O alcance do *Tribuna da Fronteira* não se restringia a Bela Vista; sua voz ecoava por Jardim, Caracol, Antônio João, Bonito, Porto Murtinho, Maracaju e a capital, Campo Grande. No entanto, a logística de distribuição era uma verdadeira saga. Inicialmente, o jornal era diagramado localmente, mas sua impressão ocorria em Aquidauana, sob a responsabilidade de Lima, proprietário do jornal *O Pantaneiro*.

As "bonecas" (layouts) do jornal percorriam centenas de quilômetros por estradas de terra batida e pedras. Cunhadas de Ivaldo, como Maria Aparecida "Jane" Velásquez e Flora Velasquez, enfrentavam essas rotas semanalmente, munidas de até cinco pneus sobressalentes para lidar com as adversidades do terreno, ou realizavam o transporte por meio da empresa Cruzeiro do Sul. Jane, além de sua função como transportadora, revelou-se uma repórter nata, chegando a entrevistar personalidades de renome, como Ney Matogrosso (também belavistense nato), demonstrando a versatilidade e o espírito aventureiro da equipe.

A odisseia da impressão: 300 km de pedras e barro

A logística para manter um jornal em circulação era, por si só, uma aventura épica. A distância de aproximadamente 300 a 350 quilômetros entre Bela Vista e Aquidauana, onde a impressão era realizada, tornava-se uma barreira quase intransponível. Naquela época, o asfalto era uma lenda distante. As estradas, compostas de terra ou revestidas com "pedras brancas cortadeiras", transformavam-se, após as chuvas, em verdadeiras armadilhas para os pneus. Uma viagem de 100 km de Bela Vista a Jardim podia consumir cinco horas ou mais. Era comum:

Carregar múltiplos pneus de reserva: três ou quatro pneus sobressalentes eram uma necessidade para cada viagem, dada a precariedade das vias.

Pousar em fazendas: atolamentos em trechos como os famosos "atoleiros" forçavam pernoites inesperados em fazendas ao longo do caminho.

A figura do jornalista: os fazendeiros recebiam os jornalistas com um misto de respeito e curiosidade, vendo-os como figuras de "glamour, de outro mundo", embora a realidade fosse de sacrifício, poeira e dedicação incansável.

O legado humano e intelectual de Ivaldo Pereira

O visionário que investiu em pessoas e cultura

Mais do que em papel e tinta, Ivaldo Pereira investiu em pessoas. Sua crença inabalável era que o jornal deveria ser forjado pelas mãos e mentes da própria comunidade. Por isso, ele custeava cursos, capacitando jovens bela-vistenses em todas as etapas da produção jornalística, desde a redação até a impressão. Dessa "escola" de talentos emergiram nomes que transcenderam as fronteiras regionais:

Sérgio Medeiros: professor universitário. Hoje, escritor de renome internacional e colunista da *Folha de S.Paulo*, iniciou sua jornada como colaborador na *Tribuna*, levando consigo a semente do jornalismo fronteiriço. Ainda garoto, aos 14 anos, participou da tradução do livro *A Retirada de Laguna*.

E os regionais como:

Paulo Abílio: tornou-se uma referência na comunicação regional em Jardim, consolidando um legado de informação e influência.

Ubaldino Rodrigues: um dos maiores repórteres policiais da fronteira, hoje atuando em outro ramo.

A sede do jornal era também um vibrante centro social. Nos momentos de folga ou durante os frequentes blecautes, o "campinho" em frente à redação transformava-se em palco para "peladas" acirradas, nas quais o próprio Ivaldo participava ativamente e, por vezes, encerrava a partida confiscando a bola quando a derrota se anunciava, revelando seu espírito competitivo e sua humanidade (parece ironia).

O intelectual das letras e das estradas

Ivaldo Pereira não era apenas um editor; ele era um operário incansável da palavra escrita. Sua vasta produção literária é o testemunho de um observador sensível da alma fronteiriça. Com mais de 10 livros publicados, ele imortalizou a cultura regional em obras que hoje são verdadeiras relíquias, como:

Pedras que rolam e na roda do Tereré: em que capturava a essência do cotidiano e os momentos de descanso do povo, com uma prosa que ressoava a cadência da vida local.

Contos de pensão e estórias que as quengas contam: mergulhando no submundo e na efervescente vida social das cidades de fronteira, com narrativas que desvelavam a complexidade humana.

Nas Matas do Perdido e *Carandazal da Serra*: retratando a geografia bruta e mística do Sudoeste, com descrições que transportavam o leitor para o coração da natureza selvagem.

Nos tempos de ira e esperança: em que ele fala das invasões de terras em nosso estado.

A sede de escrita se expandiu, novos horizontes se abriram e novas moradas surgiram, atendendo às necessidades regionais e ao pedido do seu povo pela abertura de novos caminhos da escrita. Além do jornal principal, Ivaldo foi um desbravador de mercados, fundando o *Jornal de Maracaju* – Maracaju, MS; o *Correio Jardinense* – Jardim, MS; e *O Lagunense* – Guia Lopes da Laguna.

Ali também nasceram os jornais *Jornal de Bonito* – Bonito, MS; *Tribuna Murtinhense* – Porto Murtinho, MS; *Tribuna de Caracol* – Caracol, MS; e *Jornal de Antônio*

João – Antônio João, MS, além de revistas especializadas em agropecuária, demonstrando uma compreensão precoce de que o desenvolvimento da região estava intrinsecamente ligado ao setor rural.

Visão de futuro: Rota Bioceânica

O jornalismo como farol e a Rota da Integração

O jornalismo da Rede Belavistense transcendia a mera informação; era um agente político e um farol visionário. O periódico insistia que o futuro da região residia nessa conexão entre os oceanos, e isso veio a transformar o "mato" em lavoura e o ceticismo em progresso econômico, uma visão que os arquivos históricos de hoje comprovam com clareza e precisão.

O que hoje se configura como a pujante Rota Bioceânica teve seus primeiros traços delineados sob a égide da Rota da Integração. Na década de 1990, em um cenário em que muitos consideravam a ideia uma utopia inalcançável, o jornal abraçou a causa com fervor. Figuras como o vereador Osório Miranda dos Santos, o ex-prefeito Heitor Miranda dos Santos, o ex-prefeito Abel Proença e o ex-vereador José Miranda da Fonseca, além dos jornalistas e fotógrafos desbravadores desse "mundão", Toninho Ruiz e Toninho Souza, foram os arquitetos intelectuais deste corredor de desenvolvimento. Por parte das pessoas que efetivamente "criaram" a Rota, os chilenos Jorge Sória e seu filho Mauricio Sória também trouxeram o desenvolvimento para toda a região.

Eles anteviram que a conexão entre os oceanos Atlântico e Pacífico, atravessando Paraguai, Bolívia, Argentina e Chile, seria a redenção econômica do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Ivaldo Pereira concedeu apoio irrestrito a esse movimento. O jornal tornou-se o principal veículo de defesa da rota, publicando editoriais persistentes que pressionavam os governos e informavam a população sobre os benefícios inestimáveis da integração sul-americana.



Figura 2 – Jornalista Toninho Ruiz, um dos que acompanham até hoje a rota. A foto próxima à Cordilheira dos Andes, do lado chileno; a outra, ao centro, de vermelho, Ozório Miranda dos Santos, o precursor da “Rota da Integração”, hoje Rota Bioceânica; e, bem à direita (último), o construtor da Rota em todos os sentidos, Jorge Sória (na época, prefeito de Iquique), hoje senador do Chile, mostrando os percursos da rota

Fonte: Acervo do autor (2026).

Da utopia do jornal à realidade do asfalto

A transição do papel para a realidade e a luta pelo asfalto

Por décadas, o asfalto foi uma promessa política vazia. Governos se sucediam, e o progresso era medido em gotas: em oito anos, apenas 6 km de asfalto foram construídos entre Bela Vista e Jardim. A pavimentação completa entre essas duas cidades levou 22 anos para ser concretizada, um testemunho da lentidão e dos desafios enfrentados.

Cada governo dava continuidade a esses asfaltamentos, e o povo dizia com firmeza e fé: “Desta vez vai!”. E, sim, saía; uns metros e nada mais. Assim continuava a saga e, com a mesma fé, todos bradavam em alto e bom som, até que, com o passar dos anos, a voz já nem saía mais: perderam a fé.

O estágio da “redenção”: o asfalto como libertação

Em minha narrativa, ressalto que a “redenção” da região adveio de uma mudança de rumo político. Essa redenção veio através do Governo de Zeca do PT, com o papel de desbravador que finalmente interligou os pontos cegos do mapa:

> *A Conexão Vital*: a ligação de Jardim à Bela Vista. A ligação de Antônio João a Porto Murtinho, passando por Bela Vista e Caracol, foi um marco crucial.
>
> *Visão de Longo Prazo*: muitos críticos da época argumentavam que as cidades “não produziam nada”, nem mesmo um pé de mandioca, mas a visão era de longo prazo. O asfalto não foi construído para servir ao que já existia, mas para permitir que a região florescesse e se integrasse ao mercado nacional e internacional.

Preservação da memória e a resistência no século XXI

O Projeto Arquivo Vivo: salvaguardando um patrimônio

Com a partida de Ivaldo, o desafio premente tornou-se a salvaguarda desse inestimável patrimônio. Dona Estela e seu filho Victor Hugo, imbuídos de um profundo senso de responsabilidade, decidiram que a memória da região pertencia ao povo. Após tentativas de doação a prefeituras que nem sempre compreenderam o valor intrínseco do material, o acervo encontrou seu “destino seguro” através do Professor Dr. Tiago Satim Karas e do Projeto Arquivo Vivo da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul). Hoje, esses jornais servem como fontes primárias essenciais para pesquisas geográficas e históricas sobre o Mato Grosso do Sul, perpetuando o legado de uma era.

A resistência contínua: o jornal na era digital

Atualmente, sob a liderança de Victor Hugo Velasquez Pereira, o jornal *Tribuna da Fronteira* persiste como o “carro-chefe” da rede. Enquanto inúmeros jornais impressos sucumbiram à inexorável era digital, ele resiste com sua periodicidade quinzenal, mantendo vivas as máquinas antigas e as letras de chumbo que contaram — e continuam a contar — a história vibrante da fronteira. Sua existência é um testemunho da paixão pela informação e da resiliência de uma família dedicada a manter viva a voz de sua terra.

Apêndice: cronologia da evolução técnica e humana

Para aprofundar a experiência do leitor, a tabela a seguir detalha a transição tecnológica e os marcos fundamentais da Rede Belavistense de Jornais, ilustrando a jornada desde a fundação até a preservação da memória.

Período/marco	Descrição técnica e operacional	Impacto no legado
1972: Fundação	Início das atividades em Bela Vista com foco na integração regional.	O jornal torna-se o "carro-chefe" para cidades como Jardim e Porto Murtinho.
A Era do Chumbo	Composição manual com tipos de chumbo, montando letra por letra em bacias.	Exigia precisão artesanal e um tempo de "fazer" que ignorava a pressa moderna.
A Revolução da Linotipo	Introdução de máquinas que fundiam chumbo para criar linhas inteiras de texto.	Modernização da redação, permitindo maior volume de conteúdo impresso.
Logística de Fronteira	Impressão inicial em Aquidauana; transporte em estradas de terra com até cinco pneus reserva.	Demonstra a resiliência da equipe, como Jane e Flora Velasquez, nas rotas poeirentas.
Fotografia Química	Uso de câmaras escuras, filmes e reagentes químicos para revelação manual.	Cada imagem era um ritual de suspense e perícia técnica antes da era digital.
Capacitação Local	Ivaldo custeava cursos para formar profissionais inteiramente bela-vistenses.	Formação de nomes como Sérgio Medeiros e Paulo Abílio.
2021: Projeto Arquivo Vivo	Início das conversas para doação do acervo à UEMS de Jardim sob a coordenação do Dr. Tiago Karas.	Garantiu a preservação definitiva de jornais como o Tribuna de Caracol e o Jornal de Maracaju.

O jornalismo *versus* o exército: resistência à censura

A linha tênue da liberdade de expressão

Na época da ditadura, com o Brasil sendo comandado por generais, viver e escrever na fronteira durante os anos de chumbo da ditadura militar significava trilhar uma linha tênue entre a informação e a repressão. O Exército Brasileiro, como principal força de autoridade na região, exercia uma vigilância constante e, por vezes, asfixiante

sobre o conteúdo impresso. A censura não se manifestava apenas em burocracias; ela era física e intimidatória, um espectro que pairava sobre a redação.

Relatos da época descrevem um cenário de monitoramento implacável. Se o jornal ousasse dar voz a figuras rotuladas como “comunistas” ou tecer críticas veladas à administração militar, a retaliação era imediata e severa: jipes militares cercavam a redação, edições inteiras eram recolhidas para o quartel, e os jornalistas eram “convocados” para prestar esclarecimentos. Ivaldo Pereira passou por muito disso, por essas “convocações”. Escrever, portanto, era um ato de coragem diário, em que cada palavra era pesada e ponderada para evitar o silenciamento forçado e a interrupção da missão de informar.

Crônicas da fronteira: o nascimento do jornalismo e a rota do futuro

A gênese artesanal: letras de chumbo e suor

O jornalismo na região sudoeste, com epicentro em Bela Vista, não brotou de grandes investimentos tecnológicos, mas de um esforço hercúleo que beirava a arte. Nos primórdios, a redação era um ambiente de paciência monástica. O processo de composição manual exigia que o tipógrafo “catasse” letra por letra em caixas de madeira, organizando-as meticulosamente em um “compunidor” — uma espécie de régua metálica ajustável. O domínio técnico era absoluto: era imperativo conhecer a posição exata de cada caractere (caixa alta para maiúsculas, caixa baixa para minúsculas) para que a notícia ganhasse corpo e clareza.

A grande revolução chegou com a Linotipo, uma maravilha da engenharia americana. O operador, sentado diante de um teclado, testemunhava a magia acontecer: braços mecânicos organizavam matrizes que eram banhadas em chumbo derretido, fundindo linhas inteiras de texto de uma só vez.

Esse equipamento, que ainda hoje se mantém preservado como relíquia funcional, transformou a velocidade da informação na fronteira, permitindo que o jornal circulasse de segunda a sábado, desafiando o isolamento geográfico e conectando a região ao mundo.

O presente: de cidades isoladas a corredores globais

A concretização de um sonho antigo

Hoje, o cenário descrito por este autor, que fez parte dessa construção, é a prova irrefutável de que os pioneiros estavam certos. Bela Vista, antes um ponto isolado no mapa, transformou-se em um nó estratégico na Rota Bioceânica, um corredor que conecta o Atlântico ao Pacífico. A visão de Ivaldo Pereira e de outros idealistas, que parecia utópica, materializou-se em asfalto, pontes e desenvolvimento. A região, que muitos consideravam improdutiva, floresceu, impulsionada pela infraestrutura que o jornal tanto defendeu.

O *Tribuna da Fronteira*, sob a liderança de Victor Hugo Velasquez Pereira, continua a ser um pilar da comunidade, adaptando-se aos novos tempos sem perder sua essência. A história do jornal é um lembrete poderoso de que a persistência, a visão e o compromisso com a verdade podem transformar realidades, mesmo nas condições mais adversas. É a saga de um guardião que, com chumbo e afeto, pavimentou o caminho para o futuro de uma fronteira.

Notas sobre os protagonistas

Ivaldo Pereira: o fundador, jornalista e escritor que apostou no talento local e na força da informação para transformar sua região.

Victor Hugo Velasquez Pereira: o herdeiro que, com dedicação, mantém o jornal em circulação, gerenciando o legado familiar e adaptando-o aos desafios do século XXI.

Sérgio Medeiros: ex-colaborador que hoje brilha na literatura nacional e internacional, carregando consigo a semente do jornalismo fronteiriço e a paixão pela palavra.

Dona Estela Velasquez Pereira: a revisora impecável, o apoio fundamental e a guardiã da cultura e da memória, cujo trabalho silencioso foi essencial para a qualidade e a longevidade do jornal.

Maria Aparecida "Jane" Velásquez e *Flora Velasquez*: as heroínas da logística, que enfrentaram estradas intransitáveis para garantir que a notícia chegasse a todos

os cantos da fronteira, personificando a resiliência e o espírito aventureiro da equipe.

Prof. Dr. Tiago Satim Karas: o visionário que, por meio do Projeto Arquivo Vivo da UEMS, garantiu a preservação definitiva do acervo do jornal, transformando-o em uma fonte inestimável para a pesquisa e a história regional.

João Carlos Velasquez: jornalista que, hoje, com muito orgulho, continua na área da escrita como professor, formado pela UEMS, Unidade de Jardim, e em Computação pelo IFMS – Campus de Jardim.

Por onde que eu começo? E agora, o que fazer? Desafios e trajetórias para instituir o Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo

Tiago Satim Karas

10.23899/9786586746600.2

Introdução

O projeto “Arquivo Vivo: acervo digital de Jornais como patrimônio documental na fronteira”, que também dá nome ao “Centro de Documentação Geo-histórico Arquivo Vivo”, é uma iniciativa do Grupo/coletivo “Documentação Geo-histórica do Sudoeste de Mato Grosso do Sul”, viabilizado por meio de edital da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), Edital nº 011/2023, com apoio da Lei Paulo Gustavo – Mato Grosso do Sul e do Ministério da Cultura, Governo Federal do Brasil, para fomento a ações culturais, nos termos da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto nº 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Tendo como foco fortalecer a diversidade cultural, promover a preservação e a divulgação do patrimônio documental por meio da digitalização do acervo da Rede Belavistense de Jornais (RBJ) e produzir materiais acessíveis, com suporte linguístico em Libras para pessoas surdas ou com deficiência auditiva, além de suporte em Braille para pessoas com deficiência visual, fortalecendo, dessa forma, a acessibilidade, o projeto caracteriza-se por sua perspectiva inovadora e pioneira, pois se trata de um acervo de jornais que estava praticamente desconhecido, abrangendo diversos municípios da Região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira entre Brasil e Paraguai, cuja sede era em Bela Vista, MS.

Uma iniciativa como essa também possui uma história e, como toda história, é praticamente impossível delimitar exatamente no tempo quando, de fato, surge algo novo, pois, ao compreender os fatos enquanto processos, isso transcende o espaço e o tempo objetivos. Tal como ocorre no movimento espaço-temporal e, por consequência, em suas contradições, essa história é tratada aqui enquanto trajetórias, em que o processo originou diversos desafios, reconhecendo isso como característica intrínseca de todo percurso.

Quando se fala em pesquisa no âmbito da geografia histórica, uma das maiores dificuldades, senão a mais importante, diz respeito ao acesso às fontes e aos documentos históricos, sobretudo quando se trabalha com acervo jornalístico.

Além dos obstáculos a respeito do acesso às fontes e aos documentos históricos, outra questão premente refere-se a como consultá-los, pois não basta ter acesso ao acervo jornalístico; é necessário considerar em que condições ele se

encontra, se está preservado ou não e se é possível e seguro, tendo em conta a situação do arquivo, utilizá-lo para a realização de pesquisas, consultas públicas, exposições etc.

Portanto, além de poder garantir o acesso ao acervo, sua preservação e salvaguarda, é necessário também organizá-lo de forma que possibilite o amplo e irrestrito acesso a toda a comunidade. Além disso, é preciso também possibilitar o acesso eficiente ao acervo. Assim, entende-se que não há outra possibilidade a não ser instituir um centro de documentação, lugar ideal e, por vezes, necessário, onde o acervo estará armazenado adequadamente e com segurança, organizado de forma que possibilite acesso e consulta aos jornais físicos e, por fim, onde seja realizado o trabalho de digitalização, organização do repositório digital e disponibilização para consulta e acesso remoto ao acervo.

Essas questões justificam, em linhas gerais, a proposta de criação do Centro de Documentação Geo-histórico Arquivo Vivo (CDGeo – Arquivo Vivo), vinculado ao Curso de Licenciatura em Geografia da UEMS, Unidade Universitária de Jardim. Entretanto, apesar de ainda não dispor das condições ideais, sobretudo no que diz respeito à organização do espaço físico, mesmo que muito já tenha sido realizado concretamente no âmbito deste projeto, é preciso refletir sobre seus desafios e trajetórias.

As questões propostas no título deste capítulo como provocação, “por onde que eu começo?” e “e agora, o que fazer?”, não se tratam apenas de força de expressão; pelo contrário, foi a forma encontrada de externalizar os desafios que estavam por vir — ou, quem sabe, anunciar trajetórias ainda não trilhadas, mas ditas em contextos distintos da atual situação do CDGeo e do Projeto Arquivo Vivo — e que será melhor compreendida no decorrer deste capítulo.

Assim, este capítulo tem como objetivo primeiro narrar o processo de redescoberta deste acervo e os desafios para instituir o Centro de Documentação Geo-histórico Arquivo Vivo, além de apresentar apontamentos, em linhas gerais e introdutórias, a respeito dos fundamentos da geografia histórica no que se refere ao acervo jornalístico como fonte de pesquisa empírica.

A metodologia adotada aqui neste capítulo consiste em narrar as experiências de organização do acervo da Rede Belavistense de Jornais, como uma dinâmica que move o sujeito pesquisador ao mesmo tempo em que movimenta a pesquisa, apresentadas desde o primeiro contato com o arquivo do *Correio Jardinense*, que se encontrava, à época, na Biblioteca Pública Municipal de Jardim, Biblioteca Professora

Rita Carmem Braga Lima, para, dessa forma, compreender a trajetória que resultou na criação do CDGeo Arquivo Vivo.

No entanto, para fins de apresentação didática, optou-se por subdividir esta narrativa em duas etapas distintas, mas, ao mesmo tempo, complementares: na primeira parte do capítulo, trata-se da redescoberta do acervo até a concretização da sua doação; a segunda parte diz respeito especificamente à criação do CDGeo e à aprovação do Projeto Arquivo Vivo.

O jornal não é uma pilha de papel velho

O contexto dessas experiências e práticas, por mais contraditórias que possam parecer, iniciou-se em pleno período da pandemia de SARS-CoV-2, popularmente conhecida como COVID-19. Assim, mesmo tratando-se de um período de restrições à circulação de pessoas e isolamento social, por mais traumático que isso tenha sido[1], foi justamente esse período que possibilitou o contato inicial com o acervo da Rede Belavistense de Jornais.

Na época, ao realizar atividades do projeto de pesquisa "Arranjos Territoriais do Capital Monopolista e Financeiro em Mato Grosso do Sul" e a orientação de projeto de Iniciação Científica "Arranjos Espaciais do Processo de Reconfiguração Econômica de Bonito-MS", devido às restrições de circulação e isolamento social, foi necessário reorganizar a metodologia, pois não seria mais possível realizar visitas a campo ou entrevistas. Tendo em conta as dificuldades para dar andamento às pesquisas e por indicação do acadêmico Eduardo Lima, egresso do Curso de Geografia, UEMS, Unidade de Jardim, tomou-se conhecimento da existência de "alguns jornais antigos" (como o próprio Eduardo se referiu) que, na época, ele havia visto na Biblioteca Pública Municipal de Jardim.

[1] Segundo dados do Ministério da Saúde, Departamento de Monitoramento e Avaliação de (DEMAS) da Secretaria de Informação e Saúde Digital (SEIDIGI), entre 27/03/2020 e 31/12/2021, período de maior letalidade da COVID-19, foram confirmadas 619.056 (seiscentos e dezenove mil e cinquenta e seis) óbitos (disponível em: Ministério da Saúde – COVID-19 no Brasil). E o Brasil é o segundo país com mais óbitos de COVID-19 comparado ao restante do mundo (disponível em: Gazeta do Povo). Os traumas são imensuráveis, a exemplo do ator Paulo Gustavo, cujo óbito, ocorrido em 4 de maio de 2021, tornou-se exemplo de luta e resistência da classe artística, setor que mais sofreu com a pandemia e que agora dá nome a esta lei de incentivo à cultura.



Figura 1 – Primeiro contato com o *Correio Jardinense*. Biblioteca Pública Municipal de Jardim, 18 de março de 2021

Fonte: Acervo do autor (2026).

Tratava-se do jornal *Correio Jardinense*, um dos jornais da RBJ, com cerca de dez volumes, a maioria encadernados e uma pequena parte de jornais avulsos. Ao se deparar com esse arquivo, de fato, mais do que suficiente para se impressionar com a quantidade de informações históricas e geográficas, sobretudo locais e regionais, posteriormente percebeu-se que esse material era somente uma pequena parte do que ainda seria tomado conhecimento a respeito do volume do acervo de toda a RBJ, além de outros jornais que existem ou existiam na região[2].

[2] Além da RBJ, temos conhecimento sobre o *Jornal Retirada da Laguna*, o *Jornal Tribuna Popular*, este em atividade até os dias de hoje, e também o *Jornal Estado do Pantanal*, neste caso, cobrindo um período mais recente e já desativado. Ao longo do percurso, foi-se tomando conhecimento desses jornais. Entretanto, logo de início, o que mais chamou a atenção foi o fato de que, ao se deparar com um acervo como o do *Correio Jardinense*, com tanto valor histórico e geográfico, local e regional, nada tivesse sido digitalizado até o ano de 2021. Esses jornais eram aparentemente desconhecidos para fins de pesquisas acadêmicas, mesmo havendo um Curso de Geografia da UEMS em Jardim. Como será retomado adiante, no caso da RBJ, o acervo era até mesmo pouco conhecido pela

Após esse primeiro contato e a tomada de consciência sobre sua importância histórica e geográfica, não seria coerente simplesmente ignorar aquilo que havia sido encontrado. Mesmo que, para isso, fosse necessário redirecionar as perspectivas de pesquisas futuras, passou-se a pensar em como dar o devido valor a essa fonte de pesquisa, aparentemente desconhecida, mas agora redescoberta.

Nesse sentido, a primeira iniciativa para dar visibilidade ao arquivo foi propor um Projeto de Ensino, realizado de forma remota entre os meses de outubro de 2021 e abril de 2022, sob o título "Rede Belavistense de Jornais: a fonte jornalística no ensino da geografia histórica local e regional" (Karas, 2022[3]). Nesta oportunidade, contou-se com a participação de diversos acadêmicos do curso de Geografia, bem como com a participação e colaboração da docente Gezeli Eberhard. Entre as atividades propostas, tivemos um encontro remoto com o jornalista João Carlos Velasquez[4], ocasião em que foi apresentada, em linhas gerais, a história da RBJ, além de alguns aspectos sobre a importância deste acervo. Foi no contexto de realização desta primeira atividade com esses jornais que os participantes, intensamente afetados pelo relato narrado por João Carlos Velasquez, ouviram o professor Tiago Satim Karas, coordenador do projeto, mencionar a expressão destacada no título deste capítulo: "Por onde que eu começo? E agora, o que fazer?" (Karas, Projeto de Ensino, 2021).

Ainda sobre essa inquietação de que algo deveria ser feito, o primeiro movimento para resguardar o arquivo e preservar essa fonte foi realizar a digitalização do jornal *Correio Jardinense*, mesmo sem dispor de recursos técnicos e apoio institucional para essa finalidade. A alternativa encontrada, por orientação da Professora Maria Madalena, Coordenadora do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS), foi a utilização de um sistema adaptado de fotodigitalização (Figura 2), ação esta empreendida entre os meses de agosto de 2022 e dezembro de 2023. Tal iniciativa consistiu na primeira fase de realização do Projeto de Pesquisa "Geografia Histórica e História do Lugar na Rede Belavistense de Jornais: o acervo digital como preservação

própria população local, sem que houvesse conhecimento de sua existência, inclusive por parte de instituições que há décadas trabalham com acervos históricos no Estado de Mato Grosso do Sul.

[3] KARAS, T. S. Relatório Final de Projeto de Ensino. Edital N.º 87/2021/DEPPE/PROE-UEMS. Título do Projeto: Rede Belavistense de Jornais: a fonte jornalística no ensino da geografia histórica local e regional. Enviado em 24 de junho de 2022.

[4] KARAS, Tiago Satim. Rede Belavistense de Jornais: a fonte jornalística no ensino da geografia histórica local e regional. Projeto de Ensino, Edital n.º 86/2021/DEPPE/PROE-UEMS. Participação do Jornalista João Carlos Velasquez, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HGTGGuA42eE. Acesso em: 26 jan. 2026.

da memória Geo-Histórica no Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul[5]" (Karas, 2024[6]).



Figura 2 – Início do projeto, utilizando-se um sistema adaptado de fotodigitalização

Fonte: Fabio Pellegrini (2023).

[5] Como já mencionado, essa primeira fase de digitalização dos jornais não contava com investimento e, por isso, não dispunha de acesso aos recursos técnicos necessários. Entretanto, mesmo realizando a digitalização a partir de imagens simples, com a utilização de aparelho celular de uso pessoal, foi possível realizar a digitalização das 765 edições, totalizando 6.167 páginas do *Correio Jardinense*, que podem ser acessadas na página da Hemeroteca Digital Rede Belavistense de Jornais. Ver em "orientações para acesso ao acervo digital". Será necessário fazer o download do "catálogo de links", podendo-se facilmente acessar as edições clicando no link correspondente ao número da edição, à data ou ao período de publicação. Como esse sistema não possibilita os recursos de busca avançada disponíveis atualmente na Hemeroteca Digital do CDGeo, futuramente, para que todo o acervo esteja disponível nesta plataforma, o jornal *Correio Jardinense* terá de ser digitalizado novamente. Enquanto isso não for possível, pode-se acessá-lo integralmente, conforme mencionado acima.

[6] KARAS, T. S. Relatório parcial de Projeto de Pesquisa. Edital UEMS nº 004/2018 – PROPP/UEMS PROJETOS DE PESQUISA. Título do Projeto: Geografia histórica e história do lugar na Rede Belavistense de Jornais: o acervo digital como preservação da memória geo-histórica no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Enviado em 8 de março de 2024.

A possibilidade de criar um Centro de Documentação na Unidade da UEMS de Jardim, bem como a própria realização do Projeto Arquivo Vivo, nesse contexto, ainda não passava sequer de um sonho distante. Entretanto, esse conjunto de atividades que, resumidamente, pode ser entendido como ações para dar visibilidade ao acervo, aos jornais e à própria Rede Belavistense, foi crucial para que fosse possível pensar nos próximos passos do projeto.

Assim, com o progresso dessas atividades iniciais, percebeu-se que o valor histórico e geográfico desse arquivo era ainda mais significativo do que se imaginava. Foi o caso, por exemplo, de uma indicação recebida do escritor James Jorge Barbosa Flores (o Jaminho), ainda em 2021, de que era muito provável que a família do fundador da RBJ, Ivaldo Pereira (*in memoriam*), pudesse ter guardado o acervo dos demais jornais da rede, inclusive o jornal *Tribuna da Fronteira*.

É preciso entender o tamanho do desafio, pois não se tratava somente do fato de nunca ter tido qualquer experiência de pesquisa na geografia histórica[7], mesmo que, de alguma forma, essa temática sempre tenha despertado interesse. Quando se fala em poder ter acesso a arquivos históricos e ao acervo jornalístico e, quem sabe, poder obter algum tipo de doação de jornais ao projeto e à UEMS de Jardim, não haveria qualquer possibilidade de isso acontecer sem antes adquirir, mesmo que mínima, experiência e conquistar a confiança de quem detinha o acervo.

A realização dos projetos iniciais, primeiro o Projeto de Ensino e, depois, o Projeto de Pesquisa, sobretudo em sua primeira fase, fez toda a diferença. Por um lado, foi a chance de adquirir, aos poucos, uma experiência prática com o trabalho e a pesquisa com jornais, mesmo que de forma muito primária e inicial; mas, sobretudo, foi uma oportunidade de dar visibilidade ao acervo e, por consequência, adquirir credibilidade e confiança. Por outro lado, ao realizar essas ações, surgiu a possibilidade de concretização de diversas parcerias e colaborações, envolvendo acadêmicos, docentes e demais interessados em documentos históricos e acervos de jornais. Tudo isso, em conjunto, contribuiu para fortalecer esta iniciativa.

[7] O único contato com a Geografia Histórica, quando da participação no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, com o PPGEO/UFRJ, realizado entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013, foi a participação no III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica, realizado entre os dias 5 e 10 de novembro, na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e a disciplina cursada sobre Espaço Urbano e Cultura, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto Lobato Correa, que também possuía relação com a Geografia Histórica.

Inicialmente, as parcerias envolveram os cursos de Geografia e Letras da Unidade de Jardim, mas posteriormente se estenderam também, por exemplo, ao Curso de Pedagogia da UEMS, Unidade de Campo Grande, bem como à Biblioteca Pública Municipal de Jardim e ao IHG-MS. Entre muitas outras, destacam-se as parcerias com a Secretaria de Cultura de Bonito, na pessoa de seu diretor, Wellington Luiz de Marchi; o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu diretor, Douglas Alves da Silva; e, mais recentemente, também a Secretaria de Educação de Jardim, a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer, Turismo e Cidadania e o Departamento de Cultura de Jardim, além do Centro de Documentação Regional da UFGD, por meio dos professores Dr. Paulo R. Cimó Queiroz e Dr. Carlos Barros Gonçalves.

Foi nesse contexto de aprimoramento e aprofundamento das pesquisas e da atuação docente, sobretudo a partir da compreensão da importância da UEMS como um todo, mas especificamente de seu destaque nas regiões interioranas do estado, como a Unidade Universitária de Jardim, localizada na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai[8], que começou a se imaginar a possibilidade de, em algum momento no futuro, obter a doação dos jornais à UEMS de Jardim e, por consequência, pensar na criação de um Centro de Documentação. Essa possibilidade ganhou ainda mais força pela oportunidade de ter contato com a existência da maior parte do acervo da RBJ, que se encontrava na sede, em Bela Vista[9], inclusive com a totalidade do acervo do jornal *Tribuna da Fronteira*.

No entanto, nessa ocasião, a doação de todo o acervo não passava de uma possibilidade remota. No máximo, havia a possibilidade de doação de uma parte, talvez o jornal *Tribuna Murtinhense*, que, segundo João e Victor (filho do Sr. Ivaldo), o município de Porto Murtinho/MS, na época, não havia manifestado interesse em manter no município. Outra questão que apresentava dificuldades no que diz respeito a estabelecer uma relação de confiança e poder, em algum momento, propor a doação desse acervo era o fato de que, segundo João, a família já havia feito a proposta de

[8] Abrangendo os municípios de Bela Vista (sede da RBJ e *Tribuna da Fronteira*); Jardim (*Correio Jardinense*); Bonito (*Jornal de Bonito*); Maracaju (*Tribuna de Maracaju*); Porto Murtinho (*Tribuna Murtinhense*); Caracol (*Tribuna de Caracol*); Antônio João (*Jornal de Antônio João*); Guia Lopes da Laguna (*O Lagunense*), também temos, em Bodoquena, o *Jornal da Bodoquena*, além do *Jornal da Agricultura e Pecuária* e do jornal *O Belavistense*. Somente este último não constituía parte da RBJ.

[9] Após tomar conhecimento de que esse acervo se encontrava na sede da RBJ, em Bela Vista/MS, e a partir de contatos realizados com o jornalista João Carlos Velasquez, à época acadêmico do Curso de Letras da UEMS, Unidade de Jardim, foi realizada uma visita ao acervo no dia 23 de julho de 2021, na Gráfica e Editora Tribuna da Fronteira.

doação desses jornais à Gerência da UEMS, Unidade de Jardim, em anos anteriores — mas, na época, a pessoa responsável não manifestou qualquer interesse (João Carlos Velasquez e Vitor Hugo Velasquez, informação verbal, 2023).

Desde a visita realizada na sede da RBJ até a concretização da doação dos jornais, ocorrida somente em 28 de outubro de 2023, passaram-se mais de dois anos. A questão que fica é se isso poderia ter ocorrido logo após a visita de julho de 2021. No entanto, como indicado anteriormente, em resumo: primeiro, por não ter nenhuma (ou pouca) prática e experiência de trabalho e pesquisa com acervos; segundo, por não estar definitivamente claro, em julho de 2021, se a família estaria disposta a fazer a doação de todo o acervo ou se seria somente uma parte; e terceiro e último, agravado pelo fato de a família já ter tido a iniciativa de doar para a UEMS de Jardim, mas não ter sido correspondida, optou-se pelo caminho mais longo, mas que, de alguma forma, apresentava mais chances de obter êxito no futuro.

Assim, em relação aos projetos propostos e mencionados há pouco, depois de um longo período de negociação com a família e de intermediação feita por João Carlos Velasquez, cunhado do Sr. Ivaldo Pereira, foi possível concretizar a doação de todo o acervo da RBJ que se encontrava na sede, em Bela Vista, cuja transferência foi realizada em 28 de outubro de 2023[10], incluindo o jornal *O Belavistense*[11].

[10] UEMS/Jardim: Curso de Geografia recebe doação de acervo da Rede Belavistense de Jornais. Disponível em: site official da UEMS. Acesso em: 26 jan. 2026.

[11] O jornal *O Belavistense* é um jornal que existiu em Bela Vista antes da RBJ. Ocorre que, segundo Victor Hugo Velasquez, quando seu pai decidiu criar inicialmente o *Tribuna da Fronteira*, o antigo proprietário do jornal *O Belavistense* doou um pequeno acervo, cerca de 40 edições, a Ivaldo Pereira para que pudesse guardá-lo. Essas edições de *O Belavistense* estavam junto ao acervo da RBJ doado à UEMS. Trata-se exatamente de 32 edições, totalizando 124 páginas e abrangendo o período de 15 de fevereiro de 1953 a 6 de dezembro de 1953.



Figura 3 – Doação do acervo da Rede Belavistense de Jornais, em 28 de outubro de 2023

Fonte: Acervo do autor (2026).

Concluindo, mesmo que parcialmente, é preciso reforçar que, ao compreender os fatos históricos não como fatos em si, mas como constitutivos de um processo espaço-temporal, aproxima-se daquilo que o professor Milton Santos defende sobre o método de pesquisa em Geografia, no que diz respeito a "pesquisar em como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual" (2012, p. 135).

Algumas dessas especificidades, tomando como ponto de partida o estudo do "funcionamento do espaço" com base em fatos históricos, sobretudo o jornal como fonte de pesquisa empírica, poderão ser conhecidas e aprofundadas pelos leitores nos capítulos subsequentes — ao menos é o que se espera. No entanto, há apenas um detalhe de ordem prática e empírica que não poderia "passar esquecido". Parafraseando Milton Santos, a respeito de como o tempo passado e o tempo presente podem explicar a dinâmica do espaço atual, cabe a leitura da matéria de capa do *Correio Jardinense*,

edição nº 770, de 6 de abril de 1994, na qual se sugere a transformação do “corredor sofrido” no “corredor da esperança”.

Mas o que isso tem a ver com a presente discussão? Informações preliminares obtidas sugerem que o “corredor sofrido”, resumidamente, se refere à “faixa de terras desta região fronteiriça que era esquecida e de difícil acesso”, não só porque, até o início da década de 1990, as estradas desta região não eram pavimentadas, mas também pelo fato de que, antes da divisão do estado de Mato Grosso, ocorrida no ano de 1977, o Sul do estado ficava muito distante da capital de Mato Grosso, Cuiabá.

No entanto, aqueles que tiverem interesse em ler os jornais e aprofundar suas pesquisas poderão se dar conta de que não se trata de um lugar esquecido ou desconhecido. Na melhor das hipóteses, e por mais irônico que possa parecer, o suposto desconhecimento a respeito desses jornais, agora (re)descobertos, não diz respeito ao valor histórico e geográfico que é próprio deste lugar e deste acervo, mas ao uso que se faz dele. Ou seja, caso o arquivo venha a ser bem utilizado, as informações empíricas obtidas nesse acervo poderão apontar caminhos para explicar o funcionamento do espaço local, regional e fronteiriço atuais, desde que o jornal não seja reduzido a uma pilha de papel velho ou àquele ditado muito conhecido entre os antigos: o chamado “arquivo morto”.

Centro de Documentação Geo-Histórico e Projeto Arquivo Vivo

Quando surgiu a oportunidade de trabalhar com esses jornais, bem como durante o próprio processo de tomada de consciência sobre seu valor histórico, geográfico e cultural, já nas primeiras ações e no decorrer das atividades e projetos aqui narrados resumidamente, a questão exposta no título deste texto sempre esteve latente. Primeiramente, o que fazer quando se toma conhecimento da existência de um acervo jornalístico como tal? Mas, além do “que fazer”, mais complexo é o “como fazer”. Desde o início, a única certeza que se tinha era de que algo precisava ser feito; as possibilidades surgiram ao longo do processo. Com o tempo, foi possível perceber a importância da UEMS como instituição de Ensino Superior para a salvaguarda de documentos históricos, mas também, e sobretudo, do Curso de Licenciatura em Geografia desta Unidade Universitária e do fazer acadêmico que move o sujeito pesquisador ao mesmo tempo em que movimenta a pesquisa.

Houve até mesmo algumas situações que podem ser consideradas inusitadas. Por exemplo, como explicar para as pessoas sobre esses jornais da RBJ, inclusive docentes, pesquisadores, acadêmicos ou mesmo coordenadores de instituições com décadas de experiência e trabalho com arquivos históricos no estado de Mato Grosso do Sul, quando, em certas vezes, tinha-se a sensação de estar falando de algo que não existia? Ou ainda quando, em contato com um interlocutor a respeito de informações sobre a existência do jornal *O Lagunense*, foi informado que "ele está verificando onde guardou esses jornais, ele não lembra se guardou na fazenda ou se na casa dele" (Interlocutor, informação verbal, 2023).

Isso também justifica a estratégia de iniciar com pequenas ações e projetos para, em primeiro lugar, divulgar e dar visibilidade ao acervo e, com isso, transformar a experiência inicial em possibilidades de obter segurança, confiança e fortalecer a relação universidade versus comunidade, como um dos pilares do fazer acadêmico.

Foi esse conjunto de situações e acontecimentos, somado à colaboração e ao comprometimento coletivo, em especial de docentes e discentes da UEMS dos cursos de Geografia, Letras e Pedagogia, que tornou possível realizar desde a ida a Bela Vista para fazer o transporte do acervo, escrever o projeto inicial e passar por todo o processo de limpeza, organização e relação do acervo, até a própria realização do Projeto Arquivo Vivo e, posteriormente, a escrita, organização e publicação deste livro, feito a muitas mãos.

Não é possível, no curto espaço deste capítulo, detalhar todas as experiências e práticas de organização, digitalização e difusão do acervo em plataforma digital. Isso será melhor aprofundado no terceiro capítulo. Entretanto, a proposta neste momento é, por um lado, compreender a dimensão da aquisição desse acervo para a criação do CDGeo e, por outro, sua relevância para a realização do Projeto Arquivo Vivo e, por consequência, o mérito tanto do projeto como do CDGeo para difundir o acervo da RBJ. Ou seja, sem esse acervo, não seria possível a existência do CDGeo e do Projeto Arquivo Vivo. No entanto, uma vez viabilizados, isso retorna à sociedade em forma de valor cultural.

No que diz respeito ao CDGeo, apesar de vários avanços, a maior dificuldade tem sido a necessidade de uma melhor organização do espaço. Apesar disso, a recente transferência do projeto para uma sala de aula com espaço maior e adequado — espaço este inexistente para o projeto até o início do ano de 2026 — representa um avanço. Ainda há, contudo, a necessidade de melhor organização para o atendimento no CDGeo,

com práticas adequadas para armazenamento, organização e trabalho de digitalização, além de espaço para recepção e, quando necessário, para o manuseio e a realização de pesquisas no arquivo.

Em relação ao Projeto Arquivo Vivo, assim que foi realizada a transferência do acervo[12], poucos dias depois, tomou-se conhecimento da publicação do edital da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), Edital nº 011/2023, com apoio financeiro do Ministério da Cultura, por meio da Lei Paulo Gustavo. Sem esse apoio financeiro, certamente, as ações do Centro de Documentação, como organização, digitalização, difusão e disponibilização dos jornais para consulta pública e gratuita, não teriam atingido o mesmo impacto e repercussão.

Um detalhe que também colaborou para a elaboração da proposta foi o fato de que, nesse contexto, já haviam sido realizados vários contatos e estabelecidas parcerias com diferentes pessoas e instituições, como mencionado anteriormente. Foi essa rede de contatos que possibilitou a criação do Grupo/Coletivo "Documentação Geo-histórica do Sudoeste de Mato Grosso do Sul", contando atualmente com vinte e cinco membros. Foi a criação desse grupo que possibilitou a submissão do projeto na modalidade "Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física" (FCMS, 2023).

Cabe destacar também que o presente Edital 011/2023, publicado em 26 de outubro de 2023, apenas dois dias antes de receber a doação do acervo, tem como objeto, em seu item 2, "[...] a seleção de projetos de execução de ações culturais, nas categorias listadas no item 3.3, para receberem apoio financeiro por meio da celebração de Termo de Execução Cultural" e, no subitem 2.2, letra "a", o objetivo de "contribuir para o enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 no setor cultural do Estado de Mato Grosso do Sul – MS".

Diante disso, foi submetida a proposta de projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de Jornais como patrimônio documental na fronteira". Com a aprovação do projeto e o

[12] Na mesma oportunidade em que foi realizada a recepção e transferência do acervo, em 28 de outubro de 2023, contando com a colaboração dos docentes Ana Maria Soares de Oliveira, Cristiane Dambrós, Greisse Quintino Leal e Tiago Satim Karas, e dos discentes Victor da Cruz Bezerra e Othon Augusto Pinheiro Junior, do Curso de Geografia, também foi recebida a doação de uma imensa quantidade de livros da biblioteca particular do Sr. Ivaldo Pereira. Esses livros, após serem limpos, colocados em quarentena e selecionados, foram destinados a diferentes finalidades: alguns foram incorporados ao acervo da biblioteca da UEMS; outros, que não puderam ser incorporados, mas que têm relevância local e regional, foram mantidos no CDGeo; e a imensa maioria, por serem livros dos mais distintos assuntos, inclusive religiosos e espíritas, foi doada aos alunos da Unidade da UEMS de Jardim.

acesso aos recursos da ordem de R$ 74.669,54 (setenta e quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), deram-se início às ações do projeto com a finalidade de cumprir as seguintes metas:

> Digitalizar 20.000 (vinte mil) páginas do acervo da Rede Belavistense de Jornais, com reconhecimento de caracteres *"Optical Character Recognition"*; disponibilizar e compartilhar acesso indexado ao acervo digitalizado; realizar atividades de divulgação envolvendo instituições de Ensino Superior, Ensino Técnico, Educação Básica e comunidade em geral sobre as ações do projeto; produzir materiais acessíveis de divulgação cultural e acadêmica, como, por exemplo, notas de jornal, revistas, periódicos, artigos científicos, livros, suporte linguístico em Libras para pessoas surdas e com deficiência auditiva e publicações em geral; subsidiar a criação de projetos, sendo eles: ensino, pesquisa e extensão (Projeto Arquivo Vivo, 2023).

Assim que aprovado e assinado o Termo de Execução Cultural, em 29 de outubro de 2024, e tendo acesso ao recurso já no início do mês de novembro de 2024, deu-se início à compra dos equipamentos e materiais do projeto, como scanner, notebook, unidades de armazenamento externo e materiais de uso geral para a manipulação dos jornais, como luvas, máscaras, toucas, entre outros. O trabalho propriamente dito de digitalização iniciou-se somente no dia 3 de fevereiro de 2025[13].

Entretanto, para marcar o início da execução desse empreendimento, foi realizado um evento de lançamento do Projeto Arquivo Vivo, em 9 de abril de 2025[14]. O evento contou com a participação de diversos convidados, docentes e pesquisadores para a realização de uma roda de conversa sobre "Memória, Patrimônio Documental e a importância do Jornal como Fonte de Pesquisa", além da realização de homenagens à memória de Ivaldo Pereira e da participação de outros convidados especiais que contribuíram com esses jornais, em uma atividade cultural e de confraternização.

[13] Ao iniciar a digitalização do acervo, surgiram inúmeros desafios. No entanto, não é possível fazer esse detalhamento neste capítulo, pois esse é o objetivo do próximo capítulo, no qual isso será retomado e aprofundado.

[14] Mais informações em: UEMS lança projeto Arquivo Vivo e homenageia pioneiros da imprensa regional da fronteira. Acesso em: 28 jan. 2026.



Figura 4 – Lançamento do Projeto Arquivo Vivo, realizado em 9 de abril de 2025, com as seguintes atividades: 1. Apresentação artística de Ossuna Braza; 2. Distribuição de brindes; 3. Roda de conversa com o tema "Memória, Patrimônio Documental e a Importância do Jornal como Fonte de Pesquisa"; e 4. Homenagem *in memoriam* ao fundador da Rede Belavistense de Jornais, Ivaldo Pereira

Fonte: Acervo do autor (2026).

Todo o processo de divulgação das atividades do projeto, ainda em execução até a data de publicação deste livro, é realizado considerando tanto a publicação de matérias jornalísticas em canais externos[15], quanto publicações que contam com o apoio da Diretoria de Comunicação Social da UEMS[16], além da divulgação dessas ações em redes sociais e canais institucionais[17] criados exclusivamente para essa finalidade.

[15] PELLEGRINI, Fabio. Projeto científico da UEMS Jardim disponibiliza acervo digitalizado de jornais da região. Acesso em: 28 jan. 2026. PELLEGRINI, Fabio. Biblioteca Municipal doa acervo histórico de jornais para grupo de pesquisas da UEMS Jardim. Acesso em: 28 jan. 2026. TRIBUNA POPULAR. UEMS lança hemeroteca digital e amplia acesso ao acervo histórico da imprensa do Sudoeste de MS. Acesso em: 28 jan. 2026.

[16] Já foram publicadas diversas reportagens sobre o assunto, algumas das quais foram reproduzidas aqui neste capítulo. Entretanto, destaca-se a entrevista feita pelo Diretor de Comunicação Social, Rubens Urue: Diretoria de Comunicação Social da UEMS. Entrevista Projeto Arquivo Vivo, prof. Dr. Tiago Satim Karas.

[17] Redes sociais do Projeto Arquivo Vivo: Facebook, Instagram, e YouTube – Canal CDGeo Arquivo Vivo.

Inclui-se, ainda, a criação do site do CDGeo, hospedado no servidor central, na sede da UEMS, em Dourados[18].

Destacam-se também, no âmbito da divulgação do projeto e do CDGeo, as inúmeras ações de apresentação e exposição em eventos locais[19], inclusive a participação do projeto, com a presença dos bolsistas e acadêmicos do Curso de Geografia Alan Benites de Souza e Cristina Gerda Nagel, na 10ª Feira de Ciências da Região Sudoeste de Mato Grosso do Sul – FECIOESTE, realizada no IFMS, Campus de Jardim.

Ainda sobre o Projeto Arquivo Vivo, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade e à inclusão previstas na Lei Paulo Gustavo e no Edital nº 011/2023, conforme consta no item 10, os projetos devem "contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto [...]". Já o subitem 10.2 estabelece que as propostas "devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto".

Nesse sentido, a proposta inicial do projeto visa "à garantia da acessibilidade de pessoas com deficiência visual e surdez", contemplando as seguintes ações: 1. utilização dos jornais digitalizados como fonte acessível de pesquisa para pessoas com deficiência visual, aliada a softwares que realizam leitura de tela; 2. interpretação em Libras durante a realização de eventos do projeto, para garantir a acessibilidade linguística às pessoas surdas; 3. produção de materiais acessíveis em Libras e Braille, a fim de orientar sobre como acessar os jornais digitalizados; 4. desenvolvimento de materiais, como livretos e folders em Braille (Projeto Arquivo Vivo, 2023).

Esses materiais estão disponíveis para uso e consulta no CDGeo e, no caso dos vídeos em Libras, também podem ser acessados pelas redes sociais mencionadas em nota anterior. Os materiais adaptados, elaborados e disponibilizados em meio digital,

[18] A criação do site do CDGeo Arquivo Vivo (https://cdgeo.uems.br/) se deu a partir do plugin e software livre Tainacan, aspecto que fez total diferença e compõe uma das ações para a difusão do acervo, que será melhor discutida no terceiro capítulo.

[19] Apresentação no I Café Filosófico da Escola Estadual Antônio Pinto Pereira, em 26 de setembro de 2026; exposição temática sobre a Mate Laranjeira na Jornada Estadual do Patrimônio de MS, como também a participação no Projeto de Ensino Representações dos Povos Ancestrais, coordenado pela Profa. Dra. Adélia Maria Evangelista Azevedo; exposição temática dos jornais e oficina "Projeto Arquivo Vivo: acervo dos Jornais da Rede Belavistense", realizada no âmbito da IX Semana Acadêmica de Geografia, UEMS de Jardim, entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro de 2025.

como os vídeos de apresentação em Libras, foram produzidos pela professora surda Cleydineth Trefzger Soares, com o suporte da tradutora e intérprete Thays Ribeiro de Lima Santana (Figura 5). Já os materiais acessíveis em Braille foram traduzidos e impressos por empresa especializada. Além de estarem disponíveis para acesso no CDGeo, foram também entregues cópias às Salas de Recursos Multifuncionais da Educação Básica.



Figura 5 – Apresentação do Projeto Arquivo Vivo em Libras, realizado pela professora surda Cleydineth Trefzger Soares, com suporte da tradutora e intérprete Thays Ribeiro de Lima Santana

Fonte: Acervo do autor (2026).

Ainda sobre a acessibilidade e a adaptação de materiais do projeto em Braille, também foi realizada uma parceria com o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-DV), da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, para a impressão em Braille de um resumo expandido com informações mais detalhadas sobre o projeto. Foram impressas vinte cópias, totalmente gratuitas, para serem entregues nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas públicas estaduais nos municípios de abrangência desta rede de jornais.

Portanto, o Projeto Arquivo Vivo é muito mais do que a realização da salvaguarda e conservação de um acervo de jornais: é uma iniciativa inovadora para preservar a memória, visando à disponibilização, à democratização e à inclusão no acesso de toda a comunidade a este valioso acervo de jornais.

Considerações finais

Os desafios e as trajetórias para instituir o Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo, brevemente narrados neste capítulo, consistem no esforço de traduzir em palavras, de forma pontual, clara e objetiva, a satisfação de viver essa experiência enquanto pesquisador e docente do Curso de Licenciatura em Geografia da UEMS, Unidade Universitária de Jardim.

O volume de informações e dados que estão sendo organizados, digitalizados e disponibilizados para acesso por meio da Hemeroteca Digital do CDGeo ainda não é capaz de proporcionar um olhar sobre o todo, se é que isso será possível algum dia. Dificilmente, quem sabe, os estudantes de hoje, professores e pesquisadores de amanhã poderão fazer isso com maior abrangência. Muito provavelmente, esse olhar sobre o acervo — tanto os jornais da Rede Belavistense de Jornais quanto outros que foram aqui apenas citados — sobre a sua totalidade, de forma integral e objetiva, não existe. O que se deve buscar, seguramente, é um olhar histórico sobre os fenômenos espaciais, capaz de provocar uma heterogeneidade de percepções, a fim de descortinar aparentes superficialidades dos arranjos de produção dos espaços locais, regionais e fronteiriços. Como já observado em entrevista concedida à Diretoria de Comunicação Social da UEMS, a compreensão deste acervo como fonte de pesquisa empírica corrobora o pensamento de que “a geografia sem a história é como um espaço sem identidade” (Karas, entrevista, 2025).

Assim, esta iniciativa, ainda que tudo indique estar somente no início, também pode proporcionar mais um capítulo no intuito de compreender a geografia histórica desta fronteira Brasil/Paraguai, na Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, lugar de inúmeros eventos significativos, de tantas histórias que redefiniram esse lugar no passado e que se reencontram no presente, agora a partir da correta destinação de um acervo jornalístico tão significativo. Agora, não mais um amontoado de papel velho, mas história, geografia, cultura, educação, política, meio ambiente, infraestrutura, entre muitos outros temas — mas, sobretudo, um arquivo vivo.

Referências

CORREIO JARDINENSE. Pedrossian Visita hoje Jardim e Guia Lopes da Laguna: Vistoria Obras que Transformam o “Corredor Sofrido” no Corredor da Esperança. Jardim, Mato Grosso do Sul, ano 18, n. 770, p. 1. **Hemeroteca Digital Rede Belavistense de Jornais**, 8 abr. 1994. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uAm7jcorhMKow6U06ieB-Os7h7jr0Xac/view. Acesso em: 28 jan. 2026.

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL. Edital nº 011/2023, de 26 de outubro de 2023. Torna pública a seleção de projetos de execução de ações culturais. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 26 out. 2023.

PROJETO ARQUIVO VIVO. Edital nº 011/2023 de 26 de outubro de 2023. Torna pública a seleção de projetos de execução de ações culturais. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS. n. 11.305, 26 de outubro de 2023. p. 38.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

Os periódicos no Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD: notas sobre uma experiência

Paulo Roberto Cimó Queiroz
Carlos Barros Gonçalves

10.23899/9786586746600.3

A experiência do Centro de Documentação Geo-Histórico da UEMS/Jardim (CDGeo – Arquivo Vivo), que deu origem ao presente livro, constitui uma excelente oportunidade para uma reflexão acerca do valor dos periódicos como fonte de estudos e, consequentemente, da importância de sua preservação.

Entre os vários meios de comunicação de massa que se desenvolveram a partir do século XIX, a imprensa escrita — jornais e revistas — destaca-se pelo fato de constituir um registro duradouro, na medida em que seu testemunho permanece gravado em papel até muito tempo depois do momento de sua produção. Tais testemunhos, como se pode imaginar (e como, efetivamente, tem ocorrido na prática), são ou podem ser muito úteis a pesquisadoras(es) das mais diversas áreas. Nas palavras de José Honório Rodrigues, um dos mais importantes historiadores brasileiros do século XX, o jornal "pode dar-nos a cor e a vivacidade de uma época, pode guiar-nos nas manobras externas da vida política, pode fornecer-nos várias e curiosas notícias de história social e econômica" (Rodrigues, 1978, p. 198).

É claro que os testemunhos contidos nos periódicos não podem ser apropriados pelas(os) pesquisadores sem os devidos cuidados. Tais testemunhos não são o "reflexo" da realidade; neles, ao contrário, o processo histórico real — quando não está simples e cuidadosamente omitido — pode aparecer e frequentemente aparece incompleto, enviesado ou mesmo totalmente distorcido. Atordoado com essas situações, um autor citado por Tânia de Luca chega a dizer que o uso dos jornais como fontes históricas constitui um procedimento de "complexidade desanimadora": "Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo" (Luca, 2008, p. 116).

Cuidados são necessários quer se busque a história *dos* periódicos, quer a história *por meio dos* periódicos, na feliz distinção operada por Tânia de Luca (2008). O desafio é sempre evitar tomar tais publicações "como meras fontes de informação" (Cruz; Peixoto, 2007, p. 256), vale dizer, evitar um tipo de uso "instrumental e ingênuo", tomando os periódicos como "meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador" (Luca, 2008, p. 116).

Esse tipo de problema está presente, a rigor, em todos os tipos de fontes, ou seja, ele não constitui uma "deficiência" exclusiva dos periódicos. Assim, a boa notícia é que dispomos hoje — graças, em grande parte, às sucessivas ondas de renovação temática

e metodológica promovidas pela *Escola dos Annales* — de um instrumental teórico que nos permite enfrentar a mencionada complexidade.

O que se recomenda, então, é problematizar cada periódico em si. O que se requer, em primeiro lugar, é *historicizar* a fonte, observando, desde logo, "os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural"; assim, é preciso levar em conta "as condições técnicas de produção vigentes [na época] e a averiguação, dentre tudo [de] que se dispunha, do que foi escolhido e por quê" (Luca, 2008, p. 132).

É preciso examinar "a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e a divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos" (Luca, 2008, p. 138). Ademais, uma vez que o pesquisador "trabalha com o que se tornou notícia", é preciso averiguar as "motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa", atentando-se igualmente ao "destaque conferido ao acontecimento" e ao "local em que se deu a publicação" — se, por exemplo, na capa ou em alguma página interna. Convém também "identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos", bem como "inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário" (Luca, 2008, p. 140).

A esse respeito, Cruz e Peixoto efetuam interessante ressalva: "Mais do que atribuir características fixas às publicações, a análise sobre o projeto editorial do jornal deve conduzir a indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado", buscando identificar "posicionamentos, projetos, alinhamentos sociais em cada conjuntura" (2007, p. 264). Em todos esses procedimentos, é especialmente útil o conceito de *representação*, que permite "assinalar e articular [...] as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social" (Chartier, 2011, p. 20).

Em resumo, mediante determinados procedimentos, os periódicos podem converter-se em valiosíssimas fontes para quase qualquer tipo de estudo, conforme assinalamos no começo deste texto. E o valor documental dos periódicos mais se eleva em face de uma importante circunstância, muito comum em terras brasileiras: a falta de arquivos organizados, capazes de colocar a documentação oficial ou privada à

disposição das(os) pesquisadoras(es). Essa falta é ainda mais notável em nosso estado, onde, com pouquíssimas exceções, não existem, por exemplo, arquivos municipais, e os arquivos de instituições privadas, quando existem, nem sempre estão abertos à pesquisa[1]. Nesse contexto, os jornais — sobretudo aqueles cuja existência se estende ou estendeu por um longo período de tempo — tornam-se fontes indispensáveis e, frequentemente, as únicas disponíveis.

Compreende-se, assim, que os periódicos se tenham tornado parte saliente do acervo do Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados — criado em 1983 ainda no âmbito do Centro Universitário de Dourados (CEUD), então pertencente à UFMS (que em 2005 se transformaria na UFGD). De fato, o CDR marcou-se, desde o início, por duas características básicas: a intenção de reunir fontes de pesquisa sobre Mato Grosso do Sul, colocando-as à disposição das(os) interessadas(os), e um propósito multidisciplinar, ou seja, voltado aos estudos regionais nas mais diversas áreas do conhecimento (embora tivesse como foco, por certo, as Humanidades e, em seu interior, a História, a Geografia, as Letras e a Educação).

A historiadora Zélia Lopes da Silva, ao contextualizar as iniciativas pela preservação de documentos, na década de 1980 (que resultaram no surgimento dos primeiros centros de documentação no interior das universidades), apontou, para aquele momento, uma circunstância que é válida ainda hoje: a escolha da documentação a ser preservada e a valorização de uma história de viés local ou regional, como forma de evidenciar uma memória coletiva plural, não materializada em estudos mais amplos, deslocados do seu local de inserção espacial (Silva, 1999, p. 85-87). Com essa potencialidade, o acervo de periódicos, guardador de fartos vestígios do cotidiano, constitui-se em material valioso para pesquisas a respeito da espacialidade histórica regional, não apenas do Sul, mas de todo o Mato Grosso do Sul.

A partir dessa compreensão, seguem algumas notas a respeito do acervo de periódicos do Centro de Documentação Regional da UFGD e do trato a ele dispensado, bem como do processo de sua formação.

[1] No que concerne a periódicos, vale registrar os acervos de instituições como o Núcleo de Documentação Histórica da UFMS/Três Lagoas e o IHGMS; destacamos também o importante acervo do Museu Municipal de Dourados, que inclui títulos como *O Douradense* (1948-1950) e o *Jornal de Dourados* (1959-1960).

A hemeroteca do CDR/FCH/UFGD: rápida caracterização

José d'Assunção Barros lista oito tópicos essenciais para a caracterização de um jornal: a periodicidade, a abrangência de assuntos, a busca de vários segmentos de leitores, a interação entre informação e discurso, a produção multiautoral, a polifonia de textos, o largo alcance e o efeito de realidade; segundo o autor, essas particularidades se juntam para formatar os periódicos como "uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade" (Barros, 2019, p. 177).

Contudo, o conceito de periódico adotado pelo CDR é mais amplo: desde que o impresso se revele útil para os estudos regionais, ainda que se destine a públicos específicos e não possua periodicidade regular, ele tem lugar em nossas coleções. Assim, nosso acervo de periódicos compõe-se dos mais variados tipos de impressos, desde os "grandes" jornais (diários ou semanais) até os periódicos estudantis, passando por publicações científicas, literárias, sindicais, de humor, de variedades, de propaganda etc.

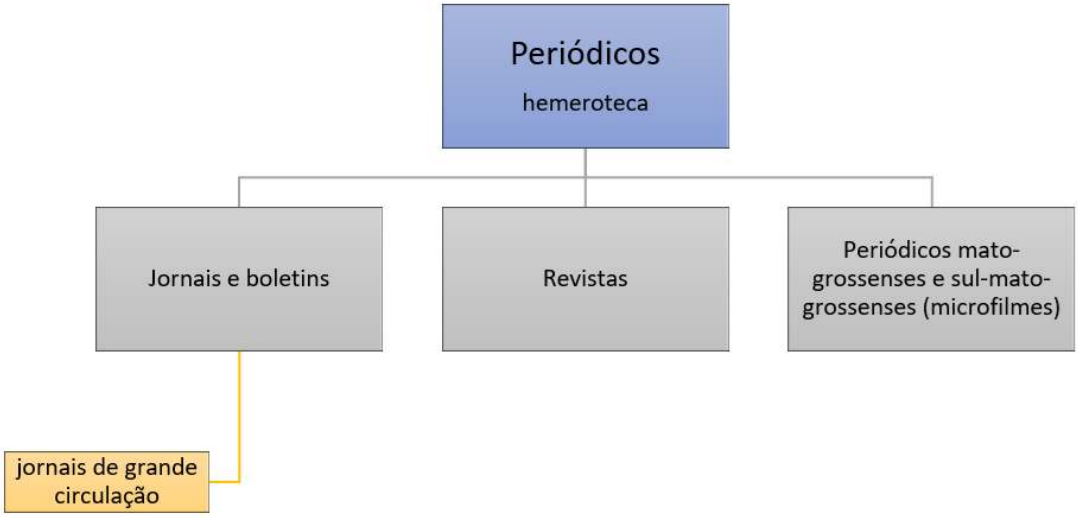
Uma definição ampliada auxilia a própria catalogação dos títulos, não raro marcados pela fluidez de nomeação e pela falta de informações editoriais ou de produção, as quais permitiriam uma organização mais precisa. Partindo dessa concepção elástica de periódico, é possível afirmar que nossa sociedade demonstra forte familiaridade com a presença desses impressos em seu cotidiano; se adicionarmos os periódicos virtuais, para os nascidos no século XXI, essa percepção ganha fôlego. Tal como ressaltou José d'Assunção Barros, dificilmente seria necessário explicar aos habitantes citadinos o que é um jornal (ou outro tipo de periódico).

O acervo de periódicos do CDR/UFGD é formado por duas coleções principais: 1) Jornais e boletins e 2) Revistas[2]. Além destas, temos uma coleção que se encontra, atualmente, praticamente em desuso: trata-se de *Periódicos mato-grossenses e sul-mato-grossenses*, constituída por mais de 100 caixas de microfilmes contendo dezenas de jornais de MT/MS (desde o primeiro, fundado em Cuiabá em 1839). Esse material foi adquirido junto à Biblioteca Nacional há quase duas décadas, em uma época, portanto, em que ainda não se dispunha de grandes coleções digitalizadas. Nos dias atuais, esses periódicos já estão disponíveis, em grande parte (senão todos), na Hemeroteca Digital

[2] Coleção é aqui entendida como um conjunto de "documentos com características comuns, reunidos intencionalmente" (Arquivo Nacional, 2005, p. 52).

da BN; de todo modo, caso necessário, os microfilmes podem ser consultados nas leitoras do próprio CDR.

A estrutura de organização da hemeroteca pode ser vista na figura abaixo.



Fonte: Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD. Elaboração própria.

Os títulos que compõem as coleções de revistas, jornais e boletins são, majoritariamente, sul-mato-grossenses, mas incluem periódicos de Mato Grosso, de outros estados vizinhos e também do Paraguai. Em *Jornais e boletins*, com mais de 700 títulos, estão catalogados periódicos de 35 municípios sul-mato-grossenses (quase a metade do total de municípios do estado), além de 10 cidades de outros estados, cujos títulos contemplam assuntos voltados ao escopo de atuação do CDR.

Nessa coleção, encontram-se jornais douradenses de grande circulação, como *O Progresso* (1951-2021), o mais longevo jornal a circular em Dourados e na região sul, *a folha de dourados*[3] (1968-2012), primeiro jornal diário do município, e o *Diário MS* (1993-2019), além de jornais de outras cidades, como *Correio do Estado* (1979-2022, Campo Grande) e *O Estado de Mato Grosso do Sul* (2005-2021, Campo Grande)[4]. Entre os periódicos mais antigos, destaca-se uma rara coleção, ainda que parcial, da *Gazeta*

[3] As iniciais minúsculas correspondem à grafia utilizada pelo próprio periódico.

[4] O intervalo temporal indicado para cada impresso corresponde ao período para o qual o CDR dispõe de edições em seu acervo, e não, necessariamente, ao período de existência do jornal ou revista.

Oficial do Território Federal de Ponta Porã, correspondente ao período de março a agosto de 1946. Há também jornais de menor circulação, como o *Boca do Povo* (1998-2022, Campo Grande) e o *Jornal Che Fronteira* (Ponta Porã, 2016-2017). Há diversos periódicos que, mesmo ostentando em seu título a palavra "jornal", possuem público e circulação bem definidos e restritos, e formato físico mais próximo ao de boletim ou informativo, como, por exemplo, *A fonte*, *jornal institucional da Sanesul* (2010-2011), e *Informativo CRA/MS – jornal do administrador* (2000-2002). Com essa mesma caracterização fluida, estão os periódicos que mesclam em seus títulos as palavras "boletim", "guia" ou "informativo", contemplando uma variedade ainda maior de temáticas, público etc. — indo do humor ao comércio, do teor religioso aos movimentos sociais.

No tocante aos movimentos sociais, vale destacar *O Libertário* (órgão do coletivo Para Além do Estado e do Mercado – P.A.E.M., 2006-2011, Dourados), *Ajindo* (jornal da Associação de Jovens Indígenas de Dourados, 2004-2021), *Jornal Indígena* (informativo das comunidades Kaiowá, Guarani e Terena de Dourados, 2004-2009), *Voz de Palmares* (órgão informativo do Grupo TEZ – Trabalho e Estudos Zumbi, 1986-1993, Campo Grande) e diversos periódicos produzidos pelo movimento estudantil secundarista e superior. Há raridades como as primeiras edições do *Informativo do Regional Cimi/MS* (sucessor do *Informativo da Pastoral Indigenista de Dourados*), publicado em Dourados em 1980 e 1981, e do *Quadro Verde* (publicado pela então Associação Douradense de Professores entre 1978 e 1982 e depois assumido pela Feprosul/Fetems).

Quanto ao público jovem, nota-se que, em tempos em que não existiam as redes sociais virtuais nem as conexões instantâneas, alguns impressos cumpriam a função de divulgar a cena cultural e de entretenimento, bem como as inquietações e visões de mundo da e para a juventude. Destacamos, a esse respeito, o *Jornalzinho JF* (1993-2021, Dourados), o *Jornalzinho Hot News* (2003, Dourados) e o *Jornalzinho Fim de Semana* (2008, Aquidauana).

No tocante ao financiamento, observa-se que jornais e boletins de menor circulação foram produzidos, via de regra, fora do grande circuito comercial e de distribuição; não que grandes financiadores/anunciadores dos periódicos de maior publicação não buscassem também espaço nos menores — mas, em geral, foi nesses impressos que financiadores menos abastados e com interesses mais modestos (tanto

financeiros como ideológicos) encontraram espaço[5]. Assim, a maior parte dos títulos do acervo é composta por periódicos que tinham distribuição gratuita; o pagamento ficava restrito, via de regra, aos grandes jornais. Trata-se de uma característica importante a ser observada pelos pesquisadores, pois, assim como o conteúdo, ou a visão de mundo presente no impresso, sua gratuidade ou não indica o público leitor a ser atingido. O *Humordomia* ("A revista cultural que é o bicho da goiaba", 2004-2023, Dourados), por exemplo, era encontrado em estabelecimentos comerciais como postos de gasolina, lojas de roupas, materiais de construção e nas próprias bancas. Já o *Jornal Bancário* (órgão do Sindicato dos Bancários, 1994-2010, Dourados) circulava em agências de instituições financeiras, enquanto a *Gazeta dos Bairros* ("Legítimo porta-voz dos bairros douradenses", 1997-1999, Dourados) circulava, possivelmente, "de mão em mão", dada a finalidade das associações de moradores.

A coleção de Revistas conta com mais de 300 títulos e é constituída por publicações científicas, culturais, de classe, religiosas, jurídicas, comerciais, de variedades, entre outras (incluindo publicações de 15 diferentes municípios sul-mato-grossenses). Vale destacar as primeiras revistas científicas que circularam no então Sul de Mato Grosso, na década de 1970: *Estudos Universitários*, da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, de Campo Grande (parte da atual Universidade Católica Dom Bosco), e as publicações editadas nos diferentes *campi* da então Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT, que em 1979 se transformou na UFMS): *Dimensão*, do Centro Pedagógico de Corumbá; *Textos*, do Centro Pedagógico de Dourados; *Veredas*, do Centro Pedagógico de Três Lagoas, e *Revista Pantaneira*, do Centro Pedagógico de Aquidauana.

Ainda entre as revistas acadêmicas, encontra-se a primeira a ser criada na UFMS: a *Revista Científica e Cultural* (1986-1991, Campo Grande), que depois de 1994 passou a chamar-se apenas *Revista Científica*, dividida em três áreas (Humanas e Sociais, Agrárias e da Terra, Biológicas e da Saúde). Destaca-se igualmente a *Fronteiras – revista de História* da UFGD (criada em 1997, ainda no campus de Dourados da UFMS, e que continua circulando, agora em formato digital). Vale mencionar também duas revistas paraguaias, a *Acción* ("Revista de reflexión y diálogo de los jesuitas del

[5] Vale mencionar o *Informativo* da Locadora Sarau DVD (2005, Dourados) e o *Informativo Lan house e videolocadora* (2011, Anastácio), vestígios de espaços culturais e de informação que marcaram as décadas de 1980, 1990 e princípios de 2000.

Paraguay", 1974-2009, Asunción) e *Historia Paraguaya* ("Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia", 1973-2005, Asunción).

Destaca-se ainda uma rara coleção da revista *Grifo* (1979, Campo Grande), a primeira a ser publicada no novo estado de Mato Grosso do Sul. Ainda no segmento de variedades, encontra-se no acervo uma coleção da revista campo-grandense *Executivo Plus*, que circulou amplamente no estado (1984-1994). No campo da cultura e das artes, vale destacar a *MS Cultura* (1985-1996) e *Cultura em MS* (2008-2013), ambas publicadas em Campo Grande e de responsabilidade da Fundação de Cultura do estado.

Mesclando conteúdo acadêmico e cultural, buscando atingir público mais amplo, encontra-se a *Revista Arandu* (1997-2013, Dourados), publicada pelo Grupo Literário Arandu. Ainda em atividade, esse grupo foi originalmente formado por ex-alunos do então *campus* de Dourados da UFMS, com o objetivo de ampliar não apenas a divulgação acadêmica, mas também a vida literária e cultural da cidade. Ainda em Dourados, destacam-se algumas publicações dos anos 1990 e 2000, como a revista *Atual* (1994-1995), *Conexão Cidade* (1999-2017). *Douralândia* (2008-2017), *Opinião* ("Mato Grosso do Sul em revista", 2000-2002), *Revista do Farol* (2007-2019) e *Revista Mulher* ("O espaço da mulher entre páginas", 1998-2009).

É interessante assinalar que faz parte da política do CDR incluir em seu acervo (sempre com muita parcimônia) impressos que, independentemente de seu local de publicação, sejam considerados úteis para os estudos regionais em razão de seus recortes temáticos. É o caso, por exemplo, da revista *Conflitos no Campo* (1998-2016, Goiânia), de responsabilidade da Comissão Pastoral da Terra (CPT), *Terra Indígena* (2000-2001, Assis, SP) e *Travessia* ("Revista do migrante", 1988-2004, São Paulo). Notamos por fim que, em alguns casos, impressos claramente caracterizados como revistas, por sua configuração material (capa em papel diferente do miolo, folhas encadernadas etc.) trazem, contudo, em seu título palavras como "informativo" e "boletim", como por exemplo o *Informativo Tereré* (2011-2018) — circunstância que pode confundir, à primeira vista, os responsáveis pela catalogação.

Enfim, é possível afirmar que as revistas reunidas no CDR permitem compreender modos de viver, crenças e atitudes coletivas mais amplas, muitas vezes não materializadas nos jornais de grande circulação. E o acesso a esse mundo de práticas, de atividades humanas, por meio desses periódicos, somente foi ou será possível porque, antes, houve (ou há) a atividade colecionista, com práticas de preservação e de acesso construídas pelo CDR.

A hemeroteca do CDR/FCH/UFGD: processo de constituição

A esse respeito, parece-nos relevante destacar uma circunstância que tem sido demonstrada pela nossa experiência: a importância da existência de uma rede de colaboradores informais. Nessa rede, destacam-se, desde logo, estudantes da própria UFGD. Nossa coleção digital do jornal *O Douradense* (1948-1950), por exemplo, foi-nos doada por um ex-aluno da graduação e do mestrado da FCH, Mércolis Alexandre Ernandes, que fotografou todos os exemplares físicos existentes no Museu Municipal de Dourados. Praticamente toda a nossa (pequena) coleção física do *Correio do Estado* (Campo Grande) provém de doações feitas, exemplar por exemplar, por outro ex-aluno, Wagner Cordeiro Chagas — que nos doou, da mesma forma, exemplares do jornal *Boca do Povo*, de Campo Grande (1998-2025). Do mesmo modo, pudemos digitalizar uma coleção do jornal *O Candango* (1970-1978), de Glória de Dourados, a partir de exemplares físicos existentes no Museu Municipal daquela cidade, os quais nos foram emprestados por intermédio de uma aluna, Ana Claudia Tosim Marques.

Assim foi também, enfim, no caso de nosso maior empreendimento: a digitalização da coleção completa do jornal *O Progresso*, que o CDR realizou em parceria com a direção do jornal (Sr.ª Adiles Torres), a partir de contatos iniciais efetuados por Genivaldo Pinheiro de Andrade, à época servidor técnico-administrativo da UFGD e que atuava, ao mesmo tempo, como técnico de TI do jornal. O trabalho, realizado entre 2013 e 2018, incluiu ainda o jornal *O Progresso* de Ponta Porã, publicado entre 1920 e 1927.

Outras aquisições vieram por intermédio de pessoas da comunidade, ligadas direta ou indiretamente a um ou mais periódicos. É o caso, por exemplo, de nossa coleção do jornal *Enfoque* (Dourados, 1986-1992), doada por sua proprietária, Irma Lupinetti. O jornalista José Henrique Marques, por sua vez, após adquirir *a folha de dourados*, em 2004, doou ao CDR a coleção completa do jornal, contendo todas as edições publicadas desde sua fundação, em 1968; posteriormente, ele ainda intermediou a doação do conjunto completo da primeira fase de outro importante periódico douradense: a *Gazeta Popular* (1996-2010), que estava em poder da família de seu antigo proprietário. Nossa já referida coleção da *Gazeta Oficial* do Território Federal de Ponta Porã — bem como um conjunto de edições do jornal ponta-poranense *A Folha do Povo*, pertencentes ao período de 1941 a 1946 — nos foi doada pelo jornalista Lourival Alves da Silva, estabelecido na vizinha cidade fronteiriça. Enfim, mais recentemente, o jornalista Alfredo Barbara Neto e a diretora administrativa Renata Elias Barbara,

proprietários do jornal *Diário MS* (que começou a ser publicado em Dourados, em 1993, com o nome de *Diário do Povo*), transferiram ao CDR uma coleção completa não só desse periódico (que circulou impresso até 2019), como também de dois outros jornais que o antecederam: *Panfleto* (1983-1989, Dourados) e *O Zangão* (1985-1993, Fátima do Sul).

Para além dos títulos citados até aqui, muitos outros passaram a integrar o acervo do CDR graças ao esforço de pessoas que por ele passaram ao longo de seus 42 anos: coordenadoras(es), demais professoras(es), estagiárias(os), funcionárias(os), usuárias(os), membros da comunidade em geral, estudantes de graduação ou de pós, enfim, uma verdadeira multidão de cidadãs e cidadãos comprometidos com a ideia da preservação de documentos[6].

Por outro lado, é preciso destacar o investimento que foi feito pela UFMS e, principalmente, pela UFGD no melhoramento e na ampliação do CDR. Ao ser criado, em 1983, o Centro era um simples "projeto de pesquisa", tendo sido transformado, no início dos anos 1990, em um órgão permanente do Departamento de Ciências Humanas do então CEUD (*campus* da UFMS). Na segunda metade dessa década, o CDR progrediu bastante com a gestão do Prof. Wilson Biasotto na direção do CEUD, quando o Centro ganhou um espaço minimamente adequado e foram adquiridos vários equipamentos importantes (como nossas primeiras leitoras de microfilmes). Mas a instituição avançou ainda mais com o início do mestrado em História (1999) e, sobretudo, com o advento da UFGD (2006). Por meio do mestrado, veio o financiamento para a construção de um pequeno prédio próprio para o Centro, edificado na Cidade Universitária em 2005. Criada a UFGD, esse prédio foi duplicado, e o CDR obteve, em 2006, pela primeira vez, funcionários efetivos (até então, trabalhávamos apenas com estagiários e voluntários).

É claro que, como notou Zélia Lopes da Silva, o apoio institucional não elimina a importância da "teimosia de poucos" — inclusive, muitas vezes, programas de pós-graduação que dependem dos acervos dos centros de documentação para consolidação e viabilização de suas pesquisas (Silva, 1999, p. 88; Silva, 2006, p. 21). De fato, depois de 2008, foi graças ao apoio dos programas de pós-graduação na área das Humanidades (pertencentes às faculdades de Ciências Humanas, de Educação, de Letras e de Ciências Econômicas) que o CDR pôde receber novos e importantes

[6] É importante registrar que essa mesma comunidade de pessoas é responsável também pelo conjunto do acervo documental do CDR, que vai muito além, por certo, dos periódicos. A esse respeito, ver página do CDR/UFGD.

equipamentos, com destaque para grandes *scanners* planetários (graças aos quais foi possível, por exemplo, a digitalização do acervo d'*O Progresso*)[7].

A hemeroteca do CDR/FCH/UFGD: o tratamento do material e o acesso dos usuários

Após o recebimento do material, é feita a higienização mecânica e a seco, com a finalidade de livrar os impressos de qualquer sujidade ou elemento que possa, no decorrer do tempo, provocar seu desgaste ou deterioração. Em seguida, os exemplares são adicionados às edições já catalogadas e acondicionadas ou, se for o caso, inseridos como um novo periódico. Os jornais e boletins são guardados em envelopes ou maços, a depender da quantidade de exemplares, e acondicionados em armários de aço. Já os jornais de grande circulação estão embrulhados em papel branco e pardo ou encadernados (quando assim entraram no acervo) e depositados em estantes de aço. As revistas, por sua vez, estão acondicionadas em caixas de polionda, de tamanhos variados, depositadas em armários de aço. A coleção *Periódicos mato-grossenses e sul-mato-grossenses* está acondicionada em caixas unitárias por rolo de microfilme e depositada em armário próprio.

É interessante notar que um centro de documentação possui características especiais, as quais têm importantes implicações — positivas — sobre as possibilidades de seu acervo. Como notou nossa mestra Heloísa Liberalli Bellotto, existem basicamente quatro tipos de instituições que lidam com acervos documentais, ou seja, dedicadas à guarda e gestão de documentos: as bibliotecas, os arquivos, os museus e os centros de documentação. As três primeiras definem-se de modo bastante estrito: as bibliotecas guardam "impressos ou audiovisuais resultantes de atividade cultural e técnica ou científica"; os arquivos custodiam material "oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas, e produzido no decurso de suas funções"; os museus, finalmente, abrigam "objetos que tanto podem ter origem artística quanto funcional". Já os centros de documentação representam, segundo a autora, um "somatório" das demais instituições citadas (Bellotto, 2006, p. 36), ou seja, eles são um

[7] Aliás, esse pode ser também o caso do CDGeo — Arquivo Vivo, no âmbito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) —, o qual certamente pode contribuir para a consolidação e/ou fortalecimento de programas como o de Geografia, de Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos, mestrados profissionais em História, em Letras, em Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental, entre outros, atravessados por temáticas relacionadas às fronteiras (culturais e geográficas), às línguas, à diversidade étnica, à economia etc.

amálgama de biblioteca, arquivo e museu sem, no entanto, identificar-se com nenhuma dessas instituições (Viviane Tessitore, 2003, p. 14).

Assim, no que diz respeito à formação de seu acervo, um centro de documentação pode ser muito flexível. O foco está sempre nos objetivos — os quais, como sabemos, devem ser bem delimitados, ou seja, não se pode ter um centro de documentação "genérico", que guarde qualquer tipo de conteúdo. No caso do CDR, seu foco está em atender à comunidade de interessados nos estudos regionais de MT/MS; assim, se o material serve a esse objetivo, não importa se é original, se é cópia, se é uma tese de doutorado ou um simples trabalho que um estudante fez para entregar ao professor de uma disciplina; o que interessa é o conteúdo.

No caso dos periódicos, não importa se é um jornal de grande circulação ou um simples boletim que teve apenas uma ou duas edições. E mais: não importa o formato. O CDR possui, por exemplo, exemplares de documentos sob a forma de fotocópias — produzidas, no caso, há muitos anos, pois já faz muito tempo que esse sistema não é mais utilizado para reproduzir documentos históricos (em razão dos danos que causa aos originais). Em outros tempos, quando não se dispunha das facilidades da digitalização, pessoas interessadas em "preservar" ou divulgar alguma documentação recorriam à reprodução via fotocópia (os famosos "xerox"), produzindo volumes que, devidamente encadernados, facilitavam o acesso à informação. Assim, o CDR recebeu em doação uma coleção fotocopiada de um raro periódico: a *Revista Tela* (1969-1970, Dourados), voltada à cena cultural douradense, cujas 26 edições encontram-se fotocopiadas e reunidas em um único volume. É um periódico que já serviu como fonte para estudos acadêmicos, embora não como objeto principal de análise; suas edições originais não se encontram preservadas em espaços públicos e podem talvez existir em algum arquivo pessoal, desconhecido até o momento. O CDR guarda ainda, entre outras, fotocópias das primeiras edições do jornal *O Progresso*, do jornal *A Notícia* (1976-1980, Amambai) e da revista *Folha da Serra* ("Revista mensal ilustrada", 1933, Campo Grande). Em resumo, a reprodução por meio de "xerox" cumpriu uma finalidade importante, possível graças às características próprias de um centro de documentação. Por outro lado, ao longo das duas últimas décadas, temos recebido também, em doação, cópias digitalizadas de muitos documentos, entre eles alguns impressos.

O primeiro contato da(o) usuária(o) com as coleções de periódicos do CDR se dá por meio dos respectivos catálogos, disponíveis na internet[8]. Esses instrumentos de pesquisa estão organizados em ordem alfabética de título, não havendo diferença quanto à natureza do impresso (imprensa alternativa, oficial, grande circulação etc.). Por meio desses catálogos, o interessado consegue visualizar título, subtítulo, local de publicação, periodicidade, datas-limite (o intervalo entre o exemplar mais antigo e o mais recente presentes no acervo), as edições disponíveis e o corpo editorial, além de anotações como, por exemplo, possíveis mudanças de título, quando é o caso. Evidentemente, muitos dos títulos catalogados não possuem informações completas, o que às vezes dificulta uma melhor caracterização; além disso, há diversos impressos com apenas uma ou duas edições preservadas, "silêncio" que pode levar a questionamentos sobre a duração da vida do impresso, seus responsáveis, circulação e, ao fim, sobre os próprios limites da prática coletora e preservacionista. Quanto à estrutura física, jornais e boletins de pequena circulação variam entre o tamanho carta (poucos) e o A4, além do chamado tamanho tabloide. Já os jornais de grande circulação possuem as dimensões tradicionais de jornais impressos (de 52 × 29 cm a 56 × 32 cm).

Todos os títulos do acervo estão disponíveis para consulta *in loco*, seja em formato impresso ou digital; nesse último caso, o CDR permite que as(os) usuárias(os) copiem os respectivos arquivos para seus próprios *drives*.

Enfim, embora sejamos, por certo, "suspeitos" para dizê-lo, entendemos que o acervo de periódicos do CDR/UFGD possui grande relevância. Não é arriscado dizer que a maior parte dos títulos preservados não mais existe fora desse acervo e, mesmo para os de maior circulação, como é o caso de *O Progresso*, *Diário MS* e *folha de dourados*, o CDR é o local com a coleção melhor preservada, organizada e de mais fácil acesso. Jornais de maior circulação já foram tema de dissertações, teses, monografias e artigos, figurando, ao mesmo tempo, como fonte e como objeto, e alguns desses trabalhos deram origem a livros. Por outro lado, boletins e revistas, além dos próprios jornais, já serviram de fonte para inúmeros trabalhos. Nosso registro de usuários, iniciado em 2007, indica que os jornais de grande circulação se destacam entre as fontes consultadas no CDR, com interessantes detalhes: embora a maior parte das consultas esteja ligada a investigações acadêmicas, houve casos de usuárias(os) em busca de curiosidades, como eventos ocorridos em datas de nascimento, ou de provas para

[8] Disponível em: https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/acervo.

processos judiciais, aposentadoria etc.[9] O acervo de boletins é ainda um terreno a ser melhor explorado, especificamente em temáticas pouco abordadas em âmbito regional a partir desses impressos, como o humor gráfico (há alguns títulos voltados especificamente a piadas, por exemplo), o recorte de gênero, o mundo do trabalho (boletins voltados às atividades econômicas) e a atuação político-parlamentar (boletins informativos de mandatários eleitos), entre outros.

Considerações finais

Ao se referir à "capilaridade" da imprensa escrita durante a ditadura de 1964 a 1985, a pesquisadora Sandra Horta considera tal circunstância, ou seja, o elevado número de impressos em circulação, como "um claro sintoma da necessidade de alguns segmentos da sociedade de se fazerem ouvir" (Horta, 2009, p. 103). De certo modo, podemos identificar esse mesmo fenômeno nos dias de hoje — e ainda mais ampliado, graças às facilidades proporcionadas pelos meios digitais. E é justamente essa "proliferação" de meios de comunicação em ambiente digital que coloca atualmente importantes desafios aos centros de documentação.

Por um lado, a migração dos periódicos para o ambiente on-line (sejam jornais ou revistas)[10] significa que as(os) usuárias(os) não precisam mais recorrer a lugares físicos específicos para consultar o material de seu interesse — o que é muito bom, do ponto de vista das(os) pesquisadoras(es). Mas será que desaparece também o problema da preservação? Essa é uma questão em aberto. Acredita-se que os veículos de imprensa maiores e mais tradicionais podem garantir, no futuro, a integridade de suas coleções digitais (é o caso, por exemplo, de grandes jornais como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* etc.). Mas e os veículos menores, sobretudo a "imprensa do interior"? Podemos ter a mesma confiança? Sabemos que, quando um pequeno jornal impresso encerra

[9] Em setembro de 2025, o CDR recebeu uma das costumeiras visitas de turmas de ensino básico (6º ano) de uma escola municipal. Entre os suportes que mais despertaram a atenção dos discentes estavam os jornais, cujo tamanho (tradicional), quantidade de páginas (os mais recentes) e circulação/entrega na casa dos clientes foram aspectos que instigaram a imaginação de alguns, acostumados à vida digital na palma da mão.

[10] Vale notar, a propósito, que o acervo do CDR inclui periódicos que podem ser considerados como exemplos da "ponte" entre a circulação impressa e a digital, trazendo no título ou escopo o indicativo para o futuro predomínio do digital, como *Online informativo – Prodasul* (1994, Campo Grande), *Roteiro – o jornal do site!!!* (2006, Dourados), *Informe Portal G1* (2009, Dourados), *Informativo on-line – Clube Indaiá* (2014, Dourados); e também o contrário, periódicos que nasceram virtuais e que, em dado momento, publicaram edições impressas, como o *Douradosnews* (2013-2015) — o primeiro jornal virtual do sul de MS — e o *Douranews* (2015-2016).

suas atividades, corre-se o risco de perder todo o seu acervo. Então, por que seria diferente no caso dos veículos on-line? Seria, então, recomendável que os centros de documentação tratassem de armazenar também, por seus próprios meios, as coleções digitais de tais veículos?[11] A pensar...

Por outro lado, sabemos que a referida migração, na verdade, não tem eliminado os impressos. Muitos jornais, sejam grandes ou pequenos, das capitais ou do interior, continuam mantendo versões impressas. Do mesmo modo, continuam circulando em papel boletins e informativos os mais diversos (já com relação às revistas científicas, é possível dizer que a quase totalidade circula apenas no formato digital). Finalmente, nem é preciso lembrar que permanecem "perdidos" por aí inúmeros acervos em papel, referentes a periódicos tanto extintos como ainda existentes.

Quanto ao trabalho de conversão da linguagem impressa para a digital, é preciso cuidado com o "fetiche da digitalização", pois o produto digital pode apresentar deficiências de suporte/registro e a tecnologia passa por um processo constante de obsolescência, o chamado "alzheimer digital" (Valente, 2017, p. 11). Em uma instituição com diversos fundos ou coleções de material impresso, é preciso avaliar o que realmente pode ou precisa ser digitalizado de imediato. No CDR, por exemplo, dadas as condições estruturais, temos priorizado a coleta e a preservação física dos suportes incorporados ao acervo, figurando a digitalização como uma forma de acessar e disponibilizar o conteúdo nos casos em que os originais pertencem a outras pessoas ou entidades (sendo o trabalho realizado, nesse caso, por meio da cessão temporária dos originais).

Convém observar ainda que, a rigor, nada substitui o contato do pesquisador com o suporte original, no caso dos impressos. A passagem para o formato digital amplia significativamente o acesso e facilita a realização de pesquisas; no entanto, é sempre bom lembrar que os trabalhos de "arquivamento" (no sentido de preservar) e de conversão do papel ao digital são ações humanas, as quais, mesmo de forma não intencional, podem resultar na ocultação de detalhes que poderiam ser relevantes ao olhar treinado das(os) pesquisadoras(es): um traço, um selo, uma letra, um rabisco, uma

[11] Após o assassinato do cacique Guarani Nísio Gomes, ocorrido em novembro de 2011, a equipe do CDR monitorou, durante alguns meses, três jornais virtuais (dois de Dourados e um de Campo Grande) e coletou em PDF todas as reportagens a respeito do caso, preservando também as interações do público leitor. A ação resultou num volume considerável de páginas que foram posteriormente impressas, originando a coleção *Caso Nisio Gomes* (parte da Coleção Temas Indígenas). Não é exagero dizer que, em sua maioria, essas publicações já não são mais encontradas on-line. O corpo de Nísio Gomes, levado por seus algozes, nunca foi encontrado.

marca de dedo ou dobra de página etc. — detalhes que, isoladamente, talvez não significassem nada, mas, tomados em contexto, poderiam revelar algo importante. Entendemos que essa dica é ainda mais preciosa em tempos em que as diversas "inteligências artificiais" (que, assim como a digitalização, não são puramente artificiais) parecem estar sendo vistas como a solução para todas as questões, inclusive a prospecção e a preservação de fontes. Os acervos em papel parecem, por ora, a salvo do alcance dos algoritmos.

Todo esse contexto sugere que os centros de documentação precisam pensar em como "calibrar", por assim dizer, sua atuação. Por um lado, em face da continuidade da existência de acervos físicos, como apontamos acima, permanece muito atual a tarefa da preservação de materiais em papel — tão ou mais "perecíveis" que os eventuais registros digitais. Mesmo assim, por outro lado, tende a ser cada vez menos necessário que, para atender a suas/seus usuárias(os), o centro precise guardar material impresso em suportes físicos.

Desse modo, talvez se possa dizer que os centros de documentação podem pensar em concentrar esforços em três direções:

1ª) tornarem-se centros de referência, oferecendo a suas/seus usuárias(os) informações sobre onde podem encontrar, na internet e mesmo em acervos físicos, o material de que necessitam (lembrando que nem tudo conseguimos encontrar apenas por meio dos buscadores digitais...);

2ª) dedicarem-se à prospecção e preservação de acervos documentais dispersos, *sobretudo aqueles que se encontram em risco de destruição* (o que, certamente, vai muito além dos periódicos, incluindo, por exemplo, arquivos pessoais e arquivos de instituições privadas, como associações, sindicatos, empresas etc.);

3ª) buscarem a digitalização de seus acervos, de modo a ampliar sua relevância para as e os pesquisadores. A esse respeito, é importante reforçar que esse é o último estágio do trabalho com os documentos, ou seja, só se deve digitalizar um acervo depois que ele estiver organizado (além disso, é preciso pensar o pós-digitalização, vale dizer, o armazenamento/preservação digital, a disponibilização/leitura e a geração/promoção de interesse pelo acervo). Como nos disse certa vez uma colega, não devemos *trocar a bagunça física pela*

bagunça digital — o que só vai criar problemas futuros e dificultar o trabalho das e dos pesquisadores[12].

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/4e49287a-587e-4bcf-9734-96ae09c3b4e5/content. Acesso em: 25 set. 2026.

BARROS, J. D. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHARTIER, R. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras, Dourados**: PPGH/UFGD, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

HORTA, S. A. Imprensa alternativa – comentário sobre acervo. *In*: KUSHNIR, B. (org.). **Maços na gaveta**: reflexões sobre mídia. Niterói: Ed. UFF, 2009.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-155.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 5. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Z. L. da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1999.

SILVA, Z. L. da. Os acervos históricos: guardar para que e para quem? **Patrimônio e memória**, [*S. l.*], v. 2, n. 2, 2006. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/108003. Acesso em: 25 set. 2026.

TESSITORE, V. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

[12] Não é demais lembrar também, a propósito, que o fato de se digitalizar um material não significa, de modo algum, que o original possa ser destruído, muito pelo contrário: o original deve sempre ser preservado, pois ele é o melhor *backup* de si mesmo.

VALENTE, M. G. Notas gerais sobre a digitalização de acervos no Brasil – Introdução. *In*: VALENTE, M. G.; FREITAS, B. C. (org.). **Memórias digitais**: o estado da digitalização de acervos no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

Hemeroteca Digital do Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo: experiências e práticas para organização, digitalização e difusão do acervo na plataforma Tainacan

Tiago Satim Karas
Alan Benites de Souza
Cristina Gerda Nagel
Hudson Lolli Ghetti

10.23899/9786586746600.4

Introdução

Assim que foi concretizada a transferência da maior parte do acervo da Rede Belavistense de Jornais — arquivo que se encontrava na sede da *Tribuna da Fronteira*, em Bela Vista/MS —, doado à UEMS, Unidade de Jardim, em 28 de outubro de 2023, esse mesmo material serviu de inspiração para a proposição do projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira". Desde então, foram enfrentados inúmeros desafios, como a organização do acervo, posteriormente o processo de digitalização em si e, mais recentemente, a questão sobre o que fazer para viabilizar a disponibilização e a difusão do acervo em meio digital.

Movido pelo interesse em narrar essas experiências e práticas relacionadas ao trabalho de organização, digitalização e difusão do acervo, sobretudo no que diz respeito às dificuldades e aos desafios encontrados ao longo desse percurso, principalmente no processo de digitalização e manuseio do acervo, surgiu a intenção de escrever este capítulo com os seguintes objetivos: expor as experiências e práticas do processo de organização, digitalização e difusão do acervo de jornais da Rede Belavistense de Jornais no âmbito do projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira", que resultou na criação do CDGeo; refletir sobre o valor cultural, geográfico e histórico desse acervo para a preservação da memória local, regional e fronteiriça; e apresentar as possibilidades de utilização de recursos tecnológicos a partir da ferramenta Tainacan, neste caso, com a criação do site do CDGeo e da hemeroteca digital[1].

A metodologia adotada para narrar o processo de criação do Centro de Documentação Geo-histórico terá dois pontos de partida: por um lado, origina-se da própria experiência prática decorrente do trabalho com o acervo de jornais da Rede Belavistense de Jornais; por outro, serão apontados os fundamentos teóricos, técnicos e procedimentais para a organização de acervos de jornais físicos e digitais.

Para realizar o relato dessas experiências e práticas, serão adotados três eixos temáticos que se complementam. O primeiro diz respeito ao trabalho de organização do acervo; o segundo, ao processo de digitalização, bem como a todos os desafios encontrados nesse percurso; e, por último, à forma de acesso e compartilhamento do acervo em meio digital.

[1] Disponível em: https://cdgeo.uems.br/.

A exposição dessas experiências e práticas não pode ser compreendida de forma desvinculada dos fundamentos teóricos, que ora balizam essas experiências, ora auxiliam na compreensão de sua importância. Ou seja, o processo de criação do CDGeo, a partir de uma perspectiva da relação entre teoria e prática, poderá auxiliar na compreensão dos fundamentos a respeito da organização, digitalização e difusão do acervo, como também na importância de repensar e aprimorar essas práticas.

Por fim, todo esse trabalho, que resulta na criação do CDGeo, não pode ser compreendido fora das experiências e práticas do Projeto Arquivo Vivo. No entanto, isso também é decorrente das mesmas experiências que, desde o ano de 2022, têm sido dedicadas ao esforço de instituir a salvaguarda de acervos de jornais locais e regionais como forma de preservação da memória documental na fronteira — ações que têm como pressupostos a relação entre espaço e tempo, sobretudo a geografia histórica. Entretanto, o aprendizado gerado em todo esse processo, longe de ser um ponto de chegada, é entendido como um conjunto de possibilidades que se abrem no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, para serem aperfeiçoadas em novas frentes de trabalho.

Experiências e práticas

Como pode-se perceber no capítulo sobre a história do Projeto Arquivo Vivo, a realização do projeto, bem como a proposta de criação do Centro de Documentação, decorre mais da necessidade de preservação desse acervo do que, necessariamente, do trabalho com jornais e da experiência de pesquisa com acervos históricos ou da pesquisa em geografia histórica propriamente dita. Entretanto, mesmo possuindo pouca experiência, a primeira preocupação ao receber o acervo era realizar a limpeza, avaliar suas condições, organizar o arquivo em ordem de data e edição, colocá-lo em quarentena e, finalmente, realizar a digitalização[2].

[2] Em visita ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul e consulta para as primeiras orientações de organização e trabalho com o acervo, foi indicada a quarentena como prática de baixo custo para esterilizar o acervo. Após feita a limpeza do arquivo, os jornais foram envolvidos com papel parafinado e acondicionados em sacos plásticos resistentes, o primeiro transparente, para retirar todo o oxigênio utilizando um aspirador de pó, depois envolvidos em outro saco plástico preto para garantir que não haja contato com a luz. Segundo o Coordenador do Arquivo Público, Douglas Alves da Silva, manter o acervo assim por pelo menos 60 dias é suficiente para eliminar a contaminação biológica.

Considera-se todo esse processo como uma ação essencial para a preservação, salvaguarda, compartilhamento e disponibilização de acesso a toda a comunidade interessada. Sendo assim, "é inegável a importância da digitalização de acervos antigos para facilitar o acesso a informações que antes só poderiam ser consultadas em endereços físicos únicos e nem sempre de fácil ingresso a todos os usuários interessados" (Giordano, 2016, p. 20).

Um aspecto importante a destacar é que a organização do acervo foi necessária e realizada antes ainda da própria digitalização do Projeto Arquivo Vivo, com exceção de uma parte do acervo que já estava encadernada — o que, de certa forma, facilitou a organização, já que grande parte dos jornais se encontrava fora de ordem cronológica. Assim, para dar início ao processo de digitalização de forma sistemática e organizada, foi preciso organizar todo o acervo por número de edição, data ou período de publicação e circulação, desde as primeiras edições até as mais recentes. Realizar essa organização também foi importante por considerar que, além do volume, todo o trabalho foi realizado paulatinamente. Sem essa organização, não seria possível, por exemplo, realizar buscas no acervo físico por número de edição ou data[3].

Ainda nessa fase de organização, concomitantemente com o trabalho de limpeza do acervo, também foi criado um sistema de controle e acompanhamento, entendendo-se ser uma necessidade para a organização do arquivo. A princípio, com o objetivo de relacionar o acervo por meio de uma tabela criada no editor de texto Word, foram relacionadas informações de ano, número de edição, data ou período e número de páginas. Foi a partir dessa organização que se tornou possível mensurar a quantidade de edições e de páginas: 4.668 (quatro mil seiscentos e sessenta e oito) edições e 39.270 (trinta e nove mil duzentas e setenta) páginas. No início, o objetivo dessa planilha era organizar e relacionar o acervo; entretanto, posteriormente, passou-se a entender essa tabela como um sistema de controle e acompanhamento do trabalho de digitalização, a ser melhor detalhado adiante.

Quanto a essa organização, pode-se destacar as "Diretrizes para a Digitalização de Documentos de Arquivo nos Termos do Decreto n. 10.278/2020", Resolução do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) n. 48, de 10 de novembro de 2021, sobretudo

[3] Poucas semanas após realizada a transferência do acervo para a UEMS, uma pessoa entrou em contato via WhatsApp procurando informações sobre a publicação de uma portaria de sua nomeação em função pública na Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS. Nessa ocasião, foi possível localizar a portaria; entretanto, caso o acervo já estivesse organizado, esse trabalho teria sido bem mais tranquilo.

no que diz respeito ao Plano de Classificação de Documentos Arquivísticos (PCDA) e à Tabela de Temporalidade de Documentos Arquivísticos (TTDA).

Para instituir esses procedimentos, foi necessário o "estabelecimento de atividades (regras, protocolos e procedimentos) que garantissem a efetividade e o monitoramento do processo de digitalização". Tais procedimentos, além de auxiliarem no registro de informações e, depois, no cadastramento dos metadados, possibilitaram o "monitoramento, a pesquisa e o acompanhamento de documentos". Assim, durante o processo de aprendizagem dessa prática de organização, tomou-se conhecimento de que somente dessa forma haveria minimamente a possibilidade de realização do processo de digitalização, bem como, em caso de necessidade, a confirmação da veracidade das informações do arquivo, como uma forma de auditar as informações de data de publicação, número de edições e de páginas, como será retomado adiante. Esse conjunto de regras, a serem definidas pela instituição produtora, ou seja, que promove a digitalização, é necessário para resguardar a confiabilidade do processo de digitalização (CONARQ, Resolução n. 48, de 10 de novembro de 2021).

Uma questão essencial a ser considerada tanto sobre a organização do acervo quanto sobre o lugar de trabalho e digitalização diz respeito ao espaço físico. Apesar do amplo espaço recentemente direcionado ao CDGeo, localizado na sala 1 do bloco B, ampliação que possibilita melhor organização, há ainda a necessidade de adequada estruturação desse ambiente. Inicialmente, a sala anexa ao auditório da UEMS acomodava tanto o acervo quanto os equipamentos para digitalização (Figura 1). Posteriormente, com o recebimento de mais um acervo de jornais[4], de volume considerável, passou-se a utilizar essa sala anexa somente para depósito do acervo. A acomodação dos equipamentos para o trabalho de digitalização do acervo passou a ser realizada em outra sala, localizada no pavilhão da secretaria, ao lado da sala 1 dos professores. No entanto, a atual ampliação do espaço físico do CDGeo possibilitou reunir todo o acervo, os equipamentos, bem como espaço para a realização do trabalho de digitalização (Figura 2). Em breve, a adequada estruturação possibilitará a subdivisão interna, com espaço exclusivo para depósito e acomodação do arquivo, sala de limpeza e manuseio do acervo, sala de digitalização e área de recepção, reuniões, pesquisa e pequenas exposições.

[4] Em meados do ano de 2025, foi doado à UEMS de Jardim, como parte da expansão deste projeto, o acervo do *Jornal Estado do Pantanal*, de propriedade de Joel Fernandes Balta e Gael Fernandes Balta.

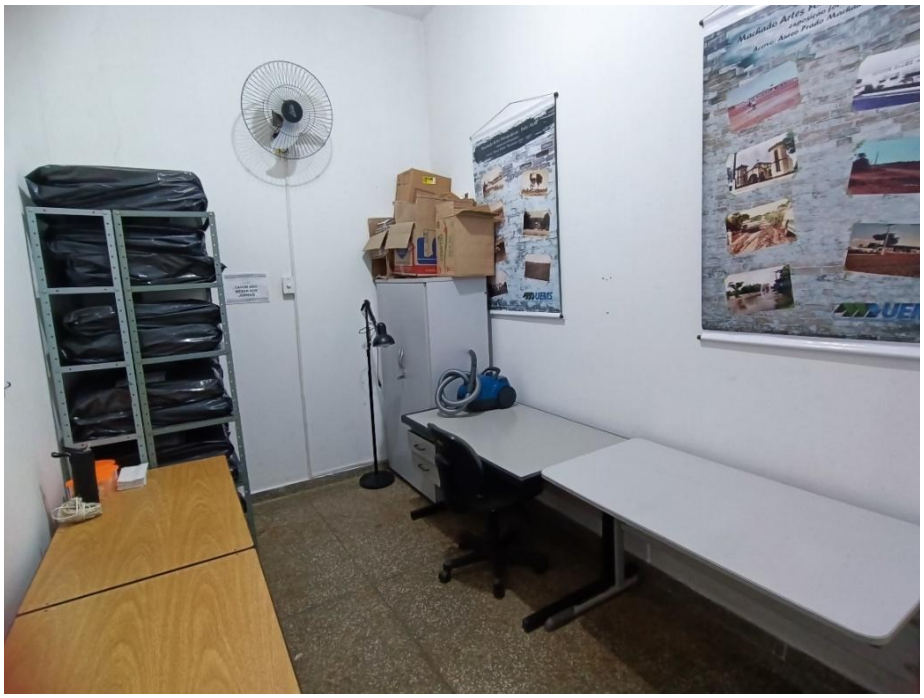


Figura 1 – Espaço inicial do CDGeo, sala anexa ao auditório da UEMS, Jardim/MS

Fonte: Acervo dos autores (2026).



Figura 2 – Atual espaço do CDGeo, amplo e com possibilidade para organização de sala de arquivo e armazenamento, sala de limpeza e sala de digitalização

Fonte: Acervo dos autores (2026).

Mas a etapa de organização do acervo é apenas o primeiro passo de todo esse complexo processo de criação do CDGeo. Antes ainda do início da digitalização, ou mesmo do avanço desse processo, surgiram diversos desafios, tanto no que diz respeito às próprias condições físicas dos jornais quanto em relação às dificuldades para a geração de imagens com a melhor qualidade possível.

Devido às inúmeras dificuldades que surgiram ao longo desse processo, para que seja possível expor a questão de forma didática, é possível resumir essa etapa considerando três diferentes aspectos, apresentados a seguir de forma inter-relacionada: 1) as condições físicas dos jornais; 2) as dificuldades a respeito da manipulação dos jornais; e 3) a qualidade da geração das imagens digitalizadas.

Sobre as condições físicas dos jornais, é possível destacar que, apesar de, em sua maioria, apresentarem muito boas condições, tanto os volumes que estão encadernados quanto os jornais avulsos, há uma parcela considerável que apresenta um nível avançado de deterioração. No entanto, os volumes que foram identificados com nível de deterioração mais acentuado são as edições mais antigas. Além de apresentarem folhas rasgadas, manchadas, sujas e amareladas, há também jornais que foram danificados por insetos, como traças ou cupins (Figura 3). Há que se destacar também que, durante o processo de organização, foram identificadas muitas páginas que apresentavam partes ou pedaços dobrados. Como esse arquivo ficou muito tempo guardado, não necessariamente em condições adequadas quanto à iluminação e à umidade do ar e em contato com poeira, muitas dessas folhas dobradas, ao serem desdobradas, chegam ao ponto de “quebrarem”, exigindo, assim, muito cuidado para evitar que as folhas sejam ainda mais danificadas, rasgadas ou se soltem.

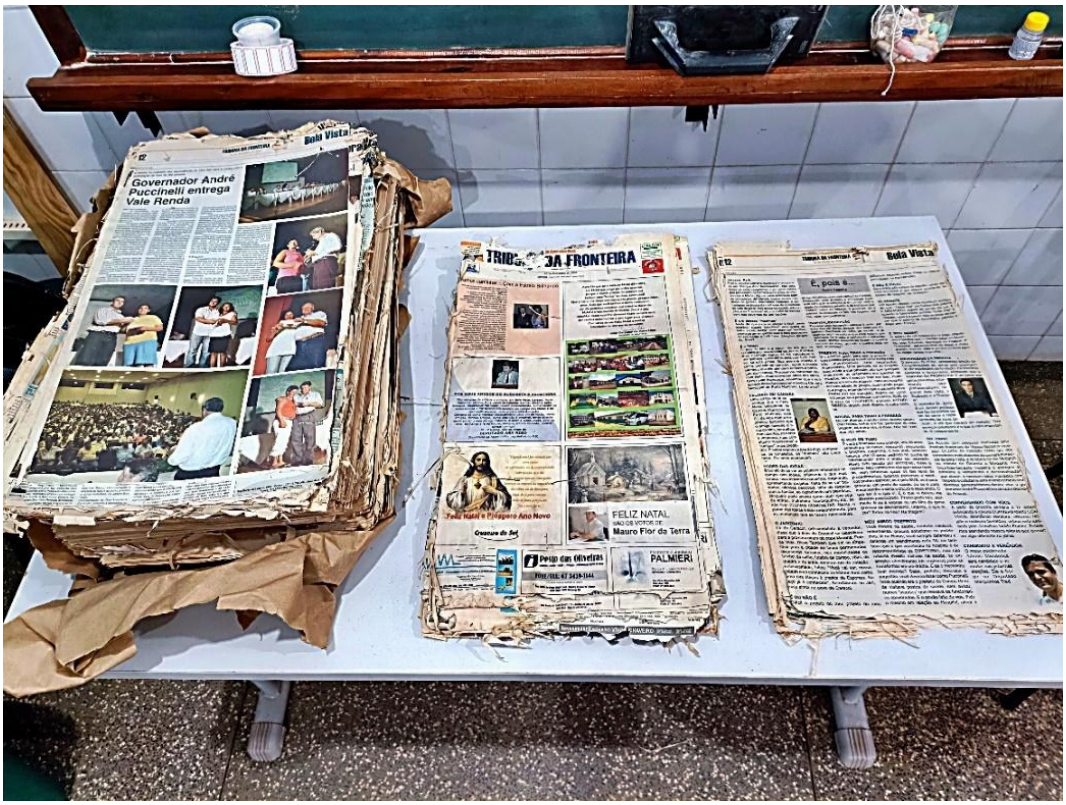


Figura 3 – Edições em avançado nível de deterioração devido a insetos, traças ou cupins

Fonte: Acervo dos autores (2026).

Ainda sobre essa situação física, esses primeiros volumes apresentam também um nível de deterioração acentuado das encadernações, situação em que uma parte acabou se desintegrando. Contraditoriamente, neste caso, em que a própria encadernação soltou as folhas, isso facilitou o manuseio do jornal no que diz respeito à dobra da lombada e das folhas, assim como houve também alguma facilidade na digitalização.

Se, por um lado, tanto a aparência frágil do material gerou preocupação quanto à integridade do acervo, por outro, as dificuldades para a sua manipulação interferiram diretamente na qualidade das imagens capturadas e digitalizadas. Por isso, o manuseio do material foi realizado com muito cuidado, utilizando materiais de proteção individual, como luvas, máscaras e óculos, e foi preciso também adquirir experiência prática para realizar a digitalização com um mínimo de qualidade possível. Haja vista que se trata de um processo para disponibilizar o arquivo para acesso gratuito, mas pouca utilidade teria se esse trabalho não resultasse em uma qualidade razoável, ou seja, passível de

permitir a leitura dos arquivos digitais, a realização de buscas no acervo, sua utilização como fonte de pesquisa e, se for o caso, seu compartilhamento.

Apesar de todas essas situações, sobretudo no início do processo de digitalização, com o tempo, dedicação, disciplina e muita paciência, mas principalmente ao conhecer as condições físicas e as dificuldades para a manipulação, a equipe adquiriu a experiência necessária. Os contratempos surgidos nesse processo foram, aos poucos, se tornando aprendizados e, com isso, essas situações foram paulatinamente contornadas, talvez não em sua totalidade, mas o suficiente para que o projeto apresentasse resultados satisfatórios.

Digitalizar um grande número de jornais sem nunca ter tido qualquer experiência, formação ou qualificação técnica é o que tornou a tarefa ainda mais difícil, não só pelas condições do arquivo, mas também por ser um trabalho altamente repetitivo e cansativo. Tudo isso contribui para aumentar a probabilidade de erros na execução do trabalho.

Para tentar sanar ao menos parte dessas dificuldades, em primeiro lugar, foi necessário estabelecer procedimentos básicos, necessários e padronizados como orientação de trabalho, a partir de testes iniciais para a realização da digitalização, posteriormente repassados por meio de reuniões ou orientações individuais. Apesar disso, sobretudo pelo fato de, aos poucos, a equipe ter tomado consciência da complexidade do trabalho que ainda estava sendo iniciado, foi em meio a esse processo de “aprender fazendo” que as dificuldades foram surgindo.

O trabalho de digitalização de jornais apresentou diversos obstáculos, desde aprender a operar o scanner e o software VISAN Office (ferramenta digital utilizada para gerar os arquivos em PDF com identificação dos caracteres) até o estabelecimento de um padrão de informações para a fácil identificação dos arquivos, constando as seguintes informações: nome do jornal; ano de publicação; número da edição e data da publicação[5].

Apesar de os testes iniciais possibilitarem a constatação da captura de imagens e da geração dos arquivos em PDF pesquisável, mesmo sendo as primeiras edições e também as que possuem um nível de deterioração maior comparado com edições mais recentes, o fato de serem edições impressas em formatos diferentes, tanto no que diz respeito à diagramação do papel, sobretudo ao tamanho e ao formato da folha, quanto

[5] Exemplo: TRIBUNA_DA_FRONTEIRA_ANOI_Nº004_08_04_1972.

também ao tamanho das impressões dos caracteres, fez com que essas digitalizações apresentassem excelente qualidade. Ou seja, apesar de possuírem maior nível de deterioração, o fato de terem sido impressas em folhas menores e com o tamanho das letras maiores fez com que grande parte dessas edições digitalizadas apresentasse qualidade superior à de outras edições que possuem formatos da folha de impressão e tamanho das letras diferentes.

Além disso, outras dificuldades surgiram logo no início do trabalho de digitalização; por exemplo, a situação dos arquivos gerados com pontos brancos e o tipo de luz necessária para resultar em imagens com a qualidade necessária. A respeito desses pontos brancos, que pareciam grandes pixels brancos, apesar de os documentos serem digitalizados como PDF pesquisável, esses pontos apareciam com muita frequência. Como não se tinha ideia do que estava acontecendo, foi solicitado apoio técnico junto à empresa da qual o equipamento foi adquirido, ocasião em que foi realizado um acesso remoto e constatou-se que não estava sendo utilizada a opção "documento". O motivo mais provável para que, ao digitalizar, surgissem esses pontos brancos, apesar de os arquivos estarem sendo gerados como PDF pesquisável, era que o scanner identificava a página como imagem, e não como documento. Ao realizar a digitalização pela opção "documento", essa situação foi rapidamente sanada.

Como já indicado, outra situação que interferiu muito na qualidade da digitalização é o tipo e a qualidade da luz. Nesse caso, como as experiências em relação à digitalização até este momento eram provenientes da própria execução da fase anterior do projeto, quando a digitalização era realizada a partir de imagens simples, com fotografias feitas por meio de celular de uso pessoal, não havia uma compreensão exata da importância da luz na qualidade das imagens geradas com a utilização do scanner. Assim, muitas imagens foram feitas sem apresentar uma qualidade satisfatória, até que, incomodados com o baixo nível de qualidade das imagens e já tendo realizado todos os testes necessários, mas sem obter melhorias significativas, passou-se a pesquisar sobre a luz no uso da digitalização, mais especificamente sobre a luz de estúdio, sobretudo a diferença entre luz direta — que é o caso da maioria das lâmpadas comuns — e luz difusa, que tem a capacidade de recriar uma luz mais próxima da natural e, assim, mais espalhada e difundida pelo objeto digitalizado.

A importância da luz decorre do fato de que a digitalização de documentos, mas especialmente os resultados esperados com a utilização da ferramenta de identificação de caracteres, é realizada de acordo com a qualidade do contraste obtido na relação

entre a imagem capturada pela lente e o jornal em condições de iluminação adequada. Isso provavelmente era o que também interferia nas imagens geradas com os pontos brancos, pois o scanner não identificava automaticamente tratar-se de uma imagem de documento, e não de uma imagem fotográfica. No entanto, a qualidade da digitalização utilizando a luz difusa, por meio da adaptação de duas luminárias de estúdio fotográfico, fez diferença significativa na qualidade do trabalho obtido. Mais do que isso, pode-se dizer que somente a partir do momento em que foi corrigida a qualidade da luz é que se percebeu que o trabalho teria, de fato, uma qualidade considerável.

Por fim, mas ainda em relação ao eixo da digitalização, sobretudo a respeito das condições físicas dos jornais, das dificuldades para manipular os jornais decorrentes dessas condições e do quanto isso interferiu na qualidade das imagens digitalizadas, sem dúvida, a maior dificuldade trata-se da forma como os jornais foram encadernados (Figura 4). Nesse sentido, há casos em que a colagem das lombadas dos jornais, além de serem prensadas e costuradas, fez com que, em alguns casos, essa cola vazasse para o interior do jornal, fazendo com que parte das bordas das folhas ficasse colada, presa ou amarrada de tal forma que comprometesse o conteúdo do jornal.

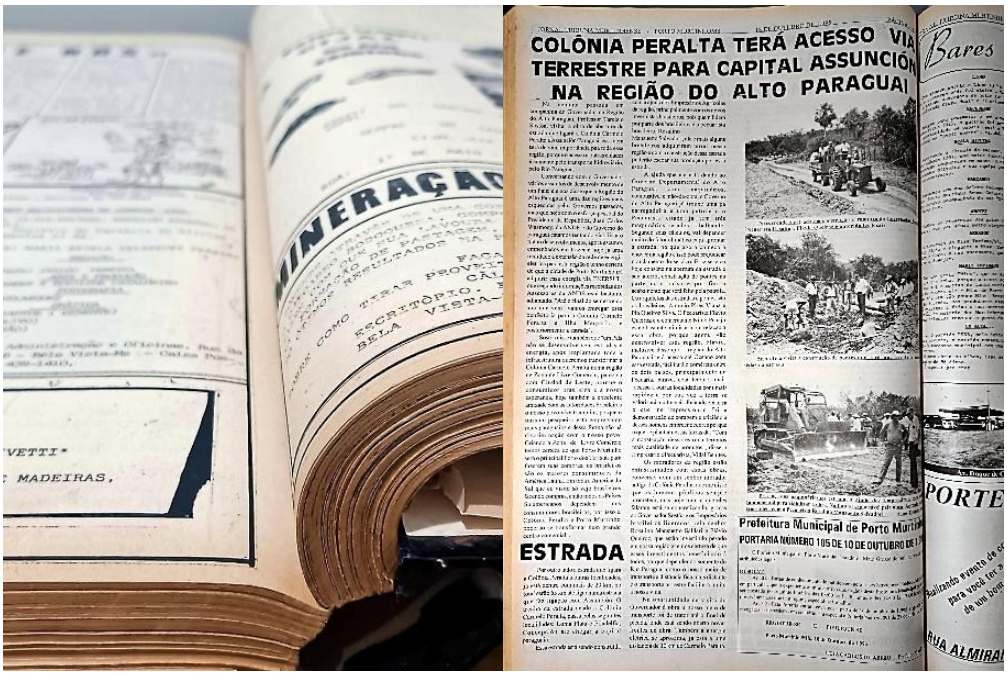


Figura 4 – Uma das maiores dificuldades foi a lombada e as dobras de páginas para tentar capturar as imagens sem comprometer o conteúdo das matérias

Fonte: Acervo dos autores (2026).

Assim, essa questão do encadernamento de grande parte do acervo, constituído por volumes com muitas páginas[6], além de possuir um peso considerável, que, por si só, já dificulta o manuseio e a manipulação dos volumes, prejudica também o movimento de tombamento das páginas e a dobra da lombada e, consequentemente, afeta a qualidade das imagens capturadas e digitalizadas. Em síntese, essas situações, decorrentes da forma como os jornais foram encadernados, colados e amarrados, comprometem a qualidade das imagens geradas e, por consequência, podem suprimir algumas informações das publicações, dificultando a leitura do texto.

Foram tantas essas dificuldades, sobretudo a baixa qualidade das imagens que estavam sendo obtidas, que se tomou a decisão de fazer o teste de romper as linhas da amarração dos jornais. Entretanto, cabe esclarecer que o corte dessas linhas, feito com lâmina de estilete, e a abertura da encadernação dos jornais visavam apenas aliviar a pressão da amarração e possibilitar uma dobra da lombada mais adequada à necessidade de abertura dos jornais e, por consequência, a captura das imagens sem cortes e sem comprometer o conteúdo das matérias[7].

Apesar de não ser recomendado desmontar a encadernação, considerando que isso poderia danificar ainda mais os jornais, sobretudo por causa da cola, essa medida de romper a amarração, sem a necessidade de desmontar os volumes e soltar as folhas, foi necessária para garantir uma melhor digitalização das páginas e preservar a qualidade do material digitalizado. Ou seja, mesmo que, com o rompimento da amarração, muitas dessas folhas tenham se soltado por si mesmas, o rompimento da amarração e, por consequência, o tombamento das folhas e a dobra das lombadas, realizados de forma mais acessível, também puderam contribuir para evitar outros danos ao arquivo, pois é preciso considerar que esse tombamento das folhas e sua dobra passaram a ser realizados sem grandes esforços.

Em outras palavras, além de melhorar significativamente a qualidade da digitalização, ao cortar essas linhas, logo se percebeu que isso contribuiria para a sua

[6] Uma das maiores encadernações contabilizou 1.274 (mil duzentas e setenta e quatro) páginas encadernadas em um único volume.

[7] Inicialmente, imaginava-se que, para realizar todo o processo de digitalização, seria necessário abrir essas encadernações e desmontar os volumes para poder separar edição por edição. Ledo engano! Conforme orientação obtida junto à Profa. Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira, arquivista, coordenadora do Laboratório do Centro de Documentação de Educação, Linguagens e Diversidade Cultural, do Curso de Pedagogia da UEMS de Campo Grande, orientou-se que somente em último caso, quando não há mais o que fazer, é que pode ser considerada a possibilidade de desmontar as encadernações, pois isso pode contribuir para danificar o material.

preservação. Sobre as folhas que se soltaram naturalmente, entende-se que, como elas são mantidas na mesma ordem da encadernação e considerando que o acesso ao acervo físico é restrito à equipe do projeto, ou, quando necessário, é realizado sob supervisão com o apoio da equipe, em nada isso prejudica a sua preservação.

Entretanto, até que fosse feito o teste do corte dessas linhas de amarração dos jornais, muitas digitalizações já haviam sido realizadas. Quando se percebeu que isso não danificava os jornais, mas melhorava muito a qualidade do trabalho, optou-se por dar continuidade ao processo de digitalização, mas, caso houvesse a oportunidade, ao final, essas digitalizações seriam refeitas. E assim foi feito.

Após atingida a meta de digitalização do projeto de vinte mil páginas, iniciou-se o processo de conferência da qualidade das imagens, página por página, volume por volume e, quando necessário, as digitalizações foram refeitas. Estima-se que cerca de metade dos jornais digitalizados até o momento tenha sido digitalizada novamente; tal medida resultou em um material final de qualidade significativamente superior.

Inicialmente, as digitalizações que foram refeitas eram decorrentes da ocorrência dos pontos brancos; posteriormente, em função da baixa qualidade das imagens por causa das luzes inapropriadas; ao final, também foram refeitas digitalizações, neste caso em maior quantidade, por causa da forma como os volumes foram amarrados e encadernados.

Somente após realizada a conferência dos arquivos digitalizados, sobretudo confirmadas as informações da planilha de controle e acompanhamento do trabalho de organização e digitalização, principalmente o número de edição, a data de publicação e o número de páginas, passou-se a cadastrar esses dados na Hemeroteca Digital[8]. Segundo Netto *et al*. (2014, p. 82), "as hemerotecas constituem-se em lugar de preservação da informação. Estes espaços auxiliam o pesquisador na busca de informações específicas e o cidadão comum na busca de informações que contribuam para o resgate da história". Em linhas gerais e no que diz respeito ao meio digital, a preservação da memória adquire a forma da hemeroteca; as buscas de informações empregadas nesse espaço dão vida às memórias. O acervo adquire a forma viva quando

[8] Segundo o dicionário on-line Michaelis, o termo "hemeroteca" significa uma "Seção das bibliotecas reservada exclusivamente para o acervo constituído por coleções de jornais, revistas, periódicos e publicações em série". Neste caso, a Hemeroteca Digital é essa coleção de periódicos e jornais para serem acessados, pesquisados e compartilhados em formato digital.

os fatos históricos se tornam dados empíricos, fonte de informações, a exemplo das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, e no que diz respeito às experiências e práticas para criar condições de difusão do acervo, é preciso compreender como se tomou conhecimento da ferramenta Tainacan[9], bem como as dificuldades encontradas para criar o site do CDGeo e a Hemeroteca Digital.

Inicialmente, a proposta do projeto elaborada previa a aquisição de software tanto para a digitalização quanto para a indexação do acervo. Compreendia-se que a possibilidade de criar um repositório on-line, com a viabilidade de um sistema de pesquisa por palavras-chave, era muito distante. Imaginou-se que seria mais viável a elaboração de um sistema de indexação do acervo, bem como a utilização de um sistema de buscas interno, ou seja, no próprio CDGeo.

Com o andamento do processo de digitalização, da conferência das edições e com um certo número de arquivos digitalizados já disponíveis para acesso, prontos para serem divulgados e compartilhados, iniciaram-se as pesquisas por uma ferramenta que possibilitasse idealizar esse sistema. Como comentado no capítulo anterior, em vez de buscar um repositório on-line de acervo de jornais, as buscas estavam voltadas para a indexação de acervo; sendo assim, pouco havia sido possível avançar.

Diante dessas dificuldades para avançar em relação às formas de difusão do acervo, surgiu a possibilidade de realizar uma reunião com a servidora técnica Vanessa Weber, responsável pela Diretoria de Informática da UEMS, localizada na sede da UEMS em Dourados. Na oportunidade dessa reunião, ao explicar o que era necessário e o que estava sendo buscado, Vanessa fez rapidamente algumas pesquisas relacionadas a repositórios de acervo, oportunidade em que logo surgiram algumas possibilidades. Entre as opções apresentadas, a que mais chamou a atenção foi o sistema Tainacan, definido como “um software livre, flexível e poderoso para a criação de repositórios de acervos digitais em WordPress” (descrição disponível no site oficial do sistema Tainacan). Trata-se de uma ferramenta brasileira de gestão de repositórios on-line e disponibilização de acervos digitais, totalmente gratuita e criada em código aberto. Nesse sentido, destaca-se que “a plataforma Tainacan nasceu do poder público de forma colaborativa ao incluir usuário e instituições culturais de forma ativa e

[9] O Tainacan foi desenvolvido por universidades públicas como UnB, UFG, UFES, UFSC e UFRN, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, presente já em diversos países e traduzido para mais de doze línguas. Para mais informações, acesse: https://tainacan.org/.

participativa com o objetivo principal de universalizar acervos digitais em um mesmo portal" (Maia, 2018, s.p.).

Logo após tomar conhecimento dos recursos disponíveis e proporcionados por esse sistema, compreendeu-se que o Tainacan era a ferramenta ideal para fazer a difusão do acervo. Além disso, "com a disponibilização dos documentos relevantes a estudos de diversos assuntos de forma gratuita e aberta ao público geral em um sistema de fácil acesso como o Tainacan, o projeto contribui em muito à disseminação da informação e à geração de conhecimentos" (Santos; Talone Neto, 2019, p. 7).

No site do CDGeo, é possível acessar informações sobre a história do projeto e do centro de documentação, informações de contato da equipe e de sua organização, obter números atualizados do sistema, principalmente em relação ao número de páginas, edições, caracteres e espaço ocupado no armazenamento, acessar o link da Hemeroteca Digital, consultar o regulamento do CDGeo e participar de uma enquete, por meio da qual os usuários podem colaborar com a pesquisa e, assim, dar um feedback sobre o projeto, o acervo e esse sistema de buscas.

Com o tempo, todo esse processo colaborou para deixar os jornais mais organizados no site. Conferir as imagens e as informações antes da publicação garantiu que tudo fosse colocado corretamente, facilitando o acesso do público. Isso ajudou a evitar erros e deixou o material mais fácil de ser localizado. Entretanto, somente após a confirmação da qualidade das imagens e a verificação dos dados quanto ao número de edições e de páginas, o material foi efetivamente publicado no site, conforme a meta deste projeto de digitalizar 20.000 (vinte mil) páginas.

Durante o processo de digitalização, todas essas dificuldades foram, aos poucos, sendo contornadas. Ao longo do trabalho, as experiências e práticas empreendidas se tornaram aprendizados. Entretanto, o surgimento de cada dificuldade não era maior que as possibilidades e a curiosidade de perceber que cada jornal representava uma parte viva da memória das cidades, da fronteira e da região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, com histórias, acontecimentos e lembranças que mereciam ser preservadas.

O resultado dessas experiências e práticas mostra que cada ajuste, em cada etapa realizada, repensada e, em alguns casos, refeita, contribuiu para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho de salvaguarda do acervo de jornais. O processo exigiu paciência, atenção e cuidado em cada detalhe, mas também trouxe um

grande aprendizado sobre a importância da preservação da história e do trabalho colaborativo. Ao final, ao se deparar com o material digitalizado, tornou-se extremamente gratificante, revelando que todo o esforço foi recompensado.

Cada página deste acervo carrega consigo uma história: o cotidiano simples dos habitantes, os mais diversos eventos, fatos significativos, notícias sobre esportes, política e saúde, celebrações de aniversários e até registros sobre como as pessoas viviam em épocas diferentes. É muito interessante. Em diversos momentos, era difícil até mesmo manter o foco na digitalização, pois surgia o desejo de ler os jornais e se aprofundar nas matérias. A emoção era ainda maior ao encontrar referências a pessoas conhecidas, parentes ou figuras importantes da comunidade, ou ao se deparar com fotografias que despertavam lembranças e reflexões sobre o passado.

Considerações finais

Este capítulo narra, resumidamente, as experiências e práticas da Hemeroteca Digital do Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo, com o propósito de organização, digitalização e difusão do acervo na plataforma Tainacan. Ao longo desse processo, surgiram diversas dificuldades e desafios, como as próprias condições físicas do acervo de jornais, sua deterioração, as dificuldades em termos de manipulação e manuseio, sobretudo em razão do volume das encadernações e das lombadas, as condições de iluminação do ambiente, o trabalho de digitalização, a qualidade das imagens geradas, entre outros aspectos. Com o tempo e com a prática, foram realizados vários ajustes que colaboraram para a melhoria da qualidade do trabalho realizado.

Todo esse trabalho só se tornou possível a partir do estabelecimento de protocolos para o processo de organização, digitalização e difusão do acervo, a exemplo da planilha de controle e acompanhamento do trabalho. Essa medida possibilitou não somente o controle e o acompanhamento, mas também a identificação e a verificação de inconsistências nos dados e informações, que posteriormente puderam ser sanadas. Por isso, esse trabalho exige muita atenção, dedicação, disciplina e concentração. Em termos gerais, essa organização é fundamental para a verificação da veracidade das informações cadastradas como metadados.

O acesso ao acervo em meio digital, com a possibilidade de realização de buscas por número de edição, data ou período de publicação, mas principalmente por meio de buscas avançadas com palavras-chave, com a possibilidade de criar novas camadas de

busca, faz toda a diferença. Assista ao vídeo tutorial do canal do YouTube "CDGeo Arquivo Vivo", "Projeto Arquivo Vivo: divulgação do site CDGeo em Libras"[10]. Nesse vídeo, apresentado em Libras pela professora surda Cleydineth Trefzger Soares, com tradução e edição em português pela tradutora/intérprete Thays Ribeiro de Lima Santana, é possível conhecer melhor essa ferramenta e, assim, utilizar seus recursos de acordo com as necessidades e os interesses de pesquisa.

Esse é o Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo: uma iniciativa pioneira no que diz respeito à organização, salvaguarda, digitalização e difusão de acervo digital da região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul e, até onde se sabe, a única iniciativa presente em Mato Grosso do Sul que proporciona um sistema informatizado de buscas on-line, a partir da criação da Hemeroteca Digital, na qual é possível realizar buscas por palavras-chave em todo o acervo indexado. Já são mais de 20.000 (vinte mil) páginas digitalizadas e disponíveis para consulta no site do CDGeo Arquivo Vivo[11].

Antes somente físico e, de certa forma, até mesmo desconhecido, com a digitalização e sua difusão, o arquivo se tornou vivo. São muitas informações, dados, histórias, memórias e curiosidades que o tempo não apaga; agora difundidas, podem ser compartilhadas, revividas e utilizadas como fonte de pesquisa, dados empíricos ou pelo simples deleite de conhecer, reviver e relembrar o passado.

Referências

GIORDANO, R. B. **Do jornal à ciência**: a hemeroteca digital brasileira como fonte de informação para a pesquisa científica. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/883. Acesso em: 30 jun. 2021.

MAIA, M. R. de C. Museus Brasileiros e a Hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital. **Revista Museu**, [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4751-museus-brasileiros-e-a-hiperconectividade-a-experiencia-com-a-plataforma-tainacan-no-acesso-ao-patrimonio-afro-digital.html. Acesso em: 11 maio 2026.

[10] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MI_ctinOvvY.

[11] Disponível em: https://cdgeo.uems.br/.

NETTO, C. X. de A. *et al*. A hemeroteca enquanto espaço documental, informacional e memorial. **Em Questão**, [*S. l.*], v. 20, n. 2, p. 72-85, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/39462. Acesso em: 30 jun. 2021.

SANTOS, A. P. dos S.; TALONE NETO, L. Catalogação de documentos históricos no sistema Tainacan: análise temática, processamento e digitalização de documentos históricos sobre a imprensa e a circulação de livros no estado de Goiás, Goiânia, Brasil. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA, 14., 2019, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: Facultat de Biblioteconomia i Documentació de la Universitat de Barcelona: Departamento de Ciencias de la Documentación e Historia de la Ciencia de la Universidad de Zaragoza, 2019. Disponível em: https://fima.ub.edu/isko2019/sites/isko2019/files/2019-05/isko13.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

Memória e fontes impressas

Kátia Cristina Nascimento Figueira
Léia Teixeira Lacerda

10.23899/9786586746600.5

A civilização grega explicitou sua preocupação com a sua história por meio da criação dos seres mitológicos, em que as características humanas e divinas mesclavam-se e atribuíam sentidos àquela existência.

Na *Teogonia* ou *Genealogia dos Deuses*, de Hesíodo, o titã do tempo, Cronos, filho de Urano (o céu) e de Gaia (a terra), associou-se à sua mãe porque, ao almejar o poder do pai, o castrou com uma foice construída por Gaia, causando a separação entre o céu e a terra. Assim, Cronos ocupou o trono de Urano. O período do reinado de Cronos foi descrito por Hesíodo em *Os Trabalhos e os Dias* como a era dourada da civilização, pois nela vivia a Raça de Ouro da civilização grega:

> Primeiro de ouro a raça dos homens mortais
> criaram os imortais, que mantêm olímpias moradas. (v. 100)
> Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava;
> como deuses viviam, tendo despreocupado coração,
> apartados, longe de penas e misérias; nem temível
> velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos,
> alegravam-se em festins, os males todos afastados (v. 115)
> morriam como por sono tomados; todos os bens eram
> para eles: espontânea a terra nutriz fruto
> trazia abundante e generoso e eles, contentes
> tranqüilos nutriam-se de seus próprios bens (Hesíodo, 2002, p. 29).

Na mitologia grega, Cronos devorava seus próprios filhos devido aos termos de uma profecia que previa sua queda causada por um filho. Entretanto, um dos seus filhos, Zeus, foi escondido por Gaia e, ao crescer, derrotou seu pai, expulsando-o para o Tártaro. Com essa derrota, Zeus ocupou seu lugar e tornou-se senhor do céu.

Gaia e Urano também geraram Mnemosine, deusa da lembrança, divindade que mantinha vivos os fatos diante dos perigos da infinitude e do esquecimento. Enganada por seu sobrinho Zeus, que se apresentou a ela como pastor, teve com ele nove filhas, as musas, entre elas Clio, que inspirava a História.

A mitologia grega revela a preocupação com a lembrança e como a sociedade pensa sua trajetória, organiza seus registros e procura explicitar sua existência. Os mitos de origem nos levam a compreender essa intencionalidade construída ao longo das civilizações como forma de construir pontes entre o passado e o futuro. Ocorre que o processo civilizatório acelerado promoveu rupturas com aquelas formas históricas de

guardar a memória de um grupo, pois as mudanças advindas das fissuras sociais que a própria constituição do capital promove, separa, hierarquiza, agrupa e distancia constituíram maneiras variadas de preservação/ocultação/seleção dos vestígios sociais.

Os registros memoriais foram objeto de análise de vários campos do conhecimento, notadamente da História. Na década de 1990, Pierre Nora apontava que a operação intelectual que promove a inteligibilidade da memória ocorre por meio da História, e essa condição de compreender a memória mediada pela historiografia promoveu o afastamento da memória e a necessidade de construir lugares de sua representação, pois "desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história" (Nora, 1993, p. 9).

Assim, se no senso comum ambas são tomadas como sinônimo, o autor alerta para suas singularidades ao pontuar que:

> Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico [...] (Nora, 1993, p. 9).

Para o autor, o processo de desritualização do mundo evoca os lugares da memória criados a fim de que a coletividade que o forjou nele se reconheça e tenha pertença, pois a sociedade dessacralizada "aplaina os particularismos" e "tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos" (Nora, 1993, p. 13). O esforço de uma coletividade para construir lugares de memória é a busca pela perpetuação de uma vida simbólica que, quanto menos vivida, mais suscita suportes externos que lhe confiram preservação. Assim, seria essa memória registradora que incumbiria ao arquivo ou a outros repositórios a função de se lembrar por ela, pois o declínio da memória coletiva impõe cada vez mais a criação desses lugares institucionais da memória delegada:

> O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de lembrar (Nora, 1993, p. 15).

Dessa forma, os lugares arquivísticos, antes vinculados às grandes famílias, à Igreja e ao Estado, proliferam-se e organizam a memória vivida. Os lugares de memória possuem sentidos — material, simbólico e funcional — e sempre coexistem. O autor assim os conceitua:

> É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (Nora, 1993, p. 22).

Esses lugares são, também, lugares de história, pois testemunham, voluntariamente ou não, um determinado período, acontecimento ou momento, atravessados pelo tempo, pela interpretação que se faz com a ação de seus intérpretes e pelas mudanças que ocorrem no mundo. Eles são "híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel" (Nora, 1993, p. 22). Assim, sua importância e necessidade são reafirmadas e explicitadas:

> Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para — o ouro é a única memória do dinheiro — prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p. 22).

Na acepção de Aleida Assmann, os locais materialmente construídos de memória possuem aura. Para a estudiosa dos espaços de recordação que formam e transformam a memória cultural, essa aura seria promovida porque a memória traz o que está distante para perto e se move sem a preocupação temporal e cronológica. São os locais de recordação que trazem essa característica:

> O vínculo peculiar entre proximidade e distância confere aura a esses locais [de recordação] e neles se procura um contato direto com o passado. A magia atribuída aos locais da recordação se aplica por conta de seu *status* de zona de contato. Em toda cultura há registros de locais sagrados que possibilitam uma ligação com os deuses. Os locais memorativos podem ser vistos como a instituição que os sucedeu; deles se espera que produzam um contato com os fantasmas do passado. A força vinculativa dos lugares está fundamentada de modo muito diversificado; no caso do local geracional, essa força repousa sobre uma cadeia de parentesco entre viventes e falecidos; no caso dos locais memorativos, ela repousa sobre uma narrativa resgatada e legada adiante; no caso dos locais de recordação, sobre um mero interesse histórico de caráter antiquário; e no caso de locais traumáticos [como Auschwitz], sobre uma ferida que não quer cicatrizar (Assmann, 2011, p. 359).

E são os vestígios de um tempo que se foi que, ao serem interrogados, constituem-se em fontes para o pesquisador. O processo de indagação deve atentar para as recomendações certonianas feitas na obra *A Escrita da História*:

> Toda pesquisa histórica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetido a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiers e as indagações relativas aos documentos (Certeau, 1982, p. 18).

Se a investigação deve considerar princípios norteadores teóricos e metodológicos elaborados por diversos campos do conhecimento, convém relembrar que a própria definição do que pode ser considerado fonte de pesquisa também passa por problematizações que as elegem, refutam e hierarquizam enquanto objeto de inquirição. A constituição de fontes para a pesquisa tem construção histórica, isto é, o debruçar analítico dos pesquisadores sobre essa materialidade se faz por meio das críticas interna e externa dos campos que conferem seu uso e legitimidade. As mudanças econômicas, sociais e políticas que impactam e alteram o fazer investigativo

também impulsionaram a diversidade do uso das fontes, pois novos objetos e novas problematizações conduziram suas indagações às fontes que ainda não tinham recebido esse estatuto e, portanto, não eram consideradas enquanto tal.

O processo que vai da gênese da imprensa até sua consolidação, circulação e rearranjos em sua materialidade, proporcionados pela intensificação tecnológica, tem merecido análises sobre o uso dessa tipologia de fonte. É importante pontuar sua historicidade, pois as práticas tradicionais de produção do impresso na cultura ocidental sofreram inflexões em meados do século XX:

> [...] com a melhoria da qualidade do papel, agora fabricado a partir da madeira e não de trapos e oferecido também em bobinas; o aperfeiçoamento das prensas mecânicas, planas e rotativas, cada maiores, mais rápidas e potentes, cuja força motriz passou a ser o vapor e a eletricidade. Se a mecanização da impressão estava bastante avançada e difundida, o abandono da seleção manual de letras e de sinais na caixa tipográfica, trabalho paciente e demorado, teve que aguardar até a invenção da linótipo em 1885 [...] (Luca, 2024, p. 195).

A cultura impressa caminhou ao lado do aumento do letramento da sociedade ocidental e sofreu transformações em sua materialidade, conteúdo e intencionalidades. A autora Tania Regina de Luca problematiza a utilização das fontes impressas no Brasil, informando que, na década de 1970, eram poucos os trabalhos acadêmicos que utilizavam jornais e revistas como fontes para a produção do conhecimento.

O peso tradicional do uso dos documentos como fonte confiável na perspectiva positivista foi sendo diminuído ao tempo em que as discussões teóricas promovidas pelos franceses da Escola dos Annales ganhavam densidade e promoviam, no campo da História, a crítica à concepção do que é documento. Dessa forma, no Brasil, "reconhecia-se a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História *da* imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História *por meio da* imprensa" (Luca, 2010, p. 111, grifo da autora).

A autora observa que, a partir dos estudos historiográficos sobre o movimento operário desenvolvidos nos anos 1970 e 1990, os jornais, panfletos e revistas do operariado consistiam em fontes por excelência para as pesquisas realizadas que envolviam temáticas, tais como:

> Dados acerca das formas de associação e composição do operariado, correntes ideológicas e cisões internas, greves, mobilizações e conflitos, condições de vida e trabalho, repressão e relacionamento com empregadores e poderes estabelecidos, intercâmbios entre lideranças nacionais e internacionais, enfim, respostas para as mais diversas questões acerca dos segmentos militantes [...] (Luca, 2010, p. 119).

As alterações na conformação teórica do campo historiográfico promoveram um alargamento de interesse para temáticas que não mais ficavam restritas ao aspecto do operariado, como a transformação urbana no início do século XX, a organização social, os valores, o cotidiano, a circulação e produção da literatura e do teatro, as práticas políticas, como as do higienismo, segregação, demandas sociais, políticas e estéticas, o gênero, a raça e a etnia, a censura, a infância, entre outras, que tinham nos periódicos fontes por excelência para compreender, analisar e perscrutar suas evidências:

> [...] almanaques; folhetos publicitários de casas comerciais e indústrias; jornais de associações recreativas, de bairros e das destinadas a etnias específicas; folhas editadas por mutuais, ligas e sindicatos operários, até os grandes matutinos e revistas ditas de variedades, principal produto da indústria cultural que então despontava. A publicação de catálogos relativos a cervos institucionais abarca o itinerário da imprensa em diferentes espaços e, além de se constituírem em importantes instrumentos de pesquisa, permitem apreender o rápido incremento e a diversidade desses materiais (Luca, 2010, p. 121).

O espraiamento da diversidade de objetos que se consolidava na historiografia também alcançou o campo da educação, com o uso, notadamente, dos periódicos educacionais como fonte primária, a partir de trabalhos de autores europeus. Na década de 1990, o autor português Antonio Nóvoa (1993, 1997) considerava que os periódicos seriam dispositivos importantes para o conhecimento das realidades educativas e, dessa forma, desenvolveu rigoroso estudo sobre as revistas pedagógicas portuguesas editadas desde 1818. Outro trabalho relevante indicado pela professora Maria Helena Camara Bastos foi o repertório analítico, um instrumento de publicização de fontes, produzido na França ao longo de 25 anos pelo *Service d'Histoire de l'Éducation*, perfazendo oito volumes:

> O repertório compreende oito volumes, com quase cinco mil páginas, catalogando 3.741 periódicos por ordem alfabética. O primeiro conjunto de quatro volumes, sob a direção de Pierre Caspard e a colaboração de Penélope Caspard-Karydis, André Chambon, Geneviève Fraisse, Denise Poindron, publicado no período de 1981 a 1991, analisa e indexa quase 2.500 revistas, editadas de 1768 (ano de edição do Journal d'Éducation) até 1940. O segundo conjunto de quatro volumes, dirigido por Penélope Caspard-Karydis, publicado entre 2000 e 2005, recenseia mais de 1.200 títulos, que tratam de educação, ensino e formação, no sentido amplo dos termos, editados entre 1941 e 1990 (Bastos, 2007, p. 1).

Tratava-se de um conjunto documental constituído por e para os professores, produzido originariamente pelo Estado, associações, sindicatos, para alunos, enfim — uma massa documental que colocava à disposição dos pesquisadores fontes que poderiam ser analisadas com a finalidade de compreender várias questões no âmbito educativo. Estudiosas dessa tipologia de fontes aplicada aos estudos educativos, as autoras ressaltam suas possibilidades de aplicação:

> Assim, os periódicos constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Além disso, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida da imprensa periódica de educação e de ensino permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo, e também analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam instaurar as práticas exemplares. É nesse sentido que se pode afirmar a dupla alternativa que os periódicos pedagógicos oferecem, simultaneamente, como fontes ou núcleos informativos para a compreensão dos discursos, das relações e das práticas, que permitem explicar modalidades de funcionamento do campo educacional (Catani; Bastos, 1997, p. 9).

O longo trabalho arquivístico que resultou na criação daquele repertório analítico como instrumento de pesquisa do acervo, que possibilitava a disseminação da

informação, também contribuiu para alimentar com dados o alargamento do campo de pesquisa, visto que as fontes secundárias organizadas e publicizadas dialogavam com as potencialidades de investigação de objetos que, aos poucos, ganhavam relevância e visibilidade em sua produção.

Em 1996, Denice Catani discutia a relevância e a potencialidade dos periódicos pedagógicos para os estudos em História da Educação e comentava como simbólicos os trabalhos desenvolvidos por Antonio Nóvoa e Caspard, na França. A pesquisadora do campo da cultura escolar inventariava os trabalhos de pesquisadores brasileiros que tinham o periódico como nuclear ou que tangenciavam seu uso e, ainda, as revistas voltadas à educação.

Convém ressaltar que a imprensa pedagógica, que também expressa um ponto de vista, distancia-se da ideia de neutralidade das fontes e se constitui em material com potencialidade para auxiliar na produção de análises e sínteses sobre o fenômeno que se deseja estudar:

> [...] feita por professores para professores, feita para alunos e seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja — contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, as práticas educativas (Catani; Bastos, 2002, p. 5).

A utilização dessa tipologia de fonte pode ser um retrato ideológico a ser deslindado, “um guia prático do cotidiano educacional e escolar permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social [...]” (Bastos, 2002, p. 49).

Com a difusão da fonte impressa para a produção do conhecimento, alguns balanços educacionais têm sido realizados a fim de compreender sua utilização. Eles, via de regra, apontam que houve adoção dessa tipologia, incorporada aos estudos realizados em Educação.

Em que pese a crítica aos documentos, o afastamento da teoria positivista e a adoção de teorias, tais como a História Cultural, há que se considerar que o baixo número de preservação e organização das hemerotecas contribui para a sinalização de

que há muitas possibilidades de pesquisa com acervos de periódicos; porém, estas têm encontrado óbices em sua materialização em face de seus problemas arquivísticos e organizacionais, que podem envolver a catalogação, conservação, descrição e difusão da informação.

Tomemos como exemplo dessa pesquisa o trabalho de Zanlorenzi, com recorte específico para teses e dissertações delimitadas no período de 1970 a 2011 e que utilizaram periódicos educacionais no campo da História da Educação. O objeto da autora era verificar "a disseminação de ideologia via formação de professores de caráter homogeneizador, entre 1889 a 1910, momento de consolidação dos ideais republicanos na sociedade brasileira" (Zanlorenzi, 2018, p. 387). Ao mapear as pesquisas dos historiadores da educação que utilizavam a imprensa como fonte primária nos 113 Programas de Pós-Graduação em Educação constantes em dados da CAPES — Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — naquele período, a autora constatou que "desse total, vinte e duas (22) universidades contém trabalhos que se dedicaram a investigar a imprensa e a educação, totalizando cento e trinta e sete (137) teses e dissertações". O maior número de estudos concentrou-se na região Sudeste, nas instituições Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Essa constatação pode se relacionar com o maior grau de organização e preservação dos acervos, entre outros elementos que podem ser de ordem teórico-metodológica.

Em outro balanço sobre a utilização de fontes periódicas nas produções apresentadas nos Grupos de Trabalho da ANPEd — Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação — de 1984 a 2001, o estudo indicou que, dos 156 trabalhos mapeados, houve dez tipologias de fontes, tais como revistas, documentos oficiais, bibliografia secundária, legislação, relatos orais, obras escritas no período, relatórios, jornais e livros didáticos. Dessas, a utilização de jornais e revistas foi de 15,3% e a de jornais, de 8,9%, totalizando 24,5% (Catani; Faria Filho, 2002). Os autores constataram que:

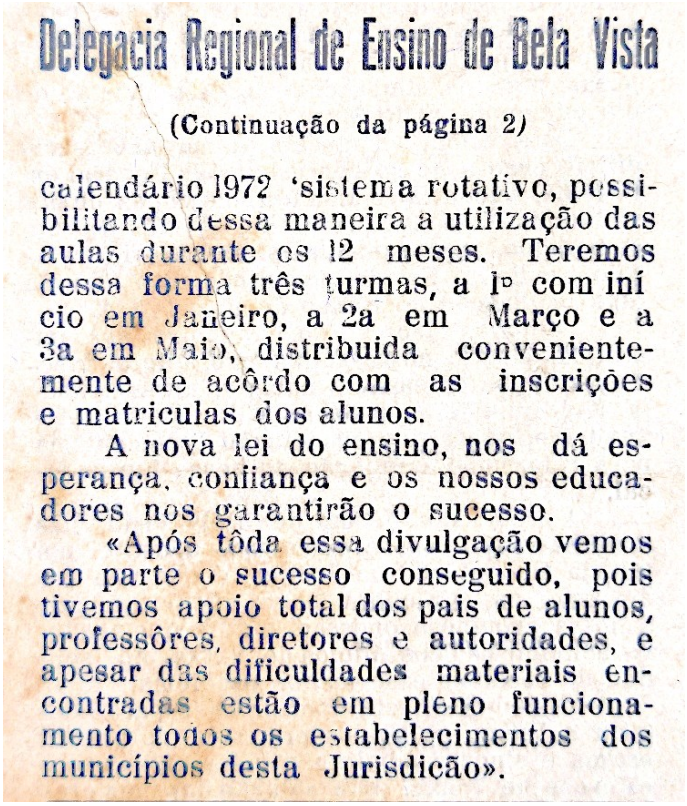
> Além disso, se observarmos que dentre as revistas e os jornais alguns têm ou assumem nitidamente um caráter oficial, podemos dizer que quase a metade das fontes utilizadas emanam diretamente de órgãos estatais, e boa parte apresenta nitidamente feições prescritivas. No entanto, tais comentários e a organização do quadro não devem obscurecer o grande esforço demonstrado

> pelos pesquisadores em produzir novas fontes em seus trabalhos de pesquisa (Catani; Faria Filho, 2002, p. 126).

O consenso sobre a necessidade de renovação das fontes aponta o termômetro de que há uma crescente busca no campo educacional por fontes que possam dialogar e/ou refutar o documento como fonte por excelência, visto ser essa fonte expressão de uma produção do conhecimento ocidental calcada no eurocentrismo. Os estudos sobre grupos sociais que possuem forte tradição oral, por exemplo, têm utilizado outros tipos de suportes metodológicos que procuram se afastar da centralidade documental.

Essas questões nos levam a ponderar sobre a importância do acervo da imprensa, notadamente acervos que guardam correspondência com singularidades da fronteira existente entre Brasil e Paraguai. As peculiaridades da região de fronteira podem ser objeto de várias análises por meio de uma fonte que historicamente teve a difusão de seu uso no século passado e visibiliza aos usuários elementos sobre a sociedade que produziu, consumiu e circulou as informações contidas na Rede Belavistense de Jornais. O acervo doado para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, sob coordenação do prof. Tiago Satim Karas, constitui-se em fonte primária, com campo fértil para as pesquisas de várias ordens e multiplicidade de áreas do conhecimento, em razão da organização em curso do acervo.

Um exemplo de como a organização do ensino, o envolvimento de pais, alunos e gestores pode ser problematizado é a instituição do calendário escolar, que traz a informação de sua materialização na região de fronteira, publicada em 8 de abril de 1972 no jornal *Tribuna da Fronteira*, que instituía um sistema rotativo para a utilização das salas de aula durante o ano, com três turmas em oferta.



Delegacia Regional de Ensino de Bela Vista

(Continuação da página 2)

calendário 1972 'sistema rotativo, possibilitando dessa maneira a utilização das aulas durante os 12 meses. Teremos dessa forma três turmas, a 1ª com início em Janeiro, a 2a em Março e a 3a em Maio, distribuida convenientemente de acôrdo com as inscrições e matriculas dos alunos.

A nova lei do ensino, nos dá esperança, confiança e os nossos educadores nos garantirão o sucesso.

«Após tôda essa divulgação vemos em parte o sucesso conseguido, pois tivemos apoio total dos pais de alunos, professôres, diretores e autoridades, e apesar das dificuldades materiais encontradas estão em pleno funcionamento todos os estabelecimentos dos municípios desta Jurisdição».

Fonte: CGDEO (2026).

Os periódicos produzidos fora do campo educacional, como no exemplo mencionado anteriormente, também podem e são utilizados em pesquisa, pois são portadores de significados, intencionalidades e representações que produzem e das quais são portadores.

Análises sobre vários fenômenos vêm sendo construídas e contribuem para a solidificação do entendimento de que a imprensa é uma fonte que deve ser utilizada mediada pelo crivo da teoria, que permite conhecer as conexões e as implicações que o discurso proferido traz em seu interior. No que se refere ao seu uso pelos historiadores, os estudiosos Neves, Morel e Ferreira discorrem sobre a fonte historicamente construída, confrontando sua utilização por estudiosos positivistas e marxistas, ao tempo em que vinculam essa utilização a outras perspectivas teóricas:

> O redimensionamento da imprensa como fonte documental — na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas — possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos

> "fatos" e da "verdade". Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura socioeconômica (Neves; Morel; Ferreira, 2006, p. 10).

Não entraremos na discussão dos embates teórico-metodológicos; interessa-nos, com a afirmação anterior, demonstrar como o alargamento da utilização da imprensa também se localiza no interior das disputas de campo. As fontes, assim como as teorias, possuem uma construção situada porque "fontes têm historicidade: documentos que 'falavam' com os historiadores positivistas talvez hoje apenas murmurem, enquanto outros que dormiam silenciosos querem se fazer ouvir" (Pinsky, 2010, p. 7).

O acervo de uma região de fronteira pode consolidar estudos que ultrapassam a concepção de fronteira como demarcação territorial, pois a circulação legal e ilegal de pessoas, bens e serviços promove identidade e alteridade permeadas por aspectos culturais, sociais e políticos. Assim, essa configuração suscita estudos que evidenciam as conexões que podem ser vislumbradas no cotidiano da informação registrada periodicamente em uma realidade complexa e multifacetada.

Dessa forma, esperamos que vários estudos possam ser empreendidos com a utilização do acervo da hemeroteca disponível no Centro de Documentação Geo-Histórico Arquivo Vivo, em razão de sua constituição e abrangência, que podem trazer à luz várias interpretações sobre aquela região.

Referências

ASSEIMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BASTOS, M. H. C. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). *In*: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (org.). **Educação em Revista**: a Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e filosofia**, [*S. l.*], v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez, 1996.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. Apresentação. *In*: CATANI, D. B.; BASTOS; M. H. C. (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em Revista**: a Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. de. Um Lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da Anped (1985 – 2000). **Revista Brasileira de Educação**, [*S. l.*], n. 19, p. 113-172, jan./abr. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gh7nGVYpKmBgjShVFSSB8Bv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 mar. 2024.

CERTEAU, M. de. A operação historiográfica. *In*: CERTAU, M. de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CGDEO. Delegacia regional e ensino de Bela Vista. **Jornal Tribuna da Fronteira**, Bela Vista, 8 abr. 1972, p. 4. Disponível em: https://cdgeo.uems.br/tribuna-da-fronteira. Acesso em: 24 maio 2026.

HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

LUCA, T. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. *et al*. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCA, T. R. de. Impressos periódicos e escrita da história: notas sobre o cenário atual. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 193-205, 2024.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B. C. (org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 9-15.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [*S. l.*], v. 10, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 5 mar. 2026.

NÓVOA, A. **A imprensa de educação e de ensino**. Repertório Analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NÓVOA, A. A imprensa de Educação e Ensino. *In*: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (org.) **Educação em Revista**: Imprensa Periódica e História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

PINSKY, C. B. Apresentação. *In*: PINSKY, C. B. *et al*. 2. ed. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ZANLORENZI, C. M. P. A imprensa periódica na pesquisa em história da educação: um estado de conhecimento. **Revista Histed-BR on-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 385-400, abr./jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652374/18196. Acesso em: 15 jul. 2020.

Entre a apropriação e uso do território pelo Turismo: as representações da paisagem documentada

Pablo José Henrique Aio
Daiane Alencar da Silva
Gabriel Parente de Aquino

10.23899/9786586746600.6

Introdução

O estado de Mato Grosso do Sul historicamente foi um território de disputas, apropriação e domínio entre colonizadores portugueses e espanhóis no período da colonização. Cabe destacar que esse território era previamente ocupado por povos originários de diferentes etnias. No período histórico recente, após a colonização, as terras indígenas passaram a ser exploradas economicamente, com destaque para o cultivo e a extração da erva-mate, fator que contribuiu para a formação econômica, social e espacial do território sul-mato-grossense. Pelas circunstâncias históricas do processo de formação, o espaço é, atualmente, um território que se encontra em disputas econômicas e políticas, principalmente entre os povos originários e os grandes latifundiários.

O turismo articula-se tanto na manutenção das funções previamente estabelecidas pelas formas geográficas quanto na atribuição de novos significados, configurando-se, portanto, como uma atividade econômica e social que atua na apropriação das formas criadas ou naturais para uma funcionalização de uso turístico. Entretanto, tomada isoladamente, a forma prevê uma função. Sem a articulação com a estrutura e com o processo, essa metodologia contempla apenas aspectos parciais da realidade. De acordo com Santos (2023), quando relacionados entre si, esses termos constituem uma metodologia para a análise dos fenômenos espaciais, entre eles, o turismo, em sua totalidade.

O objetivo da presente pesquisa é analisar o processo de apropriação e de uso dos objetos geográficos no contexto do turismo alternativo. Para tanto, foram utilizadas como categorias de análise as dimensões formal e funcional da paisagem documentada. Aqui, a paisagem documentada foi entendida como o conjunto de reproduções de imagens (fotografias e pinturas) como fontes representativas de um determinado período histórico e de contextos sociais passados e presentes, capazes de servirem como instrumentos de evidenciação dos processos de apropriação e funcionalização do território pelo e para o turismo.

O recorte espacial e temporal utilizado é o município de Jardim, localizado na região Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, no período final dos anos de 1990. O recorte temporal converge para o momento histórico no qual os municípios brasileiros, entre eles o município estudado, passam a explorar economicamente a modalidade de turismo alternativo.

Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se como fonte documental o acervo digitalizado do *Correio Jardinense*, pertencente ao Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo – Arquivo Vivo) do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Jardim[1].

José van den Besselaar (1973, p. 117) define documento adjetivamente histórico como "todo e qualquer vestígio do passado capaz de nos dar informações acerca de um fato ou acontecimento histórico". Segundo ele, os documentos podem ser classificados como fontes diretas, contemporâneas aos fatos históricos estudados, e fontes indiretas, produzidas posteriormente ao período analisado. Ainda segundo o autor, os documentos dividem-se em textos escritos, tradição oral, tradição pictórica e "restos". Para ele, cada um desses gêneros se subdivide em diversas espécies. De acordo com Le Goff (2013), antes da fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929), os documentos históricos eram considerados sinônimos de textos escritos. De acordo com o autor, essa corrente historiográfica instituiu a necessidade de ampliar as fontes documentais, abrangendo não apenas os materiais escritos, mas também os ilustrados, bem como aqueles transmitidos pelo som e pela imagem. Portanto, no âmbito das discussões sobre o significado dos documentos, as suspeitas em relação aos jornais enquanto fontes históricas foram gradualmente superadas.

Segundo Capelato (2015), a recusa dos jornais como fonte histórica fundamentava-se na concepção positivista da história, que exigia objetividade na leitura das fontes como meio de alcançar a chamada "verdade do fato". A autora destaca que a crítica a essa história factual, centrada nos documentos oficiais, nos personagens ilustres e em seus grandes feitos, teve início a partir da década de 1930, com a chamada Escola dos Annales. Para a autora, essa corrente não excluiu a crítica documental. Contudo, o pesquisador deixou de ser "escravo do documento". Além disso, a distinção entre falso e verdadeiro, embora necessária, passou a ser encarada de outra forma, de modo que o documento falso passou a ser considerado tão relevante quanto o verdadeiro, cabendo ao pesquisador averiguar por que e como foi produzido.

No âmbito desta pesquisa, considerou-se que tanto a paisagem quanto os documentos não são neutros, mas sim fontes reveladoras das relações socioespaciais de poder de um determinado período histórico. Conforme aponta Souza (2013, p. 48-49), "o fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável 'desconfiar' da

[1] Disponível em: https://cdgeo.uems.br/.

paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la e decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência". De acordo com o autor, é necessário, além disso, "desconfiar" das representações da paisagem feitas por meio da pintura e da fotografia, enquanto representações realizadas sobre uma determinada fração espacial. Segundo ele, as representações podem esconder as relações entre essência e conteúdo em cada momento histórico, em cada contexto geográfico e nos marcos de cada imaginário específico. Ainda, de acordo com ele, a paisagem possui uma dimensão intersubjetiva.

Rodrigues (1999) explica o aspecto subjetivo da paisagem como altamente explorado no turismo em torno do imaginário social que, no contexto do turismo alternativo, atribui à natureza significados como o de "eterno retorno", criando-se o mito da "natureza intocada", ideia essa equivocada. No âmbito desta pesquisa, considerou-se que o processo de produção dos objetos sociais necessários à subsistência humana, por meio das técnicas e do trabalho, é simultaneamente o processo de transformação da natureza "primeira" em "natureza segunda", como processo de "socialização/humanização" desta "primeira natureza/intocada". Aliás, a "redescoberta da natureza" é um processo histórico amplamente preconizado em diferentes áreas, por escritores, artistas, intelectuais, filósofos e "viajantes" românticos, como uma reação ao racionalismo iluminista e à industrialização, exaltando a subjetividade, a emoção e a natureza (Sayre; Löwy, 2021). Johann Wolfgang von Goethe, escritor alemão do século XVIII, destaca-se como uma das principais figuras do romantismo. Em sua obra *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (1774), a natureza é descrita como refúgio para o personagem Werther. Ao longo da narrativa, o autor descreve as paisagens "naturais" como ponto de partida para uma intensa imersão subjetiva (Goethe, 2020). De acordo com Souza (2013), a paisagem é, simultaneamente, constituída por um aspecto intersubjetivo que está relacionado com a capacidade humana de dar vazão ao lirismo e à imaginação.

No texto, apresenta-se o conceito de espaço, enquanto objeto de estudo da Geografia, e seu aspecto visível, a paisagem, que, no âmbito da Geografia e do turismo, tem se tornado um recurso turístico essencial a essa atividade. Posteriormente, traz-se uma discussão sobre a natureza como recurso, que, no turismo, é apropriada pelo ideário do consumo verde. Assim, a natureza passa de seu estado "natural" para um recurso transformado e modificado pelas atividades econômicas, como as do turismo, para atender às necessidades biológicas e sociais. Tem-se a caracterização da área de estudo. Em seguida, apresentam-se a discussão e os resultados da pesquisa.

Reflexões teóricas e metodológicas

Quando a paisagem se torna produto: apropriações e uso do território pelo turismo

A paisagem abrange dimensões perceptivas, seletivas e subjetivas. Pessoas comuns e especialistas podem apresentar diferentes interpretações de um mesmo fenômeno. Entretanto, no campo da pesquisa científica, é necessário ultrapassar o aspecto visível da paisagem com o objetivo de alcançar seus significados, abrangendo tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas do espaço geográfico enquanto instância social. Espaços pouco ou nada transformados pelas ações humanas tornam-se, no período histórico presente, objeto de interesse por parte dos agentes, entre os quais se encontram os do turismo. Os objetos espaciais pouco transformados pelas ações humanas passam a abrigar um conjunto de intencionalidades no qual é difundida a necessidade de manter suas características o mais próximo possível de suas feições originárias, como elementos que compõem a oferta turística. Se as paisagens são fixas e imóveis, seus significados e usos não são estáticos e as diferentes atividades econômicas, como as do turismo, constituem elementos de refuncionalização simbólica/funcional dos objetos geográficos disponíveis.

De acordo com Troll (1997, p. 2),

> Todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo.

A paisagem não muda de lugar; é o seu significado social e a sua função que se alteram conforme o período histórico correspondente. O destaque conferido a uma das dimensões da paisagem em detrimento das demais é uma escolha deliberada sobre as representações da paisagem, como as pinturas e fotografias, capazes de criar ideologias e de ser instrumentalizadas pelos agentes econômicos. Na explicação de Souza (2013, p. 46), “A paisagem é uma forma, uma aparência. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere’”.

De acordo com Febvre (1953, p. 428 *apud* Le Goff, 2013, n.p.),

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o sem mel, na falta de flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, dependem do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Além da dimensão visual da paisagem, os relatos de viagens e os jornais são considerados "documentos" e fontes de pesquisa sobre determinados períodos históricos, em diferentes contextos geográficos e nos marcos de cada imaginário coletivo.

Na explicação de Rodrigues (2001, p. 72), "a paisagem é um notável recurso turístico, desvelando alguns objetos e camuflando outros, por meio da posição do observador, quando pretende encantar e seduzir"; entende-se, a partir de então, o apelo do marketing turístico em torno das imagens. Raimundo (2009, p. 10) destaca que "na 'escolha' das paisagens para o marketing turístico, é muito comum: o cuidado com o ângulo das fotos, posição e distância do observador, jogo de luz e sombra, realce e ocultamento de detalhes".

Segundo Moretti (2026, p. 580), "o turismo participa da mercantilização de paisagens e de culturas, transformadas em atrativos de acordo com as necessidades criadas no mundo urbano contemporâneo". Nessa linha, "comunidades buscam inserir a prática do turismo em seu cotidiano, visando construir formas de valorização do lugar com o objetivo de gerar renda e garantir possibilidade de sobrevivência" (Moretti, 2026, p. 580). Para ele, a atividade humana e social do turismo é

> Entendida no contexto geral de consumo e produção da natureza, que é consumo e produção de espaço. A natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado (Moretti, 2011, p. 6).

No âmbito de modalidades turísticas consideradas alternativas, a sensibilização ambiental em torno desses objetos dá origem à expressão criada para "categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao chamado turismo de massa" (Cruz, 2001, p. 6-7), que têm nos "espaços naturais" o seu principal objeto de consumo. Porém, Cruz (2001, p. 7) reforça: "se todas as pessoas que viajam dentro do turismo de massa decidirem praticar alguma modalidade alternativa de turismo, haverá, necessariamente, a massificação dessas formas alternativas de turismo".

Natureza em oferta: o turismo como mercadoria verde

No Brasil, de acordo com Becker (1995, p. 10), "as rodovias, a indústria de automóveis e a emergência de novos estratos sociais médios, bem como outras medidas e obras em infraestrutura realizadas pelo Estado, facilitam o crescimento do turismo". Cruz (2001, p. 22) explica que "a emissividade no turismo está fortemente associada ao fenômeno urbano, e isso se explica por diversos fatores, como concentração populacional e estilo de vida urbanos". Para a autora, as cidades concentram os elementos necessários para o desenvolvimento do turismo de massa, como infraestruturas de acesso e urbana e infraestruturas de lazer, além dos serviços de apoio à atividade turística, como atendimento médico e sistema bancário.

O turismo de massa é acompanhado pelo seu par dialético: o turismo alternativo, que ganhou relevância em um contexto de desenvolvimento de forças produtivas homogêneas e de expansão da economia mundializada, no qual as sociedades perderam suas relações totalizantes com o território e, portanto, as necessidades e os desejos passaram a ser atendidos em espaços cada vez mais distantes, fazendo com que fosse necessária uma referência constante a um número crescente de lugares.

Ao longo de sua contínua relação e interação com a natureza, os seres humanos têm recorrido aos reinos infra-humanos para organizar a vida socioespacial. Desde o término de sua história natural, a natureza vem sendo constantemente redescoberta. Entre as classes infra-humanas, destacam-se a matéria bruta ou inanimada (reino mineral), as plantas (reino vegetal), os animais (reino animal) e os próprios seres humanos (reino humano) (Besselaar, 1973). Esses "reinos infra-humanos" oferecem a possibilidade de realização das ações conscientes e objetivas direcionadas para a concepção e criação dos objetos sociais. Os seres humanos, embora façam parte desse

grupo, diferenciam-se dos demais por serem responsáveis pela produção de seus próprios meios de subsistência e pela consciência de suas ações objetivas e práticas.

Cruz (2001, p. 27) descreve que

> Houve um tempo em que a natureza se resumia à natureza natural e entre essa natureza e o homem não havia intermediações. A criação e o aperfeiçoamento de objetos, ao longo da história do homem sobre este planeta, é que alteram substancialmente essa relação, que passa, gradativamente, a ser mediada pela técnica.

De acordo com Souza (2013), o adjetivo geográfico é utilizado principalmente por não geográficos para designar os processos e as feições naturais da superfície terrestre. Para o autor, essa abordagem secundariza a dimensão dos processos sociais, ancorando-se na dicotomia entre sociedade e natureza e atribuindo a isso o próprio desenvolvimento da Geografia como ciência epistemologicamente bipolarizada, que, historicamente, esteve dividida entre duas abordagens: natureza e sociedade. Entretanto, ele afirma que, no estágio atual da ciência geográfica, essa bipolarização epistemológica deve ser superada e estar pautada no pressuposto de que "a sociedade concebe e se apropria da natureza e a transforma, transformando a si própria" (Souza, 2013, p. 27). Segundo ele, "sociedade e natureza se acham concebidas como dialeticamente interligadas" (Souza, 2013, p. 27).

Para o autor, o espaço compreende as facetas entre a primeira e a segunda natureza, sendo a primeira faceta utilizada para designar a natureza natural intocada pelo homem e, portanto, exterior e irrefletida, e a segunda faceta, a natureza já transformada pela sociedade. Nesse sentido, concebe o conceito de espaço geográfico como "um espaço verdadeiro e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos)" (Souza, 2013, p. 31). O autor faz uma distinção entre espaço geográfico e espaço social; esses conceitos são, então, duas camadas ou níveis conceituais distintos e complementares, nos quais as relações sociais/espaciais são um qualificador conceitual do primeiro termo. Explica que seria, nesse contexto, mais adequado utilizar o conceito de substrato material para designar o espaço efetivamente em sua materialidade. Como apontado anteriormente por ele, o processo de apropriação da natureza e, assim, a transformação da natureza primária em

natureza secundária é indissociável da dimensão das relações sociais; portanto, propõe substituir a expressão substrato material por espaço social material.

Em torno dessa discussão, Santos (2023, p. 2) já havia discorrido, apontando que

> [....] a essência do espaço é social. [...] formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento.

Santos (1997), citando Febvre, apontou que este considera que os geógrafos, em geral, partem do solo, e não da sociedade. Em torno disso, de acordo com Santos (1997, p. 81), o domínio da Geografia "não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas". Sendo assim, destaca: "se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial" (Santos, 1997, p. 81). Como observado anteriormente, na contemporaneidade, a Geografia é uma ciência que tem se interessado cada vez mais pelas dimensões sociais e que está estudando a sociedade interdisciplinarmente, em diálogo constante com a História.

Em vista do conteúdo exposto, nas sociedades humanas, a produção é organizada pelas técnicas disponíveis no período histórico correspondente. Em torno disso, produz-se o espaço geográfico e a divisão da sociedade em classes sociais. Conforme Santos (1997, p. 82), "a base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta". De acordo com o autor, "o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos" (Santos, 1997, p. 92). Além disso, o autor destacou que "a práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributário dos imperativos espaciais" (Santos, 1997, p. 92).

> Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator (Santos, 1997, p. 90-91).

Harvey (2005, p. 65) apontou que o processo de "acumulação numa escala geográfica expansível e intensificada [...] cria espaços novos para acumulação", no qual as relações totalizantes com o território são perdidas, exigindo, portanto, referências constantes a um número crescente de lugares para atender às necessidades. Para o autor:

> O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicionar (o crescimento populacional e a criação de novos desejos e necessidades seriam as únicas opções. Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda um grama de problemas econômicos e sociais (Harvey, 2005, p. 65).

Assim, o modelo de vida impulsionado pelo consumismo acarretou a aceleração do processo antrópico, cujos efeitos são contínuos e cumulativos sobre o espaço geográfico em sua materialidade, no qual os agentes dos movimentos sociais preservacionistas e conservacionistas buscam influenciar as agendas governamentais em todo o mundo e no Brasil para promover a ampliação e a modernização do aparato legal para a proteção dos ambientes naturais. Como observou Carlos (1994), as bandeiras dos movimentos ecológicos de preservação e conservação da natureza vêm sendo apropriadas por firmas e instituições, que incorporam a ideia de desenvolvimento sustentável como uma necessidade imperiosa, convertendo o discurso do consumo sustentável em estratégia de comercialização de bens e serviços (Carlos, 1994), sob os rótulos de "sustentável" e "ecologicamente responsável". Assim, os ambientes naturais

passam a ser explorados economicamente, como valor de uso, pelos agentes do turismo alternativo, que atuam na comercialização sob os slogans de ecoturismo, turismo na natureza e turismo sustentável. Pela diversidade natural de seu território, o Brasil constitui um grande potencial para o chamado turismo de natureza.

Caracterização da área de estudo

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Jardim possui uma área de 2.130,06 km². O Censo Demográfico[2], realizado em 2022, registrou uma população de 23.981 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 11,28 hab./km² (IBGE, 2022). Jardim está localizado no sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, pertencente à Microrregião de Bodoquena (Garcia; Pereira, 2017), além de ser uma cidade pequena por definição (Gomes, 2024). O território faz divisa com os municípios de Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Ponta Porã e Porto Murtinho (IBGE, 2025).

O município encontra-se no Alto Curso do Miranda (Kuerten *et al.*, 2017), inserido na região da Depressão do Miranda (Ross, 1990). O clima do município é de característica tropical, com temperatura média de 24,3 °C. Os menores registros de temperatura são feitos entre os meses de maio e julho, com o restante do ano apresentando medições mais elevadas (Lima *et al.*, 2021; INMET, 2024).

Segundo o Zoneamento Agroecológico do município produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2009[3]), a geologia da área é composta por diversas formações diferentes, sendo elas: Formação Serra Geral, do período Triássico Superior-Rético; Formação Botucatu, do período Jurássico; Formação Aquidauana, do período Carbonífero; Formações Cerradinho e Bocaina, pertencentes ao Grupo Corumbá; Complexo do Rio Apa, do período Pré-Cambriano; e Formação Xaraiés, do período Quaternário. Insere-se nas unidades morfoesculturais da Depressão do Rio Paraguai e do Planalto de Maracaju-Campo Grande, além de ter a vegetação natural composta por Cerrado, Floresta Tropical Subcaducifólia e áreas de transição Cerrado/Floresta (Brasil, 1982; EMBRAPA, 2009).

[2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico do ano de 2022.

[3] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMPRABA. Zoneamento Agroecológico do Município de Jardim - MS. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 147, 2009.

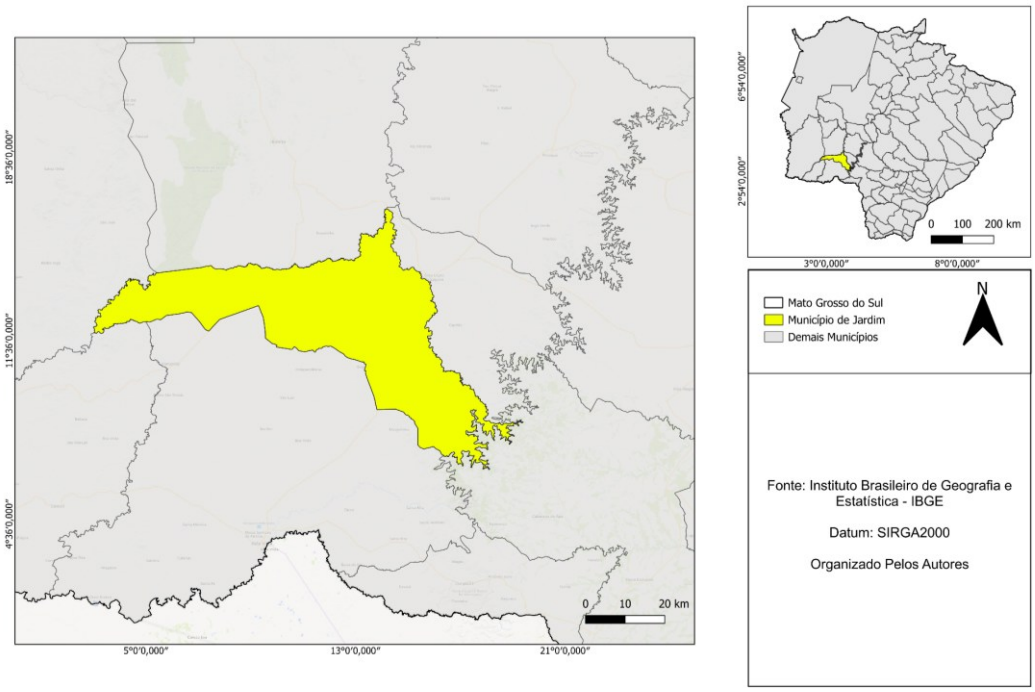


Figura 1 – Localização do município de Jardim/MS

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026). Elaborado pelos autores.

No contexto da apropriação e do uso da paisagem pela atividade turística, destacam-se, no município, os aspectos geoambientais da vegetação, do relevo e da geologia, em consonância com a hidrografia privilegiada. Jardim é um município localizado na região da Serra da Bodoquena, que se caracteriza pela presença de rochas ricas em carbonato de cálcio dissolvido, como dolomitos cinza da Formação Bocaina (Medeiros *et al.*, 2020; Sallum Filho; Boggiani; Karmann, 2025). Relacionado à origem da ocupação dessa região, de acordo com as autoras Barbosa, Facincani e Araújo (2005, p. 25):

> As origens da ocupação do atual município de Jardim (MS), bem como de todo o Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, remonta aos primórdios do século XVI com a chegada dos espanhóis, que se utilizavam o Rio Paraguai como via de acesso para as minas de ouro e prata do Peru. Neste processo, os Espanhóis foram gradativamente ocupando esta região e assegurando a posse das terras através das Missões e da introdução do gado e da erva-mate.

Quanto ao contexto histórico de criação e constituição do município de Jardim, este ocorre após o fim da Guerra do Paraguai, com a retirada das tropas paraguaias. Cabe ao Exército brasileiro organizar a gestão territorial dessa faixa de fronteira.

> Historicamente, o desenvolvimento comercial de Jardim está associado à atuação da Comissão de Estradas e Rodagens nº-3 (CER-3), organizada a partir da conciliação militar para o desenvolvimento da região. Na década de 1940, CER-3 era responsável pela construção de rodovias no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo um papel fundamental para o surgimento da cidade de Jardim. A CER-3 se instalou na cidade de Jardim quando está ainda era uma fazenda com o mesmo nome da cidade atual (Garcia; Pereira, 2017, p. 5).

Ressalta-se que, entre as principais atividades econômicas no município de Jardim, estão a pecuária e a agricultura. Isso ajuda a compreender e analisar a organização e a gestão territorial da atividade turística no município, "visto que a maioria dos empreendimentos turísticos estão localizados em propriedades particulares" (Moretti; Zanon, p. 160 *apud* Moretti; Calixto, 2003).

No território do município de Jardim existem cinco unidades de conservação ambiental: Parque Nacional Serra da Bodoquena (abrange quatro municípios: Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e Jardim, com área total de 77.021,58 hectares — em Jardim, a área é de 4.829,6309 hectares); Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Xodó Vô Ruy, com área de 487,6239 hectares; RPPN Buraco das Araras, com 29,0348 hectares; RPPN Cabeceira do Prata, com 307,5297 hectares; e RPPN Lagoa Misteriosa, com 38,43 hectares. Destaca-se que, por dispor dessas áreas de conservação, a administração municipal participa do repasse do ICMS Ecológico.

No documento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE, 2015, p. 173), Jardim encontra-se no Eixo de Desenvolvimento do Turismo: "desenvolvimento das atividades turísticas situado no Sudoeste do Estado. Propõe ligar três regiões com grande potencialidade para atividades turísticas: o Pantanal, o circuito de águas transparentes e a fronteira".

De acordo com Moretti (2011, p. 5), "é essencial repensar a ideia que relaciona a conservação ambiental com a internalização da natureza no processo econômico, sendo entendido que esse processo de internalização assume diferenciadas formas". Para o autor, na Serra da Bodoquena, a atividade turística tem sido um elemento

fundamental para esse processo de internalização e para substituir a agricultura e a pecuária praticadas na área. O autor sinaliza que a instalação de Unidades de Conservação não supera a dicotomia entre sociedade e natureza, pois, ao "considerar a natureza como separada da sociedade, promove o distanciamento do habitante das áreas escolhidas da proposta de valorização da natureza como bem a ser conservado" (Moretti, 2011, p. 11). Aponta ainda que a fragmentação territorial é responsável pela manutenção dessa dicotomia. Portanto, "este distanciamento da vida do lugar cria o distanciamento do real, do cotidiano, das práticas de produção do lugar, reproduzindo o processo colonizador, agora em nome da conservação" (Moretti, 2011, p. 11).

As potencialidades turísticas existentes na região, constituídas de beleza cênica, são proporcionadas pela formação da Serra da Bodoquena, como descreve Boggiani (1999, p. 16):

> Por meio dos movimentos das placas tectônicas, os gigantescos esforços que ocorreram na crosta terrestre proporcionaram a formação de montanhas onde antes existia o Oceano Corumbá. Desta forma, as rochas que se encontravam em zonas profundas da crosta terrestre afloraram na superfície. Com o passar do tempo geológico, essa cadeia de montanhas foi sendo, lentamente, erodida até formar a Serra da Bodoquena como conhecemos hoje, com suas cavernas, rios subterrâneos e cachoeiras.

Dessa maneira, é possível analisar o processo de apropriação e de uso dos objetos espaciais localizados em Jardim no contexto do turismo alternativo, a partir do levantamento realizado no acervo digitalizado do *Correio Jardinense*.

Discussões e resultados

A paisagem documentada, conceito introduzido nesta pesquisa, é a reprodução de imagens que, como fonte histórica, são capazes de servir como instrumento para a análise do uso e da apropriação dos objetos espaciais e, portanto, do território. Em Jardim/MS, a atividade turística passa a ser destaque a partir da década de 1990, conforme cita Eichenberg (2013, p. 124):

> O memorial do turismo no município é temporal à década de 1990, onde o turismo inicia seu ciclo, voltado a aspectos do ambiente natural preservado começa a ser estudado e oportunizado aos municípios a partir de políticas públicas como o Plano Nacional de Municipalização do Turismo [...]. O município de Jardim inicia seu ciclo de investimentos com entusiasmo por parte de empreendedores privados, em sua grande maioria proprietários de fazendas localizadas no entorno da sede municipal que fazem a opção de infraestruturar o destino a partir dos recursos ambientais e de suas características geossistêmicas encontrado no território [...].

Esse período foi semelhante ao do município vizinho, Bonito, onde o turismo despontou na década de 1990 como uma atividade promissora, não tardando a se tornar uma atividade consolidada, tendo o aumento efetivo do fluxo de turistas sido impulsionado, especialmente, pelas ações midiáticas focadas nos atrativos atrelados à vegetação e às águas cristalinas, com destaque para a reportagem realizada pela jornalista Glória Maria ao programa de televisão *Fantástico*, em 1986, no interior da Gruta do Lago Azul (Silva; Silva, 2025).

Até esse período, segundo Boggiani (2013, p. 359), "os únicos atrativos visitados eram as grutas do Lago Azul, Nossa Sra. Aparecida e a Ilha do Padre, no Rio Formoso e, para isto tinha-se que procurar o Sergio da Gruta", demonstrando a incipiência da atividade na região. Em vista disso, os moradores constituem a principal fonte de criação das atividades turísticas e da produção dos territórios turísticos, decorrente da apropriação desorganizada e informal que dá lugar à apropriação e à consolidação dos territórios turísticos por parte do Estado e do mercado, subtraídos dos moradores. Entretanto, Moretti (2026, p. 580) alerta que "a possibilidade de um turismo gerador de sustentabilidade social somente se concretiza quando há controle das comunidades sobre a atividade turística".

É importante frisar a relação entre a oferta de atrativos turísticos existentes em Jardim e a forma como são comercializados por Bonito. Nas agências e operadoras[4] de viagens e turismo, ofertam-se os atrativos como se pertencessem, territorialmente, a Bonito. Então, territorialmente, os fluxos turísticos são direcionados a Bonito, atuando como destino indutor, e seus vizinhos, Jardim e Bodoquena, participam secundariamente desse processo.

[4] Optou-se por não identificar as agências/operadoras que fazem essa divulgação.

O banco de dados do acervo digitalizado do jornal *Correio Jardinense* apresenta matérias vinculadas à gênese e ao desenvolvimento da atividade turística no município de Jardim, especialmente a partir de 1997. A edição do *Correio Jardinense*, Ano XXI, n. 873, de 7 de março de 1997, p. 2, intitulada "O que Jardim poderá oferecer em atrativos turísticos", relata que, durante o encontro de integração entre agricultura e pecuária de Jardim, o turismo foi pauta de discussão por ser considerado "um assunto de grande relevância naquele debate".

> O interesse pela implantação do turismo está alimentada em projetos de muitos empresários da região. Para o município, a implantação definitiva do turismo proporcionaria um significado avanço em sua economia, já que Jardim pode ser considerada rica em atrativos turísticos. O que está faltando é mais empenho e boa vontade de poder público. É preciso adotar medidas práticas e urgentes. Em princípio se tratando de atrativos turísticos, temos o Cemitério dos Heróis, uma importante parte da nossa história brasileira, que jamais foi valorizada. As maravilhas do rio Prata, águas calcárias, cristalinas, banhando diversas propriedades, próprio para prática de esportes náuticos e pescas esportivas. Vale lembrar que o rio Miranda já por muito tempo está pedindo socorro, vítima de assoreamento e de ações depredatórias que ameaça descaracterizar totalmente o Rio Miranda, o que vai comprometer as atividades sociais e econômicas da região. Os nossos representantes precisam olhar para este problema. O buraco das ARARAS, está localizado à 27 km da Sede do Município na BR 267, onde é possível a observação de diversas espécies de pássaros e animais de fauna local. Segundo estudos, trata-se de uma depressão em arenito de aproximadamente [ilegível] de profundidade e 600 m de circunferência. O Balneário Municipal do Rio Prata, localizado à 25 km da cidade, lugar pitoresco, propício para passeios em trilhas, ecológicos e observação da fauna local, pesca esportiva, esporte náutico, mergulhos, camping, etc... (Até agora o poder público nada fez em relação ao Balneário Municipal, está lá abandonado). Jardim também tem as Cachoeiras do Rio Perdido, à 90 km onde são formadas aproximadamente 30 quedas d'águas cristalinas, ricas em ictiofauna, principalmente Dourado e Piraputangas, piscinas naturais entre outras atrações. O Turismo rural vem se desenvolvendo nos últimos tempos na região, exemplo disso, temos a Fazenda Figueira - à 70 km de Jardim, pela antiga BR 267, com pousada, turismo rural, observação da fauna, grutas de origem calcária, tais como a GRUTA DA ABELHA, GRUTA DO SAPO, GRUTA DO JUCA. A Fazenda Lagoa Grande à 36 km da Sede do Município, também é um dos belíssimos pontos turísticos da região, com lagoa natural de 36 ha de espelho d'água. A 40 km da Sede do Município está localizada a Fazenda Santa Maria, um refúgio ecológico de diversos animais,

> como a Queixada, Veados, Pacas, Cotias, etc... pode também desfrutar de passeios em trilhas nas margens do Rio Prata, mergulho em profundidade na Lagoa Misteriosa, e diversas grutas em calcário, destacando-se a GRUTA DO CURÊ. A Fazenda Cabeceira do Prata também é um dos concorridos pontos turísticos, localizada à 33 km do Município de Jardim. Além destes pontos turísticos o Município de Jardim também conta com outros que ainda não foram cadastrados (Correio Jardinense, Ano XXI, n. 873).

Observa-se, na mesma edição, a tentativa de atrair turistas e visitantes apelando para a possibilidade de pesca esportiva nos rios da região, atividade que atualmente é proibida por legislação ambiental[5]. Já em outra matéria divulgada no mesmo ano pelo jornal, nota-se a preocupação relacionada à exploração da atividade turística e da atividade pesqueira, como explicitado na Figura 2.



JORNAL CORREIO JARDINENSE - JARDIM - MATO GROSSO DO SUL - 23 DE SETEMBRO DE 1.997 - PAGINA - 06

Exploração turística desordenada aumenta problemas ambientais na região Sudoeste

Jardim(MS) - A região Sudoeste do Estado possui um dos mais completos complexos ecológicos que com o decorrer dos últimos anos vem sofrendo uma exploração desordenada, causando modificações de suas características e aumentando os problemas ambientais. O crescimento da atividade turística nesses municípios foi em decorrência das facilidades oferecidas pelas novas rodovias e outros meios de transporte, alterando drasticamente o perfil do rio, juntamente com a atividade pesqueira.

Existem inúmeros atrativos turísticos, a ocorrência de solos calcáreos, as águas são transparentes, com presenças de cachoeiras, grutas, canyons e formações rochosas com paisagens de grande beleza cênica.

As planícies e os pantanais são constituídas de variados ecossistemas com dinâmicas regida pela ciclicidade hídrica, que produz vazantes, corichos, baias, campos cordilheiras, cerrados, capões, florestas e neles uma fauna exuberante. As áreas indígenas também fazem parte desses municípios com uma população de quase 10 mil habitantes em uma área superior a 500 mil hectares.

SURGEM PROBLEMAS

Nos últimos anos surgiram atividades que também vem ajudando a alterar as condições naturais, provocadas pelos desmatamentos, introdução de pasto plantado, corte ilegal de madeira e pesca com petrechos proibidos. Além disso, surgem ainda problemas decorrentes da exploração turística da região de forma inadequada.

ATIVIDADE PESQUEIRA

A pesca possui três modalidades: subsistência, esportiva e profissional. Atualmente a captura de iscas devido ao aumento da demanda pela pesca, tem se transformado em mais uma modalidade amplamente explorada.

A pesca esportiva teve crescimento acentuado a partida da década de 80. Ela é responsável por 72 por cento de todo pescado desembarcado oficialmente em Mato Grosso do Sul. Segundo levantamentos da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável os pescadores esportivos somam 13.895 que estiveram atuando entre maio de 94 a abril de 95 no Rio Miranda.

A captura em 1995 foi três vezes inferior que a média do período do de 1980/1989. Este fato, contudo não indica que os estoque pesqueiros encontram-se super explorados mas, reflete os rumos da política pesqueira adotada no Estado de MS.

As espécies mais capturadas foram pintados, cachara, pacu, curimba, jaú, pirapitanga, dourado, piavuçu, piranha, jurupoca e jurupensém.

ATIVIDADE TURÍSTICA

A atividade turística é a principal fonte de renda da maioria dos Municípios do Rio Miranda. Eles dispõe de 107 hotéis, sendo 47 na área urbana e 60 na área rural (pesqueiros e hotéis-fazenda), com capacidade de 4.038 leitos e oferecendo 345 empregos diretos nos seus habitantes. A grande maioria dos turistas são procedentes de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e de países da Europa, Ásia e América do Norte.

ESGOTO IN NATURA

Mesmo com todas estas atividades a região sofre com problemas ambientais provocados pela exploração turística desordenada e sem um plano diretor de desenvolvimento. A rede de esgoto dos municípios do Rio Miranda é insuficiente e precária. A maioria dos municípios despejam esgoto "in natura" diretamente no Rio Miranda e seus afluentes, que por sua vez atinge diretamente o Pantanal.

Somente 44,4 por cento destes municípios tem galerias de águas pluviais, 44,4% das residências possuem fossas sépticas e somente 11,2% da população é atendida com rede de esgoto. A destinação do lixo de todos os municípios é de 88,8% para os lixões e 11,2,2% sem destinação final.

Figura 2 – Matéria jornalística sobre exploração turística na região Sudoeste do MS

Fonte: Banco de dados do Correio Jardinense, Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo – Arquivo Vivo).

O destaque é o aumento dos problemas ambientais oriundos da exploração desordenada dos últimos anos na região, ressaltando-se “desmatamentos, introdução

[5] Lei nº 5.184, de 18 de abril de 2018, “Dispõe sobre a proibição da pesca e da navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul” e Lei nº 1.871, de 15 de julho de 1998, “Estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso, e dá outras providências”.

de pasto plantado, corte ilegal de madeira e pesca com petrechos proibidos. Além disso, surgem ainda problemas decorrentes da exploração turística da região de forma inadequada". Referente à pesca esportiva, a matéria cita: "a pesca esportiva teve crescimento acentuado a partir da década de 80 [...]. Os pescadores esportivos somam 13.895 que estiveram atuando entre maio de 94 a abril de 95 no Rio Miranda". O que antes era alvo de divulgação e marketing para atrair turistas passa, então, a ser noticiado com cautela.

Na matéria veiculada no semanário de 30 de abril a 10 de maio de 2000, divulgam-se os recursos naturais apropriados pela atividade turística no município, pontuando a Pousada Jatobá, o Recanto Ecológico, o Buraco das Araras, o Balneário Rio da Prata, a Lagoa Misteriosa, o Balneário do Anicézio, a Gruta da Abelha, a Fazenda Santa Fé, o Rancho do Netinho, a Pousada Papagaio Amarelo e o Santuário do Prata. Os atrativos turísticos, em sua maioria, recebem demandas expressivas de turistas atualmente, tendo adaptado suas estruturas de receptivo e apoio aos turistas, assim como a oferta de passeios, atividades e experiências de contato com a natureza.



JARDIM

Natureza privilegiada enriquece Turismo

Pousada Jatobá

Recanto Ecológico

Lagoa Misteriosa

Fazenda Santa Fé

Rancho do Netinho

Balneário do Anicézio

Santuário do Prata

Buraco das Araras

Gruta da Abelha

Balneário Rio da Prata

Pousada Papagaio Amarelo

Preserve a Natureza
"Jogue Lixo no Lixo"

VENDE-SE
Caminhão Mercedes 1113
Ano 1997 - Primeira linha
Rodaus, Tacógrafo,
Cabina Alta, 4 Eixos
Vendo ou troco por gado.
Fone: 439-1486 - 9975-8016

Figura 3 – Matéria jornalística sobre atrativos naturais em Jardim/MS

Fonte: Banco de dados do Correio Jardinense, Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo – Arquivo Vivo).

Ainda que as imagens publicadas no *Correio Jardinense* não sejam coloridas — levando-se em consideração os recursos disponíveis para publicação à época — a ponto de permitirem a observação mais detalhada do território, considera-se que a descrição e o uso da paisagem e dos recursos naturais existentes no município e na região são comercializados com apelo às suas características e apropriados pelo e para o turismo, transformando e reconfigurando os usos do território turístico.

Considerações finais

No decorrer do texto, buscou-se construir uma análise em torno da categoria paisagem, almejando compreender as transformações ocorridas no território turístico de Jardim a partir do levantamento de dados e imagens do CDGeo, invocando a ideia de paisagem documentada. É afirmativo que a paisagem não muda de lugar; no entanto, os seus significados transformam-se conforme os diferentes períodos históricos, como se observa nas imagens do *Correio Jardinense* e no que pode ser visto nos dias atuais. Os atrativos turísticos existentes no município passaram por transformações em seu uso — alguns se tornaram áreas de conservação ambiental, como a Lagoa Misteriosa e o Buraco das Araras —, enquanto outros alteraram significativamente suas instalações e infraestruturas de acesso aos turistas, a exemplo das fazendas que oferecem atividades ligadas ao Turismo Rural. Portanto, há uma (re)organização do espaço geográfico.

A ideia de concretar as margens dos rios — exemplo disso é o Balneário Municipal de Jardim, atualmente denominado Balneário Jardim Ecopark, além de outros na região — para facilitar o acesso e a presença de turistas no local contraria a premissa da conservação e preservação ambiental. No entanto, atende às necessidades criadas pelo desejo de consumir a “natureza” em seu estado mais natural e “verde”.

Daquilo que o acervo digital do *Correio Jardinense* oferece para acesso, no que se refere ao tema turismo, considera-se de importância substancial as imagens e notícias veiculadas há quase 30 anos. Por meio delas, podem-se visualizar as mudanças e transformações ocorridas no território, percebendo-se a relevância de manter a história documentada disponível à comunidade acadêmica e externa, possibilitando pesquisas futuras e olhares diversos sobre a história local e regional.

Referências

BARBOSA, L. C.; FACINCANI, E. M.; ARAUJO, A. P. C. Organização do espaço: pecuária de corte e turismo no município de Jardim-MS. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 7, p. 23-33, 2005.

BESSELAAR, J. V. D. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: EPU, 1973.

BOGGIANI, P. C. Geoparque Bodoquena-Pantanal: geoturismo na capital do ecoturismo. *In*: SCHOBBENHAUS, C.; SOUZA, C. R. (ed.). **Geoparques do Brasil**: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2013. p. 341-366.

BOGGIANI, P. C. Por que Bonito é bonito? Geologia da Bodoquena. *In*: SCREMIN-DIAS, E.; POTT, V. J.; HORA, R. C. da; SOUZA, P. R. de (org.). **Nos Jardins submersos da Bodoquena**: Guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Editora UFMS, 1999. p. 10-23. Disponível em: https://ecoa.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nos-Jardins-Submersos-da-Bodoquena.pdf. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Projeto RADAMBRASIL**. Campo Grande: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, 1982.

CAPELATO, M. H. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. *In*: VILLAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanita, 2015. p. 114-136.

CARLOS, A. F. A. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 8, p. 75-78, nov. 1994. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/pt_BR/article/view/47328. Acesso em: 6 fev. 2026.

CRUZ, R. de C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 125 p.

CRUZ, R. de C. A. da. **Políticas de turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

EICHENBERG, F. O.; SILVA, C. A. da. **Turismo de Natureza no município de Jardim (MS), possibilidades e conflitos**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

GARCIA, A. S.; PEREIRA, A. P. C. Geografia do Comércio: produção do espaço urbano e dinâmica comercial na cidade de Jardim/MS. **Geofronter**, [*S. l.*], v. 1, n. 3, 2017. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/GEOF/article/view/1281. Acesso em: 25 out. 2025.

GOETHE, J. W. **Os sofrimentos do jovem Werther**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, I. R. P. Sobre a centralidade urbana de Jardim-MS: notas a partir da escala de uma cidade pequena. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, v. 25, Edição Especial XXIII ENSUL, 2024.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 241 p.

KUERTEN, S.; TEIXEIRA, E. V.; ABRÃO, C. M. R.; SOUZA, J. O. de. Análise Geomorfológica de Meandros Abandonados e Paleocanais no Alto Curso do Rio Miranda (MS). *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 17., São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: Revista do Departamento de Geografia, 2017.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LIMA, D. C. R.; LIMA, P. R.; AMORIM, A. R. de F. Análise do nível de estresse térmico do pedestre na cidade de Jardim, MS. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2021, Palmas. **Anais** [...]. Palmas: CESUP: UFT: IFTO: UNICATOLICA, 2021.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n° 1.871, de 15 de julho de 1998, "Estabelece a forma de conservação da natureza, proteção do meio ambiente e defesa das margens nas áreas contíguas aos Rios da Prata e Formoso, e dá outras providências". **Diário Oficial nº 4.815**, Mato Grosso do Sul, 16 de julho de 1998. Disponível em: https://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/e87d6928a855a90e04256c00005a4db4?OpenDocument. Acesso em 16 fev. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n° 5.184, de 18 de abril de 2018, "Dispõe sobre a proibição da pesca e da navegação no Rio Salobra e no Córrego Azul, localizados no Estado de Mato Grosso do Sul". **Diário Oficial nº 9.639**, Mato Grosso do Sul, 19 de abril de 2018. Disponível em: https://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/38e1a5e0dcb47f35042582740041ed6e?OpenDocument. Acesso em 16 fev. 2026.

MATO GROSSO DO SUL. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul**: Elementos para construção da sustentabilidade do território sul-mato-grossense. Campo Grande: [*s. n.*], 2015. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Consolida%C3%A7%C3%A3o-ZEE-2%C2%AA-Aproxima%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

MEDEIROS, R. B.; BEREZUK, A. G.; PINTO, A. L.; BOIN, M. N.; ALVES, L. B. O carste e a qualidade das águas superficiais da bacia hidrográfica do rio Sucuri, Bonito/MS. **Caderno de Geografia**, [*S. l.*], v. 30, n. 61, 2020.

MORETTI, E. C. Geografia e turismo em imagens, trabalho de campo na província de Jujuy, Argentina. **Entre-Lugar**, [*S. l.*], v. 17, n. 33, p. 578-587, jan. 2026. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/21121. Acesso em: 16 fev. 2026.

MORETTI, E. C. Relações entre patrimônio público e privado: unidades de conservação e a atividade turística. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, Costa Rica, v. 2, p. 1-12, dez. 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820837. Acesso em: 18 fev. 2026.

MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. S. **Geografia e produção do espaço regional**: sociedade e ambiente. Campo Grande: Editora UFMS, 2003.

MORETTI, S. A. L.; ZANON, Â. M. A atividade turística em Jardim-MS e as transformações na produção territorial. *In*: MORETTI, E. C.; CALIXTO, M. J. M. S. **Geografia e produção do espaço regional**: sociedade e ambiente. Campo Grande: Editora UFMS, 2003. p. 155-176.

RAIMUNDO, S. **Lazer e turismo**: conceitos e reflexões. São Paulo: Plêiade, 2009. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001783112. Acesso em: 16 fev. 2026.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia, ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

SALLUM FILHO, W.; BOGGIANI, P. C.; KERMANN, I. Carste, Cavernas e Tufas da Serra da Bodoquena (Mato Grosso do Sul, Brasil). *In*: MEDEIROS, R. B.; SILVA, C. A. da. (org.). **Paisagens Cársticas**: experiências ibero-americanas. Porto Alegre: Editora Totalbooks, 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. razão e emoção. 41. ed. São Paulo: Edusp, 2020.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [*S. l.*], n. 54, p. 81-100, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092. Acesso em: 9 abr. 2026.

SAYRE, R.; LÖWY, M. **Anticapitalismo romântico e natureza**: o jardim encantado. São Paulo: Editora UNESP, 2021.

SILVA, C. A. da; EICHENBERG, F. O. Zoneamento do Geossistema para o Turismo de Natureza em Jardim - MS. *In*: FÓRUM INTERNACIONAL DO TURISMO DO IGUASSU, 7., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: Unioeste: UNESP: Idestur, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 1-7, jun. 1997. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6770. Acesso em: 17 fev. 2026.

YÁZIGI, E. **Turismo – uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998.

A imprensa local como espelho interpretativo da região Sudoeste de Mato Grosso do Sul: uma leitura decolonial da fronteira no discurso ambiental do jornal *Tribuna da Fronteira*

Cristiane Dambrós

10.23899/9786586746600.7

Introdução

A imprensa local ocupa um lugar estratégico na produção de sentidos sobre o território, sobretudo em regiões marcadas por fronteiras políticas, culturais e ambientais. Mais do que registrar acontecimentos, os jornais regionais atuam como mediadores da vida social, selecionando temas, enquadrando problemas e organizando narrativas que contribuem para a construção de uma imagem compartilhada da região. Nesse processo, a informação jornalística funciona como um espelho interpretativo, não no sentido de simples reflexo da realidade, mas como superfície que organiza, hierarquiza e torna inteligíveis dinâmicas territoriais complexas.

Essa função mediadora deve ser compreendida a partir de uma concepção relacional de território, entendido como construção histórica produzida por práticas sociais, representações e mediações institucionais (Saquet, 2015; Corrêa, 1991; Andrade, 2004). Nessa perspectiva, o território não se reduz a um suporte físico ou a um recorte administrativo, mas expressa processos contínuos de produção simbólica e política do espaço, nos quais discursos, instituições e formas de conhecimento desempenham papel central.

Em regiões de fronteira, essa mediação adquire relevância particular. A circulação de informações atravessa limites administrativos e nacionais, articulando escalas, racionalidades e temporalidades diversas, conectando o cotidiano local a agendas regionais, nacionais e internacionais. A fronteira, assim, deixa de ser concebida como linha de separação para se constituir como espaço relacional, marcado por fluxos materiais, simbólicos e informacionais em permanente negociação.

No sudoeste de Mato Grosso do Sul, região historicamente marcada por processos de ocupação, circulação transfronteiriça e reconfigurações institucionais, a imprensa local desempenha papel central na estabilização de leituras sobre o espaço regional. Ao reiterar determinados vocabulários, atores e escalas, os jornais contribuem para a produção de centralidades simbólicas e para a legitimação de formas específicas de governança territorial. Nesse contexto, a imprensa não apenas informa sobre a região, mas participa ativamente de sua definição enquanto unidade simbólica e política (Corrêa, 1991).

Entre os vocabulários mobilizados pela imprensa regional, o termo “ambiental” assume destaque crescente, especialmente a partir da década de 1990, em um contexto marcado pela reconfiguração global das agendas ambientais, impulsionada

por eventos como a ECO-92. Mais do que um marcador temático, o “ambiental” opera como linguagem transversal por meio da qual paisagens, práticas produtivas e conflitos territoriais são nomeados e qualificados no espaço público, frequentemente associados a discursos técnicos, normativos e desenvolvimentistas (Leff, 2015; Escobar, 1995).

A abordagem adotada neste capítulo articula o pensamento da complexidade e aportes decoloniais. Parte-se da compreensão do território como sistema aberto, heterogêneo e atravessado por múltiplas escalas e racionalidades, ao mesmo tempo em que se problematizam os regimes de saber implicados na produção dessas leituras espaciais. Nessa chave, o discurso jornalístico é entendido como prática espacial que organiza regimes de visibilidade e invisibilidade, legitima determinadas interpretações do espaço e marginaliza outras, permitindo investigar a possível predominância de racionalidades técnico-institucionais e os limites de visibilidade atribuídos às experiências locais, fronteiriças e subalternizadas (Quijano, 2005; Mignolo, 2011; Walsh, 2018).

Este capítulo analisa o discurso ambiental veiculado pelo jornal *Tribuna da Fronteira*, periódico de circulação regional com sede em Bela Vista, que atuou como importante mediador informacional no sudoeste de Mato Grosso do Sul. A investigação compreende o período de 1972 a 1999, correspondente ao recorte documental selecionado para análise, embora a publicação do periódico tenha se estendido até 2004. O corpus é composto por edições digitalizadas do jornal, tratadas com uso de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), o que possibilitou o rastreamento sistemático do termo “ambiental” e de expressões associadas ao longo do período analisado. A partir desse levantamento, foram identificadas e validadas ocorrências nas quais o “ambiental” desempenha papel efetivo na organização do sentido territorial e discursivo dos textos.

A espacialização dessas narrativas inscreve-se em um território fronteiriço específico, cuja delimitação é fundamental para a compreensão dos sentidos produzidos pelo discurso ambiental. A partir desse recorte, a análise desloca o foco da localização dos acontecimentos para os modos de produção de sentidos que operam no interior da imprensa regional. O interesse não reside apenas em onde os eventos se situam, mas em como o discurso ambiental organiza leituras sobre a fronteira, articula escalas e atribui funções territoriais às paisagens narradas.

Nos tópicos seguintes, são apresentados os procedimentos analíticos e os resultados empíricos, evidenciando o papel do jornal *Tribuna da Fronteira* como mediador informacional na construção simbólica do território fronteiriço.

Procedimentos metodológicos

A investigação adota abordagem documental e discursiva, concebida de modo a dar conta da complexidade informacional e territorial que caracteriza a atuação da imprensa regional em contextos de fronteira. Parte-se do entendimento de que o jornal não constitui apenas fonte empírica, mas dispositivo de mediação simbólica, capaz de organizar sentidos sobre o território e de participar da produção e circulação de representações espaciais (Fairclough, 1992; Charaudeau, 2013; Ribeiro, 2004).

A delimitação espacial da análise corresponde à área de circulação do Jornal Tribuna da Fronteira, abrangendo municípios do sudoeste de Mato Grosso do Sul, em região de fronteira com o Paraguai, marcada por intensas dinâmicas de circulação e interação transfronteiriça. A Figura 1 apresenta esse recorte territorial, evidenciando o espaço no qual se inscrevem as ocorrências do discurso ambiental analisadas, permitindo situar empiricamente as articulações entre território, fronteira e produção de sentidos no âmbito da imprensa regional.

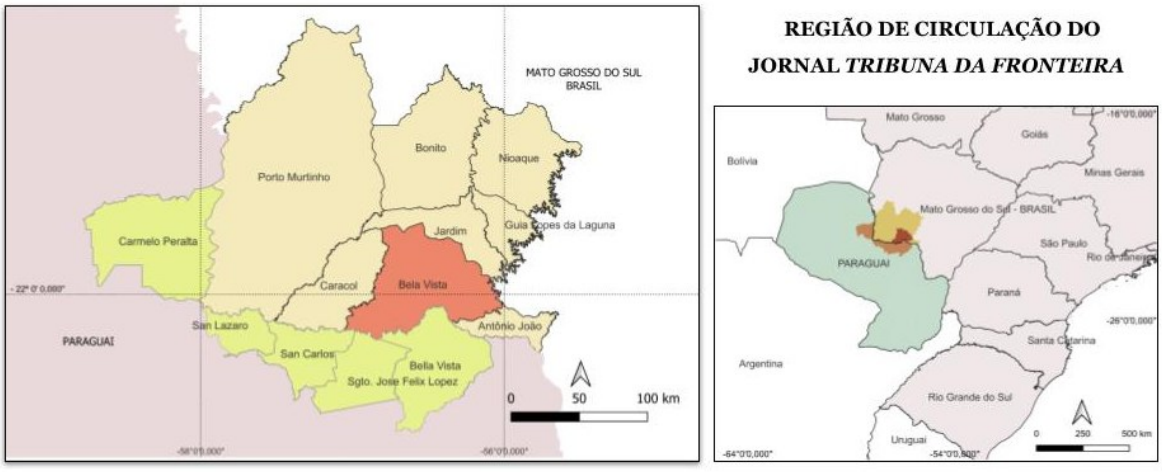


Figura 1 – Mapa da região de circulação do jornal Tribuna da Fronteira no Brasil, com sede em Bela Vista (MS)

Fonte: Dambrós (2026), elaborado a partir de base cartográfica do IBGE (2023), *Datos Abiertos* do Paraguai (2022) e do banco de dados do jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999).

O corpus é composto por edições digitalizadas do jornal *Tribuna da Fronteira*, publicadas entre 1972 e 1999, consultadas em acervo digital com camada de reconhecimento óptico de caracteres (OCR). Embora o periódico tenha mantido sua circulação até 2004, as edições posteriores a 1999 ainda não estavam disponíveis para consulta no momento da pesquisa, razão pela qual não foram incorporadas à análise. A utilização do OCR permitiu o rastreamento sistemático de vocabulários específicos ao longo de um extenso período temporal, viabilizando a análise longitudinal do discurso ambiental no espaço regional, estratégia amplamente utilizada em pesquisas documentais e de análise textual em larga escala (Cellard, 2008; Bauer; Gaskell, 2017).

A triagem inicial foi realizada por meio de busca textual do termo “ambiental” e de expressões associadas, como “meio ambiente”, “educação ambiental” e “conservação”. Essa etapa resultou na recuperação de 262 registros brutos, posteriormente submetidos à leitura contextual para avaliação de sua pertinência temática. Desse conjunto, 169 ocorrências (64,5%) foram validadas para a análise, enquanto 93 registros (35,5%) não integraram o corpus final. Para fins de sistematização, cada ocorrência validada foi adotada como unidade de análise, considerando-se sua inserção no contexto discursivo da publicação jornalística.

O principal critério de exclusão foi a ausência de pertinência temática, uma vez que o termo “ambiental” também aparecia associado a ambientes internos de edificações, espaços físicos construídos e outros contextos sem relação direta com a problemática socioambiental e territorial investigada. Assim, a seleção não se restringiu à presença da palavra-chave, considerando também o contexto discursivo e sua relação com a organização, a apropriação, a regulação e a representação do território.

As categorias analíticas foram construídas a partir da leitura do corpus e operacionalizadas da seguinte forma: (i) ‘Função territorial’ refere-se ao papel desempenhado pelo discurso ambiental na organização simbólica do território, distinguindo-se entre legitimação institucional, qualificação espacial, construção identitária, integração ao desenvolvimento e justificativa territorial; (ii) ‘Escala territorial’ diz respeito ao nível espacial predominante mobilizado na narrativa (local, regional, fronteiriça, estadual, nacional ou global); (iii) ‘Contexto discursivo’ corresponde ao enquadramento temático dominante da ocorrência, como normatização, controle ambiental, ação administrativa ou desenvolvimento regional. A classificação considerou o enquadramento predominante de cada ocorrência, atribuindo-lhe uma função territorial, uma escala de referência e um contexto discursivo principal. Esse

procedimento permitiu sistematizar as relações entre as dimensões analíticas e comparar sua distribuição no corpus.

Como procedimento exploratório, realizou-se a análise da distribuição temporal das ocorrências validadas, permitindo identificar padrões de intensificação e inflexão discursiva ao longo do período analisado. A Figura 2 sintetiza essa evolução, evidenciando o momento em que o ambiental passa a assumir maior centralidade na organização simbólica do território regional.

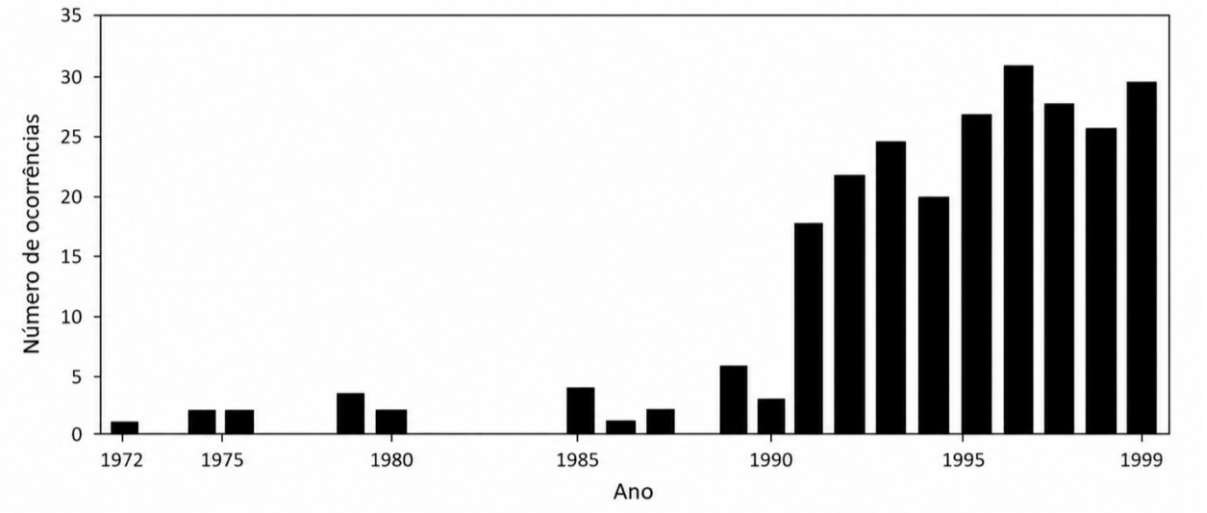


Figura 2 – Gráfico da frequência anual de ocorrências do termo “ambiental” no Jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999)

Fonte: Dambrós (2026), elaborado a partir do banco de dados do jornal Tribuna da Fronteira (1972–1999).

Do ponto de vista metodológico, o corpus final, composto por essas ocorrências, revela forte assimetria histórica, com apenas 8 registros na década de 1970, 15 na década de 1980 e 146 na década de 1990, correspondendo a 86,4% do total. Essa concentração sugere uma crescente importância do vocabulário ambiental como linguagem técnico-política e categoria discursiva de legitimação territorial no período analisado. Entretanto, essa interpretação deve considerar possíveis diferenças na disponibilidade das edições digitalizadas e na qualidade do reconhecimento óptico de caracteres (OCR) ao longo do recorte temporal. Ressalta-se, ainda, que a década de 1970 está representada parcialmente, uma vez que o recorte documental se inicia em 1972.

Foram consideradas relevantes as ocorrências em que o termo “ambiental” contribuía para processos de espacialização, tais como: ancoragem de lugares, qualificação de paisagens, mobilização de instituições, enquadramento de práticas, delimitação de áreas, articulação de escalas ou justificação de intervenções e formas de gestão territorial.

As ocorrências foram registradas em banco analítico estruturado, contendo variáveis padronizadas (ano, tipo de texto, contexto discursivo, paisagem associada, atores mencionados, escala de referência e função territorial atribuída ao “ambiental”). Para assegurar maior consistência interpretativa, realizou-se recodificação amostral e ajuste das definições operacionais, procedimento recomendado em análises qualitativas de base documental (Cellard, 2008), reduzindo ambiguidades e reforçando a confiabilidade da análise.

Reconhecem-se como limites do procedimento os ruídos inerentes ao OCR e o fato de o jornal representar um recorte específico da esfera pública regional. Por essa razão, os resultados são interpretados não como representação exaustiva do debate ambiental, mas como evidências dos modos pelos quais a imprensa regional organiza, hierarquiza e torna inteligíveis as questões ambientais, em articulação com o território fronteiriço.

Esse conjunto metodológico permite, assim, analisar o discurso ambiental não apenas como conteúdo temático, mas como prática informacional e espacial, cujos efeitos são examinados nas seções seguintes por meio da articulação entre contextos discursivos, escalas e funções territoriais, em consonância com abordagens que compreendem os fenômenos sociais e territoriais como sistemas complexos, não lineares e relacionalmente estruturados (Morin, 2005; Le Moigne, 1990).

A partir desses procedimentos, a análise desenvolvida nas seções seguintes desloca o foco da simples frequência do vocabulário ambiental para a compreensão dos modos de articulação entre discurso, território e paisagem. Os resultados são apresentados por meio de visualizações analíticas, que permitem apreender padrões de coordenação escalar, encadeamentos discursivos e funções territoriais do ambiental, evidenciando como a imprensa regional atua como mediadora informacional da complexidade fronteiriça.

Discurso ambiental como linguagem de organização territorial

A análise do corpus revela que o termo “ambiental” não opera como simples adjetivação da natureza, mas como linguagem estruturante por meio da qual o território é interpretado, classificado e governado. No discurso jornalístico, o ambiental articula diferentes dimensões do espaço (paisagens, práticas, instituições e escalas), convertendo-as em objetos governáveis e passíveis de leitura técnica, normativa e administrativa, processo amplamente associado à consolidação de regimes contemporâneos de governança ambiental (Leff, 2015; Rutherford, 2020).

A análise das escalas territoriais mobilizadas indica predominância da escala estadual (66 ocorrências), seguida pela escala local (38) e fronteiriça (27), revelando que o discurso ambiental atua prioritariamente como mediador de autoridade institucional e de governança territorial, mais do que como expressão de conflitos localmente situados (Figura 3).

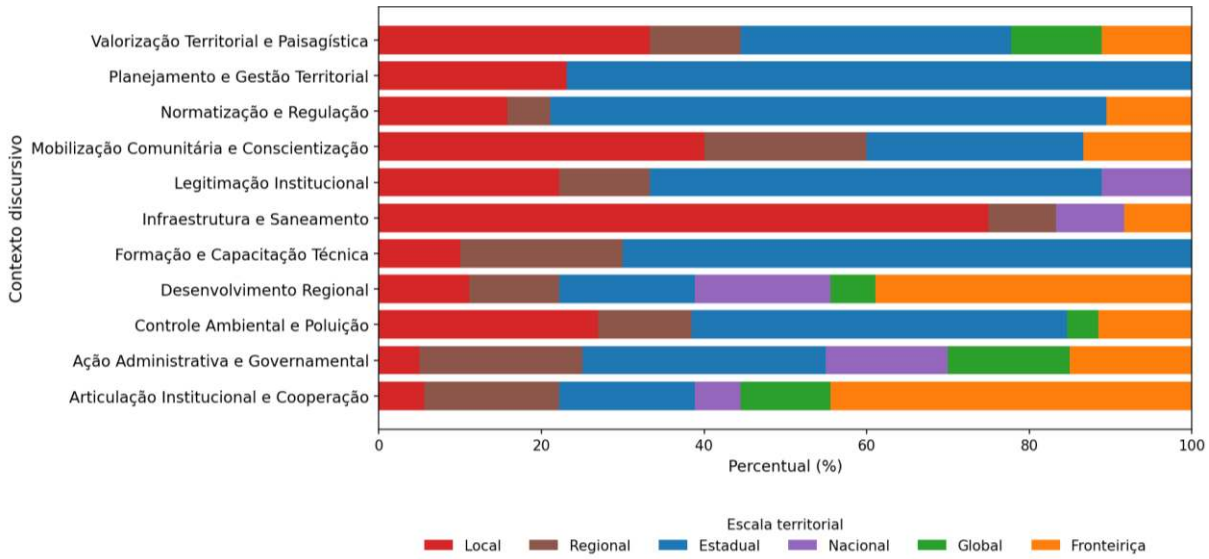


Figura 3 – Gráfico da composição percentual das escalas territoriais por contexto discursivo

Fonte: Dambrós (2026), elaborado a partir do banco de dados do Jornal Tribuna da Fronteira (1972–1999).

A articulação entre os diferentes contextos discursivos e as escalas mobilizadas pelo discurso ambiental não se distribui de forma homogênea, evidenciando padrões seletivos de espacialização que refletem escolhas discursivas e institucionais sobre o que deve ser visibilizado, regulado ou silenciado. A Figura 3 explicita essa relação ao demonstrar como determinados contextos de enunciação acionam preferencialmente escalas específicas, revelando regularidades na coordenação escalar do discurso jornalístico. Nesse sentido, a escala emerge como efeito discursivo, e não como atributo prévio ou natural do território (Corrêa, 1991; Saquet, 2007).

Essa operação discursiva transforma questões territorialmente situadas em problemas ambientais generalizáveis, frequentemente deslocados para arenas institucionais mais amplas. O ambiental funciona, assim, como operador de coordenação escalar, produzindo conexões entre o local, o regional e o estadual, e reorganizando simbolicamente a autoridade territorial. Nesse processo, a escala deixa de ser apenas referência espacial e passa a constituir uma tecnologia discursiva de gestão, legitimando determinadas formas de intervenção e silenciando outras (Rutherford, 2020).

A linguagem ambiental também atua de forma seletiva, conferindo visibilidade a determinadas paisagens e obscurecendo outras. Paisagens associadas à fiscalização, ao planejamento territorial e à regulação institucional são reiteradamente enfatizadas, como evidenciado em notícias sobre controle da pesca durante a piracema, zoneamento agroambiental e ações de policiamento ambiental, enquanto práticas cotidianas, saberes locais e experiências fronteiriças tendem a ocupar posições marginais no discurso. Essa seletividade evidencia que o ambiental não apenas descreve o território, mas participa ativamente da produção de regimes de visibilidade, reforçando hierarquias simbólicas e epistemológicas no espaço regional (Quijano, 2005; Walsh, 2018). Essa interpretação refere-se aos enquadramentos identificados no corpus analisado, não permitindo inferir a ausência dessas experiências na totalidade do debate ambiental regional.

A seção seguinte aprofunda esse argumento ao examinar as paisagens produzidas pelo discurso jornalístico, buscando compreender como a imprensa converte a complexidade fronteiriça em paisagens informacionais, estabilizando relevâncias e produzindo regimes seletivos de visibilidade.

Paisagens, fronteira e complexidade informacional

As paisagens narradas pelo Jornal Tribuna da Fronteira não correspondem apenas a recortes físicos do espaço, mas a construções simbólicas produzidas pela articulação entre linguagem, informação e poder. O discurso ambiental contribui para a constituição de paisagens informacionais, nas quais determinados atributos do território são reiterados e estabilizados como relevantes, enquanto outros permanecem opacos ou invisibilizados, processo típico de sistemas comunicacionais complexos (Morin, 2005).

Em contexto fronteiriço, essas paisagens informacionais adquirem caráter particularmente complexo e relacional. A fronteira aparece simultaneamente como espaço de circulação, de controle, de cooperação e de tensão, sendo constantemente reconfigurada pelas narrativas jornalísticas. O ambiental, nesse cenário, funciona como linguagem organizadora da complexidade, conectando múltiplas racionalidades, temporalidades e escalas em um mesmo regime discursivo, ainda que de forma assimétrica.

A partir de uma leitura decolonial, torna-se possível problematizar a predominância de saberes técnicos e institucionais na produção dessas paisagens. O discurso ambiental tende a privilegiar racionalidades hegemônicas de gestão e desenvolvimento, em detrimento de experiências locais e fronteiriças, reproduzindo formas persistentes de colonialidade do saber e do poder no campo ambiental (Quijano, 2005; Mignolo, 2011; Walsh, 2018).

Essa operação discursiva pode ser observada em documento publicado no próprio periódico, no qual se registra indicação encaminhada ao poder executivo municipal: “Não pode a administração permitir que a população da Vila Angélica fique à mercê de contaminações pela poluição do meio ambiental, ocasionada pela putrefação de lixos e detritos nas vias públicas” (Tribuna da Fronteira, 1976, nº 196, p. 4). Nesse excerto, o “ambiental” é mobilizado não como referência à natureza em sentido estrito, mas como linguagem de enquadramento técnico-sanitário, articulando lixo, saúde pública e gestão urbana. O problema ambiental é, assim, construído como questão administrativa, cuja resolução depende da ação estatal, evidenciando a função de legitimação institucional e a centralidade da mediação governamental na organização do território.

Essa predominância de racionalidades técnico-institucionais pode ser observada em matéria sobre a elaboração de um plano de "desenvolvimento agroambiental" para o Mato Grosso do Sul, baseado no zoneamento agroecológico do território. Segundo o jornal, "foram definidas áreas de cultura, preservação e conservação, com recomendações de ordenamento e redirecionamento da ocupação [...], sendo o projeto encaminhado ao Banco Mundial para solicitação de empréstimo" (Tribuna da Fronteira, 1989, nº 961, p. 4). Nesse caso, o "ambiental" opera como linguagem de classificação e reorganização do espaço, convertendo o território em objeto técnico de diagnóstico e intervenção. A articulação entre planejamento estatal, expertise técnica e financiamento internacional evidencia uma racionalidade desenvolvimentista na qual o território é concebido como recurso a ser otimizado, enquanto experiências locais e dinâmicas sociais da fronteira permanecem ausentes da narrativa.

A intensificação do vocabulário ambiental na década de 1990, evidenciada pelo aumento das ocorrências no corpus analisado, encontra respaldo em transformações mais amplas no cenário político e institucional. Em matéria do período, o jornal destaca que "o Estado disporá de recursos para aplicar na preservação dos recursos naturais [...], com programas voltados ao turismo, mineração, proteção de bacias, legislação ambiental e zoneamento" (Tribuna da Fronteira, 1991, nº 1134, p. 5), evidenciando a incorporação do "ambiental" como eixo estruturante das políticas públicas e do planejamento territorial.

Esse movimento deve ser compreendido no contexto de fortalecimento das agendas ambientais internacionais que antecederam e culminaram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, impulsionando a difusão de instrumentos técnicos e normativos voltados à gestão dos territórios. Nesse sentido, a ampliação do discurso ambiental no jornal expressa a internalização de uma racionalidade ambiental global, que reconfigura as formas de interpretar, ordenar e governar o espaço, articulando escalas locais, nacionais e internacionais.

A dimensão escalar do discurso ambiental atinge, ainda, níveis transnacionais, evidenciando a inserção da região em circuitos mais amplos de governança e regulação. Em matéria sobre reunião de autoridades ambientais do Cone Sul, o jornal destaca a necessidade de "uma política ambiental harmônica entre os países do Mercosul [...], considerando os impactos do livre comércio e a gestão compartilhada de recursos naturais, como a bacia do Prata" (Tribuna da Fronteira, 1994, nº 1573, p. 4). Nesse caso,

o “ambiental” opera como linguagem de coordenação geopolítica e regulação transnacional, articulando diferentes Estados nacionais em torno da gestão de recursos comuns e da regulação de fluxos econômicos. A fronteira deixa de ser concebida como limite e passa a ser estruturada como zona de integração, na qual o território é reorganizado a partir de acordos multilaterais, evidenciando a complexidade das escalas que atravessam o discurso ambiental.

Esse padrão de articulação entre discurso, escala e função territorial também se manifesta em narrativas de fiscalização e controle ambiental. Em matérias sobre o Destacamento da Polícia Militar Florestal de Bela Vista, o jornal destaca “operações de patrulhamento terrestre e aquático [...], com fiscalização e policiamento ostensivo”, bem como ações preventivas nas quais “pescadores [foram] flagrados praticando pesca predatória [...], com apreensão de diversos petrechos proibidos [...], conforme a legislação ambiental” (Tribuna da Fronteira, 1997, nº 1887, p. 4), especialmente ao longo do rio Apa, fronteira natural entre Brasil e Paraguai. Nesse contexto, o “ambiental” opera como linguagem normativa e disciplinar, estruturando o território como espaço de vigilância contínua. A construção discursiva do infrator ambiental e a ênfase na legalidade reforçam a legitimação do controle estatal, evidenciando a centralidade da normatização na organização territorial.

Esse enquadramento também se estende às atividades econômicas, nas quais o “ambiental” atua como critério de regulação do uso do território. Em matéria sobre empreendimentos turísticos, o jornal informa que “empreendimentos turísticos que estejam operando sem licença ambiental poderão ser embargados [...], estando sujeitos a sanções [...], especialmente em áreas de proteção de mananciais ou unidades de conservação” (Tribuna da Fronteira, 1999, nº 2005, p. 1). Nesse caso, o discurso ambiental opera como dispositivo técnico-jurídico que condiciona o funcionamento das atividades econômicas, estabelecendo limites e exigências. O território passa a ser organizado por critérios normativos que articulam preservação, planejamento e uso produtivo, evidenciando a centralidade do licenciamento ambiental como instrumento de governança territorial.

A discussão sobre paisagens e complexidade informacional conduz, por consequência, à questão dos encadeamentos discursivos: como contextos, escalas e funções territoriais se conectam e se reiteram ao longo do corpus? A seção seguinte responde a essa questão por meio de visualizações integradas, capazes de evidenciar trajetórias recorrentes e assimetrias funcionais do discurso ambiental.

Encadeamentos discursivos e funções territoriais do ambiental

A análise integrada dos encadeamentos entre contextos discursivos, escalas de referência e funções territoriais evidencia que o discurso ambiental se organiza por trajetórias recorrentes, relacionalmente estruturadas e seletivas, ainda que não lineares. Determinados contextos de enunciação articulam-se de forma sistemática a escalas específicas e se estabilizam em funções territoriais dominantes, como a legitimação institucional, o controle e a normatização do espaço, revelando padrões consistentes de organização discursiva do território. Esses encadeamentos caracterizam uma dinâmica própria de sistemas complexos, nos quais determinadas relações tendem a se estabilizar sem perder seu caráter relacional e adaptativo (Morin, 2005). Ao mesmo tempo, expressam processos de ambientalização que reorganizam mecanismos de legitimação, regulação e disputa sobre o território, evidenciando que o discurso ambiental constitui um campo de produção de poder e de redefinição das relações socioespaciais (Acselrad, 2022).

A Figura 4 sintetiza essas articulações por meio de gráficos de radar, permitindo comparar a distribuição das escalas de referência mobilizadas pelos diferentes contextos discursivos ao longo do corpus analisado. A representação evidencia que o discurso ambiental não se distribui de forma aleatória, mas apresenta padrões diferenciados de associação entre contextos discursivos e escalas territoriais. Assim, os gráficos permitem identificar regularidades e assimetrias na mobilização das escalas espaciais, contribuindo para compreender as formas de leitura, gestão e intervenção sobre o território.

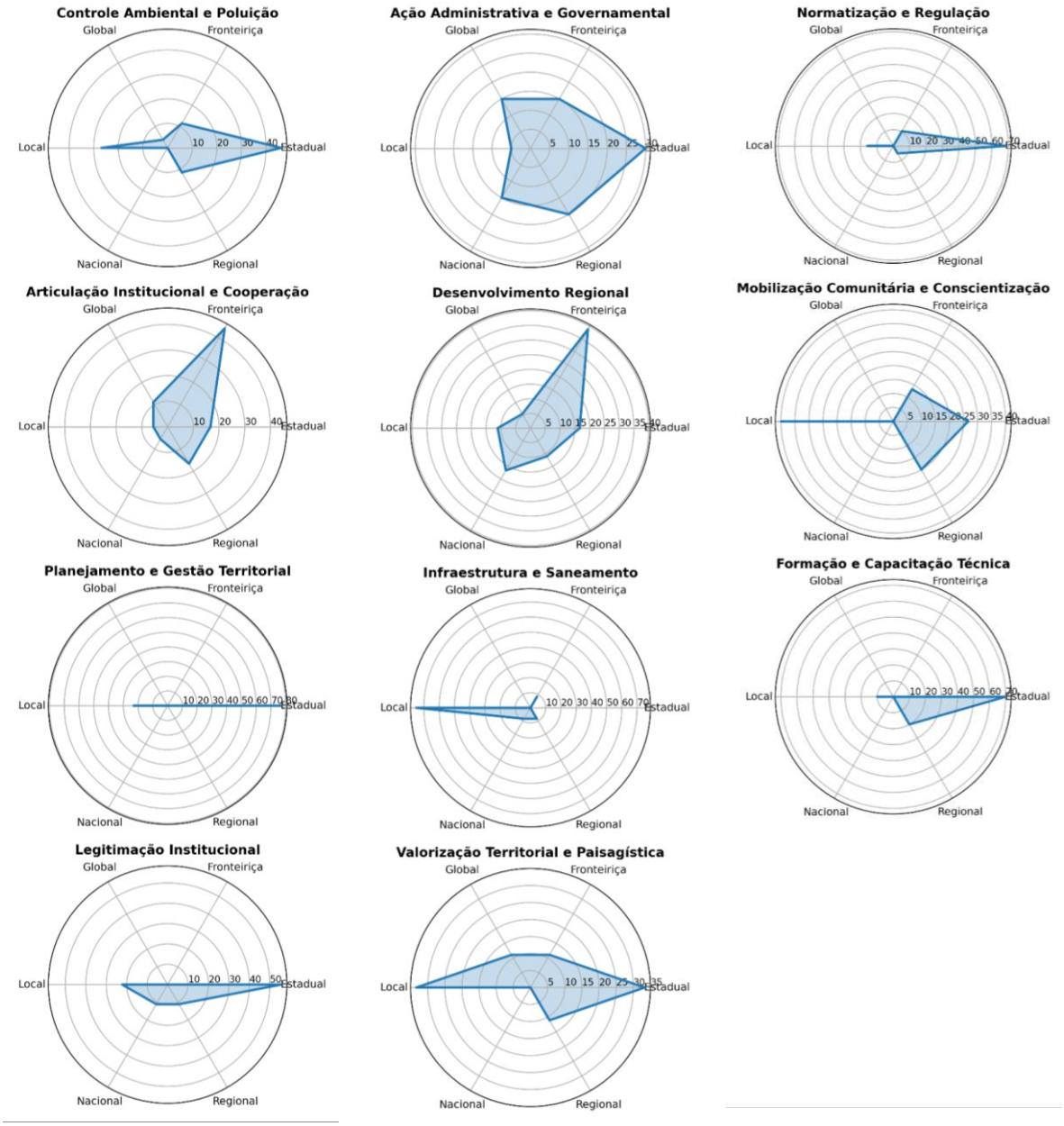


Figura 4 – Distribuição das escalas de referência por contexto discursivo no jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999): gráficos de radar

Fonte: Dambrós (2026), elaborados a partir do banco de dados do jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999).

Os encadeamentos identificados revelam uma estrutura funcional assimétrica. Enquanto algumas funções concentram grande parte do peso simbólico e informacional, outras aparecem de forma fragmentada e residual. Tal configuração

indica que o ambiental atua como linguagem seletiva, priorizando determinadas formas de leitura e intervenção sobre o território e marginalizando práticas, paisagens e experiências que não se alinham às racionalidades técnico-institucionais dominantes.

Essa assimetria é corroborada pela distribuição das funções territoriais, apresentada na Figura 5, que evidencia a concentração das ocorrências em um conjunto restrito de funções dominantes. O gráfico de Pareto permite demonstrar empiricamente que a maior parte das ocorrências se concentra em poucos eixos de sentido, evidenciando a distribuição desigual das funções territoriais atribuídas ao discurso ambiental.

As três funções territoriais mais recorrentes, legitimação institucional (43,8%), qualificação espacial (20,1%) e construção identitária (15,4%), concentram 79,3% das ocorrências analisadas, evidenciando a centralidade do discurso ambiental como instrumento de ordenamento simbólico, normativo e político do território fronteiriço.

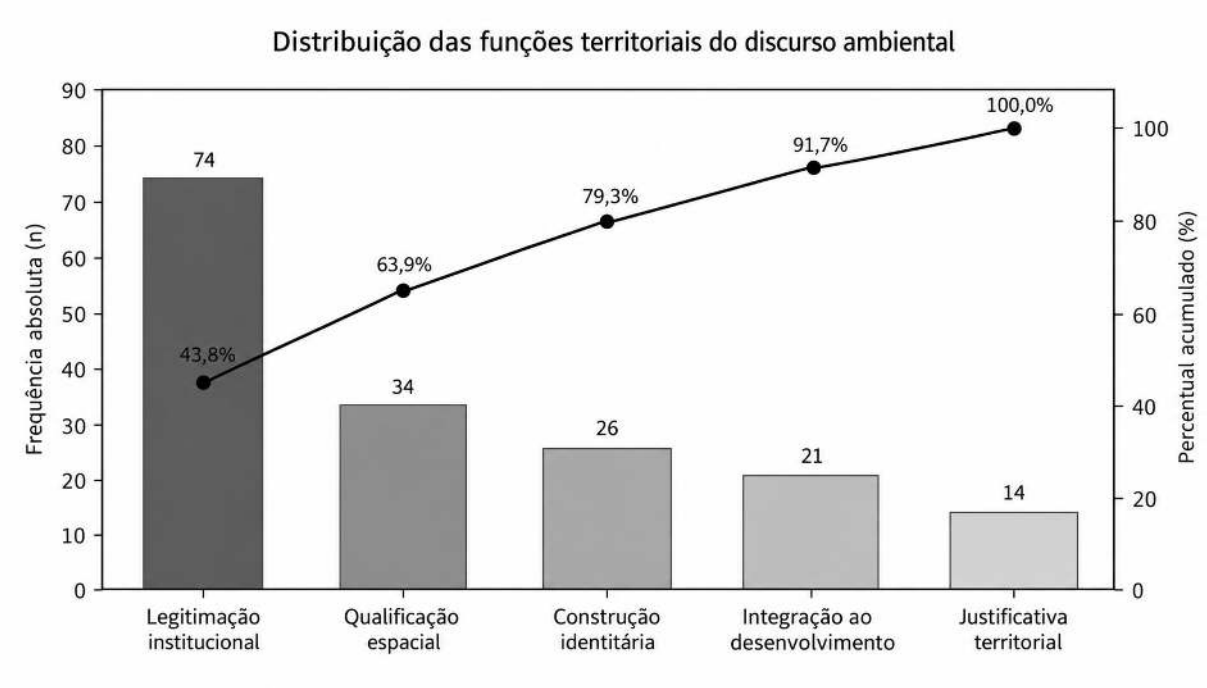


Figura 5 – Distribuição das funções territoriais do discurso ambiental no jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999): frequência absoluta e percentual acumulado (Pareto)

Fonte: Dambrós (2026), elaborado a partir do banco de dados do Jornal Tribuna da Fronteira (1972–1999).

Compreendido como sistema de fluxos discursivos, o ambiental não opera por causalidade linear, mas por articulações complexas que se reiteram, se estabilizam e se reforçam ao longo do tempo. A imprensa local participa ativamente desse processo ao converter o ambiental em uma gramática de governança territorial, capaz de organizar sentidos, escalas e práticas no espaço fronteiriço.

Enquanto a Figura 4 apresenta a distribuição das escalas de referência por contexto discursivo e a Figura 5 evidencia sua distribuição funcional, a Figura 6 opera como síntese desses encadeamentos, reunindo contextos, escalas e funções em uma representação integrada. Trata-se de uma visualização de fechamento analítico, que não introduz novas relações, mas consolida os padrões estruturais identificados ao longo da análise. A representação destaca três escalas de referência (local, estadual e fronteiriça) e quatro funções territoriais (construção identitária, integração ao desenvolvimento, qualificação espacial e legitimação institucional), constituindo uma síntese parcial das categorias utilizadas na pesquisa. As conexões evidenciam as articulações entre as dimensões analíticas representadas, permitindo uma leitura integrada dos encadeamentos discursivos identificados no corpus.

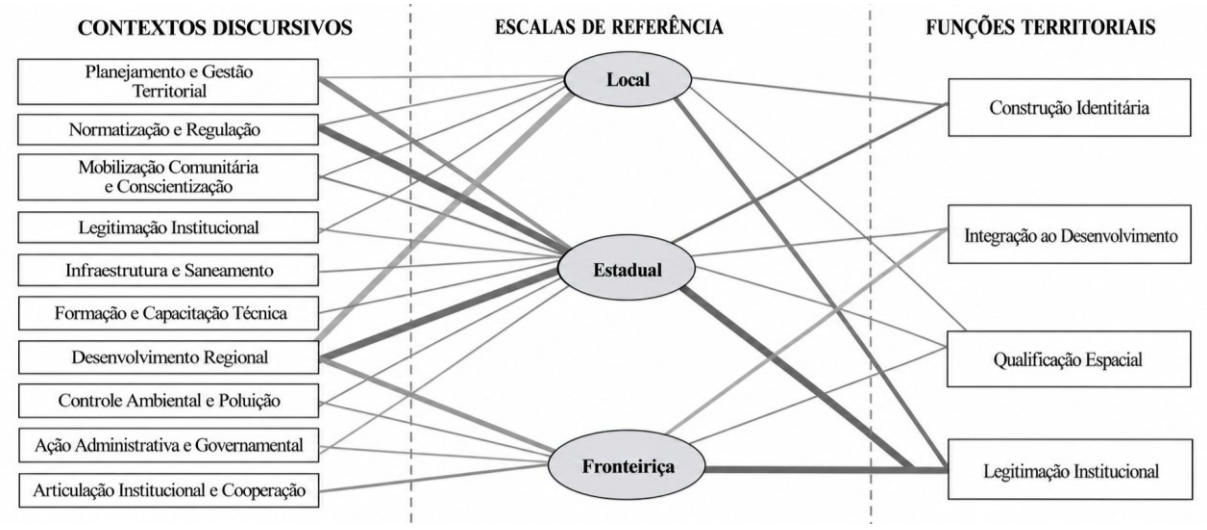


Figura 6 – Síntese dos encadeamentos discursivos entre contextos, escalas de referência e funções territoriais do discurso ambiental no jornal *Tribuna da Fronteira* (1972–1999)

Fonte: Dambrós (2026), elaborado a partir do banco de dados do Jornal Tribuna da Fronteira (1972–1999).

A leitura integrada das Figuras 4, 5 e 6 permite afirmar que o discurso ambiental veiculado pelo Jornal Tribuna da Fronteira não constitui um campo semântico homogêneo, mas um sistema relacional hierarquizado, no qual determinados contextos, escalas e funções se articulam de forma dominante, moldando a inteligibilidade da região e convertendo a complexidade territorial em narrativas governáveis.

Desse modo, o ambiental não apenas nomeia problemas ou qualifica paisagens, mas estrutura formas de ver, interpretar e intervir no território. Ao operar como linguagem de coordenação escalar, de legitimação institucional e de normatização do espaço, o discurso ambiental contribui para a estabilização de regimes específicos de governança, ao mesmo tempo em que delimita os limites do dizível e do visível no espaço regional.

A partir da identificação desses encadeamentos e de suas assimetrias, reafirma-se o argumento central do capítulo: a imprensa regional não apenas informa sobre o território, mas participa ativamente de sua inteligibilidade e governabilidade simbólica. As considerações finais retomam esses elementos, explicitando as contribuições do estudo para o debate sobre complexidade, fronteira e colonialidade nos discursos ambientais.

Considerações finais

Este capítulo demonstrou que o discurso ambiental veiculado pela imprensa local constitui uma dimensão estruturante da organização simbólica do território no sudoeste de Mato Grosso do Sul, particularmente em um contexto marcado por dinâmicas fronteiriças, circulação transfronteiriça de informações e múltiplas racionalidades territoriais. Longe de operar como simples categoria descritiva, o "ambiental" configura-se como linguagem transversal que articula paisagens, escalas e funções territoriais, produzindo leituras específicas da fronteira e orientando modos particulares de inteligibilidade do espaço regional.

Ao analisar o jornal *Tribuna da Fronteira* como mediador informacional, evidenciou-se que a imprensa regional não apenas registra acontecimentos, mas participa ativamente da produção de sentidos sobre o território, atuando como dispositivo de organização e estabilização da complexidade territorial em narrativas hierarquizadas e socialmente compartilháveis. Nesse processo, o discurso ambiental assume papel estratégico ao converter práticas, conflitos e paisagens em problemas

passíveis de enquadramento técnico, normativo e institucional, contribuindo para a consolidação de regimes específicos de leitura e governança territorial.

A análise empírica evidenciou que o discurso ambiental atua como mecanismo de coordenação escalar, deslocando questões territorialmente situadas para arenas institucionais mais amplas, sobretudo nas escalas regional e estadual. A escala, nesse contexto, não se apresenta como atributo prévio do território, mas como efeito discursivo, produzido pelas narrativas jornalísticas que reorganizam simbolicamente a autoridade territorial e definem as instâncias legítimas de intervenção sobre o espaço.

Ancorado no pensamento da complexidade, o estudo demonstrou que o discurso ambiental se organiza por encadeamentos recorrentes, seletivos e relacionalmente estruturados, e não por causalidades lineares. As visualizações analíticas evidenciaram a existência de trajetórias relativamente estáveis entre contextos discursivos, escalas e funções territoriais, revelando padrões persistentes de organização simbólica do território e conferindo previsibilidade às formas de leitura e intervenção ambiental.

A partir de uma perspectiva decolonial, a predominância de racionalidades técnico-institucionais nas narrativas analisadas permite problematizar as relações entre conhecimento, poder e representação do território. Essa configuração suscita questionamentos sobre a visibilidade atribuída às experiências locais, fronteiriças e aos saberes não hegemônicos, oferecendo elementos para discutir possíveis manifestações da colonialidade do saber no discurso ambiental da imprensa regional.

Cabe destacar que os resultados apresentados correspondem ao recorte documental de 1972 a 1999, definido em função da disponibilidade das edições digitalizadas no momento da pesquisa. Embora a circulação do jornal tenha se estendido até 2004, as publicações posteriores ao período analisado não integraram o corpus desta investigação. A ampliação temporal da análise, contemplando a trajetória documental completa do periódico, constitui uma etapa subsequente da pesquisa, possibilitando aprofundar a identificação de permanências, transformações e reconfigurações do discurso ambiental na imprensa regional.

Em síntese, a imprensa regional atua menos como reflexo e mais como instância ativa de produção de inteligibilidade territorial. Ao operar o “ambiental” como linguagem de coordenação escalar, legitimação institucional e normatização do espaço, o discurso jornalístico contribui para a constituição de paisagens simbólicas e para a consolidação de regimes de governança no território fronteiriço. O capítulo, assim, reafirma a

necessidade de compreender a informação jornalística não como registro neutro, mas como prática espacial que participa diretamente da produção, organização e disputa dos sentidos do território, especialmente em contextos marcados pela complexidade, pela fronteira e por tensões epistemológicas em torno da natureza e do desenvolvimento.

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 104, p. 17-36, 2022.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2017.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge (UK): Polity, 1992.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2015.

LE MOIGNE, J-L. **La modélisation des systèmes complexes**. Paris: Dunod, 1990.

MIGNOLO, W. D. **The darker side of Western modernity**: global futures, decolonial options. Durham: Duke University Press, 2011.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RIBEIRO, A. C. T. **Mídia e território**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RUTHERFORD, S. Environmental governance and the politics of scale. **Environment and Planning E**: Nature and Space, [*S. l.*], v. 3, n. 2, p. 393-411, 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Território, territorialidade e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2018.

Territorialidades, fronteira e representações espaciais: análise de conteúdo a partir dos jornais da Rede Belavistense (1980-1988)

Elis Regina dos Santos Viegas
Alex Torres Domingues

10.23899/9786586746600.8

Introdução

Os jornais impressos constituem-se, historicamente, como testemunhos privilegiados da vida social, na medida em que registram acontecimentos, disputas simbólicas, projetos políticos e representações culturais situadas em contextos espaço-temporais específicos (Bourdieu, 1989; Chartier, 2002). Para além de sua função informativa, a imprensa configura-se como prática social produtora de sentidos, participando ativamente da construção das realidades que descreve. Em regiões de fronteira[1], como o sudoeste de Mato Grosso do Sul (MS), esses registros assumem relevância ainda maior, pois documentam processos marcados pela mobilidade populacional, pela diversidade cultural e por dinâmicas territoriais singulares, nas quais espaço e poder se articulam de forma particularmente complexa.

Nesse contexto, o Projeto de Extensão "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como preservação do patrimônio documental da fronteira", vinculado ao Centro de Documentação Geo-Histórico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), localizado em Jardim/MS, configura-se como uma iniciativa estratégica de preservação da memória regional e de democratização do acesso a fontes primárias. O acervo reúne aproximadamente quarenta mil páginas de jornais da Rede Belavistense, produzidos entre as décadas de 1970 e 1990, abrangendo diferentes municípios da região de fronteira Brasil-Paraguai. Trata-se de um fundo documental que permite compreender o território como produto histórico, conforme assinala Santos (2006), ao compreender o espaço como resultado da articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, materializados ao longo do tempo.

Compreendida para além de uma delimitação cartográfica, a fronteira configura-se como construção social, histórica e simbólica. Conforme argumenta Raffestin (1993), o território é mediado por relações de poder, sendo produzido por práticas, discursos e representações. Nos jornais da Rede Belavistense, preservados e digitalizados pelo projeto Arquivo Vivo, a fronteira emerge simultaneamente como espaço vivido, regulado e representado, revelando territorialidades múltiplas, sobrepostas e, muitas vezes, tensionadas. Essa perspectiva dialoga com Haesbaert (2002; 2004; 2005), para quem

[1] Quando nos referimos à fronteira, corroboramos com o pensamento de Haesbaert (2004), que a discute como um local de multiterritorialidade, no qual existe uma tensão entre o domínio político, econômico e a apropriação simbólica.

as territorialidades se constituem de forma plural e relacional, especialmente em contextos fronteiriços.

O recorte temporal de 1980 a 1988 mostra-se particularmente fecundo para a análise dessas dinâmicas. Trata-se de um período posterior à criação do estado de MS, marcado por esforços de consolidação administrativa, redefinição simbólica do território e intensificação das narrativas sobre desenvolvimento regional, integração e pertencimento. Nesse contexto, os jornais da Rede Belavistense não apenas registram esses processos, mas atuam como mediadores simbólicos e políticos, participando da produção discursiva do território. Tal mediação pode ser compreendida à luz das contribuições de Foucault (1984; 1987; 1996), ao evidenciar como os discursos operam como dispositivos de poder que organizam saberes, legitimam práticas e estruturam formas de governar territórios e populações.

A partir dessa perspectiva, este capítulo tem como objetivo analisar como as representações espaciais foram produzidas discursivamente entre 1980 e 1988, tomando o acervo digital Arquivo Vivo como corpus empírico. Para tanto, adota-se a metodologia da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), compreendendo os textos jornalísticos como práticas discursivas passíveis de sistematização, categorização e interpretação.

O percurso analítico organiza-se em torno de três eixos fundamentais — fronteira, territorialidades e representações espaciais —, operacionalizados por meio de categorias que permitem compreender: (i) o jornal como agente territorial; (ii) a fronteira como espaço vivido, marcado por conflitos, trocas e hibridismos; (iii) a atuação do Estado[2] na regulação e ordenamento do território; e (iv) as representações das cidades na produção do pertencimento regional.

Ao articular documentação histórica, geografia humana e práticas de preservação documental, busca-se demonstrar que os jornais não apenas descrevem o espaço fronteiriço, mas participam ativamente de sua (re)produção, organizando narrativas que estruturam percepções, legitimam intervenções e contribuem para a construção de identidades territoriais. Sob essa abordagem, o Arquivo Vivo afirma-se como um dispositivo analítico que permite compreender as dinâmicas sociais e

[2] Neste estudo, utiliza-se “Estado” com letra maiúscula para designar a estrutura político-institucional de governo e administração pública em seu sentido amplo de controle, independentemente da esfera federativa (União, Distrito Federal, estados ou municípios). Já o termo “estado”, com letra minúscula, refere-se especificamente à unidade federativa de Mato Grosso do Sul, em sentido territorial e administrativo.

espaciais da fronteira, evidenciando o papel da memória e da imprensa na constituição histórica do território.

O jornal como ator territorial: delimitação temporal e procedimentos metodológicos

A análise do corpus parte da compreensão de que, entre 1980 e 1988[3], os jornais da Rede Belavistense ultrapassam a condição de meros registros da realidade regional e passam a atuar como atores territoriais, interferindo na forma como a fronteira e o espaço regional são socialmente percebidos. Nessa perspectiva, adota-se a concepção de território como construção social, histórica e relacional, conforme discutido por Santos (2006, p. 39), para quem o espaço geográfico é um "conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá", sendo produzido por diferentes agentes que nele atuam.

Ao considerar os jornais como parte desses sistemas de ações, entende-se que eles operam como mediadores simbólicos na (re)produção do território, não apenas registrando acontecimentos, mas contribuindo ativamente para a construção de sentidos sobre o espaço fronteiriço. Essa interpretação aproxima-se também da contribuição de Haesbaert (2004), ao enfatizar que o território envolve dimensões materiais e simbólicas, sendo constituído por múltiplas territorialidades, o que permite compreender a atuação da imprensa como produtora de territorialidades discursivas.

A recorrência de determinadas imagens espaciais, como integração, progresso e ordem, contribui para a estabilização de sentidos sobre o território sul-mato-grossense em processo de consolidação, especialmente no contexto posterior à criação do estado. Assim, o jornal não apenas reflete o espaço, mas participa ativamente de sua produção simbólica, ao articular discursos locais a narrativas nacionais e legitimar determinadas leituras sobre a região fronteiriça.

Esse processo, no entanto, não se dá de forma linear ou homogênea, mas se insere em uma dinâmica mais ampla, marcada por tensões entre diferentes escalas e formas de apropriação do espaço. Como destaca Haesbaert (2002, p. 114):

[3] No total, foram encontradas 466 edições.

> As mudanças podem se reproduzir com tal velocidade que ocorrem muitas vezes [...] praticamente ao mesmo tempo, e no mundo todo. [...] este tempo breve mundializado aparece sempre [...] imbricado numa ambígua e contraditória teia de outros espaços locais/regionais onde se delineiam sempre certas formas de resistência e constrangimentos [...], onde autonomia e heteronomia/subordinação encontram-se em disputa permanente.

Nessa direção, a atuação da imprensa regional pode ser compreendida como parte dessa teia multiescalar, na qual discursos de integração e desenvolvimento convivem com dinâmicas locais específicas, evidenciando que o território não é apenas produzido, mas permanentemente disputado. Tal processo também pode ser entendido, à luz de Haesbaert (2004, p. 97), como uma forma de "territorializar-se", isto é, de "criar mediações espaciais" que possibilitam o exercício de "efetivo poder" sobre a reprodução dos grupos sociais, em uma lógica simultaneamente material e simbólica.

Tal compreensão orienta a escolha do recorte temporal e a definição dos procedimentos metodológicos adotados neste capítulo. A delimitação temporal atende a critérios históricos e metodológicos. Do ponto de vista histórico, trata-se da fase inicial de consolidação do estado de MS, marcada pela intensificação dos discursos sobre desenvolvimento regional, integração territorial e presença estatal na fronteira. Do ponto de vista metodológico, o recorte preserva a relativa homogeneidade editorial do corpus impresso, condição fundamental para a aplicação rigorosa da análise de conteúdo (Bardin, 2016), evitando dispersões temáticas e rupturas discursivas.

O corpus da pesquisa foi constituído por edições digitalizadas dos jornais da Rede Belavistense disponíveis na Hemeroteca Digital do CDGeo – Arquivo Vivo[4]. A escolha da análise de conteúdo como procedimento metodológico fundamenta-se em sua capacidade de operar sobre materiais documentais, permitindo a interpretação sistemática de conteúdos simbólicos presentes em registros históricos. Conforme define Bardin (2016, p. 38), a análise de conteúdo consiste em um "conjunto de técnicas de análise das comunicações", cujo objetivo é obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Nesse sentido, ao tratar os jornais como documentos históricos, a análise de conteúdo possibilita ultrapassar a leitura descritiva, alcançando dimensões

[4] Disponível em: https://cdgeo.uems.br/.

interpretativas mais densas. Como aponta Bardin (2016, p. 44), "[...] o interesse não reside apenas na descrição dos conteúdos, mas no que estes nos podem ensinar após serem tratados", o que reforça sua pertinência para investigações que buscam compreender processos sociais e espaciais decorrentes de discursos historicamente situados.

A análise seguiu as etapas sistematizadas, a saber: (a) pré-análise, com leitura flutuante do material, organização do corpus e definição do recorte temporal e temático, momento em que se elabora o plano de análise; (b) exploração do material, por meio da codificação e classificação dos conteúdos; e (c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, etapa em que os dados são organizados e analisados à luz do referencial teórico. Nesse ponto, Bardin enfatiza que a análise de conteúdo "visa ultrapassar o nível do senso comum e da evidência imediata" (Bardin, 2016, p. 45), produzindo conhecimento rigoroso sobre o material analisado.

Todo o processo analítico foi orientado pelas categorias fronteira, territorialidades e representações espaciais, funcionando como eixos estruturantes da leitura dos textos jornalísticos e permitindo compreender de que modo a imprensa regional participou da produção discursiva do território fronteiriço no período analisado. Assim, a identificação dessas categorias não se limita a um recurso metodológico, mas constitui o próprio percurso interpretativo da pesquisa, na medida em que possibilita evidenciar como os discursos jornalísticos produzem, organizam e difundem sentidos sobre o espaço.

Nesse enquadramento analítico, a seção seguinte se dedica a aprofundar a análise dessas categorias, examinando como se configuram, no corpus documental, as diferentes formas de territorialização discursiva e as representações da fronteira no contexto sul-mato-grossense entre 1980 e 1988.

A fronteira como espaço vivido: entre integração e controle

Ao longo da década de 1980, os jornais apresentam a fronteira predominantemente como espaço do cotidiano. Reportagens, notas e anúncios registram a circulação constante de pessoas, o comércio, os eventos sociais e as

práticas culturais compartilhadas entre cidades brasileiras e paraguaias, evidenciando uma dinâmica territorial marcada pela proximidade e pela interação.

Já nas primeiras páginas dos periódicos (Tribuna da Fronteira, 1980, nº 495[5]), observa-se que a vida social se organiza em torno de práticas coletivas que ultrapassam a dimensão administrativa do território. Eventos como feiras agropecuárias, festividades populares e encontros comunitários mobilizam sujeitos de diferentes localidades, configurando a fronteira como espaço de convivência. A cobertura de eventos regionais destaca a presença de autoridades, produtores e visitantes, articulando desenvolvimento econômico e formas de sociabilidade (Tribuna da Fronteira, 1986, nº 790[6]).

Do mesmo modo, a programação de atividades comunitárias evidencia um cotidiano marcado pela circulação e pelo encontro: recepção de convidados, visitas e participação em eventos reforçam a ideia de uma fronteira vivida como espaço de interação contínua (Tribuna da Fronteira, 1986, nº 790). Práticas de lazer, como eventos realizados na Praia do Apa, indicam a apropriação do espaço como lugar de convivência e partilha social (Tribuna da Fronteira, 1983, nº 668[7]).

Entretanto, essa representação da fronteira como espaço integrado e relacional não se constitui de forma neutra. Ao contrário, deve ser compreendida como produção discursiva situada, atravessada por relações de poder. A própria seleção temática e a forma como os acontecimentos são narrados revelam o que Bourdieu (1989) denomina poder simbólico, isto é, a capacidade de produzir e legitimar determinadas visões de mundo como se fossem naturais. Ao enfatizar práticas de integração e convivência, o jornal contribui para a construção de uma representação específica da fronteira, silenciando ou atenuando possíveis conflitos, desigualdades e mecanismos de controle.

Sob essa perspectiva, a leitura dos jornais, orientada pela análise de conteúdo (Bardin, 2016), permite identificar não apenas o que é dito, mas também aquilo que é omitido ou marginalizado. Como propõe Chartier (2002), as representações não são reflexos passivos da realidade, mas formas de construção do social que organizam percepções e orientam práticas. Assim, a fronteira vivida, tal como aparece nos jornais,

[5] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 495, 1980. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[6] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 790, 1986. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[7] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 668, 1983. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

é também uma fronteira representada, mediada por escolhas editoriais e por regimes de visibilidade.

Essa dimensão torna-se ainda mais evidente quando se considera a contribuição de Foucault (1984; 1987; 1996), para quem o poder não se exerce apenas por meio da repressão, mas também por meio da produção de discursos que ordenam, classificam e regulam o social. Nessa perspectiva, a fronteira pode ser compreendida como um espaço simultaneamente aberto e controlado: enquanto as narrativas jornalísticas enfatizam a circulação e a integração, elas também operam como dispositivos de ordenamento simbólico, definindo quais práticas são legítimas, quais sujeitos são visíveis e quais experiências permanecem à margem.

A própria dinâmica econômica, marcada pela circulação de mercadorias e pelas relações transfronteiriças, reforça essa ambiguidade. Se, por um lado, tais práticas evidenciam a integração regional, por outro, inserem-se em relações mais amplas de regulação e controle, vinculadas ao Estado e às políticas territoriais. Como argumenta Haesbaert (2004), o território é sempre atravessado por múltiplas territorialidades, nas quais se articulam processos de dominação e apropriação. Assim, a fronteira não pode ser reduzida a um espaço homogêneo de convivência, mas deve ser compreendida como um campo de disputas, no qual diferentes lógicas espaciais coexistem.

Nessa direção, o que os jornais revelam é uma fronteira marcada por uma tensão permanente entre integração e controle. A naturalização do cotidiano fronteiriço — festas, encontros, circulação — convive com formas mais sutis de regulação, inscritas nos próprios discursos que organizam a realidade social. Trata-se, portanto, de uma fronteira vivida, mas também normatizada, na qual a experiência concreta dos sujeitos se articula a processos mais amplos de produção simbólica e de exercício do poder no território.

A fronteira é também um choque entre o tempo do capital (discursos do capital) e o tempo de reprodução da vida (vivências das comunidades indígenas e camponesas), como aponta Martins (2009). É o lugar dos conflitos de alteridade, onde se encontra o "outro" e se deveria reconhecê-lo como garantidor de direitos, manifestados nos conflitos de posse de terra e na busca por etnoterritórios[8]. Ainda nesse espaço é onde

[8] Etnoterritório se refere à relação indissociável entre um grupo étnico específico, como os povos indígenas ou comunidades tradicionais, e seu território de ocupação tradicional. Esse termo associa os aspectos culturais (etno) e espaciais (territorial), reforçando que o território é um espaço vital para a reprodução física, cultural e social dessas etnias.

o Estado é, muitas vezes, ausente como garantidor de direitos, mas presente como força repressiva.

Assim, ao registrar práticas cotidianas e construir determinadas representações do espaço, o jornal não apenas descreve a fronteira, mas participa ativamente de sua produção, operando como um ator territorial que, ao mesmo tempo em que reforça sentidos de integração, contribui para a manutenção de determinadas formas de ordenamento e controle do território.

Estado, controle e ordenamento do território

Paralelamente à fronteira vivida e às dinâmicas cotidianas de integração, os jornais do período analisado passam a evidenciar, de maneira crescente, a atuação do Estado na organização e regulação do território fronteiriço. A presença estatal materializa-se tanto em ações administrativas quanto em discursos que legitimam intervenções sobre o espaço, indicando um movimento de institucionalização e controle da fronteira, entendido aqui como parte de um processo mais amplo de produção territorial atravessado por relações de poder (Raffestin, 1993).

Esse processo pode ser observado nas matérias que destacam a presença de instituições públicas e agentes governamentais na região. Ao enfatizar a atuação de órgãos como o Banco do Brasil, o jornal associa diretamente a ação estatal à ideia de desenvolvimento econômico e organização territorial: “o Banco do Brasil transformou-se na alavanca do progresso, e tem dinheiro, sim senhor, para os que querem trabalhar e acreditam na produção” (Tribuna da Fronteira, 1988, n. 886[9], p. 1). Nesse caso, o Estado aparece não apenas como gestor, mas como indutor do desenvolvimento, reforçando uma narrativa de modernização que, conforme Bourdieu (1989), opera como forma de poder simbólico ao legitimar determinadas visões de mundo como universais e desejáveis.

De modo semelhante, a atuação estatal também se expressa por meio de obras de infraestrutura, frequentemente apresentadas como marcos de modernização e integração regional. A pavimentação de rodovias, por exemplo, é tratada como elemento estruturante do desenvolvimento territorial: “o Governador lança e inicia as obras de pavimentação asfáltica da BR-060, trecho Bela Vista a Jardim” (Tribuna da Fronteira,

[9] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 886, 1988. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

1986, n. 778[10], p. 1). Esse tipo de intervenção evidencia o que Santos (2006) denomina de racionalidade técnica do espaço, na qual a técnica e a infraestrutura se tornam instrumentos centrais de organização territorial, orientando fluxos, redefinindo distâncias e consolidando formas específicas de integração espacial.

Além disso, os jornais também registram demandas por melhorias urbanas e manutenção de equipamentos públicos, indicando que o controle do território se dá tanto em escala regional quanto local. Reivindicações relacionadas à manutenção de estradas e à infraestrutura urbana revelam a centralidade do poder público na mediação das condições de circulação (Tribuna da Fronteira, 1987, n. 823[11]). Nesse contexto, o governo estadual aparece como responsável direto pela ordenação do espaço e pela garantia das condições materiais de mobilidade, reforçando a ideia de que o território é continuamente produzido por intervenções técnicas e políticas.

A dimensão política desse processo também é amplamente evidenciada. Os jornais destacam articulações partidárias, disputas por cargos e a necessidade de alinhamento entre lideranças locais, reforçando a compreensão de que o controle do território passa pela organização do poder político (Tribuna da Fronteira, 1987, n. 839[12]). Essas narrativas evidenciam que o território não é apenas administrado, mas também disputado, sendo constantemente reconfigurado por interesses, alianças e estratégias de legitimação. Conforme Chartier (2002), as representações não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente de sua construção, organizando percepções e orientando práticas sociais.

Sob essa perspectiva, a atuação estatal pode ser compreendida como parte de um conjunto de práticas e discursos que, conforme Foucault (1984; 1987; 1996), operam como dispositivos de poder, organizando, regulando e normatizando o espaço social. O território fronteiriço, portanto, torna-se objeto de governamentalidade, sendo simultaneamente integrado e controlado, o que evidencia a coexistência entre abertura à circulação e mecanismos de vigilância e ordenamento.

Essa dinâmica pode ser aprofundada com base na contribuição de Haesbaert (2005, p. 6778), ao destacar que:

[10] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 778, 1986. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[11] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 823, 1987. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[12] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 839, 1987. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

> [...] o território passa então, gradativamente, de um território mais "zonal" ou de controle de áreas para um "território-rede" ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território. Podemos [...] falar em quatro grandes "fins" da territorialização: [...] disciplinarização ou controle através do espaço [...] e construção e controle de conexões e redes.

Tal formulação permite compreender que o território fronteiriço analisado não se limita a uma base física delimitada, mas se constitui como um espaço dinâmico de fluxos e conexões, no qual o Estado atua tanto na organização das infraestruturas quanto no controle das circulações. A fronteira, assim, configura-se como um território estratégico, no qual integração e controle não são processos opostos, mas dimensões complementares de uma mesma lógica de territorialização.

A sistematização apresentada evidencia que a atuação governamental no território fronteiriço se organiza a partir de diferentes dimensões (institucional, infraestrutural e política), revelando uma presença multifacetada que articula desenvolvimento, controle e ordenamento.

Desse modo, a análise dos jornais permite compreender que a fronteira, no período analisado, não é apenas espaço de convivência e integração, mas também um território estratégico, no qual o poder estatal se afirma como agente central na produção e regulação do espaço. Essa atuação, no entanto, não elimina a dimensão vivida da fronteira, mas a tensiona, produzindo uma dinâmica marcada pela coexistência entre práticas sociais cotidianas e mecanismos institucionais de controle, próprios de um território permanentemente disputado.

Representações das cidades e a produção do pertencimento regional

No recorte de 1980 a 1988, a análise do acervo do Arquivo Vivo evidencia a intensificação de narrativas sobre as cidades da região, com destaque para temas como infraestrutura, urbanização, eventos cívicos e reforço aos símbolos locais. Para além da descrição temática, a compreensão desse fenômeno foi estruturada metodologicamente na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), mobilizando três eixos fundamentais: unidades de registro, frequência e inferência.

a) Unidades de registro: foram definidas como elementos textuais recorrentes associados à representação do espaço urbano. No corpus analisado, destacam-se: topônimos urbanos (bairros, ruas, praças e cidades); equipamentos e instituições (clubes, escolas, estádios, órgãos públicos); eventos cívicos e sociais (inaugurações, aniversários municipais, festas comunitárias); e vocabulário associado à ideia de progresso, como "desenvolvimento", "modernização", "obra", "conquista" e "integração".

Essas unidades aparecem articuladas em narrativas que constroem a cidade como espaço de realização coletiva. As matérias que destacam espaços como o Grêmio Pedro Rufino (Tribuna da Fronteira, 1980, nº 461[13] e nº 547[14]) e a entrega do Clube Esportivo Belavistense (Tribuna da Fronteira, 1985, nº 742[15]) exemplificam essa lógica ao associar infraestrutura urbana à identidade social. Nesse contexto, o grêmio e o clube não se configuram apenas como equipamentos físicos, mas como marcadores simbólicos de pertencimento identitário local.

b) Frequência: a análise permitiu identificar padrões de recorrência dessas unidades ao longo do período. Observa-se: alta incidência de matérias sobre obras públicas e melhorias urbanas; repetição sistemática de referências a eventos oficiais e celebrações cívicas; e presença contínua de discursos que associam o espaço urbano à ideia de progresso regional. Essa regularidade não é aleatória. A repetição de determinados temas indica um processo de fixação simbólica, no qual certos elementos do espaço urbano são reiteradamente apresentados como centrais para a identidade local. Em termos bardinianos, a frequência elevada dessas unidades reforça sua relevância no campo semântico analisado, indicando a existência de uma matriz discursiva orientada para a valorização da cidade como núcleo de desenvolvimento.

c) Inferência: essa etapa permite avançar da descrição para a interpretação. Considerando as unidades de registro e sua frequência, é possível inferir que: a cidade é construída discursivamente como espaço privilegiado de pertencimento, não apenas pela materialidade urbana, mas por sua constante representação como lócus de encontro, celebração e progresso; há um alinhamento entre o discurso jornalístico e o projeto político regional, no qual a ênfase em obras, eventos e institucionalidades contribui para legitimar a ideia de modernização e consolidação estadual; o processo de visibilização é seletivo, produzindo uma hierarquização territorial, na qual espaços

[13] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 461, 1980. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[14] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 547, 1980. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

[15] JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Bela Vista/MS, n. 742, 1985. Disponível em: Arquivo Vivo – CDGeo/UEMS.

centrais e institucionalizados são amplamente representados, enquanto periferias e zonas menos estruturadas permanecem marginalizadas; e o pertencimento regional é mediado pela cidade, que funciona como referência simbólica de identidade, articulando o local ao regional.

Nessa direção, a análise evidencia que o espaço urbano, conforme Santos (2006), não é apenas produzido materialmente, mas resulta da articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo, portanto, atravessado por práticas sociais, técnicas e intencionalidades que orientam sua apropriação. De modo complementar, Raffestin (1993) contribui ao compreender o território como produto de relações de poder mediadas por representações, o que reforça a dimensão simbólica implicada na (re)produção do espaço. Ao mesmo tempo, como aponta Chartier (2002), essas representações são construções situadas, marcadas por relações de poder que definem o que deve ser visível e reconhecido.

Assim, ao aplicar a análise de conteúdo de Bardin (2016), torna-se possível demonstrar que as representações das cidades, no período de 1980 a 1988, não apenas descrevem o espaço urbano, mas produzem sentidos sobre ele, consolidando um imaginário de progresso e pertencimento. Trata-se de um processo no qual o jornal atua como mediador simbólico, organizando uma narrativa territorial que contribui para a formação de identidades regionais na fronteira.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, partiu-se da compreensão de que os jornais impressos se constituem historicamente como testemunhos privilegiados da vida social, na medida em que registram acontecimentos, disputas simbólicas, projetos políticos e representações culturais situadas em contextos espaço-temporais específicos. A análise desenvolvida confirma essa premissa e demonstra que, no contexto fronteiriço do sul de MS, a imprensa regional não apenas documentou a realidade, mas atuou como agente ativo na produção de sentidos sobre o território, a fronteira e a região.

Com base no referencial teórico adotado e na operacionalização metodológica da análise de conteúdo (Bardin, 2016), foi possível compreender os jornais como atores territoriais (item 2), inseridos nos sistemas de ações que produzem o espaço, conforme proposto por Santos (2006). Nessa condição, a imprensa não se limita a registrar o

território, mas participa de sua construção simbólica, operando como mediadora de representações que orientam a percepção e a apropriação social do espaço.

A análise evidenciou, inicialmente, a constituição da fronteira como espaço vivido (item 3), marcada por práticas cotidianas de circulação, sociabilidade e integração entre cidades brasileiras e paraguaias. Essa dimensão revela uma territorialidade relacional, na qual o espaço fronteiriço se configura como lugar de encontros, trocas e experiências compartilhadas. No entanto, como demonstrado, essa representação não se apresenta de forma neutra, sendo atravessada por seleções discursivas que enfatizam a convivência e tendem a silenciar conflitos e desigualdades, evidenciando a atuação do poder simbólico na produção dessas narrativas.

Paralelamente, observou-se a crescente centralidade do Estado na organização, no controle e no ordenamento do território (item 4). A presença estatal, materializada em discursos sobre desenvolvimento, infraestrutura e ação governamental, revela uma dimensão institucional da produção territorial, na qual o espaço é objeto de intervenções técnicas, políticas e administrativas. Nesse contexto, a fronteira configura-se como território estratégico, simultaneamente aberto à circulação e submetido a mecanismos de regulação, conforme indicam as contribuições de Foucault e Haesbaert. Tal dinâmica evidencia que integração e controle não são dimensões opostas, mas complementares no processo de territorialização.

No que se refere às representações das cidades e à produção do pertencimento regional (item 5), a análise demonstrou que o espaço urbano assume papel central na construção das identidades territoriais locais. A recorrência de narrativas sobre infraestrutura, eventos cívicos e símbolos locais evidencia um processo de valorização da cidade como núcleo de desenvolvimento e referência de pertencimento. À luz das categorias de unidades de registro, frequência e inferência, foi possível identificar a consolidação de uma matriz discursiva orientada à ideia de progresso, que associa urbanização, modernização e identidade regional, ao mesmo tempo em que produz uma visibilidade seletiva do território.

A articulação desses elementos permite afirmar que o território fronteiriço analisado se constitui a partir de uma tríplice dinâmica: (i) como espaço vivido, marcado pelas práticas sociais cotidianas; (ii) como espaço regulado, atravessado por intervenções estatais e dispositivos de controle; e (iii) como espaço representado, produzido discursivamente pela imprensa e estruturado por relações de poder. Essa

compreensão reforça a ideia de que o território não é dado, mas continuamente construído, disputado e significado por diferentes agentes e escalas de atuação.

Nesse sentido, o recorte temporal de 1980 a 1988 revelou-se particularmente fecundo para compreender um momento-chave da consolidação das territorialidades no sudoeste de Mato Grosso do Sul, em um contexto posterior à criação do Estado, marcado por esforços de integração regional, institucionalização administrativa e produção de identidades territoriais. A análise evidenciou não apenas regularidades discursivas, mas também tensões e ambivalências que atravessam as representações da fronteira, indicando a complexidade dos processos de territorialização.

Por fim, os resultados reforçam o papel do Arquivo Vivo como uma infraestrutura acadêmica estratégica, que articula de forma consistente ensino, pesquisa e extensão. Ao disponibilizar um acervo jornalístico sistematizado, o projeto amplia o acesso a fontes primárias, favorece práticas pedagógicas fundamentadas na leitura crítica do passado e contribui para a democratização da memória histórica regional.

Desse modo, o Arquivo Vivo afirma-se simultaneamente como fonte, objeto e categoria analítica, evidenciando que preservar documentos é também produzir conhecimento e possibilitar interpretações críticas sobre a formação histórica do território. Em um contexto marcado pela aceleração informacional e pelo esquecimento rápido, iniciativas dessa natureza reafirmam que a memória constitui dimensão fundamental da produção do espaço, pois, em última instância, compreender o território implica reconhecer os processos históricos, simbólicos e políticos que o constituem.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

A Questão Agrária na faixa de fronteira Sudoeste de Mato Grosso do Sul: um estudo a partir do jornal *Tribuna da Fronteira* (1972-1984) – Rede Belavistense de Jornais

Ana Maria Soares de Oliveira
Angela dos Santos Machado

10.23899/9786586746600.9

Introdução

Como colaboradoras do Projeto Arquivo Vivo e pesquisadoras da questão agrária no Brasil, sentimo-nos instigadas a pesquisar essa temática no jornal *Tribuna da Fronteira*, dando enfoque aos municípios contemplados pela Rede Belavistense de Jornais, na faixa de fronteira sudoeste de Mato Grosso do Sul.

É sabido que os jornais se constituem como importantes fontes primárias para o resgate e a compreensão de fatos históricos. Contribuem para o conhecimento dos sujeitos e de seus interesses em diferentes esferas da sociedade. Auxiliam na interpretação da história e da memória da sociedade e de seu espaço, bem como na percepção das transformações ocorridas ao longo do tempo.

Ao preservar a memória coletiva, os jornais evidenciam ações que ocorreram em determinado contexto histórico e que moldaram a realidade social, além de contribuírem para o processo de construção de políticas públicas e ações que voltam a moldar a realidade no presente.

O CEDGeo — Centro de Documentação Geo-Histórico, constituído a partir do Projeto Arquivo Vivo, no âmbito do Curso de Geografia da UEMS, Unidade de Jardim, tem cumprido valorosamente este papel de resgate da memória e da geografia histórica da região sudoeste de Mato Grosso do Sul, especialmente dos municípios situados na faixa de fronteira.

O acesso ao acervo digitalizado da Rede Belavistense de Jornais (RBJ), adquirido por meio de doação da família de seu fundador e patrimoniado pela UEMS, tem sido possível a partir da criação da Hemeroteca. Nessa perspectiva, consideramos a Rede Belavistense de Jornais uma importante fonte jornalística e, consequentemente, de pesquisa no âmbito da geografia local e regional e, de modo particular, da geografia agrária.

Diante do exposto, propomo-nos realizar esta pesquisa no acervo do jornal *Tribuna da Fronteira*, o qual faz parte da Rede Belavistense de Jornais, de modo a compreender como se deu o processo de luta pela terra nessa região fronteiriça e como o referido jornal retratou os fatos à época.

Para viabilizar a pesquisa, estabelecemos como recorte territorial a escala de abrangência fronteiriça da Rede Belavistense de Jornais e, como recorte temporal, o período de 1972 a 1984, dado o contexto de emergência e de evidenciamento dos

movimentos sociais de luta pela terra no cenário nacional. Essa escolha metodológica norteou o processo de busca de matérias no jornal *Tribuna da Fronteira*, subsidiado por um conjunto de palavras-chave, tais como Incra, reforma agrária, sem-terra, colonização e assentamentos.

Um breve histórico da questão agrária no Brasil

É sabido que o problema da distribuição de terras no Brasil é uma herança advinda do período colonial, durante o regime de sesmarias, que gerou a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários. "O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias" (Graziano da Silva, 1990, p. 22).

Com o fim do regime de sesmarias, o Brasil passou pela proibição do tráfico de escravos (1850) e pela consequente abolição da escravidão (1888), que marcaram o período de decadência do sistema escravocrata no país. Todavia, com o fim desse sistema, os grandes latifundiários continuaram sendo os detentores do poder, pois, com a Lei de Terras (Lei n. 601, de 1850), que previa que as terras somente poderiam ser adquiridas por meio da compra, foram eles mesmos que as adquiriram, e os recursos originados dessas compras serviram para financiar a vinda de imigrantes europeus para substituir o trabalho escravo.

Nesse contexto, o espaço agrário brasileiro sofreu novas transformações, com a constituição do campesinato, que se caracterizou pelo sistema de produção de latifúndios e minifúndios, que perdurou até a década de 1960 (Graziano da Silva, 1990).

Com a modernização da agricultura na primeira metade do século XX e sua consequente industrialização (1950–1960), o sistema capitalista levou para o campo máquinas, fertilizantes, insumos agrícolas e técnicas de manejo do solo, resolvendo, assim, o problema da produção, ou seja, da questão agrícola.

Assim, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e a intensificação da concentração de terras no país evidenciam a questão agrária no Brasil, pautada na concentração de terras e, portanto, em uma estrutura agrária excludente e desigual.

O uso de tecnologias para aumentar a produção e a produtividade no campo e, consequentemente, diminuir os gastos com a produção resultou na diminuição da

contratação de mão de obra e repercutiu nas relações de produção e de trabalho, ao atingir grande contingente de trabalhadores rurais. Isso também contribuiu para trazer à tona as tensões sociais e os conflitos no campo.

Assim, conforme Graziano da Silva (1990), o agravamento da questão agrária pode ser resultante da forma como foi resolvida a questão agrícola naquele contexto. Essa contradição inerente à lógica de desenvolvimento e acumulação de capital resultou no enriquecimento de poucos (do latifundiário, da indústria e dos bancos) e na pobreza, na miséria e na exploração de muitos (pequenos produtores, arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais assalariados ou temporários).

Esse processo de desenvolvimento capitalista no campo, consequentemente, expropriou milhares de camponeses de seu principal meio de produção, que é a terra. Desse modo, não é demais afirmar que esse processo de exclusão dos pequenos camponeses em benefício das grandes propriedades voltadas para a produção capitalista da agricultura contribuiu para a formação de um grande número de trabalhadores rurais sem-terra, os quais, uma vez excluídos, se organizaram, formando, assim, os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária.

Os movimentos sociais que lutam pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), são sempre marginalizados por grande parte da sociedade brasileira, especialmente pela mídia e pelos latifundiários e suas entidades de representação, como a União Democrática Ruralista (UDR).

Segundo Fernandes (1999, p. 1), as ocupações de terra são ações utilizadas na luta pela terra e pela reforma agrária. No entanto, o mesmo afirma que a "[...] luta pela terra sempre aconteceu, independente de projetos de reforma agrária. O que significa dizer que a questão agrária está além de políticas de governo e se configura como produto do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção".

Para Fernandes (1999), não há como dissociar, na história brasileira, as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Então, as estratégias de luta pela terra, contra a expropriação/expulsão e pela democratização do país envolvem diferentes sujeitos, sejam eles trabalhadores rurais, povos tradicionais e originários, diante da concentração fundiária e das diferentes manifestações de violência.

Nesse sentido, cabe citar Oliveira (2007), que salienta que o processo de reforma agrária sob o capitalismo tem ocorrido como uma necessidade conjuntural do capital, de resolver as tensões sociais decorrentes da concentração fundiária. Segundo o autor:

> [...] Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra (Oliveira, 2007, p. 67).

Para Oliveira (2007), historicamente, a questão central das políticas de reforma agrária sob o capitalismo tem sido esta, ou seja, converter as desapropriações em dinheiro para os capitalistas detentores das terras reivindicadas. Todavia, como o Estado não tem garantido esse processo de forma contínua dentro da lógica capitalista, a distribuição de terras por meio da reforma agrária tem ocorrido de forma conjuntural, visando apenas a conter as tensões e pressões sociais advindas dessa concentração fundiária.

Partindo desse pressuposto, não devemos apreender a luta pela terra somente como restrita à luta pelo direito de acesso à terra, mas, sim, como uma luta contra a propriedade capitalista da terra, contra o capital; uma luta por mudança na estrutura política e social no campo.

A territorialização da luta pela terra em Mato Grosso do Sul

Faz-se importante observar, inicialmente, que o processo de legitimação das posses e também de venda das terras devolutas no estado foi definido a partir da primeira Lei de Terras do então Mato Grosso, a Lei n. 20, de 1892, a qual dispunha sobre os processos de revalidação das sesmarias (Luiz *et al*., 2023, p. 34 *apud* Moreno, 2007, p. 65).

Tal lei estava pautada nos princípios norteadores da Lei de Terras de 1850 e, desse modo, também garantia o reconhecimento da propriedade, reproduzindo os mesmos erros, ao beneficiar os proprietários de grandes áreas que não haviam se ajustado aos imperativos da Lei de 1850 e de seu regulamento de 1854 (Luiz *et al*., 2023, p. 34 *apud* Moreno, 2007, p. 66).

Conforme Fabrini (2008), a transferência do poder de gestão das terras da União para os estados federativos propiciou a intensificação do processo de grilagem e o

aumento da concentração fundiária, à medida que facilitou a venda e/ou o arrendamento de terras devolutas.

Nesse sentido, Moreno (2007) também salienta que a lei estadual contribuiu para a manutenção e a regularização de latifúndios, pois os órgãos de terras realizavam as medições das terras sem a presença de fiscalização, o que facilitava o registro de grandes dimensões de áreas.

O papel do Estado no processo de concentração de terras no Brasil é histórico e, em Mato Grosso do Sul, constituiu-se com base no processo de transferência de terras públicas para proprietários de terras e capitalistas, favorecendo-os por meio da legislação, da fiscalização inadequada das leis, de subsídios fiscais e de vantagens creditícias.

A concessão de terras pelo governo imperial à Cia. Mate Laranjeira é um exemplo característico desse processo de transferência de terras públicas para a exploração econômica.

> A área de concessão é, sucessivamente, ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho. Com o advento da República, as terras devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Empresa. Desta forma, através do Decreto nº 520, de 23/06/1890, a Companhia amplia os limites de suas posses e consegue o monopólio na exploração da erva-mate em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da Resolução nº 103, de 15/07/1895, ela obtém a maior área arrendada, tendo ultrapassado os 5.000.000 ha, "tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular" (Brand *et al*., 2005, p. 1 *apud* Arruda, 1986, p. 218).

Esse processo de ocupação do estado e de conversão de terras públicas e de povos indígenas em propriedade privada resultou em uma série de problemas agrários que se arrastam até os dias atuais. Não é à toa que a luta pela terra em Mato Grosso do Sul tem sido pautada na disputa pela terra/território entre diferentes sujeitos sociais (camponeses, povos tradicionais e originários, capitalistas e proprietários de terras). Essa disputa, assentada no processo de apropriação capitalista da terra, historicamente

avançou sobre os territórios originários dos povos Guarani (Kaiowá e Ñandeva), Terena, Atikum, Kadiwéu, Kiniquinau, Guató e Ofaié (Nardoque; Melo, 2020).

A Companhia Mate Laranjeira contribuiu diretamente para o processo de desterritorialização dos povos Guarani e Kaiowá na porção sul do então Mato Grosso, pois explorou o cultivo de erva-mate do final do século XIX à primeira metade do século XX, transformando os territórios originários em seus domínios e utilizando-se do confinamento, da expropriação e da superexploração do trabalho das comunidades indígenas. Oliveira (2004) salienta que as terras devolutas do então Mato Grosso e do atual Mato Grosso do Sul foram, ao longo do tempo, transformadas em grandes propriedades privadas e que essa política fundiária foi usada para a perpetuação dos privilégios de classe, atendendo, sobretudo, aos grandes projetos de capitais nacionais e internacionais.

O resultado dessa exploração econômica, do domínio de grandes extensões de terras e dos povos originários é que várias etnias existentes no estado hoje vivem confinadas em pequenas áreas ou em um constante processo de retomadas como estratégia de luta e resistência por seus territórios usurpados no passado. No entanto, suas manifestações têm sido constantemente reprimidas por meio da violência (muitas vezes seguida de morte) de proprietários de terras e do aparelho de Estado responsável pela segurança pública.

A implantação das colônias na porção sul do então estado de Mato Grosso possibilitou minimamente que camponeses tivessem acesso à terra e diluiu algumas tensões sociais causadas por problemas na estrutura agrária em outras regiões do país, sendo importantes na ocupação e no desenvolvimento do estado. Todavia, ocorreu sobrepondo-se ao território indígena Kaiowá. No entanto, na década de 1950, as alterações promovidas no Código de Terras, pautadas nos interesses enraizados nas relações políticas e econômicas vigentes, acabaram efetivando a expansão de grandes propriedades, em detrimento da pequena propriedade.

Isso, certamente, gerou desdobramentos que se manifestaram materialmente por meio das disputas territoriais, envolvendo tanto os povos originários como os trabalhadores rurais sem-terra. Entretanto, o processo de luta pela terra de modo organizado e efetuado pelos movimentos sociais, por meio das ocupações de terras e da reivindicação de uma política de reforma agrária, no território sul-mato-grossense só ganhou visibilidade na década de 1980.

Leonardo *et al.* (2021, p. 172) faz referência a CPT (1994) e Melo (2017) para destacar que o marco da luta pela terra, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado, foi a ocupação da Fazenda Santa Idalina, no ano de 1984, no município de Ivinhema/MS. Segundo os autores, após esse episódio, a dinâmica da luta pela terra em Mato Grosso do Sul se intensificou, especialmente entre os anos de 1988 e 2018. Nesse período, os registros de maior ocorrência de ocupações de terra se deram entre os anos de 1997 e 2001, destacando-se o ano de 1999, com 105 ocupações (Leonardo *et al.*, 2021, p. 173).

Dados do DATALUTA (*apud* Leonardo *et al.*, 2021, p. 174) apontam que, em Mato Grosso do Sul, o protagonismo da luta pela terra se divide entre várias formas de organização: os movimentos indígenas, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Como exemplo, esse mesmo estudo destaca que, entre os anos de 1988 e 2018, os movimentos indígenas realizaram 163 retomadas, enquanto a CONTAG organizou 113 e o MST realizou 75 ocupações.

Leonardo *et al.* (2021, p. 175) salienta também que havia uma expectativa em torno do processo de democratização do acesso à terra no Brasil, especialmente em governos de esquerda, no período de 2003 a 2016, com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) e a promessa de assentar 400 mil famílias. Porém, essa meta não foi alcançada; o que houve, na verdade, foi o reconhecimento de assentamentos já existentes, que entraram nas estatísticas, ou seja, a regularização fundiária, distorcendo, assim, os números quanto à criação de novos assentamentos.

Um exemplo desse cenário em Mato Grosso do Sul foi que os dados apontavam para a criação de 123 assentamentos entre os anos de 2000 e 2012. Todavia, desse total, 11 já eram existentes e somente passaram pela regularização fundiária (Melo, 2015). Importante observar, no entanto, que a luta pela terra no estado sofreu um processo de arrefecimento desde a segunda metade dos anos 2000, decorrente, especialmente, de opções políticas de governos empenhados em estabelecer a “paz” no campo e que, para isso, alinhavaram alianças inclusive com os ruralistas (Nardoque, 2018). Soma-se a isso as mudanças sociais ocorridas no país nos governos petistas, tais como a melhoria do salário mínimo, a redução do desemprego e a criação de programas sociais, bem como de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltados para a produção familiar (Leonardo *et al.*, 2021).

O agravamento desse processo de arrefecimento da luta se deu a partir do golpe de 2016, que tirou Dilma Rousseff do governo, e seu vice, Michel Temer, assumiu. Nesse contexto e no governo subsequente, consolidou-se a "contra Reforma Agrária" no Brasil, com a extinção do MDA — Ministério do Desenvolvimento Agrário — e, junto com ele, os programas para a agricultura camponesa, que foram encerrados ou perderam grande parte de seus recursos oriundos do Governo Federal. Esse desmonte, consequentemente, atingiu o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária —, impactando a reforma agrária com a escassez de recursos (Leonardo *et al.*, 2021, p. 176).

Vimos, até aqui, que tanto o poder público como os grandes proprietários de terras se utilizaram historicamente da legislação fundiária para se manterem no poder e se reproduzirem enquanto classe. A política de distribuição das terras por meio do processo de colonização serviu para estimular a migração e a ocupação da fronteira do então Mato Grosso, beneficiando, sobretudo, os grandes proprietários de terras e capitalistas, as chamadas oligarquias fundiárias (Luiz *et al.*, 2023, p. 35). Estratégias que conduziram, inclusive, à divisão e à criação do estado de Mato Grosso do Sul, visto que o movimento separatista foi gestado pela classe dos grandes proprietários de terra.

As leituras efetuadas sobre a temática e que embasaram este artigo nos ajudaram a compreender melhor a questão agrária no estado de Mato Grosso do Sul, especialmente sob a perspectiva da regularização fundiária, retratada nas publicações do jornal *Tribuna da Fronteira* no período correspondente ao recorte temporal definido (1972–1984).

Uma leitura do processo de regularização fundiária na perspectiva do recorte temporal

Com base na busca efetuada no jornal *Tribuna da Fronteira*, utilizando palavras-chave, tais como colonização, reforma agrária e assentamentos, por exemplo, verificamos poucas referências ao termo colonização no período, apenas duas notas, em 1972, informando a abertura e a prorrogação do prazo de recadastramento de imóveis rurais junto ao INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Já em matéria publicada em 1974, verificamos que os fazendeiros localizados na faixa de fronteira estavam preocupados com a aplicação da Lei n. 4.947, de 6 de 1966, a

qual estabelecia que os proprietários que não fizessem a retificação de suas escrituras de bens rurais seriam considerados apenas “posseiros”. O anúncio do jornal informava ainda uma lista de documentos a serem apresentados junto ao INCRA, para que a titularização das terras fosse regularizada (Tribuna da Fronteira, ano III, n. 103, 05/05/1974). Considerando o teor dessa matéria, depreende-se que se tratava de uma ação do INCRA no sentido de combater a grilagem de terras na região.

Em outra publicação do jornal *Tribuna da Fronteira*, verificamos matéria não menos importante para a análise da questão fundiária de Mato Grosso do Sul, a qual trata da expansão da faixa de fronteira, que tem seu desfecho no contexto da divisão do estado.

> O Ministro da Agricultura, Alyson Paulmelli, quando de sua visita a Dourados, informou que "das soluções que trago, a primeira é incômoda posição para fazer face ao crédito, da discutida faixa de fronteira, posso lhes assegurar que o próprio Presidente Geisel está comandando a nossa ação para resolvermos esse problema, e já trago hoje graças ao trabalho do Incra junto ao puder central, um noticia que em muito lhes agradará: A Faixa de fronteira, além dos 66 Km, graças a um parecer do consultor geral da Republica, está Liberada, e os senhores podem fazer uso de suas terras titulada, para servir de base seu financiamento (Tribuna da Fronteira, ano III, nº 104, 12/05/1974).

Trata-se de uma matéria curta, que não aprofunda os detalhes, mas, em uma pesquisa complementar, foi possível compreender a importância da discussão naquele contexto. Essa questão da faixa de fronteira, particularmente no então estado de Mato Grosso, passou por intensas transformações fundiárias durante o regime militar e teve um marco em 1974, ou seja, o INCRA intensificou a discriminação de terras públicas na faixa de fronteira a partir de 1974, especialmente na região do Pantanal e em áreas limítrofes com o Paraguai e a Bolívia.

O fato é que, historicamente, a faixa de segurança da fronteira era de 66 km. Porém, muitos títulos emitidos pelo então estado de Mato Grosso, especialmente entre as décadas de 1930 e 1960, eram concedidos em áreas que avançavam para além dos 66 km estabelecidos originalmente. Assim, as áreas que extrapolavam essa limitação

foram consideradas irregulares pela União e precisaram ser ratificadas (Silva, 2025)[1]. Com a criação do Decreto-Lei n. 1.135, de 1970, e posterior consolidação da Lei n. 6.634, de 1979, já no contexto da divisão do estado, a faixa de segurança da fronteira nacional estabelecida em período anterior (66 km) passou a ser de 150 km[2].

O artigo 64 da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 previa que pertenciam aos Estados as terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, e à União somente a porção do território que fosse indispensável para a defesa das fronteiras, ou seja, 66 quilômetros de largura, conforme a Lei n. 601/1850.

> Art 64 – Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais (Brasil, 1891)[3].

Como podemos observar, a referida Constituição definia claramente quais eram as terras devolutas pertencentes aos Estados e à União. Cabe observar que a atuação do INCRA em 1974, no entanto, não tinha como foco a "liberação" indiscriminada das áreas excedentes, mas a regularização e o ordenamento fundiário, permitindo a legitimação das ocupações, desde que cumprissem requisitos de função social da terra e de segurança na fronteira (Rodrigues; Santos, 2021). Nesse contexto, o órgão formalizou a situação de propriedades na faixa de 150 km, convertendo títulos estaduais em federais ou legitimando a posse, sob a prerrogativa de garantir a segurança nacional.

A matéria publicada no mesmo jornal, dois anos depois, revela a mesma preocupação com a questão da segurança na fronteira, bem como com a regularização fundiária na faixa dos 150 km.

> A regularização fundiária na faixa de fronteira é tarefa da maior importância no contexto da Política Agrária Nacional e, sua realização virá proporcionar

[1] Ratificações dos registros imobiliários decorrentes de Alienações e concessões de terras públicas situadas na faixa de Fronteira. TJMS (Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul), 2025. Disponível em: https://cdn.midiamax.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Artigo-Faixa-de-fronteira-.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.

[2] Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm.

[3] Disponível: Constituição Federal de 1891 — Planalto.

> inúmeros benefícios à coletividade, representados por maior bem estar social, garantia de créditos bancários, segurança nos negócios imobiliários, etc, bem como possibilitará um melhor conhecimento e controle dos imóveis situados na faixa de Fronteiras, com vistas, até mesmo, à Segurança Nacional (Tribuna da Fronteira, ano V, nº 219, 20/07/1976).

Observa-se, nessa matéria, que a preocupação com a regularização das terras situadas na faixa de fronteira não perpassava somente pela necessidade de garantia da segurança nacional do território, mas também pela "segurança jurídica" e legitimidade da propriedade da terra, especialmente daquela adquirida para além dos limites estabelecidos.

Nesse mesmo ano, os anúncios se sucederam em várias edições do jornal, convocando os detentores de títulos de propriedades passíveis de regularização, como mostra o recorte a seguir:

> O instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, através da Coordenação Regional dos Projetos Fundiários do Estado de Mato Grosso – CRPF/MT, criada a Portaria n° 1.243, de 26 de agosto de 1975 com fundamento no artigo 3º, do Decreto n°. 76.694, de 28 de novembro de 1975, combinado com o disposto nos artigos 2º do Decreto Lei n° 1.414, de 18 de agosto de 1975 e 5º, da Lei n° 4.917, de 6 de abril de 1966, convoca todos os detentores de títulos sujeitos a ratificação, abrangidos pelo Memorial Descritivo s seguir transcrito, a apresentarem seus títulos e demais documentos, relacionados ao artigo 3º e seus parágrafos do Decreto 76.691, de 28 de agosto de 1976 [...] (Tribuna da Fronteira, ano V, n° 223, 22/08/1976).

Este anúncio de chamamento pede para os convocados comparecerem a um endereço específico de Jardim e relaciona os imóveis a serem regularizados.

No ano seguinte (1977), localizamos a publicação de novos anúncios, em editais, convocatórios para regularização dos títulos de propriedades. Observamos que, em duas convocatórias desse referido ano, além da referência às áreas, compareceram também os nomes dos proprietários, seguidos de data para apresentação dos documentos e da seguinte recomendação: "A não apresentação dos citados documentos importará em restrições legais relativamente aos imóveis cujos detentores

não se habilitarem no processo retificatório[4] no prazo acima estipulado" (Tribuna da Fronteira, ano VI, n. 251, 05/06/1977; e n. 252, 19/06/1977). Fato que sucedeu também em 1978, com um anúncio estipulando prazo de 60 dias para entrega de documentos para regularização fundiária.

Importante reforçar que, com a divisão do estado de Mato Grosso em 1977, o novo estado de Mato Grosso do Sul herdou um modelo de ocupação baseado em grandes latifúndios, grilagem de terras públicas e imprecisões cartográficas na região de fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Desse modo, a segurança jurídica na faixa de fronteira se tornou um ponto central, requerendo a ratificação e a regularização de propriedades nessa área.

Na edição do jornal *Tribuna da Fronteira*, do dia 20 de julho de 1977, em comemoração ao aniversário do município de Bela Vista, foram publicadas matérias sobre as famílias tradicionais do município. Entre elas a "família Pedra", cujos integrantes estiveram ligados à Guerra do Paraguai. A matéria conta a trajetória da família em relação à aquisição de uma "gleba" denominada Fazenda "São Rafael do Estrela", de posse da irmã de Solano Lopez. A matéria destaca que essa fazenda foi comprada do governo paraguaio por Rafaela Lopes. A família alegava, à época, que, durante a Guerra do Paraguai, os documentos comprobatórios do título de domínio foram extraviados e os registros públicos, destruídos. Então, recorreram ao governo imperial, tendo sido julgadas, em sentença, em setembro de 1886, justificativas para produzir efeitos legais do título de propriedade e considerá-la como terras não devolutas.

Lembrando que, com a Lei de Terras de 1850, houve a separação entre o domínio garantido pelo título e a posse. Significa dizer que o título da terra se tornou, pela referida lei, superior à posse efetiva. Então, aquele que tinha efetivamente a posse da terra foi destituído do direito sobre ela. Ou seja, a lei garantiu que aquele que, sendo portador do título da terra, mesmo que nunca a tenha ocupado de fato, teria o domínio sobre ela, portanto, o direito de propriedade privada da terra (Oliveira, 2010, p. 294).

Várias edições do jornal *Tribuna da Fronteira* se sucederam no ano de 1979, com publicações referentes aos processos retificatórios, destacando a extensão das áreas e os municípios da faixa de fronteira vinculados aos seus respectivos interessados

[4] Processo retificatório visa retificar áreas de imóveis, rurais ou urbanos, quanto às divisas, área total e localização. JusBrasil.

(Tribuna da Fronteira, ano VIII, n. 393, de 06 de julho de 1979). Verificamos também anúncio de projeto fundiário com base em processos retificatórios de áreas situadas no município de Jardim e seu entorno (Bonito, Bela Vista e Nioaque) (Tribuna da Fronteira, ano VIII, n. 351, 11/04/1979).

Esses projetos fundiários retificatórios — conforme definidos nas respectivas matérias do jornal — realizados na década de 1970 no Brasil, constituíam-se em ações estatais, conduzidas majoritariamente pelo INCRA, e tinham como enfoque a regularização e a legitimação da ocupação de terras na Amazônia, mas ocorreram também no território mato-grossense/sul-mato-grossense, no contexto da divisão.

Importante observar que a década de 1970 foi marcada, sobretudo, pela luta dos posseiros na Amazônia. Um contexto pautado na política territorial do governo militar, que concedia incentivos fiscais aos capitalistas, por um lado, e, por outro, fomentava a colonização como alternativa à Reforma Agrária. Isso contribuiu para acirrar as tensões e os conflitos no campo, uma vez que os capitalistas, para ter acesso aos incentivos fiscais, implantavam projetos agropecuários em terras ocupadas pelos povos indígenas e/ou por posseiros (Oliveira, 2001, p. 191).

Logicamente, esse projeto dos governos militares transformou terras devolutas irregularmente ocupadas em propriedades privadas, contribuindo, assim, para acelerar a concentração fundiária e a expansão da fronteira agrícola. Nesse sentido, Moreno (2007, p. 73) destaca que,

> [...] diante desse quadro, que a política fundiária reduziu-se a uma política de venda de terras devolutas e à legitimação dos títulos de domínio, cujas terras já estavam em mãos de particulares, mas que oferecia uma boa receita com o pagamento de taxas e emolumentos para o seu reconhecimento e extração do título definitivo, uma vez que receberia impostos das terras, da produção e não expenderia recursos com a medição e demarcação de terras, que ficavam às custas dos proprietários. E, mais do que isso, os governantes evitariam desgastes políticos. Portanto, seria mais prudente fechar os olhos diante da prática dos proprietários em burlar a lei, com a pluralidade das posses contíguas, e efetuar a legitimação das posses. A prioridade era arrecadar dinheiro para fazer caixa [...].

Não é demais reforçar que essa política certamente favoreceu o capital privado e reforçou os conflitos entre povos originários, posseiros, colonos e grileiros, os quais passaram a constituir os sujeitos das disputas territoriais. Nas publicações de 1980 referentes à regularização fundiária, verificamos anúncios que destacam o processo de formalização da regularização, com dados de ratificação de imóveis individuais, constando os nomes, a extensão da área e os municípios de localização. Também consta anúncio com discriminação de área destinada à colonização, a exemplo da Colônia Cachoeira, em Porto Murtinho, que foi subdividida em 22 propriedades, cujos beneficiários tiveram acesso a extensões de áreas diferentes, variando entre 1.000 e 80.000 hectares (Tribuna da Fronteira, ano IX, n. 49, 10/05/1980).

Importante destacar também a publicação de matéria relacionada à arrecadação do ITR — Imposto Territorial Rural — em Mato Grosso do Sul, em comparação a outros estados da Federação. A matéria referente a esse tema enfoca a importância do montante arrecadado para o desenvolvimento do estado e dos municípios, aos quais era destinado 80% da arrecadação, utilizada na construção de estradas, hospitais, pontes, armazéns, entre outras obras (Tribuna da Fronteira, ano IX, n. 514, 29/06/1980). Analisando essa matéria, é possível apreender que o processo de regularização fundiária realizado nos anos anteriores tenha contribuído para aumentar a arrecadação do referido imposto no estado.

Algumas edições de 1981 trazem novamente publicações de anúncios referentes a processos de formalização de projetos fundiários de vários beneficiários, em grandes extensões de áreas situadas em municípios da faixa de fronteira sudoeste do estado. Em edições dos anos subsequentes (1982, 1983 e 1984), predominantemente nos anos de 1983 e 1984, verificamos que as matérias publicadas no jornal *Tribuna da Fronteira* continuaram relacionadas a anúncios de formalização fundiária e de chamamento de processos retificatórios.

Vale destacar que, em um contexto de formação e consolidação dos movimentos sociais de luta pela terra e, sobretudo, do MST, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, esse processo de regularização fundiária, mesmo que encabeçado pelo próprio INCRA, estava vinculado, de alguma forma, à preocupação com a intensificação das ocupações de terras, majoritariamente colocadas na condição de devolutas. Desse modo, depreendemos que o processo de regularização das propriedades constituiu um arranjo engendrado pelo próprio Estado, capitalistas e latifundiários, no sentido de legitimar a propriedade privada da terra e barrar as ocupações de terra.

Nessa perspectiva, também foi criado pelo governo federal um manual denominado “ABC da Terra”, o qual foi divulgado no jornal sob a nota: “INCRA LANÇA O ABC DA TERRA”. Esse documento, constituído como uma espécie de cartilha, propunha explicar, de forma simplificada, os direitos e deveres sobre a propriedade da terra, o Estatuto da Terra e as normas de funcionamento da reforma agrária. Ou seja, o direito à posse da terra e as regras de desapropriação instruíam o agricultor sobre a legislação vigente (Tribuna da Fronteira, ano XI, n. 670, 17/11/1983).

Embora tenha sido lançado com uma proposição educativa, esse material gerou controvérsias naquele contexto, especialmente entre críticos e movimentos sociais (a exemplo da CPT — Comissão Pastoral da Terra), os quais destacavam a prerrogativa de controle e restrição ao que era “proibido” aos agricultores.

Tensões e conflitos ligados às disputas territoriais sob a ótica do jornal

No recorte temporal definido metodologicamente, verificamos que o tema do conflito no campo apareceu de modo transversal na busca efetuada por palavras-chave, com registros de incêndios, ameaças e violências.

Matéria publicada no dia 17 de agosto de 1980 relata conflito existente no município de Bataiporã, envolvendo grileiros e posseiros que disputavam uma área de 9.969 hectares. Dois grileiros que reivindicavam a posse da terra efetuaram uma série de ameaças e violências contra cerca de 90 posseiros que residiam na área, vários deles, inclusive, havia quase 15 anos. Os grileiros foram acusados de queimar os locais de moradia e trabalho dos posseiros (denominados de ranchos), como estratégia de coerção para forçá-los a abandonar o local (Tribuna da Fronteira, ano IX, n. 532, 17/08/1980).

A matéria ainda faz alusão a um deputado da época, o qual defendia a desapropriação da área em benefício dos posseiros e, ao mesmo tempo, reivindicava a implantação de infraestrutura básica (estradas, escolas, crédito e insumos) para viabilizar a produção agrícola. O mesmo alegava a necessidade dessas medidas para evitar a expulsão dos posseiros e o consequente êxodo rural para outros estados ou mesmo para o Paraguai.

Sobre o tema da reforma agrária, encontramos notícias sobre o lançamento de campanha estadual pela reforma agrária, em 1983, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contagri), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Tribuna da Fronteira, ano XI, n. 669, 05/11/1983).

O jornal também relata o ocorrido na fazenda Idalina, localizada no município de Ivinhema, em 1984. A ocupação dessa área pelos trabalhadores rurais sem-terra é considerada um marco da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, tendo sido coordenada pelo MST, Fetagri, CUT e outras organizações ligadas aos trabalhadores rurais. Os ocupantes da gleba contaram ainda com o apoio da CPT e de deputados do então PMDB-MS.

Naquela ocasião, cerca de mil famílias, oriundas do extremo sul do estado e do Paraguai, ocuparam a fazenda Idalina. A área de mata pertencia à empresa colonizadora Someco, de São Paulo. Essas famílias foram despejadas da gleba em 13 de maio daquele ano, considerado, até então, o maior da história de Mato Grosso do Sul.

A matéria do jornal que relata o ocorrido faz crítica ao Estatuto da Terra e ao governo federal, declarando-o impotente em relação à questão agrária e à necessidade de realizar a reforma agrária.

> A tranquilidade voltou, mas não a paz nos campos e nas matas de meu Estado. Enquanto o Governo Federal - o grande responsável por tudo que de errado ocorre na incessante busca pela terra - não realizar uma reforma agrária de anseio nacional. O País viverá os tristes episódios da Gleba Idalina, para a satisfação dos que, sob qualquer manto, querem subverter a ordem ou fazê-la voltar no tempo! (Tribuna da Fronteira, ano XII, nº 690, 26/05/1984).

Como revela a matéria, após o despejo das famílias, a situação se acalmou, mas não resolveu o problema do acesso à terra, pois a tensão continuou, reforçando a necessidade de continuidade da luta pela reforma agrária, como mostra o trecho da matéria do jornal a seguir.

> Companheiros da Diocese de Jardim! Nós “Sem Terra” de Mato Grosso do Sul que ocupamos a Gleba Idalina no dia 29.04.84 em Ivinhema e fomos

> despejados 14.05.84, e acampamos na Vila São Pedro - Dourados, 16.05.84 para continuar nossa luta por um pedaço de chão. Agora nos encontramos em cima de um pedaço de chão de 2. 500 ha que com muito sofrimento e nossa união, conquistamos no município de Nioaque. A Terra não é suficiente e em parte não é agricultável, por isso não será toda ocupada e somos 471 famílias. Nossa luta contínua por mais terra pois esta não é suficiente para e pão pra nossos filhos. (Tribuna da Fronteira, ano XII, nº 708, 20/10/1984).

Essa necessidade de continuar a luta pela reforma agrária fica evidente em matéria publicada posteriormente, quando parte dos acampados expulsos da fazenda Idalina, em Naviraí, ocupou novas áreas no estado, a exemplo da Gleba Padroeira, em Nioaque, onde se formou o assentamento Padroeira. Todavia, a área destinada às famílias, além de não ser suficiente para todas as famílias acampadas, não possuía, em sua totalidade, aptidão para o desenvolvimento da agricultura.

A palavra “sem-terra” — a qual compareceu algumas vezes na busca — revela a precariedade nos assentamentos rurais da época, com denúncias de fome, falta de recursos básicos e condições de produção, além da falta de atendimento hospitalar. Ao mesmo tempo, aparecem convites para a sociedade participar de celebrações e conhecer as áreas de reforma agrária.

Encontramos também matéria denunciando a prática irregular de venda de terras a grupos estrangeiros, envolvendo o governador do estado à época.

> Os documentos em meu poder, constantes do processo de n° 10543, fls, 94 a 95, 97 a 99, 101 a 102, provam, por outro lado que a fraudulenta expedição do título em benefício de grupo estrangeiro, à revelia dos nossos colonos "sem terras", é de responsabilidade exclusiva do atual governador Wilson B. Martins, sendo, portanto, mentirosa a afirmação do Sr. Euclides de Faria ao querer imputá-la a governos anteriores (Tribuna da Fronteira, ano XII, n° 693, 18/06/1984).

A matéria revela, inclusive, a insatisfação dos peemedebistas com relação à atuação do governador nessa transação, sendo este filiado ao PMDB, partido de forte influência política naquele contexto, além de questionar a expedição do título de propriedade ao grupo estrangeiro em detrimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

Importante observar que, nesse contexto, o Brasil estava passando pelo processo de abertura política, com a transição do regime militar para a democracia. Período marcado pela anistia (1979), pelo pluripartidarismo, por intensas greves operárias e mobilizações populares, a exemplo das "Diretas Já", que culminou na eleição indireta de 1985, na Assembleia Nacional Constituinte e, consequentemente, na Constituição Federal de 1988.

Esse contexto de questionamentos e mudanças também foi marcado pela discussão em torno da estrutura fundiária brasileira, cuja característica concentradora desdobrava-se em tensões e conflitos em torno da luta pela terra.

Considerações finais

Para finalizar, ressaltamos que não coube neste trabalho, dadas as limitações que nele se encerram, efetuar uma reflexão aprofundada acerca do processo histórico de ocupação e exploração do território, tampouco da expropriação dos povos originários e das populações camponesas. Assim, a discussão sobre a questão agrária em Mato Grosso do Sul, a regularização fundiária e a luta pela terra perpassou por alguns aspectos, no sentido de ajudar a compreender como esse processo ocorreu no estado, pautando-nos tanto nas notícias do jornal *Tribuna da Fronteira* quanto em referenciais teóricos sobre a temática.

A proposição deste artigo foi, desde o início, compreender a questão agrária em Mato Grosso do Sul sob o viés das notícias veiculadas dentro da temática, no âmbito do jornal *Tribuna da Fronteira*, vinculado à Rede Belavistense de Jornais. Desse modo, pautamo-nos metodologicamente na realização de buscas por meio de palavras-chave previamente definidas, tais como colonização, reforma agrária, sem-terra e assentamentos, por exemplo, respeitando o recorte espacial e temporal. Vimos, ao longo da busca e da análise das matérias, que o assunto predominante foi a regularização fundiária na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, fato que nos deteve mais especificamente sobre essa temática.

Ao analisar as matérias e os anúncios veiculados no referido jornal, verificamos que, em um período de duas décadas (particularmente o período de 1972–1984), especialmente em um contexto de divisão territorial de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, de novas delimitações da faixa de fronteira nacional e, sobretudo, de formação e fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra no cenário nacional e estadual,

a exemplo do MST, predominou a divulgação de um processo de regularização fundiária e, por suposto, de preocupação com o crescimento das ocupações de terras devolutas.

Os sucessivos chamamentos públicos veiculados no jornal *Tribuna da Fronteira* desde 1974 nos levam a considerar que a regularização fundiária estaria associada não só à questão fronteiriça e de segurança nacional, ligada à política do regime militar de integração nacional e de controle do território ("integrar para não entregar"), mas também ao processo de separação de Mato Grosso do Sul do então estado de Mato Grosso.

Faz-se importante salientar também que esse processo de regularização fundiária não se encerrou naquele contexto, perdurando até os dias atuais. Até 2015, a regularização de imóveis na faixa de fronteira era conduzida pelo INCRA. Todavia, a morosidade e o elevado volume de processos levaram à criação da Lei n. 13.178/2015, que transferiu o procedimento para as chamadas "serventias extrajudiciais de registro", ou seja, para os cartórios.

Recentemente, após a transferência da competência para os cartórios extrajudiciais, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul publicou um artigo técnico para orientar os proprietários rurais sobre a ratificação de imóveis, visando regularizar as terras nas áreas localizadas a até 150 quilômetros das fronteiras. O documento também estabeleceu prazo legal para regularizar os registros, com encerramento em 22 de outubro de 2025 (Mamédio, 2025). Em 2025, havia cerca de 32 mil imóveis, localizados em 41 municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, passíveis de regularização fundiária, os quais deveriam passar pelo processo de ratificação, procedimento jurídico para atender aos requisitos da Lei n. 13.178/2015 (Silva, 2025).

Assim como no contexto investigado nas matérias do jornal *Tribuna da Fronteira*, para que a ratificação das terras possa ser efetivada, são estabelecidos aos proprietários alguns critérios de enquadramento, quais sejam: o proprietário deve apresentar requerimento no cartório competente, acompanhado de documentos comprobatórios da nominalidade e dominialidade do imóvel, localização na faixa de fronteira e função social da terra, nos termos da Constituição Federal, sob pena de suas terras retornarem ao patrimônio da União.

A partir do que investigamos e analisamos sobre a temática posta, é possível depreender que sempre houve, e continua havendo, uma preocupação quanto à falta de segurança jurídica e de registros fundiários precisos, capaz de estimular conflitos de

terra, uma vez que os grileiros se apropriam de terras ocupadas tradicionalmente por pequenos posseiros rurais e/ou ribeirinhos, que também não possuem a titularização de suas áreas. Desse modo, a regularização fundiária constitui uma forma de proteção e reconhecimento.

Referências

BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L.; ALMEIDA, F. A. A de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANPUH, 2005. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_4ae4c5f44983506e2fa6e8cff9087f0a.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Brasília: Presidência da República, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Brasília: Presidência da República, 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm. Acesso em: 05 maio 2026.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**, [*S. l.*], n. 2, ano 93, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

LEONARDO, L. A.; LUIZ, L. F.; MELO, D. S.; NARDOQUE, S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul e a manutenção do latifúndio: uma análise sobre ocupações, reforma agrária e estrutura fundiária. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária, [*S. l.*], v. 16, n. 42, p. 168-194, out. 2021.

LUIZ, L. F.; LEONARDO, L. A.; NARDOQUE, S. A gênese da propriedade capitalista da terra: da formação territorial do Mato Grosso do Sul à manutenção da grande propriedade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 65, e9358, 2023.

MAMÉDIO, L. Regularização de terras na fronteira de MS vira artigo com contexto histórico. **Campo Grande News – Cidades**, 25 de abril de 2025. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/regularizacao-de-terras-na-fronteira-de-ms-vira-artigo-com-contexto-historico. Acesso em: 15 maio 2026.

MAMÉDIO, Lucas. Regularização de terras na fronteira de MS vira artigo com contexto histórico. **Campo Grande News**, 25 de abril de 2025. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/regularizacao-de-terras-na-fronteira-de-ms-vira-artigo-com-contexto-historico. Acesso em: 28 out. 2026.

MELO, D. S. **Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000–2012)**. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2015.

MORENO, G. **Terra e Poder em Mato Grosso**. Política e Mecanismos de Burla (1892–1992). Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.

NARDOQUE, S. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. *In*: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (org.). **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos petistas. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 243-272.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, [*S. l.*], v. 23, n. 52, p. 90-109, 2020.

NARDOQUE, S.; MELO, D. S.; KUDLAVICZ, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA**: Geografia em Debate (UFPB), João Pessoa, v. 12, 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, [*S. l.*], v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 6 maio 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. *In*: MAGALHÃES, J. P. de A. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de janeiro: Garamond, 2010. p. 287-328.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184p.

OLIVEIRA, J. R. R. **Terras devolutas de áreas ervateiras do Sul de Sato Grosso**: a difícil constituição da pequena propriedade (1916 – 1948). 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados, 2004.

RODRIGUES, M. P.; SANTOS, D. C. dos. O reconhecimento dos pantaneiros na região do bracinho/castelo em Corumbá-MS. **Geofronter**, Campo Grande, v. 7, p. 1-13.

SILVA, A. S. M. da. **Semadesc e Agraer auxiliam processo de regularização fundiária na faixa de fronteira**: 32 mil imóveis em MS têm de fazer ratificação. Campo Grande: AGRAER, 2025. Disponível em: https://www.agraer.ms.gov.br/semadesc-e-agraer-auxiliam-processo-de-regularizacao-fundiaria-na-faixa-de-fronteira-32-mil-imoveis-em-ms-tem-de-fazer-ratificacao/. Acesso em: 15 maio 2026.

Documentos consultados

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano III, nº 103, 05/05/1974.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano III, nº 104, 12/05/1974.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano V, nº 219, 20/07/1976.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano V, n° 223, 22/08/1976.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano VI, n° 251, 05/06/1977; e n° 252, 19/06/1977.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano VIII, n° 351, 11/04/1979.

JORNAL DA FRONTEIRA, ano IX, nº49, 10/05/1980.

JORNAL DA FRONTEIRA, ano IX, nº 514, 29/06/1980.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano XI, nº 669, 05/11/1983.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, XI, nº 670, 17/11/1983.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano XII, nº 690, 26/05/1984.

TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano XII, n° 693, 18/06/1984.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA, ano XII, nº 708, 20/10/1984.

A produção da soja em Mato Grosso do Sul: a imprensa local como instrumento de leitura do presente

Lorrane Barbosa Alves
Charlei Aparecido da Silva
Patrícia Silva Ferreira

10.23899/9786586746600.10

Introdução

O agronegócio no Brasil, desde a colonização europeia, utiliza-se dos recursos naturais, muitas vezes, de forma predatória, o que vem acarretando significativas transformações no espaço geográfico e em suas relações, materializadas no decorrer do tempo no território. Nessa perspectiva, destaca-se que, no Brasil, a exploração dos recursos naturais teve início com o pau-brasil, como observado por Gonçalves (2011, p. 312), "que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, sendo o primeiro alvo de saque, utilizada pelos europeus na produção de tinturas e que nos dias atuais é encontrado apenas em jardim botânicos".

Com o passar do tempo, a partir de 1530 (Schürmann, 1999), o país foi ocupado por extensas plantações de cana-de-açúcar, isto é, as plantations, que demandavam um processo extensivo de uso das terras, provocando um acelerado desmatamento. Tal matéria-prima também era exportada para a Europa; no entanto, promovia consequências danosas ao meio, incluindo o empobrecimento do solo, o desequilíbrio ecológico e uma perda inestimável da biodiversidade. De fato, há uma coincidência imediata entre a ocupação do território brasileiro e a exploração da terra para fins agrícolas.

Ademais, nos diferentes processos de formação histórica do Brasil, os projetos de colonização foram utilizados para promover a ocupação de novas áreas (Prado Junior, 2012), seja por motivos militares, como garantir as fronteiras territoriais, por motivos políticos, como impedir a reforma agrária ou, ainda, para tentar equilibrar os problemas socioeconômicos causados, sobretudo, pela acentuada concentração de terra no país.

As estratégias de colonização ou de "integração nacional", como denominada pelo governo, iniciadas na década de 1940 com a Marcha para o Oeste, foram, de fato, alavancadas com a intensificação do processo de modernização industrial do Centro-Sul, articulado às ações de expansão agrícola para o Centro-Oeste e a Amazônia, durante os governos militares pós-64 (Oliveira, 2011).

Esse novo padrão de acumulação, que emerge, alcançou contornos mais nítidos no período ditatorial (Becker, 2002). No decorrer das discussões deste capítulo, é possível observar que a lógica da integração nacional se mostra perversa, pois não atende de forma plena aos interesses da região, que se torna dependente da demanda do mercado mundial, resultando em uma ocupação do território constantemente

marcada por problemas fundiários (ocupações irregulares, conflitos indígenas, mortes no campo, entre outros).

Passados séculos de ciclos econômicos, o cenário vivenciado neste século XXI, no que diz respeito à produção agrícola e à exploração da terra, tem como momento de intersecção a década de 1970, período em que a produção agrícola se mecanizou e passou a ser fundamentada no uso intensivo de insumos químicos, a fim de ampliar a produção. Esse momento é conhecido como Revolução Verde, movimento iniciado nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e que se difundiu por várias partes do mundo, cujo objetivo subliminar tinha como bandeira a redução da fome mundial por meio do aumento da produtividade agrícola de algumas culturas selecionadas (Rossato, 2024), condição que se demonstrou inequívoca e desastrosa em razão dos impactos ambientais que se seguiram e ainda são registrados no presente.

É importante lembrar que, no Brasil, de acordo com Vieira Filho (2024, p. 8),

> [...] a passagem da década de 1980 para a de 1990 representou uma reorganização do Estado na economia brasileira. No início dos anos 1990, o país vivenciava um período de forte inflação. Para contornar este problema, em 1994, foi implantado um plano de estabilização econômica, o qual priorizou a liberalização econômica e financeira, além de estabelecer uma âncora monetária e cambial baseada na taxa de juros elevada. [...] O crescimento das economias emergentes aumentou o consumo de alimentos e pressionou os preços das commodities. Em 2008, tem-se a crise financeira americana. Por fim, na última década, o Brasil passou por uma ampla crise econômica e política. Em 2020, o mundo sofreu com a pandemia e, em 2022, instalou-se a guerra da Rússia e da Ucrânia, conflito que interferiu no mercado global de produção de grãos.

Portanto, com a inserção e consolidação do modelo agroexportador, o final da década de 1960 e o início da década de 1970 marcam o processo de mecanização da agricultura brasileira. A região Centro-Oeste, nesse contexto, ocupou uma posição peculiar, pois, à medida que a atividade agropecuária se expandia aceleradamente, também se verificava a intensa modernização do processo produtivo (Araújo Neto; Leite, 2005). Foi no foco dessas duas vertentes que se processou a reestruturação técnica da agricultura do Centro-Oeste.

Logo, a exploração extensiva baseada no setor primário para a produção de commodities destinadas à exportação configura-se como uma das principais características das condições econômicas e ambientais do contexto brasileiro nos dias atuais, com destaque, nesta discussão, para a monocultura de soja, características presentes, descritas e discutidas nos veículos de comunicação. Este capítulo objetiva dialogar sobre como a imprensa local do estado de Mato Grosso do Sul construiu narrativas sobre o avanço da monocultura de soja, tendo como base a análise de reportagens e informações presentes no jornal *Tribuna da Fronteira* e no *Correio Jardinense*, a partir de uma série histórica que abrange o período de 1972 a 1999.

A ideia central é destacar os processos que levaram à consolidação do modelo de agronegócio atual, no qual o estado passa a se configurar como um dos principais produtores de commodities de soja do Brasil, sabendo que a estruturação se dá efetivamente a partir dos anos 2000. O período selecionado, portanto, antecede temporalmente grandes mudanças, marcadas pela incorporação de dinâmicas territoriais que viriam a consolidar e sustentar o modelo de agronegócio vigente.

A fonte de pesquisa, composta por material impresso, atualmente digitalizado, foi organizada e disponibilizada para leitura a partir do projeto Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo Arquivo Vivo)[1], desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A consulta ao acervo em questão abre uma oportunidade inédita e importante, pois, segundo Ghizzoni (2013, p. 137), o jornal impresso regional apresenta uma vantagem em relação ao meio de circulação nacional: este apresenta uma proximidade com o público, abordando temáticas que frequentemente são discutidas na vida cotidiana da população, o que torna públicas as reivindicações sociais e as mudanças sociais que se consolidaram no tempo.

Nessa perspectiva, a imprensa local não pode ser compreendida apenas como meio de circulação de informações, mas também como instância de produção de sentidos, capaz de enquadrar o agronegócio sob signos como progresso, modernização e discursos socialmente legitimados, contribuindo para a consolidação de determinadas leituras sobre o território e seus usos (Porto, 2014).

Com base nesse entendimento, a análise privilegiou reportagens, títulos e conteúdos recorrentes que tematizam infraestrutura, incentivos estatais, modernização

[1] O projeto CDGeo Arquivo Vivo encontra-se disponível para consulta pública, com a Hemeroteca acessível ao público: https://www.uems.br/cursos/subpagina/graduacao?0=geografia-licenciatura-jardim&1=Projetos-do-Curso&2=Hemeroteca.

técnica, crise agrícola e expansão da soja, buscando identificar os sentidos de progresso, desenvolvimento e integração territorial veiculados pela imprensa local.

A difusão da soja (*Glycine max* (l.) Merrill) no Mato Grosso do Sul

A soja (*Glycine max* (L.) Merrill) chegou ao Brasil no final do século XIX, mas sua consolidação como cultura agrícola eficiente e rentável só ocorreu quase um século depois. Para sua consolidação, foi necessário superar fatores limitantes que dificultavam o avanço da monocultura no território brasileiro. Assim, por trás de cada planta de soja semeada hoje, há décadas de pesquisas desenvolvidas no Brasil, em grande parte custeadas por fomento público.

O início do cultivo comercial deu-se nas décadas de 1940–1950, no Sul do Brasil, com destaque para o Rio Grande do Sul. A expansão para o Centro-Oeste, impulsionada por pesquisas realizadas especialmente pela Embrapa, ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, envolvendo a correção de solos do Cerrado e o desenvolvimento de cultivares adaptadas ao clima tropical.

A possibilidade de plantar e colher soja no Cerrado desencadeou profundas transformações no território brasileiro, especialmente no Mato Grosso do Sul. Ao mesmo tempo que a cultura se firmou como essencial na balança comercial brasileira, ela também implementou dinâmicas territoriais que trouxeram consigo a concentração fundiária, a perda da biodiversidade e impactos socioambientais de diversas magnitudes. Hoje, é fato: “o Brasil produz soja com a mesma eficiência em qualquer parte do seu território e a produtividade média da região Centro-Oeste (Cerrado) é, consistentemente, superior àquela obtida no Rio Grande do Sul, o mais tradicional produtor da oleaginosa” (Dall’Agnol, 2016, p. 26).

Por sua vez, a base que orientou a estruturação deste capítulo teve como objetivo compreender a inserção, a evolução e a conjuntura da commodity soja em Mato Grosso do Sul, a partir da perspectiva da imprensa local. No entanto, há a necessidade de abordar breves considerações sobre o processo histórico, com destaque para os ciclos econômicos de Mato Grosso e, após a emancipação[2], de Mato Grosso do Sul.

[2] Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977 — Art. 1º: É criado o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso. Contudo, foi implantado em 1979.

Acredita-se que, a partir dos fatos expostos, ficarão evidentes as relações e contextualizações que permeiam essa atividade, pois o passado revela as transformações do território e, com isso, caracteriza o presente e possibilita previsões e ensaios para o futuro.

Os ciclos econômicos que envolvem o estado de Mato Grosso do Sul sempre estiveram relacionados às exportações de suas matérias-primas, ou seja, sempre atenderam às demandas e aos impulsos externos, tanto do comércio internacional quanto de outras regiões do país, principalmente de São Paulo, como retratado em Lamoso (2011), Brum e Amorim (2016), Faccin (2017), Missio e Rivas (2019), Ferreira e Silva (2023) e Ferreira (2021). No ano de 1979, o jornal *Tribuna da Fronteira* já discorria sobre a relevância da construção de corredores de exportação para o escoamento da matéria-prima para o porto de Paranaguá, situado no estado do Paraná.

Ao olharmos o passado, observamos que a história do Mato Grosso, antes da emancipação, se inicia com a exploração da mão de obra indígena no século XVII (Queiroz, 2008 *apud* Missio; Rivas, 2019), escravizando indígenas e levando-os pelos bandeirantes para regiões produtoras — portanto, o objetivo era explorar, e não ocupar. Casualmente, esses bandeirantes encontraram ouro nas margens do Caxipó, situado ao norte de Mato Grosso, próximo de Cuiabá, chamando a atenção de diversos atores para essa localidade.

Tal descobrimento estimulou a ocupação do território, contudo, "mesmo com a descoberta do ouro, não houve o desenvolvimento de uma diversificação produtiva, tanto é que, após o declínio do período aurífero, a região 'sobreviveu' a partir do estabelecimento de pequena produção mercantil" (Missio; Rivas, 2019, p. 608). A fim de abastecer os exploradores, foi necessário desenvolver, paralelamente à exploração da jazida, a agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária, devido "à alta dos preços dos produtos vindos da capital, principalmente alimentos e ferramentas para o trabalho de extração do ouro" (Pavão, 2005, p. 79).

A exploração do ouro perdeu força no final do século XVIII, o que acarretou a estagnação econômica e o abandono da região. Esse colapso ocorreu devido à "utilização da mão-de-obra escrava, que barrou a diversificação econômica ao impedir que fossem realizadas inversões tecnológicas" (Pavão, 2005, p. 82). Ainda de acordo com o autor, os que permaneceram na região se mantiveram com a agricultura de subsistência, ao "passo que os produtores de gado buscaram se instalar na região do Pantanal, cuja planície tornou-se local ideal para o manejo e cria da pecuária nascente"

(Pavão, 2005, p. 82). Com isso, essas atividades substituíram a economia que antes era voltada para a exploração mineral.

Com a abertura das navegações no rio Paraguai, os cursos fluviais passaram a ser um fator relevante no processo de integração do estado e na economia, visto a precariedade dos caminhos terrestres. As novas rotas possibilitaram o desenvolvimento de uma economia pautada na exportação e na inserção de capital financeiro, como apontado por Huertas (2017), além do "encurtamento" das distâncias, sendo essas relações, por meio das redes hidrográficas, cessadas pela Guerra do Paraguai.

É importante lembrar que a Guerra do Paraguai trouxe consigo uma reestruturação do território e de suas dinâmicas. Após o término da guerra, em 1870, houve o restabelecimento das navegações com intercâmbio comercial, marcado por um "incremento da demanda externa, uma vez que nesse período houve considerável abertura econômica propiciada pela navegação do rio Paraguai" (Missio; Rivas, 2019, p. 620). Em se tratando da região localizada ao sul do estado, a atividade econômica que se destacou foi a exploração da erva-mate, após a Guerra do Paraguai.

> Para exercer a atividade, foi cedido o monopólio para a exploração da erva-mate em terras devolutas da fronteira Brasil-Paraguai, através do decreto nº 8.799, a Thomas Laranjeira, em 9 de dezembro de 1882. De 1882 até 1891, a exploração da erva-mate foi um empreendimento particular. A partir de 1892 é criada a empresa Companhia Matte- Laranjeira, aproveitando-se da Lei nº 25, que abriu concorrência pública para arrendamento dos ervais situados ao sul do rio Iguatemi. Foi a partir da criação da empresa que a exploração da erva-mate aconteceu de forma organizada e contou com aporte do capital financeiro internacional, através da participação de empresários argentinos nos negócios da companhia (Pavão, 2005, p. 95-96).

Findado esse monopólio, considerado um atraso na ocupação do território sul-mato-grossense devido aos extensos arrendamentos pertencentes à Companhia, a pecuária extensiva se intensificou, principalmente nas regiões pantaneiras e nos campos de vacaria, por conta das condições de relevo, que propiciaram condições ideais para o desenvolvimento de tal atividade, o que possibilitou exportar insumos, especialmente para a região Sudeste.

De acordo com a citação de Missio e Rivas (2019), foi a partir da comercialização de gado em pé para invernistas da região Sudeste que o sul-mato-grossense passou a integrar a economia nacional. Ainda segundo esses autores, esse processo "recebeu contribuição significativa com a construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Borges, 2001 apud Missio; Rivas, 2019).

Para Pavão (2005), a inserção da estrada de ferro foi a primeira etapa da integração dessa economia periférica ao mercado nacional, disponibilizando produtos de base primária, sendo essa relação intensificada a partir da crise de 1930, com o programa Marcha para Oeste. Décadas depois, a ideia da ampliação da malha ferroviária como um instrumento de desenvolvimento regional persistia. A reportagem do jornal *Tribuna da Fronteira* (ano XIV, n. 764, 1985) (Figura 1), publicada no ano de 1985, descreve movimentos para a construção de políticas públicas voltadas ao investimento em ferrovias, pois "a ferrovia da produção é a que melhor atende as necessidades sul-mato-grossenses devido ao barateamento dos custos de transporte". A proposta do movimento, como observado na matéria, tinha como objetivo construir três frentes, isto é, no Paraná, em direção à Guaíra; no Mato Grosso do Sul, de Miranda a Dourados; e de Dourados a Guaíra.



TRIBUNA DA FRONTEIRA

REDATOR CHEFE: IVALDO PEREIRA - ANO- XIV - Nº 764 - BELA VISTA- MS DE 15 A 21 DE DEZEMBRO DE 1.985 - Preço do Exemplar $ 1.000.

Barcellos quer união Social Política pró-Ferrovia da Produção

CAMPO GRANDE - "Mato Grosso do Sul precisa se integrar ao processo de implantação da ferrovia da produção, com um engajamento social e político que permita ao Estado amplas possibilidades de desenvolvimento de seus corredores de exportação, beneficiando sua economia e os setores produtivos Sul-mato-grossense", afirmou o secretário de Estado de Planejamento, Jardel Barcellos, durante o I Encontro Pró-Ferrovia da Produção, em Dourados. Barcelos defendeu ainda a continuidade do traçado da ferrovia até Miranda, o que interligaria diversas área produtivas desde Rondônia até o Paraná.

A proposta de Barcelos é de que se inicie a construção da ferrovia em três frentes: no Paraná, em direção á Gauira, e no Mato Grosso do Sul, de Miranda a Dourados e de Dourados à Guaira. Sendo hoje, a grande Dourados o maior centro de produção do Estado, a ela se uniria a expansão agrícola da região da Bodoquena as riquezas da maciço mineral de Corumbá e o escoamento natural dos produtos de Mato-Grosso e Rondônia. Para o secretário de Planejamento, embora existan outras opções de exportação a ferrovia da produção é a que melhor atende as necessidades Sul-mato grossenses, devido ao barateamento dos custos de transporte, dando maior margem de ganho aos produtores.

O I Encontro Pró Ferrovia da Soja reuniu em Dourados, secretários de Estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul, além de técnicos políticos e prefeitos da região.

O secretário de Indústria e Comércio do Paraná - Francisco Simeão Rodrigues Neto, manifestou sua satisfação pela possibilidade da ingresão de Mato Grosso do Sul ao Sistema de Transporte integrado, o que fortalecerá em muito a viabilidade técnica e econômica do empreendimento.

****

LEIA E ASSINE TO DOS OS JORNAIS DA REDE BELAVISTENSE DE JORNAIS LTDA

****

Figura 1 – Movimento Pró-Ferrovias

Fonte: Jornal Tribuna da Fronteira (1985) – Acervo Arquivo Vivo (2026).

Esses ciclos anteriores são evidências de uma longa tradição de uso do território sul-mato-grossense subordinado a demandas externas, aspecto posteriormente reatualizado pela expansão da soja como commodity para exportação e reiterado pela imprensa local.

Ademais, o programa Marcha para Oeste também tinha como objetivo colonizar e nacionalizar os espaços "vazios", defender as áreas de fronteira, com estratégias de ocupação e segurança nacional, integrar os estados brasileiros, além de estimular a expansão agrícola (Naglis, 2014). Os espaços considerados "vazios" situavam-se, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Norte, e é nesse contexto que o Estado Novo cria oito Colônias Agrícolas Nacionais, implantadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura. Foram diversas ações estatais que tinham o intuito de colonizar e dinamizar o estado de Mato Grosso do Sul, como observado por Naglis (2014).

No ano de 1984, como reportado pelo *Correio Jardinense* (ano VII, n. 285, 1984), o presidente João Figueiredo afirmou que o bioma Cerrado dispunha de mais de "120 milhões de terras passíveis de aproveitamento agrícola", área na qual já se desenvolviam pesquisas voltadas à mitigação das adversidades climáticas e das limitações dos solos. A busca por um ótimo climático e por condições ambientais ideais sempre se colocou como elemento importante e essencial no âmbito de pesquisas para a difusão da agricultura no modelo que conhecemos hoje (Alves; Silva, 2025). Nesse contexto, o presidente destacou que a região abrangida pelo Cerrado se consolidaria como uma das principais produtoras de alimentos do mundo (Figura 2).

Ao longo dos anos, observou-se, a partir das reportagens formuladas por ambos os jornais, uma pressão significativa exercida pelos agricultores sobre os parlamentares, no sentido de formular políticas públicas que auxiliassem na consolidação e no fortalecimento da atividade agrícola. Os discursos eram amparados por argumentos que apontavam que, na ausência de investimentos estatais, haveria o risco de falência ou de colapso da economia estadual, como se pode observar em reportagens com os seguintes títulos: *Alerta para a insolvência da Agricultura; Agricultura a Falência; Governo pressionado com o "Levante do Soja"; Agricultura preocupa; Esquecer a agricultura é condenar país a pobreza, diz Hosne*, etc.



CORREIO JARDINENSE

ANO VII — Nº 263 — PREÇO DO EXEMPLAR: Cr$ 200,00 — JARDIM, MS 04 à 11 Junho/1984 — "O PIONEIRO, A MEMÓRIA DA CIDADE" —

Cerrados

Ainda falando sobre a produção de alimentos, o Presidente Figueiredo afirmou que na área do Brasil conhecida como "cerrado" e que abrange o Centro-Oeste do país, há mais de cento e vinte e cinco milhões de terras aproveitáveis para a agricultura e ainda em processo inicial de exploração agropecuária. Ali realizam-se investimentos em estudos e pesquisas, já tendo-se encontrado técnicas para superar os problemas de clima, solo e vegetação e, como resultado, aumentou a produção nacional de milho, arroz, soja e trigo, a partir do aproveitamento de áreas do cerrado.

Disse o presidente que há, ainda, milhões de hectares de cerrado para ocupar e demonstrou o seu convencimento de que, em muito curto prazo, essa região brasileira se converterá em uma das principais áreas de produção de alimentos para o mundo, abrindo-se aí um amplo horizonte para a colaboração bilateral entre o Brasil e o Japão, como já está dando provas o programa nipo-brasileiro de desenvolvimento do cerrado, que poderá ser substancialmente expandido.

Figura 2 – Apropriação do bioma Cerrado para a expansão da atividade agrícola

Fonte: Correio Jardinense (1984) – Acervo Arquivo Vivo (2026).

Mais do que informar, esses títulos mobilizam um aspecto de urgência, colapso e salvação econômica. A imprensa local, nesse sentido, não apenas registrava o avanço da agricultura, mas contribuía para legitimar a centralidade do setor e pressionar por investimentos estatais, a fim de alavancar o modelo de agronegócio que veio a predominar. Portanto, a partir das pressões exercidas tanto pelos agricultores quanto por gestores estatais junto ao governo federal, o estado de Mato Grosso do Sul foi mudando o seu perfil, como caracterizado pela extensa reportagem (duas folhas) intitulada *MS: mudando o perfil com Pedro Pedrossian*, com o aumento da produção de soja e sua insistência em manter as características do setor pecuário. Ainda de acordo com a reportagem (Tribuna da Fronteira, ano X, n. 590, 1981), a fim de reforçar o título da matéria, foi organizado um compilado de descrições sobre os "programas de valorização social e humana e de projeção econômica no estado" (Quadro 1):

Quadro 1 – A proposição de projetos e programas como indutores de desenvolvimento

Projeto Guatambu	Buscava a valorização do pequeno trabalhador e disponibilizava a oferta de motos mecanizadas ao custo de apenas o combustível, armazenamento, garantias de preço mínimo e oferta de sementes selecionadas a preços de custo.
Projeto Apaporé	Objetivava descentralizar a construção de rodovias, até então predominantemente orientada no eixo sul–norte, construindo-se uma rodovia de 624 km (Rodovia da Esperança), buscando incrementar a ocupação dos extensos espaços vazios.
Projeto Guaira-Porã	Se desenvolvia tendo como base a rodovia que liga Ponta Porã às margens do rio Paraná. A rodovia, que estava sendo implantada em três diferentes canteiros de obras, iria garantir o escoamento da produção fronteiriça (2/5 da produção total do Estado).
Programa Pan-Norte	Programa que teve como objetivo a implantação de uma infraestrutura capaz de integrar a região norte do Estado, por meio da pavimentação de rodovias que conectam o município de Pedro Gomes à rodovia Campo Grande–Cuiabá.

Fonte: Os Autores (2026), com base no jornal Tribuna da Fronteira (1981) - Acervo Arquivo Vivo (2026).

Além dos projetos supracitados, o jornal *Tribuna da Fronteira* (ano XXI, n. 1199, 1992) elaborou uma reportagem sobre o projeto *Fronteiras do Futuro: progresso e integração*, cujo objetivo era "completar" o processo de integração territorial, promovendo o desenvolvimento efetivo das regiões Sudoeste e Sudeste do estado e consolidando a modernização de Mato Grosso do Sul. O projeto *Fronteiras do Futuro*, então lançado, estruturava-se em duas frentes de avanço: o Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste e o Programa de Desenvolvimento da Bacia do rio Paraná, voltado à Região Sudeste.

Como consta na reportagem, o Governo incentivou a expansão de novas fronteiras agrícolas por meio de benefícios fiscais, prevendo a redução da carga tributária em até 80% pelo período de dois anos, nas duas regiões, para projetos voltados à abertura de novas áreas de cultivo. Outro benefício proposto pelos governantes, como reportado pelo jornal *Tribuna da Fronteira* (ano XX, n. 1122, 1991), com o objetivo de impulsionar a agricultura no estado, foi "a redução — de 17% para 12% no ICMS de máquinas e implementos agrícolas, o que promove maior abrangência na assistência nos pequenos e médios produtores e a intensificação de programas de aprimoramento da produção agrícola".

Ademais, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1994, queria propor outra emenda que previa a isenção de impostos sobre produtos destinados à exportação, como a soja, com o objetivo de ampliar a competitividade dos agricultores brasileiros. Em contrapartida, os estados exportadores de produtos agrícolas seriam compensados pelas perdas de arrecadação tributária (Tribuna da Fronteira, ano XXII, n. 1539, 1994). Um exemplo de política pública voltada a tal isenção foi a criação da Lei Kandir, que teve:

> [...] como mote [...] favorecer o saldo da balança comercial, em função da desoneração fiscal, que poderia ser contabilizada como redução nos custos de produção destes setores; ou seja, uma medida para tornar os bens e serviços comercializados mais competitivos no mercado internacional (Leitão; Irffi; Linhares, 2012, p. 39).

A Lei Kandir foi aprovada em 1996, por meio da Lei Complementar n. 87, que dispõe sobre o imposto dos estados sobre a circulação de mercadorias, mas que não refletiria sobre, de acordo com o Artigo 3º:

> II – operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços.
>
> Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:
>
> I – Empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;
>
> II – Armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

Com a consolidação desta política pública, o governo federal foi o responsável por compensar as perdas de arrecadação. Como observado no *Correio Jardinense* (ano XXII, n. 909, 1997), o governo estadual garantiu um recebimento de R$ 5,1 milhões pela Lei Kandir no mês/ano de dezembro de 1997, logo, “os municípios irão receber R$ 1,2 milhões e o estado R$ 3,9 milhões”. No entanto, por meio de uma Portaria Interministerial, buscava-se aumentar os valores repassados, visto que “a perda líquida

acumulada com a implantação da Lei Kandir, em setembro de 1996 já soma R$ 129,7 milhões, sendo que o total de perdas foi de R$ 233,8 milhões o valor do seguro receita de apenas R$104 milhões" (Correio Jardinense, ano XXII, n. 922, 1998).

Além das discussões e políticas públicas voltadas à construção de ferrovias, rodovias e incentivos fiscais, destaca-se a relevância das pesquisas científicas para o desenvolvimento da agricultura. Assim, segundo o *Correio Jardinense* (ano X, n. 457, 1986), a Empaer (Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) previa a implementação de um projeto no município de Bonito, de modo que toda a região da Bodoquena passasse a dispor de informações técnicas qualificadas sobre o cultivo de arroz, trigo, milho, soja, além de olerícolas e frutíferas.

No ano de 1987, o *Correio Jardinense* (ano X, n. 492) também noticiou a realização de estudos conduzidos pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), nos quais se testava, em campo, a eficiência simbiótica de linhagens e cultivares de soja e feijão, por meio da utilização de inoculantes específicos. Por sua vez, conforme descrito no jornal *Tribuna da Fronteira* (ano XX, n. 1128, 1991), a Seplan (Secretaria de Planejamento) e a Empaer firmaram um convênio de pesquisa com projetos direcionados à adubação da soja e ao preparo do solo.

O convênio contemplava o estudo de outras culturas, como cultivares de girassol, a avaliação de variedades de híbridos de milho e o cultivo de espécies de inverno destinadas à cobertura morta do solo. Logo, em um prazo de três anos, os resultados dessas pesquisas estariam à disposição dos agricultores, na forma de sementes registradas e oficialmente recomendadas, as únicas autorizadas para financiamento pelo Banco do Brasil (Tribuna da Fronteira, ano XX, n. 1128, 1991).

Desse modo, a partir da modernização da agricultura, dos incentivos e subsídios públicos, os agricultores começaram a priorizar a produção de matéria-prima ditada pela economia externa devido às instabilidades da economia nacional, havendo uma queda na produção de alimentos e um aumento na produção de commodities, principalmente a soja.

> O setor doméstico apresentou maior variabilidade de preços, rendimentos e renda do que o setor de exportáveis ao longo dos anos 70, trazendo incertezas aos produtores. Ora, na medida que os riscos aumentavam, os agricultores passariam a deslocar a produção para o subsetor dos exportáveis, uma vez que

> este apresentava maior segurança às inversões (Homem de Melo, 1979; 1983 *apud* Barros, 1999, p. 6).

Devido a essas condições, uma matéria intitulada *Marisa quer política agrícola que também priorize o alimento* descreve a indignação e preocupação da deputada, que considerava "inadmissível um país como o Brasil, o maior produtor de soja do mundo, não priorizar o alimento básico para sua população, uma coisa tão sagrada como a educação e a saúde" (Tribuna da Fronteira, ano XIX, n. 1001, 1990).

O secretário de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento, na ocasião, defendeu a diversificação da agricultura como estratégia para promover maior desenvolvimento econômico e social ao trabalhador rural, como observado na reportagem *Governo do Estado quer politização dos produtores rurais*. Segundo ele, a diversificação da produção beneficia especialmente o pequeno produtor.

Como exemplo, destacou que, embora a soja seja o carro-chefe do estado em termos de produção, tecnologia e pesquisa, ela possui seu espaço definido e pode conviver de forma harmoniosa com outras culturas (Tribuna da Fronteira, ano XX, n. 1033, 1991). Mesmo que de forma contraditória, afinal, a diversificação deu lugar às monoculturas, é sob essas circunstâncias que a cultura da soja se estabelece como central e dominante, tornando-se uma das mais importantes para a consolidação da economia de Mato Grosso do Sul e passando a ocupar lugar central não apenas na economia regional, mas também no discurso jornalístico sobre desenvolvimento e, mesmo, na ideia de progresso.

A soja no presente: consolidação e dinâmicas territoriais

A compreensão do presente é indissociável do pretérito, pois é na acumulação histórica de experiências, processos e decisões passadas que se estruturam as condições materiais, simbólicas e institucionais que conformam a realidade vivida no presente e moldam, portanto, o futuro.

No Centro-Oeste, outros programas, como os geridos pela Superintendência do Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste (Sudeco), que atuou de 1967 a 1990, foram extremamente relevantes para a consolidação do modelo atual. Os planos e programas vinculados à Sudeco tinham objetivos específicos, mas, de modo geral, conduziram à

ocupação e à integração do Centro-Oeste à dinâmica produtiva nacional por meio da produção de grãos (principalmente a soja), da pecuária bovina e da mineração.

É importante lembrar que, a partir da década de 1970, a agricultura passou a depender de muitos serviços e setores a montante da produção, como máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes, corretivos, sementes, tecnologia e financiamento. E ainda, a jusante da produção, como armazéns, infraestruturas diversas (estradas, portos e outros), agroindústrias, tradings, mercado atacadista e varejista e exportação (Mendes; Padilha Junior, 2007).

Apesar de enfrentar problemas com a redução dos recursos devido a complicações fiscais e financeiras do governo federal durante sua execução, ou com o redirecionamento dos recursos para outras áreas e, por vezes, não terem se efetivado da maneira como esperado, ainda assim, particularmente, esses programas foram de suma importância para a ocupação produtiva de vastas áreas do Cerrado pelo franco avanço da modernização das atividades agropecuárias (Barcellos, 2015) e para a consolidação do Centro-Oeste enquanto região agroexportadora de produtos agropecuários e minerais.

Programas de ação conjunta com os governos da esfera estadual, conduzidos pelo governo federal, na pauta do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), contavam ainda com a participação do setor privado para efetivar seus objetivos (Barcellos, 2015). Alguns desses programas possuíam atuação mais ampla, como o Polamazônia (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) e o Polonoroeste (Programa Integrado de Desenvolvimento do Brasil na Fronteira Noroeste), este que também beneficiava Rondônia. Soma-se a essas iniciativas: Promat (Programa Especial de Desenvolvimento do Mato Grosso) e Prosul (Programa Especial de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul), programas de apoio editados quando ocorreu a divisão territorial e a criação de Mato Grosso do Sul; o Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); o Prodecer (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado); o Prodegran (Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados) e o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal).

A soja destaca-se, na atualidade, como a commodity agrícola de maior relevância comercial na América do Sul. Tal protagonismo resulta do avanço contínuo da demanda global, sobretudo em função de sua ampla utilização na produção de ração animal, segmento em que a China se configura como principal polo consumidor em escala

mundial. O aumento nas últimas duas décadas foi pujante, passando de 12 milhões de toneladas, no ano 2000, para 110 milhões de toneladas em 2018. Só no Brasil, as exportações para a China aumentaram de 28,5 para 83,6 milhões de toneladas de 2009 a 2018 (MDIC, 2018).

Assim, é inegável que a monocultura de soja, que se destaca cada vez mais no mercado de exportação, absorveu as ações, políticas públicas e os investimentos voltados para o setor. A região Centro-Oeste, composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal, foi a que melhor correspondeu a essa realidade, compondo 12,8% da área plantada de soja no Brasil na safra 1979/1980 e 45% na safra 2019/2020 (Figura 3).

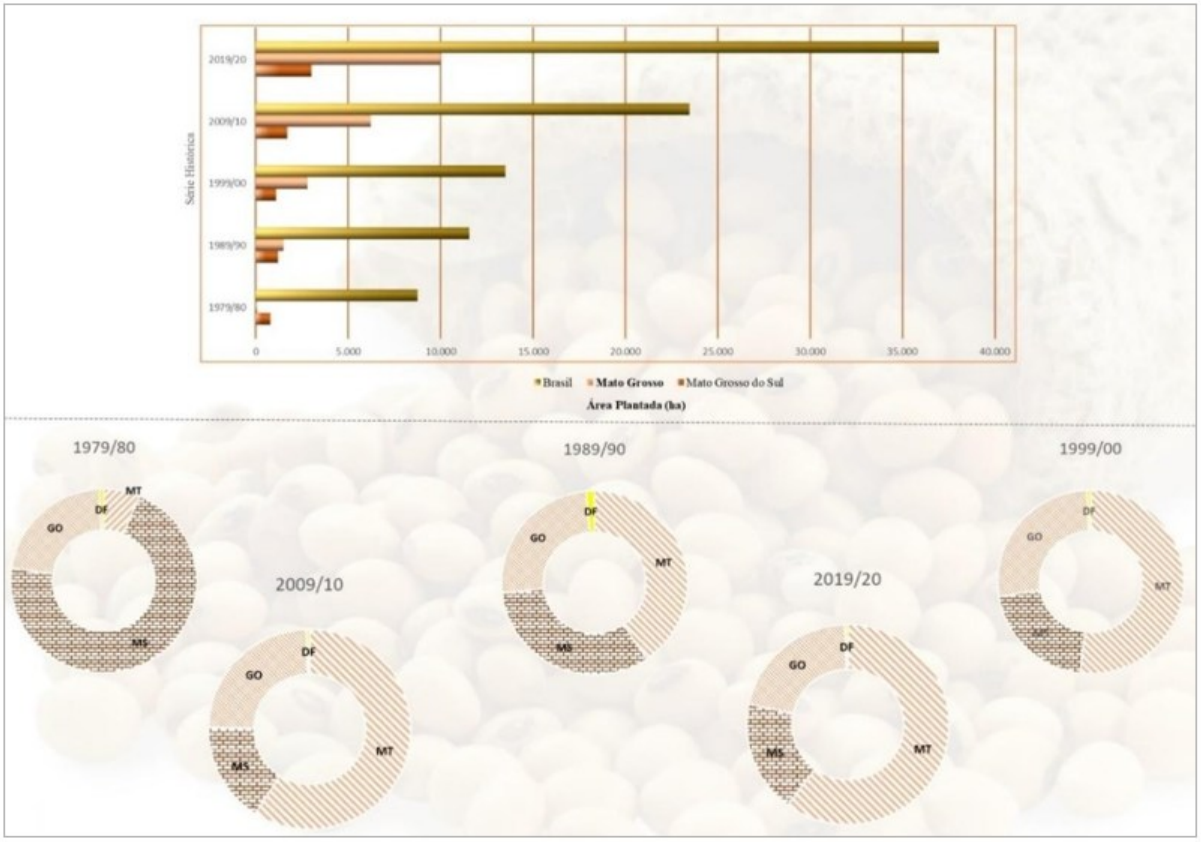


Figura 3 – Evolução de Área Plantada (ha) no Território Nacional e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Fonte: Alves, Silva e Brugnolli (2022, p. 162).

Portanto, o modelo de desenvolvimento agroexportador que passou a vigorar delineou um novo perfil para a agricultura, com uma estrutura produtiva altamente competitiva que, embora guarde certa homogeneidade quanto ao alcance de um novo patamar técnico, apresenta aspectos específicos quanto à distribuição espacial da produção. Ademais, consolida-se com forte presença de tradings internacionais, agroindústrias, instituições financeiras, latifúndios como polos do agronegócio e redes logísticas integradas (Mendes; Padilha Junior, 2007; Gras; Hernández, 2013), em um território transformado em razão do viés exclusivamente economicista.

Trata-se, portanto, de um processo de reestruturação territorial no qual o agronegócio, o modelo em si, redefine usos, funções e hierarquias espaciais, intensificando a especialização produtiva e a articulação do território aos circuitos globais de acumulação (Elias, 2011).

Os fluxos dessa dinâmica, derivados dos interesses dos agentes e atores sociais que participam do modelo agroexportador da soja, no qual há um binômio evidente entre aqueles que são mais capitalizados em contraposição aos menos capitalizados, consolidam as transformações no território historicamente, condição evidente no Mato Grosso do Sul.

De certa forma, essa interpretação caracteriza uma zona limítrofe que divide um espaço-tempo já transformado daquele que ainda não sofreu a ação do agente transformador, havendo, assim, o convívio simultâneo de dois tempos históricos sobre o território, em que os dados quantitativos permitem evidenciar esse processo de reconfiguração ao longo das décadas.

Como observado por Alves, Silva e Brugnolli (2022), embora o estado de Mato Grosso seja atualmente o maior produtor de soja do país, os dados históricos indicam que Mato Grosso do Sul detinha a maior área plantada da região Centro-Oeste na safra 1979/1980. A partir da safra 1989/1990, Mato Grosso passou a se destacar de forma mais expressiva, consolidando sua liderança regional e nacional nas décadas seguintes (Figura 3).

Em âmbito nacional, Mato Grosso do Sul perdeu posições ao longo do período analisado, passando do terceiro lugar em 1979/1980 para o quinto em 2019/2020, ainda que tenha registrado um crescimento acumulado de 280,8% na área plantada. Regionalmente, o estado também perdeu protagonismo, sendo superado por Goiás a partir dos anos 2000, apesar de manter crescimento recente da área cultivada e

participação relevante no total do Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, ao se considerar o cenário nacional em sua totalidade, Mato Grosso do Sul assume importância estratégica na produção, o que culmina no papel central da soja na estrutura econômica do estado.

Dessa forma, embora o estado tenha perdido protagonismo nos rankings de área plantada ao longo do período analisado, observa-se um esforço contínuo em ampliar a área cultivada e, consequentemente, elevar sua produção agrícola, como observado na reportagem do *Correio Jardinense* (ano XXII, n. 925, 1998), em que "o governo do Estado está colocando em prática programas de apoio e contando com recursos federais, para incentivar a agricultura a ampliar em pelo menos 10% a área plantada no Mato Grosso do Sul na safra 98/99".

Por conta do monopólio da monocultura de soja e da concentração fundiária em algumas regiões do estado, o que se observa é um território especializado e tecnificado-homogêneo, no qual há o predomínio de uma racionalização, uma padronização, que direciona o uso do território (urbano e rural) para uma única finalidade: a produção de commodities para exportação (Figura 4), cujo espectro desconsidera, sobrepõe e impacta territórios tradicionais e áreas de preservação ambiental (Ferreira; Silva, 2025; Ferreira; Silva, 2024).



Figura 4 – O território tecnificado-homogêneo: a produção da commodity soja no município de Maracaju, no presente

Autoria: Acervo dos autores (2023).

Portanto, no cenário atual, as dinâmicas territoriais que exploram as variáveis locais e se constituem como estruturantes da economia de Mato Grosso do Sul são

reflexos de uma conjuntura histórica cuidadosamente construída, envolvendo diversos atores sociais e o Estado. Esse processo vem se configurando desde a ocupação dos bandeirantes ao norte de Mato Grosso, povoando tanto essa região quanto as regiões adjacentes, com suas economias complementares, sua estagnação e, então, a ocupação e ascensão do território sul-mato-grossense mediante pesquisas, planos e decretos, por meio de incentivos estaduais, federais e mesmo internacionais, em um acúmulo de tempos que se materializam no território e não podem ser desconsiderados no processo de análise.

Reflexões finais

Compreender o presente sem se dar conta do passado quase sempre traz consigo erros e equívocos. Há uma frase creditada a Antonio Gramsci, intelectual de grande importância, que merece ser reproduzida neste momento, na qual a ideia de passado e futuro se mescla e nos ajuda a pensar o presente, ou seja, "a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece" (Gramsci, 1971, p. 276).

Entrementes, a introdução do modelo do agronegócio no Centro-Oeste, responsável pela produção da soja, teve grandes impactos sobre a estrutura fundiária, uma vez que conferiu novo ritmo à apropriação de terras e interferiu diretamente na escala de exploração da atividade agrícola. A produção em larga escala, mecanizada e em grandes extensões do Cerrado delineou um novo perfil para a agricultura, privilegiando a intensa expansão agropecuária e redefinindo o papel dessa região na economia nacional. Essa transformação conduziu a uma estrutura produtiva que, embora guarde certa homogeneidade quanto ao alcance de um novo patamar técnico, apresentou aspectos específicos em sua evolução fundiária. Logo, as características preexistentes da organização agrária foram empreendidas sem alterar a estrutura fundiária, o que, de imediato, levou à expansão espacial da agricultura e à forte especulação de terras nas regiões de fronteira agrícola, o que inclui Mato Grosso do Sul.

A frase de Gramsci nos permite, assim, compreender que o novo é a desconstrução do passado carregada de intencionalidades e mesmo interesses, daí a importância da memória. A análise dos jornais *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense* revelou uma expressiva riqueza de informações, até então de acesso restrito,

evidenciando a abordagem de fatos inseridos nos contextos local, regional, nacional e internacional, que influenciam as dinâmicas territoriais hoje predominantes em Mato Grosso do Sul. Contudo, ao observar a forma como a imprensa local retratou as transformações e a dinâmica do ciclo produtivo do estado ao longo dos anos, constatou-se que esses veículos privilegiaram, em sua maioria, as escalas estadual e nacional.

No recorte da série histórica de 27 anos, compreendida entre 1972 e 1999, foi possível identificar a preocupação dos gestores estaduais com a consolidação de uma infraestrutura voltada ao escoamento da produção de soja, com destaque para a construção de rodovias. Paralelamente, observou-se a implementação de diversos programas destinados a impulsionar a agricultura do estado, orientados pelo objetivo de transformá-lo em um "celeiro do mundo".

A leitura da imprensa local mostrou que o avanço da soja foi narrado, predominantemente, sob os signos do progresso, da modernização, da integração territorial e do ideário de desenvolvimento. Ao privilegiar esses enquadramentos, os jornais contribuíram para legitimar políticas públicas, investimentos em infraestrutura e incentivos ao setor, ao mesmo tempo em que silenciaram ou secundarizaram contradições fundiárias, socioambientais e territoriais que, hoje, se mostram centrais para compreender a especialização produtiva em Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, a trajetória de Mato Grosso do Sul evidencia como tais processos discursivos e materiais caminharam de forma articulada. O estado foi institucionalizado e integrado ao novo sistema produtivo representado pela modernização agropecuária brasileira instituída a partir da década de 1970. Os efeitos das políticas pós-divisão foram sentidos, principalmente, na crescente interiorização da população e da economia, incentivando os processos de ocupação e ordenamento territorial sul-mato-grossense e oportunizando sua factual inserção na economia nacional e mundial, intensificada a partir dos anos 2000 e prevalente nesta terceira década do século XXI de forma homogênea (Figura 4).

Logo, as reportagens analisadas permitiram compreender como a imprensa local de Mato Grosso do Sul construiu narrativas sobre o avanço da monocultura de soja sob um viés de progresso e modernidade. Portanto, esta análise do passado permite identificar com maior clareza as transformações territoriais ocorridas e suas dinâmicas, as quais ajudam a explicar a configuração atual e oferecem subsídios para interpretações futuras, sabendo que nele o contraditório se faz presente e necessita ser

explicado. É nesse sentido que reside a importância da preservação da memória, seja ela oral, escrita ou midiática.

Referências

ALVES, L. B.; SILVA, C. A. da. O clima sul-mato-grossense, as dinâmicas territoriais e o cultivo da commodity de soja. *In*: MORETTI, E. C. (org.). **Natureza e o cenário de crise socioambiental**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2025. p. 119-158.

ALVES, L. B.; SILVA, C. A. da; BRUGNOLLI, R. M. O avanço da monocultura de soja na região centro-sul do Mato Grosso do Sul. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 13, n. 26, p. 149-170, 2022.

ARAÚJO NETO, M. D.; LEITE, C. M. C. Desenvolvimento socioeconômico no contexto da região Centro-Oeste. *In*: MORENO, G.; HIGA, T. C. S. (org.). **Geografia de Mato Grosso**: território, sociedade, ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

BARCELLOS, J. **Mato Grosso do Sul - 1978-1979**: utopia x realidade. Campo Grande: Simplísmo, 2015.

BARROS, A. L. M de. **Capital, produtividade e crescimento da agricultura**: o Brasil de 1970 e 1995. 1999. Tese (Doutorado em Ciência) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. *In*: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

BRASIL. Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 1996.

BRUM, A. K. de; AMORIM, G. P. da S. A inserção internacional de Mato Grosso do Sul: uma análise pela pauta exportadora e importadora. *In*: LAMOSO, L. P. (org.). **Relações internacionais de Mato Grosso do Sul**: comércio, investimento e fronteira. Curitiba: Íthala, 2016. p. 15-38.

DALL´AGNOL, A. **A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil**: histórico e contribuições. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 72 p.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [*S. l.*], v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011V13N2P153. Acesso em: 24 out. 2026.

FACCIN, A. C. T. M. **Complexo soja no Mato Grosso do Sul**: competitividade regional e vulnerabilidade territorial. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. Terras Indígenas e Unidades de Conservação: interfaces e sinergias na faixa fronteira de Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai. *In*: IORIS, A. A. R.; SERAGUZA, L.; LADEIA, E. da S. (org.). **Guarani e Kaiowá**: modos de existir e produzir territórios. 1. ed. Curitiba, PR: Appris, 2024. v. 5, p. 295-322.

FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. Soybean, a Commodity without Borders: Socio-Environmental Impacts in Protected Areas and Indigenous Communities in Mato Grosso do Sul/Brazil. **Sociedade & Natureza**, [*S. l.*], v. 37, p. 1-19, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.14393/SN-v37-2025-76624. Acesso em: 24 out. 2026.

FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. O modelo agroexportador: simetrias e assimetrias na fronteira Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai. *In*: FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. da (org.). **Fronteiras, territórios e políticas públicas**. 1. ed. Porto Alegre: TotalBooks, 2023. v. 1, p. 18-33.

FERREIRA, P. S. **Dinâmicas territoriais na fronteira de Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai**: a produção da commodity soja para exportação e suas consequências socioambientais. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

GHIZZONI, M. Jornalismo Regional como Mediador Social: Uma Análise de Conteúdo. **Revista Vernáculo**, [*S. l.*], n. 32, 2013. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/34438. Acesso em: 8 jan. 2026.

GRAMSCI, A.; HOARE, Q.; NOWELL-SMITH, G. **Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci**. New York: International Publishers, 1971.

GRAS, C.; HERNÁNDEZ, V. (org.). **El agro como negocio**: producción, sociedad y territorios en la globalización. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.

HUERTAS, D. M. Breve análise da circulação no Mato Grosso do Sul. **Geofronter**, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 1-29, 2017.

JORNAL CORREIO JARDINENSE. **Hemeroteca**. Mato Grosso do Sul: UEMS, 2026. Disponível em: https://www.uems.br/cursos/subpagina/graduacao?0=geografia-licenciatura-jardim&1=Projetos-do-Curso&2=Hemeroteca. Acesso em: 17 dez. 2025.

JORNAL TRIBUNA DA FRONTEIRA. Hemeroteca. **CDGEO**, 2026. Disponível em: https://cdgeo.uems.br/tribuna-da-fronteira/?perpage=12&view_mode=table&paged=1&order=ASC&metakey=162&orderby=meta_value_num&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=9%2C401. Acesso em: 17 dez. 2025.

LAMOSO, L. P. Produtividade espacial e commodity, Mato Grosso do Sul-Brasil. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 17, n. 21, p. 33-47, 2011.

LEITÃO, A. L.; IRFFI, G.; LINHARES, F. Avaliação dos efeitos da Lei Kandir sobre a arrecadação de ICMS no Estado do Ceará. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 37-63, 2012.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. ISBN 978-85-7605-144-2.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS – MDIC. **Exportações de carnes passam a ser realizadas apenas pelo portal único**. Brasília: MDIC, 2018. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior. Acesso em: 24 out. 2026.

MISSIO, F. J.; RIVAS, R. M. R. Aspectos da formação econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

NAGLIS, S. G. B. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND, 1943-1960. Dourados: UFGD, 2014. 144 p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In*: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografias do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

PAVÃO, E. da S. **Formação, estrutura e dinâmica da economia de Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. 2005. Dissertação (Mestrado de Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PORTO, J. R. S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade". **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, p. 24-46, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i25.2769. Acesso em: 24 out. 2026.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 2012.

ROSSATO, V. B. **Da revolução verde à transformação ecológica**: a consolidação do modelo de produção agroalimentar no Brasil e o papel das políticas públicas. 2024. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2024.

SCHÜRMANN, B. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A**., [*S. l.*], v. 7, n. 1-2, p. 149-178, 1999. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27798. Acesso em: 8 jan. 2026.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **A cadeia produtiva de soja e o desenvolvimento econômico e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2024.

Agradecimentos

As autoras e o autor agradecem as agências de fomento Fundect, Capes e CNPq pelo financiamento de pesquisas cujos resultados permitiram a elaboração deste texto. Agradecimentos a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados em razão da infraestrutura e apoio recebido.

O livro didático na Rede Belavistense de Jornais (1972-2000)

Carla Villamaina Centeno
Kelly Cristiny Borges Larsen

10.23899/9786586746600.11

Introdução

O registro da história é uma das práticas mais antigas da humanidade. Os primeiros registros foram realizados por meio da oralidade e de memórias que eram transmitidas verbalmente entre as gerações. Junto às memórias, surgiram as pinturas rupestres, consideradas a primeira forma de comunicação simbólica produzida pela humanidade.

A produção de manuscritos deu início aos registros na forma escrita, que foram se desenvolvendo até a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, no século XV. Gutenberg criou os tipos móveis metálicos de impressão, tecnologia que possibilitou a impressão em larga escala e o surgimento dos jornais. De fato, a imprensa foi uma invenção que surgiu no bojo de uma série de outras inovações destinadas a dar suporte às comunicações necessárias ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Os primeiros jornais surgiram na Europa no início do século XVII e se espalharam acompanhando o crescimento das cidades, do capitalismo e o surgimento e fortalecimento dos Estados Nacionais. Historicamente, seu surgimento remonta ao ano de 1605, na cidade de Estrasburgo, com a criação do que é considerado o primeiro jornal impresso do mundo, produzido pelo alemão Johann Carolus. Reconhecido pela Associação Mundial de Jornais, o periódico intitulava-se *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*.

No Brasil, segundo Cerqueira e Lucena (2005), o primeiro jornal foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, criado em 1808, após a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, durante o governo de Dom João VI. No estado de Mato Grosso, segundo Jucá (s.d.), o primeiro jornal foi o *Jornal Themi Mattogrossense*, que começou a circular no dia 14 de agosto de 1839, em Cuiabá. No território que hoje compõe o Mato Grosso do Sul, o primeiro jornal a circular foi o *Jornal Iniciador*, que entrou em atividade na cidade de Corumbá no ano de 1877.

A função primária dos jornais sempre foi promover a circulação periódica de informações, contemplando diversos setores da sociedade, como economia, cultura e comércio, em determinada região. Desde o seu surgimento, os jornais constituem uma fonte de informação presente na vida cotidiana há alguns séculos. Contudo, há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo mais específico de fonte: a fonte de pesquisa.

Particularmente, o presente artigo tem como objetivo analisar as matérias publicadas em jornais de localidades fronteiriças da região de Mato Grosso do Sul, nos periódicos digitalizados pelo projeto "Geografia histórica e história do lugar na Rede Belavistense de Jornais: o acervo digital como preservação da memória geo-histórica no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul", disponíveis no Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo). O referido centro abriga o acervo da Rede Belavistense de Jornais (RBJ), atualmente em processo de digitalização, contemplando, até o momento, os periódicos *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense*, os quais constituem as fontes empíricas para a construção da presente pesquisa.

Busca-se, inicialmente, compreender de que forma esses jornais contribuem como fontes de pesquisa para a análise dos objetos de investigação. Nesse sentido, optou-se por um tema alinhado à linha de pesquisa adotada: o livro didático. O objetivo deste estudo é compreender como o tema do livro didático se configurou na região, a partir da cobertura jornalística, no período compreendido entre 1972 e 2000. A partir dessa fonte periódica, buscou-se identificar de que modo as políticas e práticas relacionadas à distribuição e à circulação do livro didático foram registradas e problematizadas no contexto local. Acredita-se que investigar essa questão por meio das matérias publicadas nos jornais também possibilita revelar possíveis dificuldades enfrentadas por escolas, professores e estudantes, como atrasos na distribuição, insuficiência de exemplares e ausência de determinados títulos, contribuindo, assim, para a compreensão das desigualdades educacionais no período analisado no que se refere ao livro didático.

Destaca-se que, ao se propor a realização de uma pesquisa, o primeiro movimento consiste na definição das fontes que serão utilizadas em sua construção. Em geral, o tipo de fonte é determinado pelo próprio objeto de estudo; contudo, ao longo do tempo, algumas fontes passaram a se consolidar como importantes instrumentos de investigação, como é o caso do jornal. Esse tipo de fonte possibilita o acesso a informações inseridas em um amplo recorte temporal, permitindo a realização de análises mais abrangentes acerca de determinados movimentos em uma região.

É importante registrar a posição de Alves (2005) acerca do cuidado que o historiador deve ter ao analisar as fontes:

> O documento não fala por si só [...]. O certo é que a teoria faz o documento falar. E, às vezes, o pesquisador enfrenta a necessidade de abandonar as *falsas*

> *pistas* dos documentos para fiar-se em indícios esparsos, em ruínas informativas que resistiram à ação das figuras ligadas ao poder, ávidas por apagar os registros de um passado que não querem olhar de frente. Documentos já foram produzidos, inclusive, para induzir uma visão falsa sobre acontecimentos importantes. Portanto, que a importância do documento não seja escamoteada, mas que seja, também, colocada no seu devido lugar e que o pesquisador tenha o domínio teórico para se situar no "lodaçal" documental; para separar o joio do trigo e para realizar a interpretação científica conseqüente com os pressupostos da matriz epistemológica que preside a sua análise (Alves, 2005, p. 21-22).

Lombardi (2004, p. 158) observa que é necessário considerar que as fontes também são interpretadas de acordo com as opções teórico-metodológicas do pesquisador e que essas escolhas orientam, inclusive, a seleção e a organização das fontes utilizadas, as quais devem auxiliar o historiador no processo de reconstituição histórica do objeto investigado. Diante disso, ressalta-se que as análises apresentadas neste estudo estão ancoradas no método da ciência da história de Marx, tendo como categoria central a Organização do Trabalho Didático (OTD), fundamentada nos estudos de Alves.

A Rede Belavistense de Jornais como fonte de memória

Etimologicamente, a palavra "memória" tem origem no latim e remete à "possibilidade de dispor dos conhecimentos passados. Por conhecimentos passados é preciso entender os conhecimentos que, de qualquer modo, já estiveram disponíveis" (Abbagnano, 1998, p. 41). Na contemporaneidade, esses conhecimentos são difundidos por meio de diferentes instrumentos, entre os quais se destaca o jornal.

A Rede Belavistense de Jornais constituiu-se como um importante veículo de circulação de informações, abrangendo diversas cidades da região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul. Era composta por sete periódicos: *Tribuna da Fronteira*, *Tribuna Murtinhense*, *Tribuna de Caracol*, *Correio Jardinense*, *O Lagunense*, *Tribuna de Maracaju* e *Tribuna de Bonito*, os quais atualmente integram o acervo do Centro de Documentação Geo-Histórico.

Fundada em 1972 por Ivaldo Pereira, natural de Bauru, São Paulo, a rede rapidamente se consolidou como uma referência na comunicação local. Ao chegar à

região de Bela Vista na década de 1970, Ivaldo Pereira destacou-se pelo profissionalismo e pelo compromisso com a informação de qualidade. Atuou também como escritor, produzindo artigos, crônicas e o livro *Conversando com você*.

A RBJ firmou-se como um dos principais meios de comunicação regional, promovendo o acesso à informação não apenas na cidade de Bela Vista, sua sede, mas também em municípios vizinhos. O Centro de Documentação Geo-Histórico teve origem em um projeto de iniciação científica desenvolvido entre os anos de 2020 e 2021, coordenado pelo professor Dr. Tiago Satim Karas. A captação do acervo teve início em 28 de outubro de 2023, quando o CDGeo recebeu a doação de grande parte do conjunto documental da Rede Belavistense de Jornais. Destaca-se que, além das edições dos periódicos, também foram incorporados exemplares da biblioteca pessoal de Ivaldo Pereira.

Em 20 de fevereiro de 2025, o acervo do *Correio Jardinense* foi doado pela Prefeitura Municipal de Jardim à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade universitária de Jardim, por meio da Secretaria Municipal de Educação, sendo posteriormente incorporado ao acervo do CDGeo. Os exemplares encontravam-se anteriormente sob a guarda da Biblioteca Municipal Rita Carmen Braga Lima. O conjunto doado é composto por 765 edições do periódico, publicadas entre 30 de agosto de 1979 e 15 de julho de 2000, totalizando 6.167 páginas.

Os conjuntos de periódicos incorporados ao CDGeo reúnem diferentes tipos de conteúdos, como publicação de documentos e informações oficiais, propagandas, artigos, crônicas, entre outros registros de caráter relevante, constituindo uma importante fonte para a compreensão histórica da região.

É importante ressaltar que “ao longo da história, cada modo de produção fez germinar sua forma própria e peculiar de produzir conhecimento” (Alves, 2024, p. 1). Nesse sentido, os jornais, ao longo do tempo, foram sendo progressivamente substituídos ou complementados por novas tecnologias, que passaram a difundir informações de maneira mais rápida e acessível à sociedade, como exemplifica o caso do jornal *Tribuna da Fronteira*, que atualmente opera exclusivamente em formato on-line. Contudo, vale destacar que, apesar desse movimento, o jornal assume uma nova função: se anteriormente desempenhava, sobretudo, o papel de veicular informações atualizadas, na contemporaneidade passa a adquirir significativa relevância como fonte histórica e instrumento de preservação da memória.

Assim, o CDGeo surge como uma iniciativa que busca garantir, inicialmente, a preservação do acervo da RBJ, permitindo não apenas a conservação de sua memória, mas também o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a valorização da história local e regional. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande relevância para a preservação da memória local e regional, abrangendo diretamente a história de municípios como Bela Vista, Antônio João, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque e Porto Murtinho, além da área de fronteira entre Brasil e Paraguai, região marcada por intensas transformações geográficas, históricas e sociais. Longe de se constituir apenas como um conjunto de materiais antigos, esse acervo representa uma fonte viva de memória, que registra e permite compreender as dinâmicas que, ao longo do tempo, moldaram e continuam a moldar a realidade local.

O percurso histórico do livro didático no Brasil

Segundo Alves (2015), "não existiam, até a época medieval, textos produzidos com a finalidade de atender exclusivamente à educação de crianças e jovens" (Alves, 2015, p. 6). Nessa época, os "textos escolares" eram fragmentos de textos clássicos manuscritos. A popularização e a necessidade de textos escolares mais direcionados surgiram a partir de algumas experiências que resultaram em florilégios, antologias e também em compêndios especializados, os quais "só surgiram quando tomaram a forma de manuais didáticos[1] nas origens da escola moderna" (Alves, 2015). Esses materiais popularizaram-se por meio das transformações sociais que ampliaram a demanda pela leitura e pela escrita, intensificadas, sobretudo, com a Reforma Protestante.

É nesse cenário que surge a figura de Comenius, considerado o principal mentor da escola moderna e do livro didático. No que se refere ao livro didático, o bispo "fixou seu caráter especializado e tornou possível banir, de dentro da sala de aula, todas as outras modalidades de livros" (Alves, 2015, p. 8).

[1] Para Alves, o livro didático pode ser compreendido como qualquer obra literária utilizada no contexto da sala de aula, enquanto os manuais didáticos correspondem a livros produzidos pelas editoras com a finalidade específica de uso escolar. Contudo, neste trabalho, adotaremos o termo *livro didático* para nos referirmos a toda obra produzida para uso escolar

> A cada classe sejam destinados livros de textos próprios, que contenham todo o programa prescrito para essa classe (quanto à instrução, à moral e à piedade), para que, durante o espaço de tempo em que os jovens são conduzidos pelo caminho destes estudos, não tenham necessidades de nenhum outro livro, e com a ajuda destes livros possam ser conduzidos infalivelmente às metas fixadas (Alves, 2015, p. 8 *apud* Alves, 2015, p. 430).

Acredita-se que a instituição do livro didático como principal fonte de informação nas escolas favoreceu uma tendência à padronização do conhecimento e à redução da pluralidade de fontes e perspectivas no espaço escolar. Ao longo do tempo, esses materiais consolidaram-se como instrumentos pedagógicos fundamentais no cotidiano escolar, ao lado de outros recursos didáticos amplamente utilizados, como o quadro e os mapas.

A história do livro didático no Brasil, no que se refere ao controle estatal, tem início em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão responsável por legislar sobre as políticas relacionadas ao livro didático. Porém, somente em 1934, "o INL recebeu suas primeiras atribuições, como editar obras literárias para a formação cultural da população, elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacionais e expandir o número de bibliotecas públicas" (Freitas e Rodrigues, 2008, p. 2).

No ano de 1938, o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro, instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Essa comissão passou a estabelecer as condições relacionadas à produção, à importação e à utilização dos livros didáticos no país, configurando um marco importante na organização das políticas públicas voltadas ao controle e à regulamentação desse tipo de material no sistema educacional brasileiro.

> Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos. Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. § 1º Compêndios[2] são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. § 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula (Brasil, 1838, p. 1).

[2] Os Compêndios são livros utilizados em diferentes séries, anos escolares e diferentes níveis de ensino. Sua referência é a área de conhecimento, não o ano de escolarização.

Ainda dentro do processo de normatização do livro didático no Brasil, em 1966 foi criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), resultante de um acordo firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Essa comissão tinha como objetivo coordenar as ações relacionadas à produção, à edição e à distribuição de livros didáticos no país. Conforme destacam Freitas e Rodrigues, "esta comissão tinha como objetivo coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático, e pretendia distribuir gratuitamente 51 milhões de livros no período de três anos" (Freitas e Rodrigues, 2008, p. 2).

A COLTED foi extinta em 1971, com o término do acordo entre o MEC e a USAID. A partir de então, o INL passou a assumir a responsabilidade pela implementação do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), dando continuidade às ações relacionadas à produção e à distribuição de livros didáticos no sistema educacional brasileiro.

No ano de 1976, o INL foi extinto, sendo transferidas para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) as atividades relacionadas à edição e à distribuição de livros didáticos, bem como a responsabilidade pela execução do PLIDEF. A FENAME passou, então, a administrar os recursos financeiros destinados ao Programa de Colaboração Financeira para a Edição de Livros Texto, cujas diretrizes eram estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

Posteriormente, em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), por meio do Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, em substituição ao PLIDEF. O PNLD foi instituído "com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º grau" (Brasil, 1985, p. 1) e deveria ser "desenvolvido com a participação dos professores de ensino de 1º grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados" (Brasil, 1985, p. 1).

O PNLD funciona, desde sua criação, por meio de ações coordenadas pelo MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgãos responsáveis pela avaliação, aquisição e distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias destinadas a alunos e professores das escolas públicas da educação básica em todo o país.

Além dos livros didáticos, o programa também disponibiliza outros materiais, como obras de literatura infantil e uma biblioteca digital com cerca de oito mil títulos de

acesso gratuito, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nas instituições escolares e no país. Atualmente, o ciclo de distribuição dos livros pelo PNLD ocorre em períodos de três anos. Nesse sistema, os livros considerados reutilizáveis devem ser devolvidos pelos alunos ao final do ano letivo, para que possam ser utilizados por outros estudantes nos anos seguintes, até o final do ciclo de três anos consecutivos de uso.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), no ano letivo de 2024, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) distribuiu 194,6 milhões de exemplares, atendendo a mais de 31 milhões de estudantes das escolas públicas de educação básica, bem como de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o poder público. Esse número de atendimentos vem crescendo de forma significativa ao longo de mais de quarenta anos de existência do programa, o que pode indicar a centralidade do uso do livro didático no cotidiano escolar. Nesse contexto, acredita-se que o livro didático seja a principal ou, em alguns casos, a única fonte de acesso à informação para alunos e professores, contribuindo para a limitação do conhecimento a conteúdos fragmentados, dos quais "emerge um discurso desarticulado, sem unidade e sem contextualização" (Alves, 2015, p. 32).

Inicialmente, foi apresentado que o objetivo deste texto é compreender como se dava o acesso ao livro didático na região atendida pela Rede Belavistense de Jornais entre os anos de 1972 e 2000, por meio das matérias publicadas nos periódicos *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense*. O início do recorte cronológico da pesquisa situa-se na década de 1970, período em que o INL era o órgão responsável pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF). Em 1971, ocorreram significativas mudanças na educação decorrentes da publicação da Lei nº 5.692/1971, que reformulou a estrutura do ensino de 1º e 2º graus.

O recorte cronológico encerra-se no ano de 2000, momento em que a distribuição dos livros didáticos já era realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e após a promulgação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Acredita-se que as matérias publicadas nos jornais funcionem como registros do cotidiano educacional, trazendo informações sobre o acesso ao livro didático e podendo ajudar a revelar possíveis dificuldades enfrentadas por escolas, professores e estudantes.

O livro didático no acervo da Rede Belavistense de Jornal

A pesquisa foi realizada no acervo digital dos jornais *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense*, ambos integrantes do Centro de Documentação Geo-Histórico. O acervo do *Correio Jardinense* encontra-se disponível na Hemeroteca, cujo acesso pode ser realizado por meio do site do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade de Jardim, bem como pelo site do Centro de Documentação Geo-Histórico.

A digitalização do *Correio Jardinense* está disponível no acervo a partir da edição nº 85, publicada no ano de 1979. Nessa edição, consta uma carta direcionada ao leitor que explicita os motivos da suspensão temporária da circulação do jornal na cidade de Jardim. Segundo o periódico, a interrupção ocorreu com o intuito de priorizar a edição e a circulação do *Jornal Tribuna da Fronteira*, buscando atender de forma mais eficaz os leitores da região. Contudo, a tentativa de substituição não obteve sucesso, conforme destacado na própria publicação: "A ideia de distribuir a TRIBUNA, em Jardim, no lugar do CORREIO, não funcionou. Vários fatores fizeram com que esta ideia não fosse bem acolhida pelo povo jardinense" (Correio Jardinense, 1979, p. 1).

Como mencionado, a digitalização do jornal teve início na edição nº 85, no ano de 1979, e se estende até a edição nº 961, no ano de 2000. Contudo, das 876 edições que compõem esse período, 18 não foram localizadas, não estando, portanto, disponíveis para consulta no acervo digital.

Os arquivos encontram-se disponíveis para consulta em um drive da plataforma Google, organizados por ano, número da edição, data, período e observações. As informações presentes no campo "observações" permitem a identificação de temas relevantes abordados nas matérias dos jornais, facilitando a localização de conteúdos específicos em determinadas edições. Temas como "inventor em Jardim", "violência policial" e "pavimentação asfáltica" são facilmente identificados por meio dessas descrições.

Destaca-se, ainda, a recorrência de termos relacionados à área educacional, sendo que a palavra "educação" aparece 36 vezes nas observações, enquanto o termo "escola" é mencionado em 16 ocasiões, o que evidencia a presença significativa dessa temática nas matérias produzidas pelo jornal. Com relação a outras temáticas referentes à escola, como docentes, alunos, merenda escolar e avaliação, além do Mobral, entre outras, também há muitas menções.

No que se refere ao objeto desta pesquisa, o livro didático, foi identificada apenas uma edição em que esse tema aparece descrito no campo “observações”. Contudo, esse dado não permite afirmar a inexistência da temática em outras edições, uma vez que nem todos os conteúdos dos jornais estão necessariamente contemplados nas descrições disponíveis. A edição em que o tema livro didático aparece corresponde à edição nº 516, referente ao período de 31 de julho a 6 de agosto de 1987. Ressalta-se que o jornal possuía circulação quinzenal.

A reportagem intitula-se *O Livro Didático* e é de autoria da professora Rita Carmem Braga Lima[3], integrante do Projeto Arquivo Vivo como colaboradora atuante. O texto apresenta uma relevante crítica ao livro didático, ao mesmo tempo em que o reconhece como um instrumento de fundamental importância para o ensino. Destaca-se, na reportagem, que, em muitos casos, o livro didático constitui o único contato dos alunos com os livros. Diante disso, a autora enfatiza a importância de que as obras adotadas pelas escolas apresentem qualidade gráfica adequada e sejam elaboradas por autores qualificados.

> O segredo para um bom desenvolvimento de um livro didático está numa coordenação adequada, que procura harmonizar o sistema educativo c/ obras adotadas. Preenchendo falhas, cortando os supérfluos. Adaptando os conteúdos aos interesses do alunado e as necessidades regionais mas antes de tudo, é necessário adquirir, para adoção em nossas escolas, obras de boa qualidade, autores qualificados, impressão e detalhes técnicos superiores (Lima, 1987, p. 5).

A reportagem escrita pela professora Rita reforça sua preocupação com a qualidade dos livros adotados e destaca que os educadores encontram, no livro didático de qualidade, um importante aliado no processo de ensino. Contudo, alerta que, além da boa qualidade dos conteúdos, os livros devem ser elaborados por autores qualificados e apresentar boa qualidade de impressão.

[3] A professora Rita Carmem Braga Lima foi diretora do Educandário Cel. Felício, instituição vinculada à Companhia de Estradas e Rodagens nº 3 (CER-3); atuou como Secretária Municipal de Educação da cidade de Jardim entre os anos de 1983 e 1989; foi colunista do jornal *Correio Jardinense*; e, em reconhecimento à sua trajetória, a biblioteca municipal de Jardim/MS recebeu seu nome.

O outro jornal analisado para a construção da presente pesquisa foi o *Tribuna da Fronteira*, cujo acervo encontra-se disponível para consulta no site do Centro de Documentação Geo-Histórico. As edições digitalizadas e disponíveis para consulta têm início na edição nº 4, no ano de 1972, e se estendem até a edição nº 2.097, no ano de 1999.

Destaca-se que, conforme informações disponibilizadas no referido site, o total de edições acessíveis para consulta, no mês de março de 2026, é de 2.078 arquivos. Esse quantitativo indica que algumas edições não foram localizadas para digitalização, estimando-se a ausência de aproximadamente 15 edições do periódico, levando em consideração que o jornal tem início na edição nº 4.

Diferentemente do acervo que reúne as edições do *Correio Jardinense*, o acervo do *Tribuna da Fronteira* não apresenta observações descritivas associadas às edições, o que implica diferenças significativas no processo de pesquisa. Enquanto, no primeiro, o campo "observações" atua como um instrumento facilitador para a identificação prévia de temas e conteúdos, no segundo essa ferramenta não existe.

Contudo, o site que hospeda os arquivos digitalizados do *Tribuna da Fronteira* disponibiliza ferramentas que possibilitam a pesquisa por meio de palavras-chave, recorte cronológico ou número da edição, permitindo ao pesquisador maior refinamento na definição dos descritores e maior segurança na exploração do acervo.

Utilizando os filtros disponíveis no site, foram utilizadas as mesmas palavras-chave empregadas na busca realizada no *Correio Jardinense*: "educação" e "escola". A busca pelo termo "educação" retornou um total de 1.479 edições em que a palavra aparece, enquanto o termo "escola" apresentou um número ainda mais expressivo, totalizando 1.802 edições.

Esses dados evidenciam a recorrência significativa de termos relacionados ao campo educacional em ambos os periódicos, *Correio Jardinense* e *Tribuna da Fronteira*. Tal frequência sugere que a temática educacional ocupava um espaço relevante na cobertura jornalística, podendo indicar um compromisso desses veículos com a divulgação de questões vinculadas à educação na região.

A pesquisa realizada com o termo "livro didático" retornou quatro edições publicadas entre os anos de 1986 e 1996, conforme indicado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Edições do jornal *Tribuna da Fronteira* que possuem o termo “livro didático”

Edição	Ano de publicação
nº 793	1986
nº 1087	1991
nº 1681	1995
nº 1771	1996

Fonte: Acervo Digital Jornal Tribuna da Fronteira.

A edição nº 793, referente ao período de 9 a 16 de agosto de 1986, apresenta a ocorrência do termo “livro didático” na reportagem intitulada “Balanço das atividades desenvolvidas no 1º semestre”. A matéria contempla uma síntese das ações realizadas em diferentes segmentos da educação no município de Bela Vista, com destaque para a composição da equipe técnica da Agência Regional de Educação (ARE-03). Temas como falta de disciplina, uniforme, suspensão/atraso e falta de professores foram abordados na reportagem.

No que se refere ao livro didático, a reportagem apresenta o tópico “Alunos sem livro didático”, no qual se destaca a importância da conscientização dos alunos e de suas famílias acerca da utilização do livro didático, bem como da adoção de uma linguagem acessível. Segundo a reportagem: “o livro didático não é prioridade ao aluno, ele apenas auxilia, o professor trabalha sobre pesquisa. 5) nos dias de hoje não é problema, é necessário zelo por parte do aluno e cobrança por parte do professor. 6) serve de apoio” (Tribuna da Fronteira, 1986, p. 3). A partir da leitura do tópico, pode-se compreender que o livro didático é considerado um material importante para o ensino; contudo, deve apresentar linguagem acessível aos alunos e ser concebido como um recurso de apoio ao professor, auxiliando-o em sua prática pedagógica como instrumento de pesquisa.

A segunda edição que contempla o termo pesquisado corresponde à edição nº 1.087, publicada em 12 de setembro de 1991. Nessa edição, a expressão “livro didático” aparece na reportagem intitulada *Merenda Escolar será descentralizada*. Na matéria, a então secretária de Educação, Leocádia Petry Leme, destaca que a distribuição da merenda escolar passaria por um processo de descentralização, a ser organizado pelas próprias secretarias estaduais de Educação. Segundo a reportagem, o mesmo modelo seria adotado para a distribuição do livro didático.

Destaca-se, ainda, uma informação relevante apresentada na matéria: no ano de 1991, o atendimento com livros didáticos alcançava apenas cerca de 25% das crianças da rede pública estadual, evidenciando, assim, um grande déficit no acesso a esse recurso educacional naquele período.

A edição nº 1.687, publicada em 7 de outubro de 1995, apresenta a reportagem intitulada *MS receberá livros gratuitos do MEC em 1996*. A matéria traz informações importantes que possibilitam compreender o cenário de acesso ao livro didático pelos alunos nesse período. Nessa edição, o tema da distribuição dos livros também aparece, assim como na edição nº 1.087, de 1991. Em ambas, evidencia-se a atuação do Ministério da Educação no sentido de dinamizar o processo de distribuição dos livros didáticos, conferindo aos estados melhores condições para a execução dessa distribuição.

> Para o Ministro, além de ganhar tempo no processo de distribuição dos livros didáticos, a maior vantagem é a possibilidade de regionalização do referencial teórico, já que o currículo é nacional, mas a temática pode ser regional. "Foram entregues mais de 850 títulos às comissões de Professores para serem examinados". disse Paulo Renato, explicando que mesmo assim houve opção por alguns títulos considerados inadequados, mas que foram eliminados da lista que entra em vigor no próximo ano (Tribuna da Fronteira, 1995, p. 3).

A reportagem destaca, ainda, que a intenção era, para o ano seguinte (1996), garantir que todos os alunos do 1º grau recebessem livros didáticos. Além disso, previa-se a distribuição gradual de obras referentes a duas ou três disciplinas por ano, até que toda a grade curricular fosse contemplada.

A última edição do jornal *Tribuna da Fronteira* que apresenta a expressão "livro didático" é a de nº 1.771, publicada em 9 de outubro de 1996. Nessa edição, o jornal traz a matéria intitulada *Escritora Bauruense é sucesso infantil*, que aborda a atuação da escritora Marina Monteiro Cardozo. Segundo a matéria, a autora dedica-se à produção de livros didáticos e paradidáticos, com coleções adotadas em escolas de 1º grau.

> [...] A obra foi aceita sem restrições. "É uma coleção psico motora para pré-primário. Ela é dividida em etapas. Uma para crianças de quatro anos, a segunda para cinco anos e a última para seis anos. E trazem exercícios motores que envolvem as disciplinas básicas" (Tribuna da Fronteira, 1996, p. 4).

A matéria evidencia a presença de uma escritora dedicada à produção de livros didáticos e paradidáticos, aspecto que se configura como relevante para o contexto educacional, uma vez que a produção da escritora poderia possibilitar a elaboração de materiais mais próximos da realidade regional dos alunos.

Dessa forma, pode-se compreender que, embora pontuais, as menções ao livro didático nas edições dos jornais analisados permitiram identificar aspectos relacionados ao cenário desse recurso no recorte cronológico estabelecido, possibilitando reflexões sobre seu acesso, sua importância e as dificuldades enfrentadas pelos alunos da região de circulação desses periódicos.

Conclusão

Entende-se, na contemporaneidade, que os jornais, enquanto veículos periódicos de circulação de informações, assumem papel fundamental não apenas na difusão de notícias, mas também como fontes históricas capazes de revelar dinâmicas sociais, culturais e educacionais de uma região. A análise das matérias publicadas nos periódicos *Tribuna da Fronteira* e *Correio Jardinense*, que compõem a RBJ, ainda que pontuais em algumas edições, permitiu identificar aspectos relacionados ao livro didático entre os anos de 1972 e 2000.

A pesquisa realizada nos periódicos evidenciou que o livro didático desempenhava um papel central no processo educacional, no recorte temporal estabelecido (1972 a 2000), sendo muitas vezes, o único contato dos alunos com obras literárias. Apesar das dificuldades de acesso, como a insuficiência de exemplares e a distribuição limitada, as matérias registram esforços da gestão educacional para ampliar a disponibilidade dos livros, promover a regionalização dos conteúdos e valorizar materiais com qualidade gráfica e autoria qualificada, como pode ser observado nas considerações apresentadas pela professora Rita Carmem Braga Lima.

Dessa forma, foi possível compreender, por meio da pesquisa realizada, que os jornais não funcionam apenas como veículos de informação de sua época, mas também como fontes históricas essenciais para a compreensão de aspectos relacionados à circulação, ao acesso e à valorização do livro didático na região. Vale destacar, ainda, que os periódicos digitalizados pelo Centro de Documentação Geo-Histórico constituem uma fonte indispensável para a preservação da memória regional. Ademais, o acervo possibilita a investigação de uma ampla variedade de temas, permitindo o

desenvolvimento de reflexões críticas sobre políticas educacionais, práticas pedagógicas e transformações sociais, consolidando-se como instrumento relevante para pesquisas históricas, geográficas e educacionais.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALVES, G. L. **A Casa Comercial e o Capital Financeiro em Mato Grosso 1870-1929**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

ALVES, G. L. **Ciência da História e Método**. [*S. l.: s. n.*], 2024. Disponível em: https://icgilbertoluizalves.com.br/imagens/textocientificopdf/ci-ncia-da-hist-ria-e-m-todo251141.pdf. Acesso em: 29 mar. 2026.

ALVES, G. L. Textos Escolares do Ensino Secundário no Brasil. *In*: ALVES, G. L. **Textos Escolares no Brasil**: clássicos, compêndios e manuais didáticos. Campinas: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938: Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção 1, 5/1/1939, p. 277, 1938. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985**. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91542.htm. Acesso em: 14 mar. 2026.

CERQUEIRA, L.; LUCENA, I. T. Jornalismo Impresso: memória, história e a reinvenção do real sob a ordem do discurso. **Rev. de Letras**, [*S. l.*], v. 1, n. 27, jan./dez. 2005.

CARTA ao Leitor. **Correio Jardinense**, Mato Grosso do Sul, n. 85, p. 1, 1979. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1wGe2_4geCkGhF1DABO6QkxQFg9of2JyG/view. Acesso em: 28 mar. 2026.

FREITAS, N. K.; RODRIGUES, M. H. **O Livro Didático ao Longo do Tempo**: a forma do conteúdo. Florianópolis: UDESC, 2008. Disponível em: https://ceres.udesc.br/arquivos/portal_antigo/Seminario18/18SIC/PDF/074_Neli_Klix_Freitas.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

JUCÁ, P. R. **Histórico**. [*S. l.*]: IOMAT Superintendência da Imprensa Oficial do Estado do Mato Grosso, 2026. Disponível em: https://www.iomat.mt.gov.br/canal/historico. Acesso em: 28 fev. 2026.

LIMA, R. C. B. Livro Didático. **Correio Jardinense**, Mato Grosso do Sul, n. 516, p. 5, 1987. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Y1VsjJZyU4UKjb_U5HNuqXrZgUhR2gb8/view. Acesso em: 28 mar. 2026.

LOMBARDI, J. C. História e historiografia da educação. *In*: NASCIMENTO, M. I. M. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TRIBUNA DA FRONTEIRA. Balanço das Atividades 1º Semestre, 1986. Edição 793. **CDGEO**, 2026. Disponível em:https://cdgeo.uems.br/tribuna-da-fronteira/?perpage=12&view_mode=table&order=ASC&metakey=162&orderby=meta_value_num&fetch_only_meta=9%2C401&metaquery%5B0%5D%5Bkey%5D=162&metaquery%5B0%5D%5Bvalue%5D=793&metaquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=%3D&metaquery%5B0%5D%5Btype%5D=NUMERIC&paged=1&fetch_only=thumbnail. Acesso em: 28 mar. 2026.

TRIBUNA DA FRONTEIRA. Escritora Bauruense e Sucesso Infantil, 1996. Edição 1771. **CDGEO**, 2026. Disponível em: https://cdgeo.uems.br/tribuna-da-fronteira/?perpage=12&view_mode=table&order=ASC&metakey=162&orderby=meta_value_num&fetch_only_meta=9%2C401&metaquery%5B0%5D%5Bkey%5D=162&metaquery%5B0%5D%5Bvalue%5D=1771&metaquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=%3D&metaquery%5B0%5D%5Btype%5D=NUMERIC&paged=1&fetch_only=thumbnail. Acesso em: 28 mar. 2026.

TRIBUNA DA FRONTEIRA. MS Receberá Livros Gratuitos do MEC em 1996. Edição 1687. **CDGEO**, 2026. Disponível em: https://cdgeo.uems.br/tribuna-da-fronteira/?perpage=12&view_mode=table&order=ASC&metakey=162&orderby=meta_value_num&fetch_only_meta=9%2C401&metaquery%5B0%5D%5Bkey%5D=162&metaquery%5B0%5D%5Bvalue%5D=1687&metaquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=%3D&metaquery%5B0%5D%5Btype%5D=NUMERIC&paged=1&fetch_only=thumbnail. Acesso em: 28 mar. 2026.

Sobre os autores e autoras

Alan Benites de Souza – Graduando em Licenciatura em Geografia pela UEMS. Bolsista do projeto “Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira”, desenvolvendo atividades relacionadas à preservação e organização de acervos documentais digitais, contribuindo para a valorização da memória histórica e geográfica regional. Contato: alanfamer28@gmail.com

Alex Torres Domingues – Doutor, mestre e graduado em Geografia pela UFGD. Docente colaborador do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (ProfGeo/UFGD). Docente efetivo da rede municipal de ensino de Dourados. Conselheiro no Conselho Municipal de Educação (COMED/Dourados). Representante na Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação (CMMA) do Plano Municipal de Educação (PME). Possui pesquisa na área de ensino de Geografia e Geografia Agrária. Contato: alextdomingues@gmail.com

Ana Maria Soares de Oliveira – Graduada, mestre e doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP (Pres. Pte./SP). Docente efetiva do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade Universitária de Jardim. É coordenadora de área do Projeto PIBID de Geografia da Unidade Universitária de Jardim (bolsista CAPES), de 2014 a 2026. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET) (Rede Nacional de Pesquisa). Membro do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Turismo e Território (GEFRONTTER/UEMS). Membro do Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços: produção do espaço, globalização e urbanização (DITEFRON/UEMS/Jardim). Consultora ad hoc de agências de fomento e revistas indexadas. Desenvolve e orienta pesquisas na área de Geografia, especialmente Geografia Agrária, com os seguintes temas: relação capital-trabalho, agronegócio, disputas territoriais, movimentos sociais, reforma agrária, comunidades tradicionais e povos originários, relação cidade-campo, formas de uso e exploração da terra no Brasil, políticas públicas e desenvolvimento rural. Contato: ageo@uems.br

Angela dos Santos Machado – Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (2025). Coordenadora do Curso de Geografia da UEMS, Unidade Universitária de Jardim (2026). Graduada em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) (2015), mestre em Geografia (2020) e doutora em Geografia (2024) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Realizou estágio de pesquisa no exterior na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), do México (2019), e na Cardiff University, no País de Gales (2023). Líder do grupo de

pesquisa Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços (DITEFRON). Integrante do Grupo de Pesquisa "Geografia histórica e história do lugar na Rede Belavistense de Jornais: o acervo digital como preservação da memória geo-histórica no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul". Contato: angela.machado@uems.br

Carla Villamaina Centeno – Docente sênior do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação (PROFEDUC) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Graduada em História pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (1990), mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2000) e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação (GEPSE-HISTEDBR-MS). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: organização do trabalho didático, Mato Grosso do Sul, história da educação, educação e fronteira. Contato: carla.centeno@uems.br

Carlos Barros Gonçalves – Graduado e mestre em História pela UFGD. Doutor em História pela UFPR. Especialista em Patrimônio Cultural e Gestão Documental pela Tuiuti/PR. Graduado em Teologia pela FTSA e em Direito pela UEMS. Realizou estágio de pós-doutorado em História pela UEL. Professor dos cursos de Graduação e Pós-graduação em História da UFGD. Compõe a equipe do Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD) há mais de 20 anos, entidade da qual foi coordenador entre 2017 e 2023. Contato: carlosgoncalves@ufgd.edu.br

Charlei Aparecido da Silva – Geógrafo. Doutor em Geografia. Mestre em Geociências. Realizou pós-doutoramento na UNESP de Presidente Prudente, no curso de Geografia. Docente e pesquisador do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenador do Laboratório de Geografia Física (LGF-NEEF). Consultor ad hoc de agências de fomento. Editor científico da Revista Brasileira de Climatologia (RBClima) e da Revista Entre-Lugar. Parecerista de periódicos científicos nacionais e internacionais. Desenvolve e orienta pesquisas na área de Geografia Física, com ênfase em Climatologia Geográfica, Análise da Paisagem e Dinâmicas Territoriais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. Contato: charleisilva@ufgd.edu.br

Cristiane Dambrós – Doutora em Geografia (Organização do Espaço) pela UNESP (2016), com estágio doutoral na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Pós-doutorado em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(2021-2022). Colaboradora do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Embrapa Agricultura Digital, no âmbito do Projeto Semear Digital, além de atuar como docente temporária e pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos em Meio Ambiente, Áreas Protegidas e Desenvolvimento Sustentável (CEMAP) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). É diretora científica do Instituto América Latina (IAL) e líder do Grupo de Pesquisa PLATA – Planejamento Regional, Áreas Protegidas e Sistemas Ambientais, tendo como projeto estruturante o Projeto ATLAS – Atlas Digital da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata. Colaboradora do projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira". Contato: cristiane.dambros@uems.br

Cristina Gerda Nagel – Graduanda em Licenciatura em Geografia pela UEMS. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), desenvolvendo atividades voltadas à formação docente e à prática pedagógica na Educação Básica. Participa do projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira", realizando atividades relacionadas à preservação, organização e valorização de acervos documentais digitais, contribuindo para a memória histórica e geográfica regional. Contato: cristinanagel37@gmail.com

Daiane Alencar da Silva – Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bacharel em Turismo, com ênfase em Ambientes Naturais, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Dourados. Docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Unidade de Jardim e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unidade de Campo Grande, na área de concentração Integração, Território e Ambiente, vinculada à Linha 2: Espaços urbanos, rurais e dinâmicas socioambientais. Tem experiência na área de Geografia e Turismo. Membro do Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços: produção do espaço, globalização e urbanização (DITEFRON) e do Grupo de Estudos em Fronteira, Turismo e Território (GEFRONTTER), ambos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Colaboradora do Projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira". Contato: daianealencar@uems.br

Elis Regina dos Santos Viegas – Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora adjunta na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidades de Jardim e Maracaju (MS); ainda, professora efetiva da Rede Municipal de Ensino (REME) de Dourados (MS). É integrante dos grupos de pesquisa: Estado, Políticas e Gestão da Educação (GEPGE/UFGD); Estudos e Pesquisas sobre Educação Escolar Indígena, Interculturalidade e Inclusão (GEPEEIN/UFGD); Leituras de Fronteiras

(FCH/UFGD); Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF/UEMS); Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Políticas, Formação de Professores, Diversidade e Inclusão (GEPEFORDI/UEMS); e Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços (DITEFRON/UEMS). Contato: elis.viegas@uems.br

Gabriel Parente de Aquino – Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), especialista em Geociências Aplicadas pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Contato: gabriel993017@gmail.com

Hudson Lolli Ghetti – Atual gerente da Unidade de Jardim da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), instituição onde atua como servidor público técnico. É especialista em Ensino de Língua Inglesa pela UCAM, graduado em Letras pela UEMS e acadêmico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela UNIDERP. Atua também como desenvolvedor web freelancer, sendo especialista no ecossistema WordPress. Contato: hudson@uems.br

João Carlos Velasquez – Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (2022), especialização em Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Língua Inglesa pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (2024), especialização em Matemática pelas Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (2024) e é graduando em Licenciatura em Computação pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Jardim (2023). Atuou como jornalista pela Rede Belavistense de Jornais. Atualmente é professor da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e professor da Rede Municipal de Ensino de Bela Vista. Contato: jcvelazquezreporter@gmail.com

Kátia Cristina Nascimento Figueira – Graduada em História, mestre, doutora e pós-doutora em Educação. Dirigiu o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul de 1991 a 2000. Atualmente, é professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Vice-líder do grupo de pesquisa Educação, Cultura e Diversidade da UEMS, vinculado à Rede Internacional para a América Latina, Europa e Caribe (ALEC). Pesquisadora do campo da História da Educação e coordenadora do Centro de Documentação em Educação, Diversidade Cultural e Linguagens. Na UEMS, foi gerente da Unidade Universitária de Campo Grande, coordenou o Programa de Pós-Graduação em Educação, o curso lato sensu "Currículo e diversidade: gênero, raça e etnia" e o curso "Gestão Universitária". Contato: katiafigueira@uems.br

Kelly Cristiny Borges Larsen – Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PROFeduc) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Licenciada em Matemática e Pedagogia, com especialização em Formação Docente para a Educação a Distância. É vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação (GEPSE/HISTEDBR-MS). Possui experiência na Educação Básica e no Ensino Superior. Desenvolve pesquisas na área da Educação, com ênfase nos temas Instituições Escolares, Organização do Trabalho Didático e Acervos Documentais e Bibliográficos. Atualmente, exerce a função de coordenadora pedagógica no Centro de Educação Infantil Claudete de Oliveira da Vera Cruz, Detran/MS – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC). Contato: kelly.larsen@uems.br

Léia Teixeira Lacerda – Professora titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado e Mestrado Profissional em Educação. Editora da Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem – Qualis Capes (B2). Pesquisadora associada ao Centro de Pesquisa, Ensino e Extensão Educação, Linguagem, Memória e Identidade (CELMI/UEMS) e líder do Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Diversidade (UEMS/CNPq). Associada à Rede Universitas-BR; à Rede de Pesquisa Internacional para América Latina, Europa e Caribe (Rede ALEC); à Redyala – Rede Latino-Americana de Diálogos Decoloniais e Interculturais, entre outras. Bolsista PQ Fundect-CNPq. Contato: leia@uems.br

Lorrane Barbosa Alves – Licenciatura (2017) e Bacharelado (2017) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrado em Geografia (2019) e Doutorado em Geografia (2023) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisadora associada ao Laboratório de Geografia Física (LGF-NEEF) e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade de Jardim. Atua como parecerista de periódicos científicos nacionais e desenvolve pesquisas na área de Geografia Física, com ênfase em Climatologia Geográfica, Geoestatística, Recursos Hídricos e Geotecnologia. Contato: lorrane.alves@uems.br

Pablo José Henrique Aio – Doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Contato: pablo.aio@unesp.br

Patrícia Silva Ferreira Eichenberg – Bacharel em Gestão Ambiental (2014) pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e licenciada em Geografia (2025) pela

UNOPAR. Mestrado (2016) e Doutorado (2021) em Geografia pela UFGD. É pesquisadora associada ao Laboratório de Geografia Física (LGF/UFGD), instituição na qual também realizou estágio de pós-doutoramento em 2023. Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Jardim. Sua trajetória acadêmica e profissional está vinculada às questões ambientais, com ênfase em dinâmicas territoriais e no uso de geotecnologias aplicadas aos estudos geográficos. Em 2017, recebeu Menção Honrosa no Prêmio Aziz Nacib Ab'Saber, concedido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). Contato: patricia_ferreira@uems.br

Paulo Roberto Cimó Queiroz – Licenciado e mestre em História. Doutor em História Econômica (USP, 1999). Professor titular (aposentado), pesquisador sênior da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e docente colaborador do PPGH/UFGD. Foi coordenador do Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD entre 1998 e 2017. Foi bolsista de pós-doutorado do CNPq (UFF, 2008-2009). Publicou dois livros e vários capítulos, além de muitos artigos em periódicos brasileiros e estrangeiros. Contato: pauloqueiroz@ufgd.edu.br

Tiago Satim Karas – Doutor e mestre em Geografia pelo PPGG/UFGD. Docente do Curso de Geografia da UEMS, Unidade Universitária de Jardim/MS. Graduado em Geografia pela UNESPAR/PR, campus de Paranavaí. Coordenador do projeto de pesquisa "Geografia histórica e história do lugar na Rede Belavistense de Jornais: o acervo digital como preservação da memória geo-histórica no Sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul" e do projeto "Arquivo Vivo: acervo digital de jornais como patrimônio documental na fronteira". Coordenador do Centro de Documentação Geo-Histórico (CDGeo – Arquivo Vivo). Possui pesquisa nas áreas de Geografia Política, Geografia Econômica, Estado e políticas públicas, espaço e finanças, Geografia Agrária, crédito/financiamento agrícola, território, espaço e poder, além de experiência em História do Pensamento Geográfico, Geografia Histórica, Teoria e Métodos da Geografia e Ensino de Geografia. Integrante do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Espaços Fronteiriços (DITEFRON/UEMS). Contato: satimkaras@uems.br

EDITORA CLAEC | 2026